

ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS DE PESSOAS DESAPARECIDAS

MANUAL PRÁTICO

DE APARECIDOS
Acabar com o silêncio



CICV



CICV

Comité Internacional da Cruz Vermelha
19, avenue de la Paix
1202 Geneva, Suíça
T +41 22 734 60 01 F +41 22 733 20 57
Email: shop@icrc.org www.icrc.org
© CICV, fevereiro de 2016

ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS DE PESSOAS DESAPARECIDAS

MANUAL PRÁTICO

ÍNDICE

PREFÁCIO	7
AGRADECIMENTOS	9
INTRODUÇÃO	11
Objetivos	12
Público-alvo	12
Questões culturais	12
Usando o manual	12
1. INFORMAÇÃO GERAL	15
Introdução	16
Os Desaparecidos	16
Pessoas afetadas pelo desaparecimento	17
1. As famílias dos Desaparecidos	17
2. A comunidade de pertencimento	18
Direitos e responsabilidades	18
1. Direitos fundamentais	19
2. Os direitos fundamentais das pessoas presas ou detidas	20
3. Os direitos dos Desaparecidos	20
4. Os direitos dos familiares dos Desaparecidos	20
5. As responsabilidades das autoridades	21
Busca de pessoas desaparecidas	22
1. Registrar e submeter um pedido de busca de uma pessoa desaparecida	22
2. Busca de pessoas desaparecidas	23
Busca, recuperação e identificação dos mortos	24
Justiça de transição e os Desaparecidos	24
1. Em busca da verdade	25
2. Reparações	25
3. Repressão penal	26
<i>FICHA INFORMATIVA 1.1 Modelo de Declaração de Ausência</i>	27
<i>FICHA INFORMATIVA 1.2 Modelo de Certidão de Óbito</i>	28
2. FAMILIARES DE PESSOAS DESAPARECIDAS	29
Introdução	30
Dificuldades jurídicas e administrativas relacionadas com o desaparecimento de um parente	31
1. Ausência de um status jurídico para as pessoas desaparecidas	31
2. Falta de informação e compreensão suficientes sobre leis e procedimentos existentes	32
3. Deficiências na aplicação da lei	32
4. Dificuldades relacionadas com o cumprimento dos procedimentos necessários	33
5. Medo e ameaças	34
6. Direito interno e prática tradicional	34
Dificuldades relacionadas com a busca de um parente desaparecido	35
1. A necessidade de informações confiáveis sobre a sorte das pessoas desaparecidas	35
2. Ausência de informações das autoridades sobre a sorte dos Desaparecidos	36

3. A importância de recuperar e identificar os restos mortais dos Desaparecidos	36
4. A necessidade de informações sobre processos ou mecanismos jurídicos existentes para esclarecer a sorte dos Desaparecidos	37
5. Rumores, intermediários e clarividentes	37
6. O custo da busca: dinheiro, subornos, venda de bens	38
7. Ameaças e represálias	38
Dificuldades financeiras relacionadas com o desaparecimento de parentes	38
1. Falta de renda em virtude da perda do arrimo de família	38
2. Dificuldade de acesso ao apoio das autoridades e à assistência humanitária	39
3. Escassez de benefícios sociais	39
4. O peso financeiro da busca	39
Consequências psicológicas e psicossociais do desaparecimento de um parente	40
Reações psicológicas	40
1. Incerteza angustiante	42
2. Culpa, autoacusação e raiva	46
3. Desapego emocional e perda de interesse em outras áreas	48
4. Outras complicações	48
O impacto psicossocial	50
1. Problemas dentro da família	52
2. Problemas nas relações das famílias com a comunidade	55
3. A luta contra o esquecimento	57
Aceitar a perda de um parente sem a prova da morte	58
1. Aceitação da perda	58
2. Os desafios do processo de luto	58
<i>FICHA INFORMATIVA 2.1 Impactos psicológicos e psicossociais do desaparecimento</i>	61
<i>FICHA INFORMATIVA 2.2 O processo de luto</i>	61
<i>FICHA INFORMATIVA 2.3 A importância dos rituais para as famílias dos Desaparecidos</i>	63
<i>FICHA INFORMATIVA 2.4 Por que os funerais são importantes?</i>	64
<i>FICHA INFORMATIVA 2.5 Estrutura psicológica – Perda ambígua (Boss, 2006)</i>	65
3. ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS	67
Acompanhamento	68
1. O que é o acompanhamento?	68
2. Por que o acompanhamento é adequado às necessidades das famílias?	68
3. Quem pode acompanhar as famílias de pessoas desaparecidas?	69
3.1 Associações de familiares e pessoas que estão ou já estiveram na mesma situação	69
3.2 Restrições associadas ao apoio prestado por pessoas na mesma situação que aquelas às quais devem ajudar	70
3.3 Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	70
3.4 Outros recursos comunitários	71
Elaboração de um projeto de acompanhamento	71
1. Avalie a situação da família	71
2. Analise as informações e identifique as prioridades	75
3. Elabore o projeto de acompanhamento	75
4. Monitore as atividades e avalie a sua eficácia	76
Principais atividades	77
1. Proporcionar escuta solidária	78
2. Prestar informações às famílias	80
3. Ajudar as famílias no processo de busca	80

4. Ajudar as famílias a lidarem com questões jurídicas e administrativas	81
5. Organizar grupos de apoio	81
6. Ajudar os familiares a reinvestirem em outras áreas (sociais e emocionais)	83
7. Promover a comunicação dentro da família	85
8. Mobilizar a comunidade	86
9. Conscientizar e promover o reconhecimento público	87
10. Encaminhar aos serviços existentes e/ou especialistas	88
FICHA INFORMATIVA 3.1 O papel do acompanhante	91
FICHA INFORMATIVA 3.2 O acompanhante: qualificações mínimas	92
FICHA INFORMATIVA 3.3 Habilidades básicas de comunicação	93
FICHA INFORMATIVA 3.4 Restabelecimento de Laços Familiares e o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho	94
FICHA INFORMATIVA 3.5 Elaboração de um projeto	95
FICHA INFORMATIVA 3.6 Regras básicas de gestão de informações	96
FICHA INFORMATIVA 3.7 Aumentar a capacidade das famílias de lidar com a situação	97
FICHA INDICATIVA 301 Preparar a avaliação de necessidades	98
FICHA INDICATIVA 302 Avaliar a situação da família	99
FICHA INDICATIVA 303 Organize uma sessão de grupo focal	101
FICHA INDICATIVA 304 Prepare um plano de ação	103
FICHA INDICATIVA 305 Escreva uma proposta de projeto	106
FICHA INDICATIVA 306 A conversa com os familiares	106
FICHA INDICATIVA 307 Organização de sessões informativas	108
FICHA INDICATIVA 308 Ajuda no processo de busca	109
FICHA INDICATIVA 309 Ajude as famílias a lidarem com questões jurídicas/administrativas	110
FICHA INDICATIVA 310 Organização de grupos de apoio	111
FICHA INDICATIVA 311 Temas para discussões em grupo	115
FICHA INDICATIVA 312 Exercícios de aquecimento	116
FICHA INDICATIVA 313 Atividades para grupos de apoio	116
FICHA INDICATIVA 314 Atividades recreativas	118
FICHA INDICATIVA 315 Organização de atividades criativas	119
FICHA INDICATIVA 316 Atividades criativas: Desenho	120
FICHA INDICATIVA 317 Atividades criativas: Redação/Narração	122
FICHA INDICATIVA 318 Ajudar as famílias a organizarem celebrações ou rituais simbólicos/tradicionais/religiosos	124
FICHA INDICATIVA 319 Mobilização de uma rede de apoio	125
FICHA INDICATIVA 320 Aumentar a conscientização	126
FICHA INDICATIVA 321 Encaminhamento a um especialista em saúde mental	127

4. ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS DURANTE A RECUPERAÇÃO E A IDENTIFICAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS	129
Introdução	130
Principais etapas do processo de recuperação e identificação dos restos mortais	130
Ajudar as famílias – do início ao fim	131
1. Pesquisa prévia	132
1.1 Investigações preliminares	132
1.2 Dados <i>ante mortem</i> e amostras biológicas	133
1.3 Outras fontes de informação	134
2. A recuperação dos restos mortais	134
3. A identificação dos corpos/restos mortais	137
Após a identificação forense	137
1. A notificação da morte	137
2. Vendo os restos mortais	139
3. A entrega	140
FICHA INFORMATIVA 4.1 DNA	142
FICHA INFORMATIVA 4.2 O Livro dos Pertences	143
FICHA INFORMATIVA 4.3 Comparação <i>ante mortem</i> e <i>post mortem</i>	144
FICHA INFORMATIVA 4.4 Sentimentos e reações vinculadas à entrevista e à coleta de amostras	146
FICHA INDICATIVA 401 O papel do acompanhante	148
FICHA INDICATIVA 402 Acompanhamento das famílias – do início ao fim	150
FICHA INDICATIVA 403 Respostas adequadas a reações emocionais	154
FICHA INDICATIVA 404 Dar a notícia	154
FICHA INDICATIVA 405 Prestação de assistência a um indivíduo em choque emocional	155
5. LIDAR COM O ESTRESSE ASSOCIADO AO TRABALHO	157
O que é o estresse?	158
Causas de estresse	158
Reconhecer sinais de estresse	158
Lidar com o estresse	159
FICHA INDICATIVA 501 Exercícios para aumentar a autoconsciência e reduzir o estresse	160
FICHA INDICATIVA 502 Intervisão	162
REFERÊNCIAS	163

PREFÁCIO

As famílias de pessoas desaparecidas vivem em constante angústia e desespero, muitas vezes esperando durante anos por notícias sobre os seus entes queridos. Independentemente de quanto tempo tenha passado, para elas é difícil de aceitar, até que uma prova confiável seja obtida, que o seu parente não está mais vivo. A incerteza em que têm de viver é fonte de muito sofrimento: leva à exaustão emocional e deixa feridas duradouras. Não saber o que aconteceu com um pai, cônjuge ou filho e não poder lhe dar um enterro digno, ou chorar a sua partida em um túmulo, traz um fardo intolerável para essas famílias.

De acordo com as Convenções de Genebra e os seus Protocolos Adicionais, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) possui um mandato permanente de prestar assistência e proteção às vítimas dos conflitos armados e outras situações de violência. O Direito Internacional Humanitário (DIH) estipula que se deve respeitar e acolher o direito das famílias de conhecer a sorte dos seus entes queridos desaparecidos. Cabe aos Estados a responsabilidade primordial de evitar desaparecimentos e esclarecer a sorte das pessoas desaparecidas. Eles devem fazer tudo a seu alcance para fornecer informações sobre todas as pessoas desaparecidas a seus familiares.

Desde 1991, o CICV desempenha um papel ativo no apoio às famílias de pessoas desaparecidas e na defesa do respeito ao seu direito de saber a sorte dos seus parentes desaparecidos. Durante os conflitos na Croácia, Bósnia-Herzegovina e Kosovo, as famílias realizaram mais de 34 mil pedidos de busca ao CICV, esperando saber o que aconteceu com os seus entes queridos e recuperar os seus restos mortais.

Em 2000, em uma iniciativa para ajudar as famílias dos Desaparecidos a lidar com a angústia e as consequências sociais e psicológicas, o CICV lançou um programa de apoio na Bósnia-Herzegovina que envolveu consulta e cooperação intensivas com psicólogos, associações familiares e famílias individuais. Projetos posteriores para uma prestação de assistência integral e abrangente às famílias dos Desaparecidos se desenvolveram na Sérvia e em Kosovo. Desde 2008, o CICV desenvolve projetos semelhantes em lugares como Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Nepal, Timor-Leste. Este manual reúne a experiência e o conhecimento adquiridos através desses processos. Foi elaborado como um guia para todos aqueles que ajudam as famílias a lidar com o desaparecimento de um ente querido.

O manual prático *Acompanhamento das Famílias de Pessoas Desaparecidas* busca ser útil a todos os que precisam suportar a angústia provocada pelo desaparecimento de um ente querido. A coragem, a persistência e a dignidade dessas famílias, enquanto fazem de tudo para esclarecer a sorte dos seus entes queridos e aliviar o seu próprio sofrimento, são dignos da nossa admiração e respeito. Elas merecem todo o apoio das suas comunidades e do público em geral. Este guia é dedicado principalmente a elas.

Pascal Hundt

Chefe da Divisão de Assistência

AGRADECIMENTOS

Este manual foi escrito sob a direção da Unidade de Saúde por Laurence du Barros Duchene, Monique Crettol e Roubina Tahmazian, principalmente em consulta com a Unidade de Restabelecimento de Laços Familiares e Desaparecidos da Divisão de Proteção.

Uma inestimável ajuda foi proporcionada por: Divisão de Direito Internacional e Cooperação, Unidade de Serviços Forenses e Unidade de Segurança Econômica da Divisão de Assistência, Departamento de Comunicação e Gestão da Informação e Departamento de Operações.

Muitas pessoas contribuíram para a elaboração deste manual. O nosso reconhecimento e a nossa gratidão especiais vão para:

- As famílias de pessoas desaparecidas que não hesitaram em dedicar tempo e energia para compartilhar as suas histórias dolorosas.
- Membros de várias associações e organismos que trabalham direta ou indiretamente com o apoio e o acompanhamento das famílias.

Na Guatemala:

- Grupo de Apoio Mútuo (GAM)
- Escritório de Direitos Humanos da Arquidiocese da Guatemala (ODHAG)
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
- Coordenação Nacional de Viúvas da Guatemala (CONAVIGUA)
- Familiares de Detidos Desaparecidos da Guatemala (FAMDEGUA)
- Filhos pela Identidade e a Justiça contra o Esquecimento e o Silêncio (HIJOS)
- Fundação de Antropologia Forense da Guatemala (FAFG)
- Maya Saqbé
- Asomoviding Associação Movimento de Vítimas para o Desenvolvimento no Norte do Quiché
- Liga Guatemalteca de Higiene Mental

Somos especialmente gratos à Equipe de Estudos Comunitários e Ação Psicossocial (ECAP), que nos deu descrições detalhadas do trabalho que realizam e dos desafios que enfrentam, além de organizar diversas discussões úteis sobre o acompanhamento das famílias.

No Líbano:

- Sra. Widad Helwani, da Comissão de Famílias de Sequestrados e Desaparecidos no Líbano.
- Sr. Yousef Ibram, da Fondation Culturelle Islamique de Genève, e Rabino Samuel Cohen, por nos ajudarem a entender melhor determinadas questões religiosas.
- Virginie Mathieu, Sandrine La Baume e Simon Robins por reflexões valiosas sobre as experiências das famílias em vários contextos.
- Joan Alfred, S.R. Balasubramaniam, Morris Tidball-Binz, Pauline Boss, Margarita Daniels, Shuala Drawdy, Olivier Dubois, Ute Hofmeister, Jelena Milosevic Lepotic, Magda Milena Osorio, Marie-Therese Pahud, Philippa Parker, Anna Schaff, Renato Souza, Elizabeth Twinch, Antje Van Roeden, Nana Wiedman e Nicole Windlin pela assessoria e o suporte técnicos.
- Os colaboradores da primeira versão do manual, publicada nos Bálcãs, e na qual se baseiam partes desta publicação.
- As delegações do CICV e as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho envolvidas na prestação de apoio às famílias de pessoas desaparecidas.

INTRODUÇÃO

Objetivos

Quando um parente desaparece durante um conflito armado ou outra situação de violência, isto provoca um sofrimento significativo a todos os seus familiares. É de vital importância acompanhá-los na busca da pessoa desaparecida e ajudá-los a lidar com as várias dificuldades que a situação apresenta. Hoje, muitas pessoas com distintas formações e bagagens culturais se dedicam a prestar esse apoio. A tarefa é particularmente difícil, já que muitas vezes requer ações em diversos níveis.

O principal objetivo deste manual é fortalecer o papel de “acompanhantes” – as pessoas que se comprometem com esse apoio (ver Seção 3) –, oferecendo-lhes o seguinte:

- Percepção geral e compreensão das questões específicas que as famílias de pessoas desaparecidas (os Desaparecidos) enfrentam
- Descrição do acompanhamento como uma abordagem alternativa – para não especialistas em saúde mental e/ou especialistas em direito – ao apoio a famílias com parentes desaparecidos na sua longa busca e à promoção do seu bem-estar psicológico
- Ferramentas práticas e recomendações baseadas nas verdadeiras necessidades das famílias

Este guia baseia-se sobretudo nas experiências, em vários contextos, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e de outros envolvidos no apoio às famílias cujos parentes desapareceram em decorrência de um conflito armado ou outra forma de violência. Não pretendemos que ele seja exaustivo; não pode ser exaustivo, já que se baseia quase inteiramente na nossa experiência até agora. Materiais adicionais serão incorporados à medida que se tornarem disponíveis.

Público-alvo

Este guia será útil para todos os indivíduos ou grupos de indivíduos – associações de vários tipos, Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, atores governamentais, organizações não governamentais (ONGs), organizações internacionais, delegados do CICV, etc. – que desejam acompanhar (ver Seção 3) as famílias cujos parentes desapareceram como consequência de um conflito armado ou outra situação de violência. Embora enfatize o acompanhamento comunitário das famílias, o guia provavelmente também será útil para profissionais de várias áreas (psicólogos, psiquiatras, advogados, etc.) que queiram ter um panorama mais abrangente das necessidades das famílias e criar um sistema de apoio abrangente.

Dada a ampla gama de atividades necessárias para prestar assistência às famílias, o guia também pode ser usado por membros da comunidade que têm, de uma forma ou de outra, de lidar com as questões decorrentes do desaparecimento de pessoas do seu meio.

Questões culturais

O guia busca incluir o maior número possível de exemplos das diferentes maneiras pelas quais as famílias lidam, em vários contextos, com o desaparecimento dos seus parentes. Porém, não pretende ser exaustivo. Apresenta características básicas que podem ser adaptadas ou extrapoladas conforme a necessidade.

Usando o manual

O manual é dividido em cinco seções que cobrem uma ampla gama de atividades essenciais no apoio às famílias dos Desaparecidos (uma delas, Seção 5, é especificamente para os usuários do manual):

1. Informação geral
2. Familiares de pessoas desaparecidas
3. Acompanhamento das famílias
4. Acompanhamento das famílias durante a recuperação e a identificação dos restos mortais
5. Lidar com o estresse associado ao trabalho

As cinco seções do manual também incluem:

- **Quadros de casos**, que contêm histórias ilustrativas das famílias
- **Quadros de exemplos**, que contêm descrições e percepções, além de diferentes procedimentos de outras regiões do mundo, sobretudo a partir das experiências do CICV no terreno
- **Quadros de informações**, que contêm informações específicas sobre assuntos mencionados no texto, acima ou abaixo dos quadros
- **Fichas informativas**, que complementam ou resumem as informações contidas no corpo de texto principal
- **Fichas indicativas**, que trazem recomendações sobre a realização de atividades específicas

Conteúdo de cada seção

1. Informação geral

Definição dos vários tipos de desaparecimento. Informações básicas sobre os direitos dos Desaparecidos e das suas famílias – conforme o Direito Internacional Humanitário (DIH) e outras normas. A seção também descreve os diversos mecanismos de busca que devem estar disponíveis para as famílias que desejam obter informações sobre os seus parentes desaparecidos.

2. Familiares de pessoas desaparecidas

Esta seção descreve as várias dificuldades, decorrentes do desaparecimento de parentes, que as famílias enfrentam. As dificuldades se dividem em categorias – jurídicas e administrativas, econômicas e financeiras, psicológicas e psicossociais – que constituem as principais áreas de atividade das pessoas envolvidas na assistência às famílias.

3. Acompanhamento das famílias

Esta seção é dirigida àqueles que precisam de orientação para avaliar a situação atual das famílias e elaborar projetos adequadamente. Sugere maneiras simples de atender às necessidades identificadas através de uma ampla gama de atividades.

A ênfase é no acompanhamento, uma abordagem que combina atividades específicas com formas mais gerais de ação comunitária. A seção fornece ferramentas específicas (fichas indicativas, fichas informativas) para fortalecer as capacidades das pessoas envolvidas no acompanhamento: tais ferramentas estabelecem atividades para ajudar as famílias a lidar com a situação.

4. Acompanhamento das famílias durante a recuperação e a identificação dos restos mortais

Durante a recuperação e a identificação de restos, os familiares podem ser obrigados, por várias circunstâncias, a enfrentar a sua perda. Devido à intensidade dessas situações, as famílias precisam de um atendimento específico durante cada etapa do processo, algo que os acompanhantes devem levar em consideração. A seção contém sugestões e ferramentas práticas para ajudar os acompanhantes nesse sentido.

5. Lidar com o estresse associado ao trabalho

Acompanhar as famílias dos Desaparecidos pode ser um desafio. É importante que os acompanhantes reconheçam as suas próprias necessidades e limitações. Esta seção descreve maneiras de organizar o estresse relacionado ao trabalho e como lidar com ele.

1. INFORMAÇÃO GERAL

Introdução

No mundo todo, centenas de milhares de pessoas perderam o contato de um ente querido durante um conflito armado ou outra situação de violência. Os seus parentes podem ter sido assassinados em execuções em massa e os seus corpos, jogados em valas comuns; podem ter sido capturados ou sequestrados, ou presos nas suas casas, e então terem morrido sob custódia; ou podem estar em locais secretos, mantidos sem comunicação. Podem ser civis que fogem dos confrontos ou crianças separadas das suas famílias; ou soldados mortos em combate cujos restos não receberam um tratamento final digno.

A situação das pessoas que desaparecem é trágica. A das suas famílias também: elas vivem no limbo, sem poder estar de luto pela ausência de um conhecimento definitivo, constantemente atormentadas pela esperança – uma prisão secreta, uma nova vida em uma terra estrangeira, qualquer coisa que não seja o caráter definitivo da morte. Muitos familiares passam anos procurando os seus parentes inutilmente e gastam todas as suas economias. Além do sofrimento emocional, isto pode ocasionar sérios prejuízos financeiros. Com frequência, quem desaparece é o arrimo de família, deixando as esposas e as mães empobrecidas e passando necessidade. Em termos administrativos, a situação pode ser um pesadelo. Em alguns países, famílias precisam esperar anos até que o parente desaparecido seja declarado morto ou ausente. Esse intervalo pode parecer uma eternidade para os familiares, cujas vidas estancam, por assim dizer: eles não podem vender a sua propriedade, casar-se novamente ou mesmo realizar ritos funerários.

Várias disposições do direito internacional têm sido desenvolvidas para ajudar a evitar casos de desaparecimento e apoiar as famílias quando os seus parentes desaparecem. A responsabilidade pela promulgação e a aplicação dessas leis cabe, sobretudo, às respectivas autoridades. O objetivo deste capítulo é descrever, em termos gerais, o arcabouço jurídico que rege o tema dos Desaparecidos e das suas famílias.

Os Desaparecidos

O termo “Desaparecidos” inclui todas as pessoas cujo paradeiro é desconhecido pelas suas famílias ou que foram dadas como desaparecidas, segundo fontes fidedignas, devido a um conflito armada, violência interna ou distúrbios. Esse é um problema em um grande número de contextos. As principais categorias de pessoas desaparecidas são listadas abaixo. Essas categorias não são inequívocas: em alguns casos, elas se sobrepõem.

- Os mortos: em muitos casos, as pessoas desaparecem porque foram mortas e os seus corpos abandonados, enterrados às pressas ou queimados (ou eliminados por outros meios).
- Membros de forças armadas ou grupos armados cuja sorte é desconhecida: combatentes que são dados como “desaparecidos em ação” (MIA, do inglês missing in action) são aqueles que não conseguiram retornar de uma operação militar e dos quais não se têm informações. Podem estar mortos ou podem ter sido capturados. Os combatentes desaparecidos em ação são geralmente portadores de armas que foram mortos mas cujas famílias não receberam confirmação da sua sorte. Durante conflitos, muitas vezes nenhum esforço é feito para determinar a identidade dos mortos e os corpos são eliminados sem que as famílias sejam informadas.
- Deslocados, refugiados, populações isoladas (por exemplo, pessoas que vivem em uma área sob ocupação e não podem enviar notícias a um parente mais próximo): nesses casos, as famílias podem ficar sem ter notícias dos seus parentes por um longo tempo, sem saber, por exemplo, se estão vivos ou mortos.
- Crianças separadas das suas famílias durante uma fuga ou como resultado do seu recrutamento forçado nas forças armadas ou em grupos militares: não é raro encontrar crianças sozinhas, após terem sido separadas das suas famílias quando fugiam de combates, ou porque foram recrutadas à força, encarceradas ou adotadas às pressas.
- Pessoas capturadas, presas ou sequestradas, cujas famílias não têm conhecimento da sorte delas: nesse caso, também classificado como desaparecimento forçado, a pessoa em questão é presa ou sequestrada por agentes do Estado ou atores não estatais e nunca mais é vista. A pessoa desaparecida pode ser mantida incomunicável e/ou em local secreto, desaparecer ou morrer sob custódia. Em muitos casos, as famílias não conhecem o paradeiro dos seus parentes ou o conhecem, mas não têm permissão para visitá-los ou se corresponder com eles.
- Pessoas com doenças mentais cujas famílias não têm conhecimento da sua sorte: pode ser que os Desaparecidos estejam sendo mantidos em instituições psiquiátricas e sem acesso a formas de comunicação (em virtude do seu próprio estado mental).

INFORMAÇÕES: Desaparecimento forçado

O desaparecimento forçado foi criminalizado pela Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas Contra o Desaparecimento Forçado (2006) e incluído no Estatuto de Roma como um crime contra a humanidade: “Por ‘desaparecimento forçado de pessoas’ entende-se a detenção, a prisão ou o sequestro de pessoas por um Estado ou uma organização política ou com a autorização, o apoio ou a concordância destes, seguidos de recusa a reconhecer tal estado de privação de liberdade ou a prestar quaisquer informações sobre a situação ou localização dessas pessoas, com o propósito de lhes negar a proteção da lei por um prolongado período de tempo.”

Estatuto de Roma, 1998: Artigo 7 (2)(i)

Pessoas afetadas pelo desaparecimento

1. As famílias dos Desaparecidos

Aqueles que desaparecem são de fato vítimas, mas as famílias que eles deixam para trás também o são. O desaparecimento de um parente tem um profundo impacto emocional sobre familiares e muitas vezes afeta as suas vidas de maneira significativa. Isso será objeto de discussão detalhada nas seções seguintes.

A incerteza sobre o paradeiro ou a sorte de um parente desaparecido pode ter um efeito, mais ou menos direto, sobre todos os membros da unidade familiar.

Nos contextos em questão, as famílias geralmente incluem:

- crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, filhos adotivos ou enteados
- esposas de direito e *de fato*
- pais (incluindo madrastas, padrastos e pais adotivos)
- irmãos, meios-irmãos ou irmãos adotados

Em muitos contextos socioculturais, as famílias são definidas de forma mais inclusiva: pessoas que vivem sob o mesmo teto, como os membros de uma família, ou que têm estreitas relações com eles, seriam consideradas membros dessa família.

A resposta das famílias

São as famílias dos Desaparecidos que têm de dar um sentido ao desaparecimento. São os únicos que vivem com a ausência e que precisam lidar com as suas consequências.

Em casos de desaparecimento, um grande obstáculo pode ser o reconhecimento de que os seus parentes já não estão com elas, que sumiram. A sua reação inicial, que é compreensível, pode ser a de acreditar que o parente desaparecido está escondido em algum lugar e, especialmente em um contexto de conflito armado ou violência política, acreditar que ele está detido. Em outras palavras, que o seu parente continua vivo.

“Como ele pode ter desaparecido? Tem de estar em algum lugar! Ele deve ter sido levado por alguém!”

Declarações como essa, que não são incomuns, mostram a dificuldade que as famílias muitas vezes têm de aceitar o fato brutal do desaparecimento; elas são mais propensas a cogitar a possibilidade de detenção, uma explicação mais esperançosa e satisfatória.

Com o tempo, o desaparecimento se torna um fato, impossível de negar. Isto geralmente acontece após o retorno das pessoas que realmente estiveram detidas, ou quando não se pode encontrar nenhuma pista do parente desaparecido. A essa altura, a crença de que o parente desaparecido está escondido em algum lugar pode dar lugar à luta para manter viva a memória da sua existência, preservar o fato de que ele existiu.

2. A comunidade de pertencimento

Como as pessoas desaparecidas fazem parte de uma comunidade (étnica, religiosa, política, etc.), o seu desaparecimento terá um impacto sobre ela, especialmente quando o desaparecimento é usado, pelos responsáveis, como uma tática contra determinados grupos de pessoas.

Há uma percepção generalizada de que o desaparecimento pode ser uma das consequências de uma motivação política para acabar com os membros de um grupo de oposição – atacando os seus valores e a sua identidade. Em tais casos, o objetivo é não apenas aterrorizar a comunidade a fim de sufocar a oposição ou a dissidência, mas também atacar a honra e as crenças das famílias em questão e dos grupos a que pertencem. Em alguns contextos, cadáveres e restos mortais são intencionalmente profanados. Impedir que as famílias realizem ritos funerários, através da queima dos corpos ou do seu enterro em lugares secretos, é outra forma de traumatizar um grupo ou uma comunidade e apagar todos os vestígios de existência daqueles que desapareceram.

EXEMPLO

Na América do Sul durante períodos de regime militar ou na Argélia durante os anos de repressão pelas tropas francesas, livrar-se dos cadáveres era uma maneira de ocultar o fato da violência. Muitos corpos foram queimados ou jogados ao mar em helicópteros.

Quando pessoas desaparecidas eram enterradas em algum lugar, a sua única recordação era um pedaço de madeira com duas letras esculpidas: “NN” (No Name, “Sem Identificação”).

Adaptado de Frédéric Baillette, “Stratégies de la cruauté”, Quasimodo No. 9, Montpellier, 2006.

Quando a existência de alguém é apagada desse jeito, isso impede seriamente o processo de luto por ela. Essa é mais uma razão pela qual a memória dos Desaparecidos deve ser preservada de alguma forma.

Direitos e responsabilidades

De acordo com o direito internacional, as pessoas que desaparecem em conflitos ou durante violência interna têm vários direitos:

- Direitos fundamentais que devem ser respeitados por todos e em qualquer circunstância
- Os direitos das pessoas presas ou detidas, e dos seus familiares
- Os direitos dos Desaparecidos
- Os direitos dos familiares dos Desaparecidos

As autoridades são responsáveis por respeitar, promulgar e implementar leis que protegem esses direitos.

Esses direitos são encontrados em vários corpos normativos que se complementam e devem ser aplicados durante a guerra ou em tempos de paz.

INFORMAÇÕES: Principais textos

- Convenção de Genebra (I) para a Melhoria da Situação dos Feridos e dos Enfermos das Forças Armadas em Campanha, de 12 de agosto de 1949
- Convenção de Genebra (II) para a Melhoria da Situação dos Feridos, dos Enfermos e dos Náufragos das Forças Armadas no Mar, de 12 de agosto de 1949
- Convenção de Genebra (III) Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra, de 12 de agosto de 1949
- Convenção de Genebra (IV) Relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra, de 12 de agosto de 1949
- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966)
- Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 e Relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais (Protocolo I), de 8 junho de 1977
- Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 e Relativo à Proteção das Vítimas os Conflitos Armados Não Internacionais (Protocolo II), de 8 de junho de 1977
- Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989)
- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998)
- Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado (2006)
- Declaração das Nações Unidas sobre a Proteção de Todas as Pessoas Contra o Desaparecimento Forçado (1992)

- O **Direito Internacional Humanitário (DIH)**, também conhecido como Direito Internacional dos Conflitos Armados, define a conduta e as responsabilidades das partes envolvidas em um conflito armado, na sua relação entre si e com categorias específicas de pessoas, incluindo os Desaparecidos.
- O **Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH)** codifica as disposições legais que regem os direitos humanos em vários instrumentos internacionais de direitos humanos; essas normas são vinculantes para os Estados.
- O **Direito Interno** é o conjunto de leis em vigor em determinado país. Essas leis devem refletir as exigências do direito internacional ao qual o Estado está vinculado.¹
- Os princípios do **Direito Internacional Consuetudinário**, isto é, as normas não escritas e advindas de uma prática internacional aceitas como lei – também aborda a questão da proteção e do respeito pelos direitos dos Desaparecidos e de suas famílias. Esses princípios são subjacentes ou complementam as disposições adotadas em tratados internacionais.

1. Direitos fundamentais

A fim de evitar o desaparecimento de pessoas e estabelecer o paradeiro daquelas que estão desaparecidas, devem-se tomar medidas para implementar os seguintes direitos fundamentais:

- O direito de não ser arbitrariamente privado da vida.
- O direito de ser protegido contra a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
- O direito à liberdade e à segurança, e o direito de não ser arbitrariamente privado de liberdade, incluindo as garantias processuais e judiciais fundamentais às quais devem ter acesso todas as pessoas privadas de liberdade.
- O direito a um julgamento justo, o que é garantido pela exigência de respeitar todas as garantias judiciais.
- O direito de saber a sorte dos seus parentes, vinculado ao direito ao respeito pela vida familiar.
- O direito de saber o motivo do encarceramento e de trocar notícias com parentes ou com outras pessoas próximas através de qualquer forma de comunicação disponível.
- O direito de não ser submetido ao desaparecimento forçado ou involuntário e/ou a sequestros ilegais ou arbitrários.
- O direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei.

¹ O CICV preparou um conjunto de princípios orientadores e uma proposta para uma lei-modelo sobre pessoas desaparecidas, para servir como ferramenta de modo a ajudar os Estados e as suas autoridades competentes a adotar ou completar a legislação sobre pessoas.

2. Os direitos fundamentais das pessoas presas ou detidas

- Ser registrado por autoridades competentes
 - Ser informado sobre os motivos da sua prisão ou detenção
 - Ter um julgamento justo em um tribunal de justiça
 - Informar as suas famílias ou assessores jurídicos sobre a sua prisão, o centro de detenção e o estado de saúde
- As pessoas que foram presas, detidas ou encarceradas devem ser registradas por autoridades competentes de acordo com as disposições da lei.
- As pessoas privadas de liberdade devem ser informadas – quando são presas – sobre os motivos da sua prisão ou detenção e rapidamente informadas acerca de quaisquer acusações contra elas.
- As pessoas privadas de liberdade têm o direito de recorrer a um tribunal que possa decidir, sem demora, sobre a legalidade de tal privação e ordenar a sua soltura se considerar que a privação é ilegal.
- As pessoas privadas de liberdade têm o direito de informar a qualquer pessoa com um interesse legítimo, como um familiar ou um assessor jurídico, no mínimo, sobre a sua captura ou prisão, a localização do lugar onde estão detidas e o seu estado de saúde. Elas estão autorizadas a se comunicar com as suas famílias e a receber visitas.

3. Os direitos dos Desaparecidos

- Ao reconhecimento na forma de um status jurídico específico
 - A serem buscados e, quando for necessário, que os seus corpos sejam recuperados: as autoridades estatais devem realizar as investigações necessárias
 - A não serem declarados mortos sem as provas suficientes e, em vez disso, a serem reconhecidos como desaparecidos/ausentes pelas autoridades administrativas competentes
 - A recuperarem todos os seus direitos e o seu status jurídico quando a sua sorte for esclarecida
- Os direitos e os interesses das pessoas desaparecidas devem ser protegidos em todos os momentos, até que a sua sorte seja determinada. Para isso, elas devem receber um status jurídico especial.
- O direito mais importante de uma pessoa desaparecida é o de busca e recuperação. No âmbito do seu direito à vida e à segurança, uma pessoa desaparecida tem o direito de ter uma investigação exaustiva que analise as circunstâncias do seu desaparecimento até que se possa chegar a uma conclusão satisfatória.
- Quando ainda for necessário determinar a sorte de alguém, o seu status jurídico de ausência deve ser reconhecido e a autoridade administrativa competente deve conceder um certificado de ausência, atestando essa incerteza e permitindo a proteção dos seus direitos. Conceder aos Desaparecidos um status jurídico especial permite que o direito interno responda às suas necessidades legais e às incertezas e dificuldades que as suas famílias enfrentam. Esse status oferece um marco e medidas adequados para lidar com as questões práticas que surgem a cada dia.

 [Ver Seção 1, Ficha Informativa 1.1: Modelo de Certificado de Ausência, p. 27.](#)

- Uma pessoa não deve ser declarada morta sem provas suficientes. Portanto, é desejável que, antes da emissão da certidão de óbito, seja estipulado um período de “ausência” de duração razoável, de modo que as circunstâncias do desaparecimento da pessoa possam ser investigadas e a sua sorte, determinada. Se a pessoa for encontrada viva, o certificado de ausência deve ser anulado e o seu status jurídico, plenamente restabelecido.

 [Ver Seção 1, Ficha Informativa 1.2: Modelo de Certidão de Óbito, p. 28.](#)

- Se for necessário, deve-se designar um representante para resguardar os interesses da pessoa desaparecida.
- As pessoas desaparecidas que retornam após um longo período de ausência também devem ter direito a assistência para a reabilitação e a reintegração à sociedade, além de um apoio financeiro direto.

4. Os direitos dos familiares dos Desaparecidos

- A saberem ou receberem informações sobre a sorte e o paradeiro da pessoa desaparecida
- A terem garantias de que o seu status jurídico é protegido por lei
- A pedirem e receberem apoio material e/ou social básico das autoridades competentes

O direito de saber

- Todos têm o direito de saber a sorte dos seus parentes desaparecidos, inclusive o seu paradeiro, se estão mortos, as circunstâncias da sua morte e o local de sepultamento se forem conhecidos, assim como de receber os seus restos mortais.
- O Direito Internacional Humanitário determina que cada parte de um conflito armado tome as medidas necessárias para esclarecer a sorte das pessoas desaparecidas e informe as suas famílias. Essa obrigação pode ser cumprida, em parte, pela investigação dos casos de desaparecimento que ocorreram no território sob o seu controle e mantendo os familiares informados sobre o andamento e os resultados das suas investigações.
- Não se deve aplicar nenhuma responsabilidade penal aos familiares que buscam informações sobre a sorte de um parente, nem por manter contato uma vez que a sorte daquela pessoa houver sido determinada.
- Com o tempo, o reaparecimento das pessoas desaparecidas se torna cada vez mais improvável. Mesmo que continuem respeitando a obrigação de prestar informações sobre a sorte dos Desaparecidos, as autoridades são propensas a reorientar a sua atenção, concentrando-se na exumação de sepulturas, na identificação e na restituição de restos mortais, assim como na prestação de apoio às famílias na medida em que elas realizam funerais e outras cerimônias.

O status jurídico dos Desaparecidos

- É essencial conferir a uma pessoa desaparecida um status jurídico formal. Deve-se emitir um certificado a pedido dos familiares, de outras pessoas interessadas ou da respectiva autoridade, se for estabelecido que a pessoa está desaparecida por um período de tempo determinado.
- Deve-se designar um representante para proteger os interesses e verificar as necessidades jurídicas imediatas da pessoa desaparecida e dos seus familiares. O certificado de ausência autoriza o representante a preservar os direitos da pessoa desaparecida e a administrar os seus bens e propriedades. Quando não houver assistência pública disponível para a família, deve-se providenciar um subsídio, originado a partir dos bens da pessoa desaparecida. Uma declaração de ausência deve permitir que os herdeiros tomem posse provisória das propriedades da pessoa desaparecida, assim como uma declaração de morte o faria. Caso a pessoa desaparecida retorne, dependendo das circunstâncias, é necessário proporcionar compensação/reparação, ajuda e assistência social.
- O estado civil do cônjuge da pessoa declarada desaparecida não deve ser alterado antes que a ausência ou a morte da pessoa desaparecida seja legalmente reconhecida.

Assistência financeira e benefícios sociais

- Se os familiares da pessoa desaparecida puderem provar a sua dependência material em relação à renda dessa pessoa, eles devem ter o direito de pedir à autoridade do tribunal competente a concessão de um subsídio a ser obtido a partir dos bens da pessoa desaparecida, o que lhes permitiria satisfazer as suas necessidades imediatas.
- A respectiva autoridade deve avaliar e reconhecer as necessidades financeiras e sociais específicas das pessoas desaparecidas e das suas famílias.
- Devem-se disponibilizar serviços sociais básicos e ajuda financeira aos dependentes das pessoas desaparecidas. Isto pode incluir: um subsídio para as necessidades materiais básicas; auxílio-moradia e oportunidades de emprego; atendimento médico; um abono escolar para as crianças; e assessoria jurídica. Onde houver um sistema de seguridade social, as famílias dos Desaparecidos devem ter acesso a ele.
- Não há motivos para discriminação no que diz respeito aos dependentes de pessoas desaparecidas: por exemplo, é irrelevante se o parente desaparecido era militar ou civil, homem ou mulher, assim como qualquer outra distinção desse tipo.
- Se houver programas de compensação para vítimas do conflito ou de outra situação de violência, as famílias das pessoas desaparecidas devem ter direito aos mesmos benefícios que todas as outras vítimas.
- Os interesses das crianças devem receber particular atenção, pois talvez nenhum dos pais ou outro responsável possa substituir a pessoa que foi declarada desaparecida.

5. As responsabilidades das autoridades

As autoridades governamentais têm a obrigação de respeitar e implementar essas normas fundamentais e de incorporá-las ao seu sistema jurídico interno. Todas as autoridades são obrigadas por lei a: a) tomar todas as medidas possíveis para assegurar que todos respeitem as regras, a fim de evitar que as pessoas

desapareçam; e b) responder às necessidades das famílias. Isto é essencial. Sempre que for possível, deve haver um diálogo construtivo entre todas as partes, incluindo as famílias das pessoas desaparecidas e as suas comunidades.

As respectivas autoridades estatais devem cooperar com as organizações nacionais e internacionais humanitárias e de direitos humanos, particularmente com o CICV e as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, a fim de buscar as pessoas desaparecidas e proteger os direitos das suas famílias.

INFORMAÇÕES

As autoridades devem tomar todas as medidas necessárias para:

- Evitar o desaparecimento de pessoas durante um conflito armado ou outra situação de violência (mediante o respeito e a proteção aos civis, assim como a doentes, feridos e membros capturados de forças armadas ou grupos armados).
- Identificar e levar em consideração as pessoas dadas como desaparecidas. Deve-se informar as famílias sobre a sorte, inclusive o paradeiro, e, se estiverem mortos, a causa da morte, de parentes que estão desaparecidos como resultado de um conflito armado ou outra situação de violência armada. Deve-se informar as famílias e as comunidades acerca dos eventos que levaram ao desaparecimento dos seus parentes; os perpetradores de violações que resultaram no desaparecimento devem ser responsabilizados.
- Apoiar as famílias de pessoas desaparecidas conforme as suas necessidades.

As autoridades devem poder:

- receber os pedidos dos familiares, dependentes ou representantes legais para buscar pessoas desaparecidas e usar instituições ou organismos encarregados de coletar e processar todas as informações disponíveis;
- investigar as circunstâncias em torno do desaparecimento da pessoa, usando uma ampla gama de meios para determinar a sua sorte;
- responder aos autores dos pedidos assim que as informações que solicitaram estiverem disponíveis.

Busca de pessoas desaparecidas

1. Registrar e submeter um pedido de busca de uma pessoa desaparecida

- As autoridades devem se assegurar de que qualquer pessoa com um interesse legítimo possa registrar uma pessoa desaparecida. Isto inclui os familiares e os dependentes, assim como os representantes legais da pessoa desaparecida ou da família. Pode também incluir outras pessoas capazes de demonstrar um interesse legítimo, como amigos e vizinhos, ou qualquer um que tenha informações confiáveis de que a pessoa esteja desaparecida.
- Isto deve ser possível tão logo haja preocupações sobre a pessoa desaparecida.
- Para facilitar o processo, as autoridades podem desejar encarregar certas instituições locais (polícia ou outras) do recebimento dos pedidos de busca. O CICV e as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho também coletam pedidos de busca das famílias de pessoas desaparecidas. O registro de um pedido de busca significa o compromisso de fazer todo o possível para encontrar respostas e informar à família.

 Ver Seção 3, Ficha Informativa 3.4: Restabelecimento de Laços Familiares e o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, p. 94.

- É importante garantir o registro das informações sobre a pessoa desaparecida e sobre as circunstâncias do seu desaparecimento com detalhes suficientes, precisamente quando essa pessoa é dada como desaparecida, já que detalhes importantes podem ser esquecidos com o passar do tempo. Além das informações básicas – nome, idade e gênero, por exemplo –, é essencial registrar as roupas que ela usava quando foi vista pela última vez, o lugar em que foi vista, as razões pelas quais ela é dada como desaparecida, as circunstâncias do desaparecimento e os dados pessoais dos familiares e do declarante.

- É de vital importância a segurança das pessoas que fornecem informações, assim como a das pessoas mencionadas nas informações. Embora as informações devam ser compartilhadas entre as respectivas autoridades, elas deveriam ser protegidas uma vez fornecidas e não se deve usar ou publicar nenhum dado que possa causar dano aos indivíduos.
- As informações sobre pessoas desaparecidas devem ser mantidas em uma instituição centralizada, para que possa: oferecer um panorama confiável sobre o escopo do problema, ser útil na localização de pessoas desaparecidas e servir como fonte de referência para outras autoridades, que podem estar em melhor posição para buscar pessoas desaparecidas do que a autoridade local.
- Procedimentos sobre onde e como relatar o desaparecimento de pessoas devem ser amplamente conhecidos e acessíveis.

2. Busca de pessoas desaparecidas

As partes em conflito têm o dever de esclarecer a sorte e o paradeiro das pessoas desaparecidas – e, portanto, a obrigação correspondente de realizar investigações efetivas. A cooperação entre os respectivos órgãos públicos é essencial. Boa parte das informações relacionadas ao rastreamento e à identificação de pessoas desaparecidas virá de vários organismos governamentais e ministérios, seja no âmbito nacional ou local. Todas as instituições e ministérios pertinentes devem, portanto, estar inequivocamente comprometidos com a coleta e o processamento de informações sobre as pessoas desaparecidas, e devem apoiar ativamente essas atividades.

- Os Estados devem tomar, no âmbito nacional, as medidas necessárias para buscar as pessoas desaparecidas, assim como servir e prestar assistência às suas famílias. Uma forma de fazê-lo é estabelecer uma autoridade estatal independente que será responsável por buscar pessoas desaparecidas e identificar os restos mortais.
- Durante conflitos armados, por exemplo, deve-se incentivar as autoridades a instalar Escritórios Nacionais de Informação para centralizar os dados sobre todas as pessoas desaparecidas, sem fazer discriminação entre elas, e levar em conta as necessidades das suas famílias. Após o fim do conflito, os escritórios poderiam ser convidados a prosseguir com o seu trabalho sobre os Desaparecidos, pois já terão uma grande quantidade de informações relevantes. Os órgãos governamentais que lidam com essas questões poderiam já existir: comissões presidenciais de inquérito, comissões sobre pessoas desaparecidas, comissões da verdade, comissões de direitos humanos, ombudsmen, e assim por diante. Essas instituições geralmente possuem um amplo mandato para tratar de violações dos direitos humanos.
- Quando muitas (antigas) partes em conflito lidam com casos de pessoas desaparecidas, deve-se incentivá-las a estabelecer mecanismos que garantam a coordenação e o compartilhamento de informações sobre temas como exumação, identificação e transferência dos restos mortais. Esses mecanismos geralmente são criados no período posterior ao fim (ou ao congelamento) de um conflito; podem ser previstos em iniciativas formais para resolver a situação, como acordos de cessar-fogo e acordos de paz.
- Para assegurar que funcionam bem, esses mecanismos devem receber um mandato claro para lidar com todos os casos de pessoas desaparecidas, sem discriminação. Devem ser transparentes, independentes e imparciais, e devem fazer o seu trabalho de acordo com os padrões profissionais reconhecidos internacionalmente. Também devem coordenar com todos os atores interessados, e as famílias devem ter acesso fácil a eles.
- Reunir informações sobre os Desaparecidos é sempre um desafio. Podem-se adotar várias estratégias:
 - Uma campanha de informação: todos os que têm dados sobre pessoas desaparecidas, locais de enterro ou eventos que possam ter levado aos desaparecimentos devem ser incentivados a divulgá-los ou transmiti-los;
 - Publicação de uma lista de pessoas desaparecidas;
 - Publicação de fotografias de objetos pessoais encontrados ao lado dos restos mortais;
 - Oferecimento de acesso a telefones para incentivar a transmissão de informações (informações anônimas podem ser aceitas de modo a não vincular a pessoa que a fornece com investigações criminais);
 - Oferta de proteção, ou de outros incentivos ou recompensas, a pessoas que derem informações;
 - Obter acesso aos arquivos do Estado.
- Todos os mecanismos devem ter em conta as famílias das pessoas desaparecidas, porque são uma valiosa fonte de informação; mas, acima de tudo, porque elas também são vítimas da situação. Todos os mecanismos devem informar as famílias sobre: os seus papéis e responsabilidades (dos mecanismos), o que eles farão, o seu prazo e como eles pretendem usar e dar seguimento às informações coletadas. Também devem informar as famílias sobre os resultados das investigações, a

probabilidade de que a pessoa desaparecida seja encontrada viva e o fato de que, se a pessoa estiver morta, o seu corpo será recuperado, identificado e restituído às famílias. É essencial, para o bem das famílias, não levantar falsas esperanças entre elas.

→ Deve ser garantida a gestão apropriada dos dados pessoais.

[!\[\]\(72b4cf351241b08691672e806c1604b7_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Informativa 3.6: Regras básicas de gestão de informações, p. 96.](#)

Busca, recuperação e identificação dos mortos

Todas as partes de um conflito armado devem respeitar os mortos e tratá-los com dignidade. Os cadáveres devem receber um tratamento final digno. As sepulturas devem receber o devido respeito e ser mantidas adequadamente.

A descoberta de lugares de sepultamento pode ser importante não apenas para buscar as pessoas desaparecidas, mas também para estabelecer se foram cometidos crimes e, posteriormente, processar os responsáveis. Devem-se realizar exumações somente com a autorização adequada e de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Devem-se empregar todos os meios disponíveis para identificar os restos mortais. Deve-se estabelecer a causa da morte com os devidos cuidados, e devem-se registrar todas as informações disponíveis antes da eliminação dos restos mortais. Deve-se designar um funcionário público ou outra pessoa competente, de preferência um perito forense capacitado, para a realização dos exames *post mortem* e a determinação definitiva da identidade e da causa da morte. Durante o processo, devem-se observar os padrões éticos internacionais comumente reconhecidos para essas práticas.

As respectivas autoridades devem respeitar, promover e/ou adotar os padrões de conduta internacionalmente reconhecidos sobre o uso de formas de identificação, particularmente para investigações realizadas em um contexto internacional. Os procedimentos de exumação e exame *post mortem* devem respeitar os princípios listados abaixo.

- Devem-se respeitar a dignidade, a honra, a reputação e a privacidade dos mortos em todos os momentos.
- Devem-se considerar as crenças religiosas e as opiniões dos mortos e os seus familiares – se essas informações estiverem disponíveis.
- As famílias devem ser informadas das decisões sobre a exumação e o exame *post mortem*, além dos resultados de quaisquer desses processos. Quando as circunstâncias permitirem, deve-se considerar a sua presença ou a do seu representante.
- Após o exame *post mortem* e a identificação, os restos mortais devem ser entregues à família assim que possível.
- Sempre que forem realizadas exumações, é essencial a coleta de todas as informações que possam ser úteis para a identificação; regulamentos e procedimentos para a coleta e o processamento de informações devem estar em conformidade com os princípios que regem a proteção de dados pessoais e informações genéticas. É importante preservar provas que possam levar à identificação e que possam ser necessárias para qualquer investigação criminal, seja conforme o direito interno ou o internacional.
- Sempre que possível, os mortos devem ser sepultados, de acordo com as suas práticas religiosas.

Justiça de transição e os Desaparecidos

A justiça de transição é uma resposta a violações sistemáticas ou generalizadas dos direitos humanos e do direito humanitário. Coloca as vítimas no centro do processo, com a intenção de que elas sejam reconhecidas. A justiça de transição inclui uma série de processos que buscam curar as feridas do passado e ajudar as sociedades a avançar rumo à paz e à reconciliação mediante, entre outras coisas:

- a busca da verdade
- a oferta de reparações
- o estabelecimento de responsabilidades (inclusive penal)

Quando as armas finalmente se calam, sociedades profundamente fraturadas podem recorrer a um amplo leque de mecanismos para ajudá-las a lidar com o passado: é a chamada justiça de transição. Mecanismos judiciais e não judiciais são complementares e têm vários objetivos. Eles colocam a vítima no centro do processo e ajudam as sociedades a curar as feridas do passado e avançar rumo à paz e à reconciliação mediante a busca da verdade, o estabelecimento de responsabilidades (inclusive penal) e a oferta de reparação.

As famílias dos Desaparecidos devem tentar usar os processos da justiça de transição para buscar respostas quanto à sorte dos seus entes queridos. Em outras palavras, devem-se considerar as preocupações sobre os Desaparecidos no contexto mais amplo da justiça de transição, embora esta cubra questões muito mais abrangentes. Aqui, vamos olhar para aqueles aspectos da justiça de transição que são mais relevantes para os Desaparecidos e tentar explicá-los da forma mais clara possível. As famílias dos Desaparecidos devem, portanto, estar em condições de decidir se podem agir sozinhas ou se precisam de apoio, inclusive de assistência especializada.

1. Em busca da verdade

Decorre da “necessidade de saber”. O objetivo é estabelecer os fatos e ajudar as sociedades a examinar a violência do passado enquanto estudam o contexto global em que os abusos ocorreram. A estrutura é menos rígida que a de um julgamento, e as vítimas têm a oportunidade de contar as suas histórias. Elas também têm a chance de estar diretamente diante dos seus torturadores; estes podem reconhecer a sua participação nos abusos, assumir a responsabilidade por eles e pedir desculpas às vítimas e às famílias delas.

A comissão da verdade e reconciliação é um bom exemplo de um processo de busca da verdade. Esses órgãos oficiais, temporários e não judiciais são responsáveis pela determinação dos fatos e a investigação de todas as violações cometidas ao longo de um período específico de tempo. No final do processo, publicam-se relatórios oficiais com dois objetivos: documentar um período difícil usando os relatos de todos os envolvidos em um conflito; e ajudar a elaborar recomendações e medidas corretivas para assegurar que os abusos nunca voltem a ocorrer.

Quando é criada uma comissão da verdade ou outro órgão similar, as famílias dos Desaparecidos devem primeiro garantir que ela tenha um mandato amplo o bastante para cobrir o problema das pessoas desaparecidas; se não tiver, devem pressionar para assegurar que tenha. Em segundo lugar, devem verificar se a comissão possui todos os poderes indispensáveis para a condução das investigações necessárias, incluindo o de realizar exumações. Terceiro, devem certificar-se de que podem comparecer perante a comissão e expressar as suas queixas.

As famílias dos Desaparecidos não devem hesitar em pedir a proteção da comissão se sentirem que estão colocando a vida em risco ao participar do processo de busca da verdade.

Por todas essas questões, as famílias devem ter acesso à assistência especializada, particularmente jurídica.

2. Reparações

É geralmente aceito que, onde graves abusos foram cometidos, os Estados têm a obrigação não apenas de processar os responsáveis, mas também de garantir que as vítimas recebam reparação – se for necessário, organizando-a eles mesmos. Ao criar programas de reparação, as autoridades públicas confirmam que essas violações exigem reparação.

As reparações podem ter muitos significados no contexto da justiça de transição. Podem assumir diferentes formas, monetárias ou não monetárias, e ser concedidas de maneira coletiva ou individual. A ênfase deve ser na restituição, isto é, no retorno ao status quo anterior (tanto quanto possível): através do retorno da pessoa à própria casa, do restabelecimento de sua liberdade, do seu trabalho, dos seus bens pessoais, e assim por diante. Na falta disto, deve-se pagar uma adequada compensação. Reparções também incluem a reabilitação e a reintegração, além de outros atos mais simbólicos – como desculpas oficiais, garantias de não repetição, memoriais, cerimônias de recordação, e assim por diante –, que muitas vezes são mais importantes para as vítimas. A fim de tornar o pagamento das reparações uma realidade, fundos nacionais ou internacionais podem – ou melhor, deveriam – apoiar a medida tomada nesse sentido.

O direito a qualquer tipo de reparação como vítima do desaparecimento de um ou mais familiares depende do reconhecimento desse status, que deve ser pedido de acordo com a legislação e os regulamentos pertinentes.

3. Repressão penal

Esteio da justiça quando ocorrem violações graves do direito, a repressão penal é um elemento fundamental da justiça de transição. A repressão efetiva ajuda a dar um fim aos abusos e impedir que aconteçam de novo ao tornar a punição certa e inevitável. A repressão penal é um mecanismo que geralmente dá as vítimas a sensação de que foi feita justiça, e pode ajudar a aumentar a confiança da população na capacidade e na disposição do Estado em garantir o respeito pela lei. Também transmite a mensagem de que certos tipos de mau comportamento, ainda que tenham ocorrido no passado, são inaceitáveis e devem ser punidos.

As famílias dos Desaparecidos podem se envolver em várias etapas dos procedimentos penais. Por exemplo, na fase de investigação elas podem entrar em contato com as autoridades para garantir que suas preocupações sejam plenamente levadas em conta. Portanto, se as autoridades realizarem exumações, devem fazê-lo não apenas para reunir as melhores provas para a acusação, mas também para proporcionar informações às famílias dos Desaparecidos.

Na fase de julgamento, e quando o sistema judicial permitir, as famílias dos Desaparecidos devem fazer valer o seu direito de dar início a uma ação ou intervir na ação iniciada por outrem como assistentes. Assim, garantem que as suas petições serão consideradas. Mesmo se o sistema judicial não permitir isto, deve-se incentivar as famílias dos Desaparecidos a participar. Ainda que na qualidade de testemunhas, elas podem levar à consideração dos juízes as suas perguntas sobre a sorte dos seus parentes.

Por tudo isso, as famílias devem ter acesso à assistência especializada, particularmente a jurídica.

FICHA INFORMATIVA 1.1. Modelo de Declaração de Ausência***Modelo de Declaração de Ausência**

(Título da autoridade responsável) DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA

Número de referência _____

Nome e sobrenome _____

Endereço _____

Nacionalidade _____ Gênero _____

Lugar e data de nascimento _____

Ocupação _____

Tipo e número de documento _____

Nome do pai _____

Nome da mãe _____

Nome do cônjuge _____

Dependentes _____

Data e lugar da última vez em que foi visto(a) _____

Nome do(a) declarante _____

Endereço do(a) declarante _____

REPRESENTANTE DA PESSOA DESAPARECIDA

Autoridade _____

ou

Nome e sobrenome _____ Tipo e número de documento _____

Nacionalidade _____

Endereço _____

Duração da validade da declaração de ausência _____

(Data, carimbo e assinatura da autoridade responsável)

* Reproduzido a partir de *Missing Persons: A Handbook for Parliamentarians*, CICV/IPU, Genebra, 2009.

FICHA INFORMATIVA 1.2 Modelo de Certidão de Óbito***MODELO DE CERTIDÃO DE ÓBITO**

(Título da autoridade responsável) CERTIDÃO DE ÓBITO

Nome e sobrenome _____

Lugar e data de nascimento _____

Último endereço _____

Nacionalidade _____ Gênero _____

Ocupação _____

Tipo e número de documento _____

Nome do pai _____

Nome da mãe _____

Nome do cônjuge _____

Autoridade _____

* Reproduzido a partir de *Missing Persons: A Handbook for Parliamentarians*, CICV/IPU, Genebra, 2009.

2. FAMILIARES DE PESSOAS DESAPARECIDAS



Shamkir, Azerbaijão. Familiares de pessoas desaparecidas compartilham lembranças.

Introdução

Ser um familiar de uma pessoa desaparecida é diferente de qualquer outra experiência na vida. Os familiares de pessoas desaparecidas existem em um estado de limbo: questões vitais relacionadas com a sorte dos seus entes queridos, e com a sua própria situação social, permanecerão sem resposta por um longo período se nada for feito.

O familiar de uma pessoa desaparecida deve travar uma luta constante não apenas para encontrar o seu ente querido, mas também para afastar a possibilidade de que essa pessoa desapareça completamente. O uso persistente de manifestações públicas permitiu que algumas famílias obtivessem informações sobre os seus entes queridos que estão desaparecidos (p.ex., na Argentina); mas outros que seguem o mesmo caminho têm tido que pagar um alto preço (mental, físico, financeiro e social) sem saber se ou quando os seus esforços darão frutos.

Os familiares de pessoas desaparecidas também precisam suportar a adversidade em distintas formas: **jurídica, administrativa, econômica, psicológica e psicossocial**. A seção seguinte examina todas as dificuldades com as quais eles podem ser obrigados a lidar.

Dificuldades jurídicas e administrativas relacionadas com o desaparecimento de um parente

INFORMAÇÕES

Em muitos países, devido a brechas na legislação e obstáculos administrativos, as famílias não têm status formal algum; em virtude disso, também carecem de qualquer forma de apoio. Por exemplo, não têm acesso a benefícios sociais e pensões e são impedidas de exercer os seus direitos conforme a legislação sobre propriedade e família:

1. A ausência de um status formal ou jurídico para os Desaparecidos impede a criação de um marco legal para permitir que as famílias lidem com os problemas práticos. A ausência de um status jurídico para pessoas desaparecidas pode obrigar os seus familiares a solicitarem uma certidão de óbito a fim de poder ter acesso a apoio social e/ou material.
2. As famílias dos Desaparecidos muitas vezes não têm acesso às informações básicas e de fácil compreensão sobre os seus direitos e os procedimentos administrativos para exercê-los.
3. Elas talvez enfrentem obstáculos administrativos e não possam apresentar as provas e os documentos necessários devido aos gastos correspondentes, às exigências de viagem e outros impedimentos.
4. Podem estar com medo ou relutantes em denunciar os casos que lhes dizem respeito e/ou não confiar no processo ou nas autoridades.
5. Em alguns casos, normas tradicionais prevalecem sobre o direito interno.

1. Ausência de um status jurídico para as pessoas desaparecidas

De modo ideal, os familiares de uma pessoa desaparecida deveriam poder, sem demora, denunciar o seu desaparecimento às autoridades designadas (polícia ou outras) e receber um documento oficial comprovando que o fizeram.

Esse documento - geralmente chamado de “**declaração de ausência**” - é considerado uma prova da ausência e usado para processar pedidos de pensão e administrativos, de acordo com a legislação e os procedimentos existentes. Em particular, habilita os representantes da pessoa desaparecida a preservar os seus direitos e administrar bens e propriedades de acordo com o seu interesse. Por exemplo, a ajuda financeira aos dependentes pode ser obtida quando nenhuma assistência pública estiver disponível. Uma declaração de ausência também poderia permitir que os herdeiros da pessoa desaparecida tomem posse provisória da sua propriedade, com certas restrições. Em muitos países, dependendo do direito interno, as vítimas de um conflito podem solicitar uma compensação e obter também outros benefícios (pensões, terras, moradia, bolsas de estudo, oportunidades de trabalho, etc.).

Uma pessoa não deve ser declarada morta sem provas suficientes. Portanto, é desejável prever um determinado período de ausência antes da emissão da certidão de óbito. A duração desse período de ausência depende do direito interno e dos procedimentos existentes, o que pode ser bastante complexo.

EXEMPLO: Legislação da Federação da Rússia sobre as pessoas desaparecidas

- Uma pessoa que desapareceu durante uma guerra deve ser considerada desaparecida até que transcorram dois anos após o fim das operações militares e, posteriormente, ser considerada morta (Código Civil, Artigo 45, Par. 2).
- Em circunstâncias distintas da guerra, qualquer pessoa que tenha desaparecido pode ser considerada “desaparecida por motivos desconhecidos” se durante um ano nenhuma informação sobre ela estiver disponível (Código Civil, Artigo 42). Cinco anos devem se passar até que essa pessoa seja declarada morta (Código Civil, Artigo 45, Par. 1) ou apenas seis meses se for julgado que o desaparecimento ocorreu sob “circunstâncias de risco de vida”.

Em muitos países, certidões de óbito para militares desaparecidos em combate são rotineiramente emitidas depois de determinado período (três meses a um ano) após o evento que ocasionou o desaparecimento. A questão é mais complexa para as famílias de civis desaparecidos. Muitas vezes, essas famílias só podem solicitar uma certidão de óbito após provar que não tiveram notícias da pessoa desaparecida, nem que tiveram quaisquer informações sobre ela, durante o ano imediatamente prévio à sua solicitação. Se as autoridades considerarem o pedido pertinente, podem então decidir registrar a morte da pessoa desaparecida e, posteriormente, fornecer uma certidão de óbito à família.

EXEMPLO

No Sri Lanka, muitas famílias de pessoas desaparecidas solicitaram uma certidão de óbito a fim de poder reclamar uma herança e/ou compensação. Elas não tinham opção a não ser dizer que o parente desaparecido havia morrido. Compreensivelmente, isso não as ajudou a pôr fim à questão. Talvez até as tenha sobrecarregado psicologicamente: elas podem ter sentido que traíram o seu parente desaparecido. (Relatório interno do CICV)

É compreensível que as famílias não estejam dispostas a declarar morto um parente desaparecido em um tribunal para usufruir dos bens e dos direitos que lhes correspondem. Elas talvez prefiram renunciar aos direitos em vez de aceitar o processo. Em alguns casos, as famílias se recusaram a pedir uma declaração de ausência ou de óbito porque para elas era vital preservar a esperança de que o seu parente desaparecido estava a caminho de casa. Aqueles que declararam o seu parente desaparecido como morto relutam em falar sobre isto. Quando o fazem, tentam justificar a sua decisão. *“Como posso declarar que o meu pai está morto? O que me dá o direito de fazer isso? Quem sou eu para decidir quanto tempo o meu pai vive e quando a sua vida termina? (...) Desculpe-me, mas não farei isso”,* disse o filho de um civil que desapareceu em agosto de 1995 (CICV, Legal Study, 2004, p. 34).

[↻ Ver Seção 1, Ficha Informativa 1.1 e 1.2:](#)

[Modelo de Declaração de Ausência e Modelo de Certidão de Óbito, pp. 27-28.](#)

[↻ Ver Seção 3, Ficha Indicativa 309:](#)

[Ajude as famílias a lidarem com questões jurídicas/administrativas, p. 110.](#)

2. Falta de informação e compreensão suficientes sobre leis e procedimentos existentes

As famílias de pessoas desaparecidas muitas vezes desconhecem as leis que regem os seus direitos e os benefícios que lhes correspondem, assim como os procedimentos administrativos ou exigências que se interpõem no seu caminho. Esses procedimentos podem ser bastante complexos e sujeitos a muitas interpretações. A própria linguagem dos direitos é com frequência um tanto desconhecida para as famílias e transmite pouco ou nenhum significado. *“Escutamos pessoas no rádio falando sobre essas coisas, mas ninguém veio e nos falou sobre os nossos direitos. Não sabemos nada sobre os direitos humanos”,* diz a cunhada de uma pessoa desaparecida no Nepal (CICV, 2008).

Mulheres muitas vezes tendem a não estar familiarizadas com as leis e os processos administrativos porque os seus maridos se encarregam desses assuntos e é o nome deles que aparece nos documentos oficiais.

3. Deficiências na aplicação da lei

Além disso, a aplicação das leis e dos regulamentos pode ser caótica pelas seguintes razões:

- os funcionários da administração local não estão plenamente informados sobre as políticas pertinentes e os requerimentos processuais;
- as delegacias podem não ter a capacidade necessária nem os recursos para registrar e investigar casos de pessoas desaparecidas;
- as autoridades nem sempre são conscientes das dificuldades que as famílias encontram ao lidar com questões legais e administrativas e com a lei em si. Essa falta de consciência pode resultar na aplicação desigual da lei e em decisões arbitrárias. Os recursos – humanos e financeiros – das autoridades competentes muitas vezes não são adequados para lidar com as reclamações das famílias dos Desaparecidos.

Falta de confiança no processo ou nas autoridades

As famílias com frequência se veem diante de funcionários públicos ineficientes ou mal informados, ou que não dão a devida atenção às suas necessidades. Há também outros obstáculos: a falta de disposição das autoridades locais em aplicar a lei, procedimentos lentos e excessivamente burocráticos, métodos não confiáveis de registro e corrupção.

Algumas famílias alegaram que as suas declarações não foram devidamente registradas ou que tiveram de assinar – ou colocar as suas impressões digitais sobre – documentos cujo conteúdo desconheciam.

4. Dificuldades relacionadas com o cumprimento dos procedimentos necessários

Obstáculos administrativos

Os obstáculos administrativos podem assumir as seguintes formas:

- a exigência de que os pedidos devem ser feitos pessoalmente pode ser extremamente difícil de realizar pela família (o requerente precisa ter uma autorização formal da pessoa desaparecida para agir no seu nome);
- exigir que as famílias façam os seus pedidos no país ou município onde o seu parente desaparecido vivia, às vezes, pode criar dificuldades: as famílias podem ter se tornado pessoas refugiadas ou deslocadas como resultado do conflito;
- os custos envolvidos na obtenção dos documentos (taxas administrativas e impostos, gastos de viagem, requisitos para o visto) são muitas vezes proibitivos;
- a existência de prazos para a apresentação dos pedidos significa que as famílias arcam com o ônus de respeitá-los.

Dificuldades em entregar os documentos exigidos

Determinados documentos – certidões de nascimento/óbito/casamento, documentos confirmando os seus direitos de propriedade, certificados de formação profissional, atestados de emprego, certificados de serviço militar – permitem que famílias economicamente vulneráveis se beneficiem de direitos específicos que lhes correspondem.

No entanto, muitas vezes as famílias não têm condições de obter esses documentos, seja porque foram destruídos durante o conflito ou por causa da falta de precisão dos registros e da incapacidade da administração local de fornecer as informações necessárias.

As famílias com frequência se encontram em uma situação em que documentos com o nome do seu parente desaparecido devem ser novamente emitidos. Nesses casos, para evitar duplicação e fraude, as autoridades exigem a presença da pessoa desaparecida e se recusam a emitir os documentos a um membro da família sem a autorização expressa do parente desaparecido. As famílias às vezes sentem que essa condição só existe para colocar obstáculos no seu caminho.

A situação é ainda mais complicada em regiões do mundo onde a pessoa desaparecida não possui documentos oficiais (cédula de identidade, passaporte, etc.). Em casos assim, a família às vezes precisa provar a existência do seu parente desaparecido antes de reivindicar o seu desaparecimento!

CASO

Uma família que busca reclamar a sua propriedade, a fim de vendê-la, falou sobre as suas dificuldades com as complexas exigências administrativas: “Tudo isso avança devagar demais e de forma ineficiente. Você precisa de um monte de documentos para cada coisa: as pessoas só ficam derivando você a outros. Quando decide fazer algo assim, você precisa ter muita energia, tenacidade e paciência. E isso é exatamente o que lhe falta”, disse a filha de um civil que desapareceu em 1994.

CICV: *The Families of the Missing in Serbia and Montenegro: A Legal Study*, Genebra, 2004, p. 39.

5. Medo e ameaças

As famílias podem ter medo de denunciar o caso de um parente desaparecido às respectivas autoridades, incluindo a polícia, por várias razões. As próprias autoridades podem estar envolvidas no desaparecimento da pessoa. As famílias também podem ter medo de estigmatização, isolamento, certas formas de pressão e inclusive ameaças se pedirem que as autoridades tomem as medidas adequadas.

Algumas famílias denunciaram que foram intimidadas a fazer falsas declarações às autoridades locais, pela parte responsável pelo desaparecimento do seu parente.

Muitas famílias se queixaram de que, para obter a certidão de óbito, foram obrigadas a assinar documentos dizendo que o seu parente foi “morto por terroristas” e/ou afirmando que elas haviam visto o corpo e tinham certeza da morte da pessoa – embora nenhuma dessas afirmações fosse verdade.

6. Direito interno e prática tradicional

Deve-se observar que há um peso adicional para os que têm relação com a pessoa desaparecida: as ideias tradicionais, ou as normas, muitas vezes prevalecem sobre o direito interno em certos temas. Essas regras nem sempre estão plenamente alinhadas com o direito interno ou mesmo com o direito internacional. Além disso, em muitas comunidades, a unidade familiar e o clã ainda organizam a maioria dos aspectos da vida diária, e as identidades individuais derivam desses agrupamentos. Em tais comunidades, ideias relacionadas ao dever e à tradição, que são muito importantes, suplantam as leis formais em determinadas áreas.

EXEMPLO

Casamento tradicional: Muitas pessoas, especialmente em áreas rurais, têm casamentos tradicionais, que são realizados por um líder religioso local e não registrados junto às autoridades administrativas. Em questões como herança, guarda dos filhos ou benefícios associados com a perda de um marido, portanto, não há nenhuma proteção legal efetiva para a esposa da pessoa desaparecida.

A nora: Após o casamento, a esposa geralmente se muda para a casa dos sogros. Lá ela tem diversas obrigações, como cuidar da casa, dos sogros e da família. A relação entre a nora e os sogros em geral é boa. Mas, quando não é, podem surgir problemas, pois a posição dela dentro da casa é muito fraca e os familiares do marido exercem uma grande influência. Se o pai é desaparecido e a mãe sai de casa, os filhos terão de permanecer na casa do pai. Tradicionalmente, após o divórcio os filhos ficam sob a guarda do pai.

Algumas mulheres podem enfrentar uma série de problemas, tais como ter acesso negado a assistência social (compensação pela “perda do arrimo de família”) ou aos seus filhos, se elas desejarem casar-se de novo.

EXEMPLO

Em casos de desaparecimento, a legislação russa estipula que os filhos devem permanecer com a mãe; mas a tradição russa exige que eles fiquem com os avôs paternos. Como consequência, a mãe tem, independentemente dos seus próprios desejos, de ficar na casa dos sogros.

Com respeito à herança, as casas geralmente são consideradas propriedade do homem. Quando, após o desaparecimento, não restam homens, a família pode enfrentar a perspectiva de perder a sua casa, já que os vizinhos têm permissão para reivindicá-la abertamente.

Dificuldades relacionadas com a busca de um parente desaparecido

INFORMAÇÕES

As famílias começam a busca por um ente querido no dia em que se tornam conscientes do seu desaparecimento e não terminam enquanto não receberem informações confiáveis sobre a sua sorte e o seu paradeiro. Trata-se, na maioria dos casos, de um processo muito longo com vários obstáculos pelo caminho:

- Ausência de informações das autoridades: mesmo quando há indícios de que a pessoa desapareceu enquanto estava sob a responsabilidade, por exemplo, da polícia ou do exército, as autoridades demonstram pouco interesse em esclarecer a sua sorte.
- Indisponibilidade de informações pertinentes sobre os mecanismos existentes para esclarecer a sorte de pessoas desaparecidas ou sobre organizações que podem ajudar as famílias na sua busca.
- A dificuldade de provar a morte de um parente: na maioria dos casos, o corpo da pessoa desaparecida é exigido para que se estabeleça de forma conclusiva o fato da sua morte. Em muitos contextos, porém, não existem processos para a recuperação, a exumação e a identificação dos restos mortais das pessoas desaparecidas. E onde estão disponíveis, esses processos são muito lentos e não oferecem as respostas concretas que as famílias querem.
- As famílias podem ser exploradas por pessoas irresponsáveis ou inescrupulosas que vendem informações falsas e espalham rumores.
- As famílias podem ser alvos de ameaças ou represálias durante a busca do seu parente desaparecido.

[!\[\]\(bc41d2928368291aeb48d45289891271_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 308: Ajuda no processo de busca, p. 109.](#)

1. A necessidade de informações confiáveis sobre a sorte das pessoas desaparecidas

As famílias raramente recebem notificação oficial do desaparecimento de um parente. Pode acontecer de familiares testemunharem a prisão do seu ente querido, quando as autoridades ou “homens armados desconhecidos” chegam à sua casa e o levam embora. Ocasionalmente, as famílias recebem primeiramente informações sobre o desaparecimento de um parente através de uma testemunha ou de um companheiro; a confirmação oficial, se existir, só vem depois. A possibilidade de que o parente tenha desaparecido toma forma como resultado da falta de notícias sobre ele e pelo fato de que ele não retornou. Em alguns casos, a família, sem ter qualquer notícia sobre um enfrentamento em que o seu parente possa ter se envolvido, começa a procurá-lo. Em muitos casos, contudo, as famílias têm de esperar muito tempo antes de receber informações confiáveis sobre a sorte do seu parente.

A maioria das famílias **começa a buscar** o seu parente assim que ele é preso ou que tomam consciência do seu desaparecimento. Em seguida, vem um período de ativa busca que inclui visitas às autoridades locais (formais e informais), a centros de detenção, ao campo de batalha, a hospitais e a diversas organizações. Esse período pode também incluir a busca entre cadáveres, a descoberta de sepulturas, a procura por testemunhas ou por pessoas responsáveis por prender a pessoa desaparecida ou por aqueles que estavam a cargo da unidade militar onde a pessoa desaparecida servia; e, finalmente, as famílias também entram em contato com pessoas que possam servir de intermediários ou ajudar na busca de informações.

A maioria das famílias **continuará buscando** o seu ente querido até que todas as vias forem exploradas e enquanto não receberem **informações confiáveis sobre a sua sorte e o seu paradeiro**. Muitas famílias não interrompem a sua busca mesmo anos após o desaparecimento do seu parente; reúnem cada informação disponível ainda que, às vezes, ele contradiga as informações coletadas anteriormente. No seu ponto de vista, cancelar a busca seria o mesmo que abandonar o seu parente desaparecido; significaria que elas já não consideram que a pessoa seja parte da família. Poucas famílias de fato param de buscar por um tempo. No entanto, isso não quer dizer que esqueceram o seu ente querido ou que perderam todas as esperanças de saber o que aconteceu com ele.

CASO

Leila é a mãe de Magomed, um jovem de 18 anos que foi levado por soldados durante uma prisão em massa de homens em 2000. Na ocasião, ele estava escondido em um porão com a sua mãe e duas irmãs. Desde então, Leila tenta entrar em contato com todas as autoridades do país, tanto federais como estaduais, e também tenta chegar a autoridades internacionais. Leila tem uma foto que, segundo ela, mostra o seu filho em um poço, o mesmo tipo de poço que eram usados em postos de controle. As pessoas eram colocadas dentro desses poços e recebiam a ordem de esperar. A foto está sempre com ela, assim como a cópia de uma carta que ela enviou às autoridades. A sua vida diária é totalmente tomada pela busca das autoridades às quais entrega cópias da foto e da carta – em que narra os eventos que levaram ao desaparecimento do seu filho. É um processo que demanda tempo e não dá espaço para nada mais na vida de Leila: ela entende, claro, que deveria cuidar melhor de si mesma e das suas duas filhas. “Há muito a fazer para encontrar Magomed”, diz ela. “Eles (as autoridades) devem saber onde ele está agora”. (Rússia, CICV, 2008).

2. Ausência de informações das autoridades sobre a sorte dos Desaparecidos

Geralmente, quando pessoas são sequestradas nas suas casas, as famílias se dirigem imediatamente aos agentes da lei, às autoridades administrativas locais ou às bases militares locais para perguntar sobre o paradeiro dos seus parentes. Com frequência, nenhum dos funcionários procurados pelas famílias tem quaisquer informações pertinentes a comunicar; algumas vezes, as famílias também dizem que os funcionários falsamente negam ter informações. É nesse momento que alguém se torna uma “pessoa desaparecida”.

Quase sempre, se as autoridades têm alguma informação, ela está relacionada às primeiras horas, às vezes semanas, após a prisão da pessoa. As famílias então têm de lidar rapidamente com a completa falta de informações por parte das autoridades, que alegam que a pessoa desaparecida já não é da sua responsabilidade. Algumas famílias contam que lhes disseram que o seu parente desaparecido havia de fato sido preso, mas que depois foi libertado.

No entanto, as famílias continuam em contato com as autoridades, em busca de informações sobre o paradeiro dos seus parentes desaparecidos, muitas vezes, sem sucesso.

Mesmo quando as famílias produzem informações consideráveis (relatos de testemunhas sobre a apreensão ou a detenção da pessoa), as respostas das autoridades frequentemente tomam a forma de uma negação categórica dos fatos ou de uma prestação de informações que parecem contraditórias, com base no que as famílias já sabem. A insatisfação sentida pelas famílias em casos assim é compreensível, pois estão convencidas de que as autoridades – tendo estado envolvidas no desaparecimento do seu parente – devem saber algo sobre o seu paradeiro.

No final, as famílias rapidamente perdem o rastro do seu parente desaparecido através do aparato oficial; mas continuam acreditando que ele está sendo mantido em algum lugar.

3. A importância de recuperar e identificar os restos mortais dos Desaparecidos

A morte de uma pessoa desaparecida é com frequência difícil de provar. As famílias precisam receber cada detalhe disponível sobre a sorte do seu ente querido: data, lugar e circunstância da morte e localização do seu túmulo. Em muitos contextos, e em muitos casos, as famílias se convencerão da morte do seu ente querido somente após a recuperação dos seus restos mortais. Mas é extremamente importante que elas saibam que o processo de recuperação e identificação, quando realizado, é longo e complexo (*ver Seção 4, p. 129*). Além disso, os restos mortais muitas vezes não podem ser recuperados, e algumas vezes não podem ser identificados.

CASO

“Precisamos de informações detalhadas sobre o que realmente aconteceu com ele. Queremos saber quando e onde ele foi morto para que possamos realizar os rituais. Também precisamos do nome da polícia [sic] responsável pelo incidente. De qualquer maneira, se ele não está mais, queremos a confirmação de que está morto. Não podemos continuar com essa dúvida sobre se ele voltará ou não. Eles devem nos mostrar onde o corpo está enterrado; precisamos do corpo ou de algum sinal que nos convença de que ele está morto”. – Irmão de um homem desaparecido, Nepal, CICV, 2008.

“É realmente importante recuperar o corpo. Não podemos acreditar enquanto não nos derem uma prova sólida. Quem garante que eles não estão mostrando o túmulo de outra pessoa? Continuamos sem acreditar nas pessoas, ainda que digam que ele foi morto.” – Mãe de um homem desaparecido, Nepal, CICV, 2008.

4. A necessidade de informações sobre processos ou mecanismos jurídicos existentes para esclarecer a sorte dos Desaparecidos

A experiência mostra que, para lidar com a questão das pessoas desaparecidas, devem-se estabelecer mecanismos efetivos em vários níveis. Diferentes contextos podem exigir diferentes soluções, e ainda não se identificou nenhuma abordagem que se aplique a todas as situações; mesmo assim, todos eles – mecanismos de coordenação e mecanismos nacionais – devem sempre estabelecer laços e informar as famílias e as comunidades interessadas sobre o seu trabalho, as suas limitações, as chances de sucesso e a probabilidade de encontrar as pessoas desaparecidas vivas ou de encontrar os restos mortais através da exumação e da identificação forense. Além disso, devem-se informar as famílias sobre se, e como, elas poderiam obter assistência e reparação, e sobre as possibilidades de punição dos responsáveis pelo desaparecimento dos seus entes queridos. Qualquer participação direta das famílias nesses mecanismos, e em processos como os de exumação e troca de informações, deve ser encarada de maneira sensível e culturalmente apropriada. Os mecanismos não devem perpetuar o sofrimento das famílias ou dar-lhes falsas esperanças: essa é uma das suas responsabilidades.

As famílias têm grandes esperanças nesses mecanismos; elas esperam, inicialmente, saber a verdade, e obter reparação e justiça. Depois, no entanto, a maioria das famílias expressa decepção: queixam-se de que não receberam o tipo de informação concreta que esperavam e de que as investigações não descobriram a verdade pela qual esperavam. O principal motivo para esse desencanto é que as autoridades não consultaram as famílias ou os seus representantes.

5. Rumores, intermediários e clarividentes

A falta de informações claras sobre as circunstâncias do desaparecimento de uma pessoa abre espaço a boatos e conjecturas. O papel das autoridades a esse respeito é fundamental. Em alguns países, declarações oficiais, de que a pessoa está sendo mantida em um centro de detenção cujo nome não é mencionado e é obrigada a trabalhar, claramente não fazem mais do que alimentar as esperanças da família da pessoa desaparecida.

Quase todas as famílias conduzem as suas próprias investigações de forma paralela aos passos citados acima. Em geral, as informações que as famílias recebem sobre o seu parente desaparecido frequentemente assume a forma de rumores: centros secretos de detenção ou outros lugares, onde os prisioneiros têm identidades numeradas ou nomes falsos, são obrigados a trabalhar como escravos ou a lutar, e assim por diante. Rumores como esses circulam amplamente e se autopropagam.

As famílias também podem ser contatadas por intermediários, ou entrar em contato com eles, para negociar informações em troca de uma importante quantia em dinheiro. Famílias também buscam informações de clarividentes ou curandeiros, que são considerados fontes confiáveis de informação. Embora as informações reunidas através de rumores, intermediários e clarividentes tenha valor duvidoso e seja impossível de checar, ela fornece “respostas” às famílias. Mais importante: as famílias sentem que estão conseguindo as informações que procuram desesperadamente: O seu parente desaparecido está vivo! As suas esperanças são alimentadas por rumores e informações não oficiais, e isso as incentiva a seguir buscando.

6. O custo da busca: dinheiro, subornos, venda de bens

Fontes não oficiais muitas vezes trocam informações por dinheiro. Em alguns casos, diz-se que as autoridades pedem propina em troca de informações. A busca por um parente desaparecido pode se tornar um peso financeiro. Algumas famílias gastam muito dinheiro com isso e são forçadas a vender os seus bens (carros, casas, etc.): isto pode resultar em longos períodos de endividamento.

7. Ameaças e represálias

Em geral, pessoas desaparecidas e as suas famílias são consideradas vítimas de conflito e violência. No entanto, algumas vezes as autoridades afirmam que, entre aqueles classificados como “pessoas desaparecidas”, há alguns que se juntaram à oposição e podem estar simplesmente “escondidos na floresta”, e outros que podem apenas ter saído de casa sem informar às suas famílias. As autoridades às vezes também afirmam, publicamente, que algumas famílias sabem onde estão os seus parentes desaparecidos.

Portanto, as famílias podem se dar conta de que são percebidas como “opositoras das autoridades”. E podem enfrentar uma pressão cada vez maior por parte das autoridades: a sua segurança pessoal às vezes pode ser ameaçada. O seu acesso a emprego, serviços e benefícios também pode ser ameaçado – para obrigá-las a terminar com as suas atividades em nome dos seus parentes desaparecidos.

Muitas famílias também temem a possibilidade de que haja ameaças ou represálias contra aqueles, entre os seus membros, que estão encarregados da busca. Essas ameaças não são denunciadas às autoridades porque, como as famílias deixam claro, às vezes as autoridades são parte do problema.

Dificuldades financeiras relacionadas com o desaparecimento de parentes

INFORMAÇÕES

As famílias de pessoas desaparecidas têm problemas econômicos e financeiros diretamente relacionados com o desaparecimento do seu ente querido. Como a sua renda não cobre as suas necessidades básicas, muitas famílias precisam economizar em roupas, atendimento médico, comida e educação para os filhos. Há vários motivos para as suas dificuldades financeiras, como:

- Renda reduzida ou inexistente devido à perda do (principal) arrimo de família
- Ausência de um status jurídico para os Desaparecidos
- Dificuldade de obter acesso a apoio, seja das autoridades ou de agências humanitárias
- Escassez de assistência
- Peso financeiro da busca

Essas dificuldades são ainda maiores para os deslocados internos e os refugiados.

1. Falta de renda em virtude da perda do arrimo de família

Muitas famílias com parentes que desapareceram enfrentam dificuldades financeiras como resultado direto da perda do(s) arrimo(s) de família. A imensa maioria das pessoas desaparecidas são homens, a maior parte deles com idades entre 15 e 30 anos; a maioria desses homens é fonte importante para a renda familiar; pode também acontecer de o parente desaparecido ser um jovem, um futuro arrimo de família, sobre o qual a família depositou as suas esperanças. Em muitas sociedades, essa situação afeta principalmente mulheres que perderam os seus maridos (e os pais dos seus filhos), pais idosos que não têm filhos para apoiá-los e famílias que têm que lidar com a perda de mais de um assalariado.

Os problemas materiais enfrentados por essas famílias são diversos: dificuldade financeira, dependência econômica, condições precárias de moradia, dificuldades para criar os filhos, dificuldades para manter a casa, dificuldades para os idosos sem filhos que possam cuidar deles, dívidas causadas pelos gastos com a busca. Somem-se a isso outros fatores que também afetam a população em geral: altos níveis de desemprego, falta de capacitação para as ofertas de trabalho disponíveis e corrupção endêmica.

As famílias mais vulneráveis são as lideradas por mulheres e com numerosos filhos, assim como aquelas formadas inteiramente por pessoas idosas que vivem por conta própria.

2. Dificuldade de acesso ao apoio das autoridades e à assistência humanitária

Algumas famílias podem ser registradas como “casos sociais” e receber apoio do sistema público de bem-estar. Entretanto, quando o status especial dos familiares sobreviventes de pessoas desaparecidas não é reconhecido, as famílias muitas vezes têm dificuldade de obter qualquer forma de apoio ou compensação financeira.

Nos casos em que a ajuda humanitária está disponível, algumas famílias têm o direito de obtê-la porque os seus membros são refugiados ou deslocados internos e cumprem os critérios de vulnerabilidade especificados pelas várias organizações humanitárias.

Porém, as famílias de pessoas desaparecidas geralmente não são consideradas como especificamente vulneráveis pelas organizações humanitárias. Como resultado, não há programas de assistência para o seu benefício especial. Certas assistências *ad hoc* são prestadas através de associações de familiares ou ONGs, mas não são duradouras.

3. Escassez de benefícios sociais

A renda familiar, ainda que inclua pensão ou salário, é quase sempre insuficiente para atender às necessidades diárias.

As dificuldades financeiras de uma família geralmente se intensificam quando os seus membros são obrigados a viver como deslocados internos ou refugiados. Como tiveram de abandonar as suas casas, essas famílias terão perdido os seus principais bens, isto é, a sua propriedade e as suas fontes de renda. Quando são deslocadas de áreas rurais para zonas urbanas, como muitas vezes acontece, têm dificuldade de se adaptar à vida e encontrar emprego onde agora vivem. Famílias de agricultores precisam enfrentar a perda do seu meio de subsistência porque não têm acesso à terra.

Quando lhes pedem que descrevam como lidam com a nova situação, algumas famílias dizem que se tornaram vendedores no mercado para terceiros; algumas fazem negócios comerciais em pequena escala. Outras precisam depender da gentileza da comunidade ou recorrem à mendicância. Outro modo de se ajustar à nova realidade é cortando gastos com saúde, educação e alimentos, e depois endividar-se quando as suas necessidades básicas precisam ser atendidas. Claramente, o futuro para essas famílias é muito incerto.

CASO

“Tudo é difícil porque ele não está aqui. Para mim, é muito difícil viver. Ninguém me apoiará com dinheiro se eu adoecer. As pessoas não me darão empréstimo porque não tenho o meu homem para trabalhar e pagar de volta. Os meus vizinhos, a minha comunidade, eles não me dão ajuda alguma.” – Mulher de um homem desaparecido, Nepal, 2008.

4. O peso financeiro da busca

As famílias continuam a **gastar dinheiro na busca dos seus parentes desaparecidos**, principalmente com o transporte e a comunicação com as autoridades. Algumas famílias gastam muito dinheiro na busca e são obrigadas a vender seus bens (carros, casas, etc.). Quando precisam, **tomam dinheiro emprestado**. Essa é uma estratégia de enfrentamento da situação que leva a altos níveis de endividamento.

EXEMPLO

No Cáucaso, algumas famílias chegaram a vender propriedades ou animais, cortar despesas diárias (comida, atendimento médico) ou tomar dinheiro emprestado para continuar a sua busca. (CICV, Relatório de avaliação interna, sul do Cáucaso, setembro de 2008.)

As seguintes recomendações deveriam ser levadas em conta:

- **deve-se explorar a colaboração com as associações de familiares (e outros grupos similares).** As associações conhecem bem a realidade das famílias dos Desaparecidos; elas seriam muito úteis na coleta e na difusão de informações; e seriam parceiros efetivos em qualquer programa voltado a essas famílias. A possibilidade de colaborar com elas e prestar-lhes apoio deveria ser explorada;
- **as informações sobre os benefícios relacionados aos Desaparecidos devem estar disponíveis para as famílias dos Desaparecidos,** particularmente àquelas que tenham sido identificadas como especialmente vulneráveis;
- **devem-se fazer esforços para minimizar as despesas relacionadas com a busca, especialmente para as famílias que vivem na zona rural.**
- **deve-se considerar um apoio financeiro direto adicional para aquelas famílias de Desaparecidos consideradas particularmente vulneráveis;**
- **as famílias dos Desaparecidos devem ter acesso prioritário à capacitação profissional, ao apoio para agricultura e pecuária e aos programas de microcrédito;**
- **deve-se considerar a possibilidade de ampliar o acesso a benefícios relacionados com os Desaparecidos que existem para certas categorias de famílias (por exemplo, famílias de militares desaparecidos).**

Consequências psicológicas e psicossociais do desaparecimento de um parente

Embora as famílias das pessoas desaparecidas vivam as mesmas experiências que as de outras famílias afetadas por conflitos armados – destruição das suas casas, perda do emprego e da posição social, etc. –, elas também enfrentam desafios psicológicos e psicossociais específicos.

Neste guia, o termo “psicológico” refere-se à maneira como os indivíduos lidam com uma situação e aos seus pensamentos, sentimentos e percepções pessoais. O termo “psicossocial” diz respeito à relação entre os indivíduos e o seu ambiente social, sobretudo as suas famílias e a sua comunidade próxima.

As consequências do desaparecimento de parentes serão descritas a partir dessas duas perspectivas: individual e interpessoal.

[!\[\]\(12ed6604b14b5b7353de675f579082f8_img.jpg\) Ver Seção 2, Ficha Informativa 2.1:](#)

[Impactos psicológicos e psicossociais do desaparecimento, p. 61.](#)

Reações psicológicas

O impacto do desaparecimento de um ente querido tem certas semelhanças com o de um evento traumático. Mas essas são duas experiências diferentes, e cada uma delas provoca reações psicológicas específicas. Um evento traumático é caracterizado por violência e duração limitada; já a situação em que os familiares dos Desaparecidos se encontram não tem limite fixo de tempo, e a dor e o estresse que sofrem são permanentes.

Pessoas que viveram um evento traumático precisam lutar, às vezes em vão, para não pensar nele e não reproduzir o evento na sua mente sucessivas vezes. Já os familiares de uma pessoa desaparecida farão tudo o que puderem para não esquecer.

Por isso, é um erro definir o sofrimento psicológico das famílias como um transtorno de estresse pós-traumático. Isso diminui a particularidade dessas experiências e subestima o estresse incessante criado pela incerteza e a ambiguidade da perda. Para as famílias de pessoas desaparecidas, toda a situação – o desaparecimento e tudo ligado a ele – é traumática. A ausência de informações sobre o seu parente desaparecido pode mergulhar os familiares em um estado de incerteza angustiante que pode perturbar seriamente as suas vidas. Esse estado é marcado por:

1. INCERTEZA ANGUSTIANTE

Busca ativa

- É uma importante fonte de estresse.
- Pode levar a exaustão física e mental.
- Pode ser traumática quando envolve o exame de cadáveres e a exumação de valas comuns não identificadas.
- É algumas vezes ligada à necessidade de reafirmar que a pessoa desaparecida está viva.

Esquiva

- Ao confrontar com a ideia de morte.
- Ao confrontar outros por medo de sofrer uma crise emocional, que pode levar a isolamento social e emocional.

Estado de alerta constante

- Torna as famílias permanentemente vigilantes.

Pensar constantemente na pessoa desaparecida

- Torna essa pessoa uma presença opressiva na vida diária.
- Dificulta a concentração e o sono.
- Dá origem a problemas somáticos.

Alternância entre esperança e desespero

- Essa é uma situação exasperante à qual as pessoas estão presas.
- As famílias podem tender a aferrar-se à esperança por vários motivos (religiosos, culturais e/ou psicológicos).
- A esperança também tem um preço.
- A qualquer momento, fatores além do seu controle podem reacender o desespero das famílias.

Irritabilidade e nervosismo

- Baixa tolerância a outras causas de estresse.
- Indisponibilidade para os demais.

2. CULPA, AUTOACUSAÇÃO E RAIVA

Culpa e autoacusações relacionadas à responsabilidade pessoal por:

- Não ter evitado o desaparecimento.
- Não ter podido proteger a pessoa desaparecida.
- Não encontrar a pessoa.

Culpa relacionada ao sentimento de ter abandonado a pessoa quando:

- A busca é infrutífera.
- A busca é cancelada.
- A família é obrigada a declarar morta a pessoa desaparecida.

Culpa por querer levar uma vida normal porque

- Ela é incompatível com a ansiedade pelo sofrimento da pessoa desaparecida.
- Não há normas ou regras tradicionais que incentivem a família a seguir em frente.

Culpa por querer dar um fim à incerteza.

Raiva

- Dirigida à pessoa desaparecida e aos responsáveis pelo seu desaparecimento.
- Nem sempre é expressa abertamente; às vezes, a sua expressão se dá através de sonhos.

As pessoas lidam com culpa, autoacusações e raiva ao encontrar um sentido à sua experiência

- Por exemplo, explicam o desaparecimento do parente dizendo a si mesmas que ele foi lutar pelo seu país. Elas lidam com a situação:
 - participando da luta contra a injustiça;
 - ajudando outras.

3. DESAPEGO EMOCIONAL E PERDA DE INTERESSE EM OUTRAS ÁREAS

- A incerteza consome tudo. Exaure a energia da pessoa e impede que ela destine energia emocional e intelectual a outras coisas.
- Envolvimento em outras áreas (por exemplo, atividades e relacionamentos prazerosos) podem ser sentidos como uma traição à pessoa desaparecida.

4. OUTRAS COMPLICAÇÕES

Sinais específicos

- Obsessão
- Confusão mental
- Estase (falta de capacidade de ação)
- Ansiedade e depressão

Circunstâncias agravantes

- Presença de familiares no evento que ocasionou o desaparecimento
- Perda ou desaparecimento de mais de um membro da família

1. Incerteza angustiante

Busca ativa

Movidos pela **ansiedade de saber**, familiares não poupam esforços e utilizam todos os recursos para obter cada informação sobre o seu parente desaparecido. Para confirmar a sua esperança de que o seu parente desaparecido ainda está vivo e restabelecer a confiança, muitos familiares recorrerão a várias fontes, e todas elas provavelmente lhes dirão o que querem e precisam ouvir. Isto traz o risco de reforçar falsas esperanças e impede certos reajustes psicológicos que são necessários para lidar com a ausência de um ente querido.

Como mencionado, numerosos fatores continuamente revivem a busca ativa: rumores e informações não oficiais fornecidos por clarividentes e intermediários, fé religiosa, crenças tradicionais, ausência de informações claras por parte das autoridades, estigmatização social e pressão social.

Embora a busca de informações seja uma reação perfeitamente normal, especialmente nos primeiros anos após o desaparecimento, é também uma fonte significativa e permanente de estresse. A duração e a intensidade da busca podem resultar em exaustão física e mental (algumas famílias ainda estão ativamente buscando o seu parente desaparecido após 25 anos). Sem orientação, apoio ou restrições, a busca pode se tornar traumática.

EXEMPLO

Algumas famílias entrevistadas pelo CICV no Cáucaso descreveram a dor causada pela busca dos seus parentes desaparecidos. Elas disseram que tiveram de cavar valas comuns e buscar entre os cadáveres em campos de batalha.

Esquiva

O **medo da perda permanente** de um ente querido pode ser uma presença inquietante na mente das famílias, e elas podem resistir incessantemente à ideia da morte do seu parente desaparecido. Isto às vezes as obriga a lutar contra o seu próprio pessimismo e a evitar encarar os fatos ou se encontrar com pessoas que possam confirmar os seus piores temores.

“Eu me esforço muito para não deixar que ideias ruins entrem na minha cabeça.” – Mãe na Geórgia

O ato de evitar as outras pessoas pode ser causado pelo **medo de não ser capaz de evitar entrar em crise** cada vez que a pessoa desaparecida é mencionada.



Kishor Kayastha/CICV

Distrito de Dhading, Jogimara, Nepal. Familiar de pessoa desaparecida.

Estado de alerta constante

O anseio desesperado de ver a pessoa desaparecida e as ardentes esperanças por o seu regresso podem, às vezes, levar a um estado de alerta antinatural.

CASO

“A coisa mais difícil de superar é esse estado constante de nervosismo que não vai embora, é imaginar que a qualquer momento ele poderia estar batendo à porta. Durante a noite, escuto com os ouvidos aguçados e, cada vez que escuto um barulhinho, a primeira coisa que me vem à cabeça é que o meu filho está de volta.” – Pai de uma pessoa desaparecida no sul do Cáucaso (CICV, Families of Missing: Needs Assessment, 2008)

Pensar constantemente na pessoa desaparecida

Não saber a sorte do seu parente desaparecido e, pior, o conhecimento de que qualquer coisa pode ter acontecido, gera sérias preocupações entre os familiares. Tudo o que faz lembrar a pessoa desaparecida, por menor que seja (as suas roupas, os seus amigos, os lugares aonde costumava ir, datas importantes, etc.), é um catalisador de novas preocupações e **torna a ausência do ente querido um traço inescapável da vida diária.**

EXEMPLO

Em uma pesquisa realizada pelo CICV no Cáucaso, uma percentagem muito alta (77%) dos entrevistados disse que pensava no seu parente desaparecido – 15 anos após o seu desaparecimento – “o tempo todo”.

Além disso, várias mães, acreditando que os seus filhos/filhas estavam sendo mantidos em centros de detenção não identificados, preocupavam-se constantemente sobre o que eles estavam comendo e bebendo e se estavam sofrendo com o frio.

Essa preocupação constante pode tornar **difícil se concentrar** em outras questões **ou dormir normalmente**.

CASO

“Ele está sempre comigo aonde quer que eu vá (...). Na minha cabeça ele está andando, falando comigo (...). Sinto que ele ainda está vivo.” – Mãe de um jovem que desapareceu no sul do Cáucaso (CICV, Families of Missing: Needs Assessment, 2008)

A intensa ansiedade causada por essa situação pode também dar origem a problemas somáticos como dor de cabeça, tensões musculares e dor no peito (*ver o parágrafo sobre “Outras complicações”, p. 48*).

Alternância entre esperança e desespero

Algumas famílias podem lidar com a situação **optando pela esperança em lugar do desespero e aferrando-se ao cenário mais esperançoso (isto é, que o seu parente desaparecido continua vivo)**. Às vezes, elas podem inclusive se comportar como se nada houvesse realmente mudado nas suas vidas. Os casos de mães que continuam a preparar os pratos favoritos das pessoas desaparecidas, ou que deixam a luz acesa para o caso de que retornem, têm sido notados em vários contextos. Essa é uma maneira de manter vivo o seu ente querido, em certo sentido, e de manter a sua presença na família.

Aferrar-se à esperança é uma reação compreensível. Isto não deveria ser confundido com a negação quando não existe nenhuma evidência tangível de morte e quando a família ainda continua ativamente envolvida na busca pelo seu parente.

A negação se torna um problema quando, apesar da existência de motivos suficientes para acreditar que a pessoa desaparecida está morta, a família ainda se recusa a considerar essa possibilidade.

INFORMAÇÕES

- Aferrar-se à esperança é diferente de negar.
- Aferrar-se à esperança pode impedir que as pessoas reorganizem as suas vidas.
- Em ambas as situações (esperança e desespero), as famílias continuam vulneráveis.

● AFERRAR-SE À ESPERANÇA

Vários fatores influenciam a persistência da família em ter esperança:

→ Fatores externos

- **A ausência do corpo (isto é, da prova da morte)**
- **A ausência de informações confiáveis**
- **Declarações oficiais ambíguas**
- **O contexto:** As famílias podem se basear na história pregressa do seu país, onde era comum não ter notícias de um parente detido.
- **As circunstâncias do desaparecimento:** Se uma pessoa foi presa em casa, a família pode inclinar-se a acreditar que ela está sendo mantida em algum lugar. A única questão é onde.
- **Outros resultados positivos:** Por exemplo, o caso do retorno de um soldado desaparecido após muitos anos. Ou a libertação de um prisioneiro após um longo período de detenção.
- **Informações não oficiais** de várias fontes: testemunhas (reais ou falsas), rumores, intermediários e clarividentes. É importante notar que as esperanças desesperadas fazem com que algumas famílias deem crédito a histórias inverossímeis – por exemplo, que os seus parentes desaparecidos estão sendo usados como escravos em outros países.
- **Atitudes predominantes:** Amigos e vizinhos podem incentivar as famílias a ter esperança, porque pensam que isso ajuda e porque não querem ser uma causa de tristeza para a família.

→ *A bagagem cultural e religiosa*

- **Fortes crenças em sonhos e presságios:** em certas culturas, quando familiares² veem a pessoa desaparecida em sonhos ou “sentem” a sua presença, isso é geralmente interpretado como um sinal de vida.

“O meu marido sonhou com ele. Ele estava de pé no seu sonho. Isso significa que ainda está vivo.” – Mãe na Armênia

“Sempre tenho o mesmo sonho: ele está voltando para casa. A minha filha também tem o mesmo sonho. Isso significa que ele está vivo.” – Mãe no Azerbaijão

Além disso, existem a crença e a confiança em sacerdotes tradicionais que mantêm o otimismo da família através das suas próprias visões e sonhos.

- **Superstição:** Algumas famílias também podem sentir que perder a esperança seria a causa de má sorte para a pessoa desaparecida e que o único jeito de influenciar o seu destino é acreditar que ela ainda está viva e voltará.

→ **Crenças religiosas:** Algumas religiões cultivam a necessidade de ter esperança. Por exemplo, o islã exige que a pessoa que acredita em Deus não perca as esperanças. Outras religiões também exigem provas irrefutáveis da morte antes de abrir mão de toda a esperança.³

→ *Fatores psicológicos*

- **Crença na inocência do desaparecido**

“Eles logo perceberão que ele é inocente e o deixarão ir.” – Família chechena em Grozny

- **Medo de alterar a dinâmica da família ou medo do caos:** Para os pais, a morte dos seus filhos pode ter um impacto significativo sobre os seus papéis sociais e emocionais, sobre a continuidade da família e sobre a realização do propósito das suas vidas (criar uma família e garantir uma velhice segura). Isso é especialmente verdade em sociedades organizadas em torno da unidade familiar. As mortes não esperadas dentro da família causariam rupturas e sérias mudanças que os familiares podem tentar evitar acreditando que o seu ente querido ainda está vivo.

- **Culpa e medo de que a pessoa desaparecida foi abandonada:** Ver parágrafo sobre “Culpa, autoacusação e raiva”, p. 46.

- **Intenso desejo de ver a pessoa novamente**

- **Medo de loucura ou tristeza extrema:** Cada pessoa tem as suas próprias formas de se proteger de intensos sentimentos de perda. Tentar ficar impassível ante a ausência de alguém próximo, sem qualquer pressão externa para fazer isso, não é fácil.

“Tenho que manter a esperança. Do contrário, vou enlouquecer.” – Pai no Azerbaijão

● OS CUSTOS DE TER ESPERANÇA

A esperança cobra um preço muito alto. Ela implica um alto gasto de recursos e energia (visitas a clarividentes, continuar buscando, etc.). Também pode imobilizar as pessoas, fixando-as em determinado estado de espírito, o que restringe as suas vidas sociais e emocionais (Garcia Castro, 1997). Isso acontece quando as famílias não conseguem admitir a ausência dos seus entes queridos, mas a sentem intensamente, a cada dia.

● DESESPERO

Mesmo quando as pessoas começam a perder a esperança e renunciar à ideia de voltar a ver o seu ente querido, continuarão atormentadas pela incerteza. Na ausência de uma prova concreta da morte, pequenos sinais podem reviver a esperança: presságios, informações falsas, rumores, etc.

² Por exemplo, na Guatemala acredita-se que os sonhos da mãe da pessoa desaparecida têm mais significado que os de qualquer outra pessoa.

³ Ver também CICV, *The Missing and their Families: Action to Resolve the Problem of People Unaccounted for as a Result of Armed Conflict or Internal Violence and to Assist their Families*, CICV, Genebra, 2002.

CASO

Maryam ainda era adolescente quando a sua família perdeu o contato do seu irmão mais velho – ele mesmo pouco maior que um adolescente – que havia ido combater na guerra. Hoje, aos 32 anos, Maryam mora com o marido e o filho em um pequeno apartamento.

Maryam tem um emprego de tempo integral e cuida da família. Mas muitas vezes, silenciosamente, a angústia sobre a sorte do seu irmão mais velho volta à tona. “Anos já se passaram e ainda não sabemos se o nosso irmão está vivo ou se foi morto; se foi ferido ou feito prisioneiro”, diz ela.

Para Maryam, a pior parte é a constante alternância entre a esperança e o desespero. “Os relatos contraditórios dilaceram as nossas feridas que ainda estão frescas. Um dia, um dos nossos familiares nos telefonou da sua cidade e disse: ‘Ouvi a voz do seu irmão no rádio’. Isso reacendeu as nossas esperanças.”

“Anos se passaram e quando pensamos que estávamos nos acostumando à ideia de que ele não voltará mais, houve uma repatriação em massa de prisioneiros de guerra. Eles nos informaram de que o nosso irmão estava entre os prisioneiros e a caminho de casa.”

“Nunca esqueceremos como o meu pai deu as suas jarras, que eram o seu orgulho e a sua alegria, de presente para vizinhos e outros familiares. Nós iluminamos a rua e aguardamos atentamente a sua chegada. Nada aconteceu. Foi apenas uma confusão de nomes.”

Sem informações que indiquem o contrário, Maryam e os seus familiares continuam esperando que um dia o seu irmão virá caminhando pela rua, de volta à sua família.

De CICV: <http://www.icrc.org>.

Em última análise, é importante ter em mente que, estando esperançosos ou desesperados, as famílias são muito frágeis: os seus medos, dúvidas e esperanças continuam perto da superfície, impedindo a cicatrização de feridas profundas.

Irritabilidade/Nervosismo

Devido à sua ansiedade com relação a toda a situação, as pessoas podem se tornar impacientes ou irritáveis. Podem achar mais difícil lidar com as fontes rotineiras de estresse nas suas vidas. Esse estado de nervosismo quase sem controle pode também ser a causa de tensões dentro da família e fora dela. Algumas pessoas podem tentar lidar com isso se distanciando dos outros ou limitando a sua vida social.

2. Culpa, autoacusação e raiva

A culpa é uma emoção poderosa que pode dificultar o processo de enfrentamento. A crença de que são pessoalmente responsáveis pela sorte do seu ente querido pode aprisionar as pessoas na sua aflição. A culpa é muitas vezes um conjunto de sentimentos: autoacusação e, às vezes, raiva da pessoa desaparecida e dos responsáveis pelo seu desaparecimento. Dependendo da intensidade e da duração, essas emoções podem exacerbar o sofrimento psicológico das famílias.

Culpa e autoacusação relacionadas à responsabilidade pessoal

As famílias muitas vezes tendem a se culpar: por não ter impedido o desaparecimento do seu parente, não ter podido protegê-lo, ter deixado que o levassem, não ter podido encontrá-lo, e assim por diante. Quando alguém desaparece em combate, sentimentos de culpa podem prevalecer entre os membros da família: eles podem sentir que deixaram o seu irmão ou filho ir à guerra em vez de si mesmos, que priorizaram as suas próprias vidas e o orgulho familiar sobre o seu ente querido.

“Eu não deveria deixado que ele fosse lutar.” – Pai na Armênia.

“Eu deveria ter ido com ele à guerra! Onde está o meu filho agora para que eu possa lhe estender a mão?” – Pai no Azerbaijão.

“O meu marido morreu um ano após o desaparecimento; ele ficou doente e exausto buscando o nosso filho e se sentiu culpado (...) Foi ele quem educou o nosso filho a ser um patriota.” – Mãe no Azerbaijão.

Culpa ligada ao sentimento de ter abandonado a pessoa

Se **não estão buscando**, ou se **a busca está se mostrando infrutífera**, muitas famílias podem começar a sentir que, de fato, abandonaram o seu ente querido. Essa ansiedade pode se combinar com a culpa por **não ter feito o suficiente** ou por não tomar as medidas certas.

Quando as famílias são levadas, contra as suas convicções, a declarar morto um parente desaparecido, elas podem viver sentimentos similares de ter abandonado ou traído o seu ente querido. Algumas podem inclusive dizer que sentem que elas mesmas o mataram (ver caso do quadro abaixo).

Culpa por querer levar uma vida normal

As famílias que são consumidas pelas preocupações sobre o sofrimento do seu ente querido podem ter dificuldade de levar uma vida normal.

“Como posso pensar em mim mesma, comer bem, manter-me agasalhada quando o meu filho poderia estar com fome e frio?” – Mãe em Grozny.

Esses sentimentos de culpa podem também emergir por causa da ausência de normas sociais que orientem as famílias nas suas experiências e as incentive a continuar ocupando-se da sua vida diária. Em circunstâncias comuns de perda, a vida reinicia o seu aspecto de normalidade após certo período, mas, quando um parente desaparece, não há limite para a quantidade de tempo que deve passar até que as famílias retomem a sua rotina social.

As famílias podem criar tais sentimentos entre si, particularmente entre aqueles que querem sair do círculo interno de angústia familiar.

Culpa por querer dar um fim à incerteza

As famílias também podem se sentir culpadas por querer terminar com a sua angústia. A incerteza é uma carga tão pesada que as pessoas começam a sentir que qualquer tipo de certeza é preferível à sua atual situação, mesmo que isso signifique saber da perda permanente do seu ente querido. Depois disso, são assaltadas por sentimentos de culpa por priorizar as suas necessidades e trazer má sorte à família.

CASO

Após terem declarado mortos os seus maridos de modo a obter benefícios sociais, mulheres nos Bálcãs disseram sentir que foram elas que “mataram” os seus maridos. Algumas inclusive temiam que declarar que os maridos estavam mortos sem prova as colocaria numa situação impossível caso eles retornassem. *“Como poderei lhe explicar que declarei que estava morto se ele voltar um dia?”*

De CICV, *Accompanying Families of Missing Persons: A Practical Handbook*, publicado nos Bálcãs, 2008.

Raiva

Embora as famílias direcionem a sua raiva, sobretudo, aos responsáveis por causar o desaparecimento do seu parente, é normal que sintam ressentimento em relação à pessoa desaparecida por fazê-las sofrer tanto. *“Eu lhe disse que não fosse à guerra, mas ele não me ouviu”*, disse uma mãe no Azerbaijão.

É importante notar que a raiva nem sempre se expressa de forma aberta e consciente. Ela pode ser percebida em sonhos relatados pelos membros das famílias. *“Sonhei que estávamos todos sentados à mesa e ele estava sentado ali, sem dizer uma palavra. Eu lhe gritei: ‘Você não tem vergonha?’ Mas ele não levantou a cabeça”*, disse a irmã de uma pessoa desaparecida em Grozny.

INFORMAÇÕES

Sentimentos de culpa, autoacusação e raiva são intensificados pelo fato de que as famílias muitas vezes precisam buscar a pessoa desaparecida por conta própria.

Com o tempo, essas emoções, combinadas com a tristeza pela ausência da pessoa desaparecida, tendem a diminuir a autoestima e aumentar os sentimentos de desamparo entre os membros da família.

Como as pessoas lidam com a situação?

Elas lidam de muitas formas. Enquanto algumas tentarão encontrar um significado na sua experiência, outras ficarão imersas na busca pelo ente querido, na luta por justiça e ajudando os demais. Há também as que buscam consolo em sinais e sonhos.

[!\[\]\(eea5f6a264472e39aece1729f972da28_img.jpg\) Ver Seção 2, Ficha Informativa 2.5: Estrutura psicológica-Perda ambígua \(Boss, 2006\), p. 65.](#)

CASO

Após buscar o irmão por mais de 20 anos, C. um dia tem um sonho. Nele, o seu irmão aparece para ela e diz que a busca é inútil porque ele morreu e o seu corpo foi queimado. Após esse sonho, C. conclui que pode estar de luto e finaliza a procura pelo irmão.

De uma entrevista realizada pelo CICV na Guatemala.

3. Desapego emocional e perda de interesse em outras áreas

A incerteza e as suas consequências psicológicas consomem a energia da pessoa; sobra muito pouco para qualquer outro investimento emocional. *“Tenho quatro filhos, mas é como se tivesse um só, que tomou o lugar de todos os outros. É como se os irmãos dele não existissem mais”*, diz uma mãe, referindo-se ao filho que desapareceu há 15 anos. Declarações como essa indicam como a pessoa desaparecida pode ofuscar todos os outros membros da família, quão grande pode ser vazio deixado pelo seu desaparecimento e quanto tempo esse vazio pode permanecer.

Os familiares que desejam ter prazer em atividades ou em outros relacionamentos podem sentir que estão traíndo a memória da pessoa desaparecida. Consequentemente, eles podem restringir a sua vida social ou não levar em conta as suas próprias necessidades emocionais.

4. Outras complicações

Sinais específicos

Quando não há respostas claras, quando a pessoa é atormentada por sentimentos ambivalentes e se encontra em um estado de limbo – com poucos recursos para enfrentar a situação e muitos poucos fatores de ajuda externa (ambiente de apoio, rituais) –, a sua vida diária pode, com o tempo, ser seriamente afetada. As complicações seguintes são as mais comumente observadas:

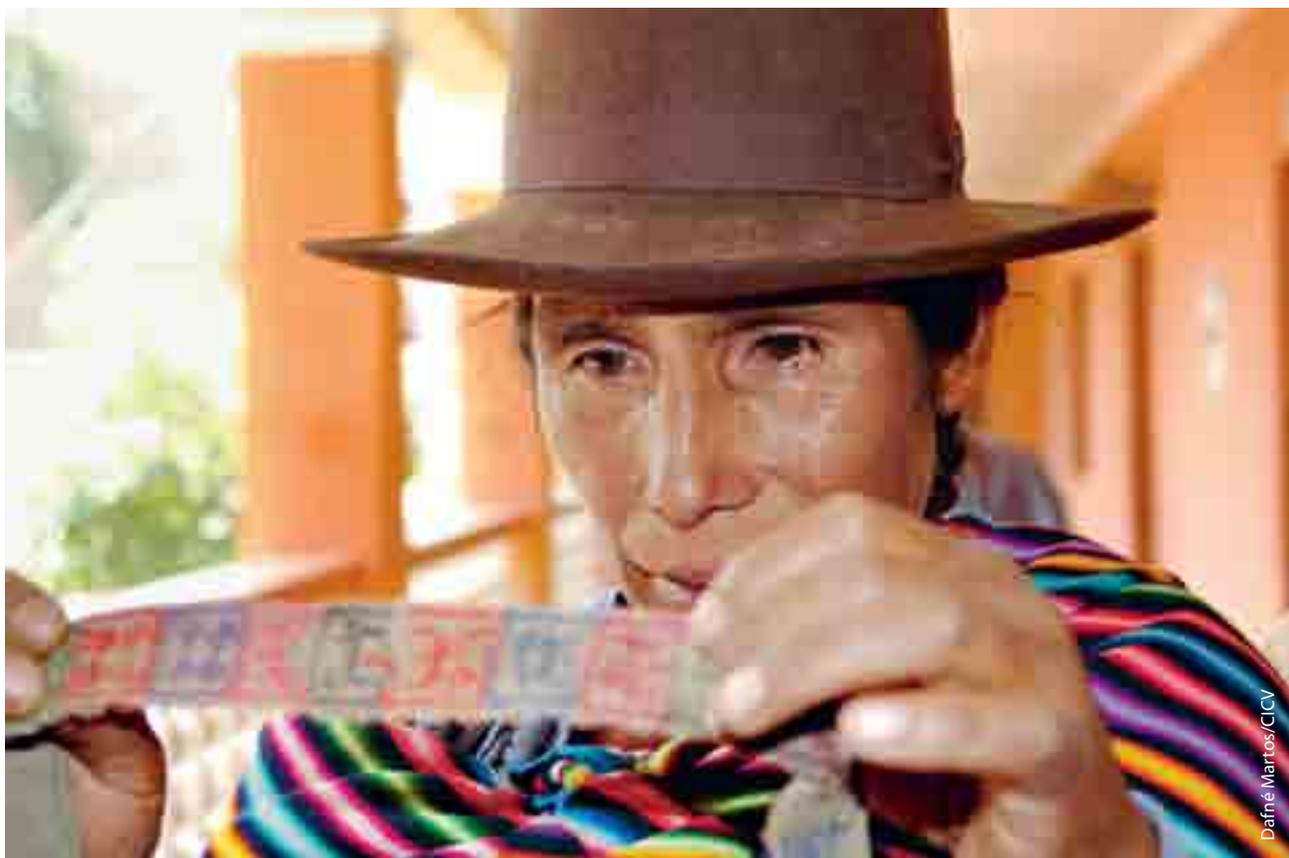
- **Obsessão:** A necessidade de saber pode se tornar obsessiva e assumir a forma de uma compulsão por continuar buscando. Todas as necessidades pessoais, assim como as necessidades de outros familiares, são postas de lado. Desta forma, a vida familiar torna-se secundária à busca por um parente desaparecido. Para alguns familiares com os quais o CICV teve contato no transcurso de pesquisas internas e entrevistas, encontrar o parente desaparecido havia se tornado o único objetivo das suas vidas.
- **Confusão mental:** A intensidade dos sentimentos dos familiares pode distorcer as suas percepções e fazê-los acreditar que veem o seu parente em todo lugar: na rua, na televisão, no jornal e assim por diante.

CASO

Durante as suas orações, que não podem ser interrompidas, a Sra. B. vê o seu filho – desaparecido há 20 anos – passar na frente dela e ir até a cozinha. Quando, após a reza, ela se dirige à cozinha, o seu filho não está lá. Depois disso, ela faz todo o possível para se convencer de que aquilo foi apenas um espectro.

Familiares de Desaparecidos no Líbano (CICV, Avaliação Interna, 2007).

- **Estase:** Em casos extremos, a crença de que a pessoa desaparecida pode aparecer a qualquer momento imobiliza a vida das pessoas: por exemplo, o pai da pessoa desaparecida não saiu de casa durante anos, por medo de que o seu filho tivesse esquecido as chaves. Para essas pessoas, é como se a vida tivesse se paralisado quando o seu ente querido desapareceu e retomará o seu curso apenas quando ele retornar. Elas se encontram incapazes de lidar com a incerteza, com as potenciais mudanças nas suas vidas e com a vida em si.
- **Ansiedade e depressão:** A extrema frustração ligada à ausência de respostas claras, a interminável série de perguntas, a constante autoacusação, a culpa, a preocupação com a pessoa desaparecida e a alternância entre a esperança e o desespero podem esgotar as pessoas, física e mentalmente. Elas podem tornar-se emocionalmente vulneráveis e sofrer exaustão física; e, após um tempo, sobrecarregadas pela sua ansiedade permanente, acabar perdendo qualquer vontade de ter prazer, relacionamentos humanos e vida social. A ansiedade pode ser descrita como a combinação entre tensão, nervosismo, mal-estar e preocupação – todas essas reações comuns ao estresse. No entanto, quando essas reações se tornam excessivas em termos de intensidade e duração, elas podem ser incapacitantes.
A depressão é caracterizada por diversos sintomas físicos e psicológicos, sendo os mais comuns: tristeza, fadiga, sentimentos de desesperança e desamparo, choro constante, baixa autoestima, afastamento e perda de interesse em atividades habituais.



Putis, Peru. Uma mulher examina um pedaço de roupa buscando vestígios do seu ente querido.

CASO

“Desde que o meu filho desapareceu, não posso beber nem comer direito, é como se eu estivesse morta, sentada num canto sem fazer nada. Não trabalho mais e não posso me concentrar. Por que ele teve que ir embora e eu tive que ficar?” – Mãe no norte do Cáucaso

Em: Relatório Interno do CICV

Ansiedade e depressão também podem assumir as seguintes formas: queixas físicas (dores de cabeça, dores no peito, dificuldade de respirar, perda de apetite, etc.), transtornos do sono (por exemplo, dificuldade de dormir, sono interrompido), distração e lapsos de memória.

Estados intensos de ansiedade e depressão muitas vezes coexistem em pessoas que precisam lidar por um período prolongado com o desaparecimento de alguém próximo. Esse estado emocional **não deve ser confundido com luto**, pois as pessoas não consideram que sofreram uma perda de fato. É como uma ferida aberta que não cicatrizará e as pessoas que se encontram nesse estado estão continuamente tristes e sob estresse permanente.

A maioria das famílias, em contextos diversos, acha difícil expressar esse sofrimento em palavras. Geralmente, elas fazem isso de forma oblíqua, referindo-se a problemas físicos ou a dificuldades enfrentadas por outros familiares.

Circunstâncias agravantes

→ **Presença de familiares nos eventos que ocasionaram o desaparecimento:** Se membros da família estavam presentes ao evento prévio ao desaparecimento (prisão, ataque, massacre, etc.) e se as suas vidas também estavam ameaçadas, isto terá um impacto: eles podem ser assombrados pela sua própria experiência, ao ponto de não poderem lidar com o desaparecimento do seu parente. Alguns familiares podem se sentir culpados por terem sobrevivido enquanto o seu parente não teve tanta sorte. Quando as circunstâncias do desaparecimento vêm acompanhadas de outra experiência traumática (bombardeio, massacre, etc.), lidar com a incerteza e a possível perda de um ente querido pode ser um desafio ainda maior.

→ **Perda ou desaparecimento de mais de um membro da família**

CASO

S. tinha 14 anos quando o seu vilarejo foi atacado. Os homens foram separados das mulheres e ele acabou ficando com a sua mãe enquanto o seu pai era levado embora. A sua mãe diz que, anos depois, S. continua obcecado com o evento. E que, embora o corpo do seu pai tenha sido identificado e enterrado, ele ainda repete que deveria ter ido junto com o pai e não ter sido poupado.

Relato coletado pelo CICV nos Bálcãs.

O impacto psicossocial

Além de problemas psicológicos, a maioria dos indivíduos também precisa lidar com dificuldades dentro das suas famílias e do seu meio social.

1. PROBLEMAS DENTRO DA FAMÍLIA

Falta de comunicação em virtude

- Do desejo de protegerem uns aos outros da dor.
- De desacordos entre membros da família sobre a sorte da pessoa desaparecida.

Problemas enfrentados pelas esposas de pessoas desaparecidas

- Ter de conviver com os pontos de vista da família do marido e continuar esperando.
- Conflitos com a família do marido com respeito à guarda dos filhos, a um novo casamento e à divisão dos benefícios aos quais os filhos têm direito.

Desafios ao assumir novos papéis e responsabilidades

- Como chefe de família e/ou principal provedor.

Sobrecarregar as crianças

- Ao protegê-las dos fatos, o que interfere na necessidade que têm de entender o que está acontecendo ao seu redor e, no caso dos filhos mais velhos, de se sentir parte da experiência familiar.
- Ao dar a elas responsabilidades não ditas, para preencher o vazio deixado pelas pessoas desaparecidas.

O sofrimento não expressado dos irmãos

- Culpa do sobrevivente.
- Excessiva dedicação em consolar os pais.

Ruptura na história familiar

2. PROBLEMAS NAS RELAÇÕES DAS FAMÍLIAS COM A COMUNIDADE

Dificuldades relacionadas com a definição do próprio status

- Isto afeta o sentimento dos membros da família sobre o seu lugar nos grupos sociais existentes.

Estigmatização

- De famílias suspeitas de serem associadas com grupos rebeldes.
- De esposas deixadas sozinhas como resultado do desaparecimento dos maridos.
- De esposas com fama de terem trazido má sorte aos maridos.

Isolamento emocional devido à

- Incapacidade de dividir a angústia pessoal com outros (medo de não ser entendido, de ser confrontado com a ideia de morte, de ser considerado fraco e um peso).
- Dificuldade que as outras pessoas têm de reconhecer o sofrimento.

Ausência de orientação: Comunitária e religiosa (a falta de pontos em comum na vida social ou de rituais adaptados à sua situação pode privar as famílias de certas possibilidades)

- Encontrar significado na sua experiência.
- Encontrar um lugar para o seu ente querido dentro da comunidade.
- Aliviar o seu sofrimento dividindo-o com outros.
- Prestar homenagem ao seu ente querido.

3. A LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO

- Preservar a memória da pessoa desaparecida
- Manter o seu lugar dentro do grupo a que pertencem

1. Problemas dentro da família

A família estendida (com primos, tios e avós vivendo sob o mesmo teto), muitas vezes componente essencial de uma sociedade tradicional, pode ser uma importante fonte de apoio, econômico e emocional. Contudo, em muitos casos, é uma fonte adicional de estresse e dor. Isto acontece especialmente quando os membros da família são incapazes de se comunicar uns com os outros, de entender as dificuldades mútuas ou de encontrar formas de lidar com a situação. Essas dificuldades podem se exacerbar por várias restrições tradicionais do comportamento humano. Por exemplo, por barreiras socioculturais e crenças que impedem que os indivíduos expressem os seus pensamentos e sentimentos abertamente.

Falta de comunicação

Quando os familiares se comunicam abertamente e compartilham as preocupações entre si durante uma crise, eles podem lançar prioridades juntos e proporcionar apoio mútuo. A falta de comunicação pode tornar os familiares menos sensíveis entre si e menos capazes de reunir os seus recursos para enfrentar as dificuldades.

Essa falta de comunicação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- **O desejo de protegerem uns aos outros:** Para poupar a dor de cada um, alguns familiares podem relutar em expressar os seus verdadeiros sentimentos e evitar falar abertamente sobre a pessoa desaparecida. Alguns deles também podem evitar compartilhar informações com o resto da família, particularmente as más notícias. O caso de um homem que enterrou o irmão 15 anos atrás e que ainda não contou aos seus pais ilustra bem essa atitude.

CASO

Os dois irmãos de A. desapareceram. Depois que o corpo do seu primeiro irmão foi descoberto, A. deixou de buscar pelo outro, acreditando que ele também estaria morto. Embora continue se preocupando com a forma com que tenha sido tratado o corpo do seu segundo irmão, ele acredita que pode lidar com isso.

No entanto, ele continua muito preocupado com a sua mãe. E continua sem poder lhe dizer o que imagina que pode ter acontecido com o filho. Ele tem certeza de que a notícia lhe causaria um colapso. Mas a espera por notícias está esgotando as forças da mãe a cada dia.

- **O desejo de evitar conflitos vinculados a desentendimentos dentro da família:** Algumas vezes, os familiares têm problemas entre si porque não estão igualmente reconciliados com a perda do seu parente. Embora alguns possam querer seguir adiante, outros continuarão tendo esperança e viver como se nada houvesse mudado e como se nada devesse mudar. Essa divergência de atitudes pode diminuir a resiliência da família e criar conflitos.

CASO

R. diz que desde o desaparecimento do irmão, toda a sua família perdeu a alegria. Ele diz que já não é possível falar de nada que não seja do irmão: a maioria das conversas é sobre memórias e histórias ligadas a ele. Todos mencionam o seu irmão a fim de preencher o vazio da sua ausência. Pensam que, quando ele voltar, uma nova vida começará para a família.

Problemas enfrentados pelas esposas de pessoas desaparecidas

Além das várias complicações associadas à questão do casamento (estar disposta ou ser obrigada a se casar de novo), em muitos contextos, as esposas de pessoas desaparecidas sofrem pressão da família do marido: espera-se que elas acompanhem os pontos de vista das famílias dos maridos sobre a sorte deles e que esperem pelo seu retorno. Essas mulheres podem **se sentir aprisionadas** porque não têm permissão para expressar os seus próprios pontos de vista sobre o assunto. Além disso, em muitas sociedades, os filhos pertencem ao pai e, no caso da sua ausência, à família dele. Se a esposa da pessoa desaparecida decidir reconstruir a sua vida ousando sair da família do marido (por exemplo, ao se casar de novo), ela terá de deixar os filhos para trás.

Como deixar os filhos para trás é algo difícil de fazer, muitas mães se resignam a essa situação criada por convenções sociais e ficam. Além da carga emocional que implica deixar os filhos para trás, as mães que de fato vão embora se encontrarão sem a renda que, por vezes, obtêm através dos seus filhos (em muitos lugares, o apoio financeiro é concedido apenas aos filhos da pessoa desaparecida). Por outro lado, essas mulheres também saberão que, se levarem os filhos consigo, perderão apoio econômico da família inteira, o que pode causar conflitos.

Além disso, a mulher de uma pessoa desaparecida – que ainda esteja vivendo com a família do marido – muitas vezes sofre a exigência de deixar de lado a sua própria angústia rapidamente para cuidar dos outros membros da família (por exemplo, da mãe da pessoa desaparecida, cuja dor é reconhecida, por convenção, como sendo maior que a dela). Se a esposa mostra sinais de angústia, podem pensar que ela não está cumprindo com os seus deveres, que é incompetente ou fraca.

O desafio de assumir um novo papel

A ausência do(s) arrimo(s) de família exige que outros membros assumam a responsabilidade de sustentar a casa. Em muitas situações, as mulheres se verão obrigadas a ganhar a vida e **assumir um papel duplo** para o qual não necessariamente estão preparadas e que por vezes julgam inadequado.

“Sou obrigada a ser mãe e pai dos nossos filhos. Não sei como lidar com os problemas do meu filho na escola. Ele precisa de um homem que o discipline e o oriente; não posso fazer isso sozinha.” – Jovem mãe de dois filhos cujo marido está desaparecido.

Sobrecarregar os filhos

As crianças são sensíveis a emoções e mudanças dentro do círculo familiar. As suas reações ao desaparecimento ou à perda de um parente dependerão da forma como pessoas do núcleo emocional mais próximo lidam com a situação.

Como qualquer assunto doloroso, a verdade sobre o desaparecimento de um pai ou de um parente próximo pode ser mantida longe das crianças a fim de dar a elas a impressão de que o mundo é um lugar seguro onde coisas ruins raramente ocorrem. Como consideram as crianças vulneráveis e inocentes, **os pais podem blindá-las** contra experiências dolorosas e difíceis excluindo-as de importantes eventos e discussões.

Tentativas de poupar as crianças podem não ser sempre efetivas: algumas crianças de fato percebem o estado emocional alterado dos outros membros da família (tristeza, ansiedade, afastamento, etc.), e manter as crianças longe das notícias irá contra a sua **curiosidade natural**, seja qual for a sua idade ou o nível de maturidade.

A relutância dos adultos sobre o tema das pessoas desaparecidas pode causar angústia nas crianças: às vezes, pode provocar um distanciamento emocional ou fazê-las se perguntarem se estão fazendo algo errado: *“Por que a minha mãe chora o tempo todo? Será que fiz algo ruim?”* Além disso, supor que as crianças são pequenas demais para entender a situação também pode impedir que os pais compreendam como a ausência do ente querido em questão está afetando-as.

Em circunstâncias de incerteza e luto não resolvido, pode não ser fácil estabelecer a comunicação necessária entre adultos e crianças. Isto pode levar as crianças a suporem que fazer perguntas causa dor à mãe (ou ao pai, caso a mãe tenha desaparecido) ou a outro familiar, e pode causar maior tensão e criar distância entre elas e os seus entes queridos adultos. Ao mesmo tempo, pais ou outros parentes próximos podem achar difícil conversar sobre a pessoa desaparecida devido às suas próprias ideias quanto ao entendimento e às necessidades da criança.

“Quando eles começaram a perguntar sobre o pai, esforcei-me para encontrar palavras. Quando o meu marido desapareceu, o meu filho mais novo tinha quatro anos. Ele era um garoto muito impaciente. Eu não podia lhe dizer que o seu pai havia sido martirizado ou que estava na prisão, nem que era preciso se acostumar à ausência dele. Quanto tempo os meus filhos deveriam esperar pelo pai?” – Do website do CICV: <http://www.gva.icrc.priv/eng>

A experiência também mostra que muitas mães tendem a se voltar demais aos filhos, sendo superprotetoras e dando-lhes um lugar diferente do que é destinado a uma criança (p.ex., sendo o chefe de família, sendo a única razão de viver da mãe). Embora isto possa ser percebido como uma maneira de lidar com a situação que permite que as mães encontrem os recursos necessários para seguir adiante, frases como *“você agora é o homem da família”* ou *“você é a minha razão de viver”* podem **sobrecarregar a criança com responsabilidades e expectativas próprias de um adulto**.

Esses papéis específicos dados às crianças podem ter um significado contraditório quando associados com a convicção de que a pessoa desaparecida regressará. Em outras palavras, quando “convidadas” a assumir essas responsabilidades, as crianças podem se tornar preocupadas com o fato de ocupar o lugar de outra pessoa e possivelmente deixar essa pessoa com raiva quando voltar.

Crianças podem também tentar fazer as suas mães felizes de vários jeitos (p.ex., *“O seu desejo é fazer a sua mãe feliz, em todos os sentidos, indo bem na escola.”*) ou tentar agradá-las dizendo o que elas precisam escutar.

CASO

A. e S. são irmãs de nove e dez anos de idade. Elas são filhas de uma pessoa desaparecida. As duas, junto com a mãe, agora vivem com a família do pai. Não é preciso pedir que falem dele. A maioria das frases delas começam do mesmo jeito: “Quando ele voltar, nós...” A mãe explica como é bom escutar isso e como as suas pequenas filhas a ajudam a lidar com o desaparecimento do marido.

De CICV, Relatório Interno, norte do Cáucaso, 2008.

Em outros casos, pode acontecer o contrário. Como são superprotegidos, crianças e adolescentes podem se ver não apenas excluídos da experiência das suas famílias, mas também isentos de muitas responsabilidades, o que os leva a pensar que não podem ajudar a consolar os seus pais ou familiares. Consolo é precisamente o que muitos filhos, especialmente adolescentes, anseiam oferecer aos pais mais velhos, já que pode reforçar significativamente a sua autoestima. O consolo também os ajuda a adquirir um sentimento de pertencimento dentro da família, na qual têm um importante papel a desempenhar.

Seja qual for a atitude da mãe (ou do pai) que sobreviveu, o principal desafio para ela ou ele é encontrar o equilíbrio adequado entre dar aos filhos um lugar e responsabilidades dentro da família e ser consciente do seu nível de desenvolvimento e das suas necessidades sem excluí-los dos temas difíceis.

O sofrimento dos irmãos

Quando os pais se concentram quase exclusivamente no filho desaparecido, a sua culpa, combinada com a ansiedade por vê-lo, pode ser tão grande que não podem deixar de **idealizar** essa pessoa, muitas vezes em prejuízo dos outros filhos. Isto pode criar situações difíceis.

Assim como as esposas dos Desaparecidos, os irmãos também podem se ver aprisionados. O fato de que sobreviveram, em vez do irmão ou irmã, pode fazer com que sintam culpa; a sua capacidade de levar a vida adiante pode ser outra fonte de culpa. Eles também podem se sentir obrigados a permanecer perto dos pais e a dedicar um esforço excessivo para consolá-los, quase sempre negligenciando as suas próprias necessidades. Podem ainda ter de suportar o peso de buscar o irmão desaparecido caso os pais sejam idosos ou incapazes de realizar a busca por si sós.

Esses sentimentos de culpa podem ser reforçados por pais que, enquanto falam do filho desaparecido, dizem coisas como “Por que levaram o melhor?”.

Ruptura na história familiar

O desaparecimento de uma pessoa **pode criar uma ruptura na história da família**. Enquanto outros na comunidade podem contar histórias sobre os seus parentes, as famílias dos Desaparecidos permanecem em um estado de suspensão. Uma brecha foi criada na história da família e **pode afetar o sentido de continuidade**. Os familiares poderiam passar a vida inteira tentando preencher o vazio e recuperar as partes que faltam da narrativa da família.



Um estudo durante a tristeza: essa mulher tem um parente que está desaparecido.

2. Problemas nas relações das famílias com a comunidade

“Quando há uma perda ambígua e poucos fatos, poder reconstruir quem você é exige confiança em si mesmo e nos demais.” (Boss, 2006)

[Ver Seção 2, Ficha Informativa 2.5: Estrutura psicológica-Perda ambígua \(Boss, 2006\), p. 65.](#)

Dificuldades relacionadas com a ausência de status para os familiares sobreviventes

A ausência de gestos codificados (ver o exemplo abaixo) ou processos sociais de reconhecimento após o desaparecimento de um parente pode tornar difícil, para os familiares, descobrir a natureza do seu novo status dentro da comunidade. Eles estão presos em um estado de limbo: a sua posição social prévia é inválida, mas eles carecem de meios para descobrir como se encaixam agora. Mulheres podem ter que se perguntar se são viúvas; e filhos podem se perguntar se são órfãos, já que o seu pai pode não estar vivo, ou se isso importa, pois o pai desaparecido ainda tem uma identidade social e um lugar dentro da comunidade.

EXEMPLO

No Nepal, quando uma mulher se torna viúva, as viúvas mais velhas da comunidade tiram as pulseiras dos seus braços, os colares de vidro do seu pescoço e o *mangal sutra* (uma pérola negra em um cordão ao redor do pescoço) e esmagam tudo isso com uma pedra. Elas também lavam o *tika* e o *sindhur* (pós cosméticos vermelhos) da sua testa.

Mulheres cujos maridos estão desaparecidos continuam a usar o *sindhur*, pulseiras, *mangal sutra* e *tika*, e não se consideram viúvas. Mas enfrentam a mesma solidão e a mesma dificuldade financeira de qualquer viúva. Não podem se permitir pensar nos seus maridos mortos ou em fazer luto.

De CICV, Relatório Interno, Nepal, 2007.

O fato de a pessoa desaparecida não ter um status social apropriado torna mais difícil para os parentes próximos se sentirem parte de um grupo social reconhecido. Ao contrário dos familiares dos mortos, que têm o status social específico – estão de luto –, os familiares do desaparecido não podem se beneficiar de rituais codificados que lhes proporcionariam um lugar na comunidade (algum ritual que estivesse relacionado à sua situação) e uma identidade social menos ambígua.

Estigmatização

Desaparecimentos se tornam um tema extremamente sensível quando ocorrem dentro do contexto de tensões violentas ou conflitos armados entre dois ou mais grupos antagônicos: nesses casos, famílias de pessoas desaparecidas podem ser suspeitas de serem próximas de, ou associadas a, grupos “rebeldes”.

Pessoas do seu meio social, **temendo que a sua reputação seja manchada por associação**, podem decidir manter distância das famílias de pessoas desaparecidas.

Em algumas comunidades, as esposas dos homens que estão desaparecidos podem sofrer estigmatização porque foram **deixadas sem proteção masculina** ou porque foram obrigadas a transgredir certas normas sociais e assumir papéis masculinos. A estigmatização pode inclusive ir além quando essas mulheres ganham fama de trazer má sorte.

EXEMPLO

Nos Bálcãs, há exemplos de esposas de pessoas desaparecidas sendo evitadas por outras mulheres da comunidade porque são consideradas como “ladrãs de maridos”.

No Sri Lanka, acredita-se que as mulheres cujos maridos desapareceram carregam um carma ruim ou má sorte. Elas podem ser alvos de discriminação, estigmatizadas ou banidas de determinadas cerimônias e proibidas de entrar nas casas de recém-casados.

Relatórios internos do CICV.

Isolamento emocional/social

As repercussões emocionais do desaparecimento de um parente podem prejudicar as relações dos familiares com os demais no seu meio social. Os familiares muitas vezes acham difícil dividir a sua angústia com pessoas do seu entorno imediato porque:

- não querem incomodar os demais contando sempre as mesmas histórias e/ou sofrer mais por falar sobre elas;
- podem sentir que a sua experiência é tão incomum, inclusive única, que ninguém a entenderia;
- também podem ser relutantes em envolver os outros no seu sofrimento porque eles mesmos não têm respostas claras para as suas perguntas: *“O que direi sobre o meu marido se alguém perguntar, já que nem eu mesma sei?”* – Esposa de um homem desaparecido nos Bálcãs (Relatório Interno do CICV);
- em certas culturas, expressar emoções e sentimentos profundos pode ser considerado uma fraqueza, especialmente para os homens;
- algumas pessoas podem não estar dispostas a expressar as suas emoções por medo de que isso as afete muito; ou porque sentem que simplesmente falar sobre o que mais temem poderia fazê-lo se tornar realidade.

Esse ato de esquivar os outros pode prejudicar seriamente as relações sociais das pessoas, privando-as de novas fontes de apoio quando essas novas fontes mais são necessárias.

CASO

Após o desaparecimento do filho, D. passou três meses na cama. Embora ainda extremamente triste e angustiada, ela conseguiu retomar algumas das suas atividades regulares. Mas nunca conseguiu voltar ao trabalho: já não podia suportar a presença dos colegas. Ouvi-los durante todo o dia a deixava ansiosa e ela acabou saindo do emprego. Hoje, continua mostrando sinais de angústia e raiva, mas diz que se sente pior falando com as pessoas sobre isso.

Relatórios Internos do CICV, norte do Cáucaso, 2008.

A intensa **angústia** sentida pelas famílias que esperam respostas **pode não ser notada** por aqueles no seu entorno imediato. Em outras circunstâncias (p.ex., a morte de um parente), ao expressar o seu pesar através de modos reconhecidos (p.ex., em enterros e durante períodos de luto), as famílias atrairão a compaixão e

o apoio de que precisam. Quando a sua dor não pode ser expressada de maneiras ritualizadas como essas, o seu sofrimento pode passar despercebido e terminar em isolamento emocional.

Também é comum que pessoas na sua órbita social achem difícil transmitir a sua compaixão, pois não podem imaginar como confortar alguém que lida com o desaparecimento de um ente querido. Podem não saber ao certo se é melhor ser alentador e dizer “Você o encontrará” ou fazer o contrário, afirmando “Você deveria aceitar, seguir em frente e deixar o passado para trás”.

Ausência de orientação: comunitária e religiosa

Geralmente, as famílias se voltam à religião ou às tradições da sua comunidade para ter conforto, apoio e inclusive respostas importantes. A fé religiosa ou acreditar que tudo o que acontece é parte de algo maior pode ajudar algumas pessoas a encontrar a força espiritual necessária para suportar experiências dolorosas.

O desaparecimento de uma pessoa da família ou comunidade é um episódio incomum e expressões de compaixão ou solidariedade são, quando muito, insuficientes. Nesses casos, ninguém sabe realmente o que fazer, nem mesmo as famílias. A falta de rituais de valor simbólico pertinente nessa situação, especialmente em contextos onde as práticas religiosas e tradicionais estão no centro da vida social, torna ainda mais difícil para as famílias dar um sentido à sua experiência e diminuir a sua dor.

“Na nossa igreja, acendemos velas para os vivos e velas para os mortos. Mas onde colocamos as velas para os nossos familiares desaparecidos?” – Família nos Bálcãs (Relatório do CICV)

[!\[\]\(1ec106beaee8a837ec222e786890cd8f_img.jpg\) Ver Seção 2, Ficha Informativa 2.3: A importância dos rituais para as famílias dos Desaparecidos, p. 63.](#)

Outras circunstâncias agravantes

A vulnerabilidade das famílias pode aumentar em **situações de migração forçada** devido aos diferentes estilos de vida, experiências e conjuntos de valores e idiomas no país de destino. Além de privar as famílias do seu sistema de apoio habitual, essas situações podem dar lugar a sentimentos de impotência, inadequação e de não ser bem entendido.

Os ambientes desconhecidos, a ausência de fontes habituais de apoio emocional, a pesada carga financeira: tudo isso pode exacerbar o sofrimento das famílias e tornar extremamente difícil para elas recuperar-se das várias perdas e das experiências traumáticas. Elas podem optar por agarrar-se à esperança de que os parentes desaparecidos retornarão: isso lhes daria o consolo de que nem tudo da sua vida passada foi perdido.

3. A luta contra o esquecimento

O desaparecimento de um parente traz às famílias outro importante desafio: não deixar que ele desapareça completamente no silêncio e na incerteza. Por isso, muitas famílias continuam lutando para manter viva a memória do seu parente e para preservar o seu lugar na comunidade.

“Se eu me esquecer dele, quem se lembrará?” – Filha de uma pessoa desaparecida

Por definição, pessoas desaparecidas não têm túmulos ou outros locais para serem recordados. Isso obriga a família a encontrar outras maneiras de preservar a existência do parente desaparecido. Procurar respostas, lutar para que o seu status formal seja reconhecido (por exemplo, “pessoa desaparecida”, “mártir”, “vítima da guerra”), falar sobre ele (ou ela), manter o seu lugar intacto na família: todas essas são maneiras pelas quais os familiares preservam a memória de um parente desaparecido.

Conceder aos Desaparecidos um status formal e um lugar para que sejam recordados é muito importante para as famílias e as suas comunidades. Permite que as famílias reintegrem o seu parente desaparecido à sua história compartilhada – a da família e a da comunidade – e preencham o vazio criado pelo seu desaparecimento.

Aceitar a perda de um parente sem a prova da morte

1. Aceitação da perda

Esse é um processo paulatino e que depende de vários fatores, internos e externos.

→ Fatores internos são relacionados a características e crenças individuais

CASO

Por mais de dez anos, a Sra. S. rejeitou a ideia da morte do filho. A sua filha não podia falar desse assunto com ela, mesmo sabendo que o irmão – sequestrado durante um conflito – estava morto. A lâmpada do lado de fora da casa era sempre deixada acesa para o caso de que ele retornasse no meio da noite e a Sra. S. certificou-se de que o seu quarto permanecesse intacto. Mais de dez anos após o desaparecimento do filho (e da sua suposta morte), a Sra. S. fez um bolo no seu aniversário e lhe deu um nome: “Suspiros de Desespero”. Essa foi a sua forma de mostrar que ela estava pronta para estar de luto.

Relatório Interno do CICV, sul do Cáucaso, 2008.

→ Entre os fatores externos, podem-se mencionar:

- Informações de testemunhas sobre a possibilidade de que a pessoa desaparecida esteja morta.
- Declarações oficiais.
- Mudança na situação política: no final do conflito, por exemplo, quando todos os prisioneiros tenham sido libertados e não haja sinal da pessoa desaparecida.
- Decreto religioso (por exemplo, declarar que a pessoa desaparecida é um *shahid*, “mártir”) ou leis que permitam a aceitação ou a declaração de morte após determinado período.
- Confronto com a possibilidade de morte, quando exumações sejam realizadas ou durante outros momentos específicos (*ver Seção 4, p. 129*).
- Apoio do ambiente social imediato (grupo de famílias, amigos, unidade familiar).

2. Os desafios do processo de luto

→ O luto é um processo individual e social.

→ **Luto na ausência do corpo:** Rituais que reconhecem simbolicamente a morte podem ajudar as famílias e a comunidade a aceitar o fato e a dar início ao luto.

Toda sociedade oferece formas de ajudar as pessoas a dar os primeiros passos para aceitar a perda e dar um significado à sua experiência. Rituais, como funerais e a recepção formal de condolências, contribuem para isso. Marcam a separação final em relação ao morto e proporcionam à família uma oportunidade de dizer adeus, de prestar as suas homenagens e de dar expressão pública à sua dor. Quando tudo é feito conforme o costume socialmente aceito, os familiares podem sentir um pouco de paz de espírito porque cumpriram o seu dever em relação ao morto, à comunidade e, em algumas culturas, aos antepassados.

EXEMPLO

Na Guatemala, acredita-se que aquele a quem é negado um funeral digno gritará debaixo da terra e perturbará os vivos.

Para os hindus nepaleses, a não realização dos ritos funerários condenará a alma a vagar, possivelmente como um fantasma. Ritos finais sem um corpo podem ser realizados somente cem anos após a suposta morte ou desaparecimento. Se a pessoa desaparecida retornar após a realização dos rituais necessários, a família terá de repetir esses rituais após o nascimento de uma criança.

No Sri Lanka, acredita-se que a alma de uma pessoa morta que não recebe um funeral tradicional é aprisionada, o que impossibilita a reencarnação, interrompe o ciclo da vida e impede o acesso ao estado de nirvana (libertação plena). Isto explica porque tantas famílias, ao não cumprirem a sua obrigação, continuam fazendo oferecimentos e sacrifícios em troca da benevolência do monge. A incapacidade dos familiares da pessoa desaparecida de realizar os ritos funerais os coloca numa situação muito difícil.



Pristina, Kosovo. Fotografias de pessoas desaparecidas em um muro do lado de fora de um edifício público. As pessoas nas fotos estão desaparecidas desde a guerra que terminou em 1999.

O luto na ausência de um corpo apresenta um novo desafio emocional aos familiares, mesmo que tenham se reconciliado com a possibilidade de que o seu ente querido esteja morto. Sem o corpo, as famílias de pessoas desaparecidas não podem honrar adequadamente a sua memória ou realizar atos funerários como manda a tradição. Isso pode levá-las a pensar que não garantiram uma pacífica vida a após a morte para o seu ente querido; e isto pode significar ter de lidar com sentimentos de intensa culpa, talvez até mesmo com a sensação de que traíram o seu ente querido, além de todos os difíceis desafios psicológicos que enfrentam.

CASO

“O meu irmão e a família foram sequestrados em Bagdá. A esposa e os seus filhos dele foram soltos depois de pouco tempo. A esposa teve de pagar uma quantia considerável em dinheiro para ter uma prova de que o seu marido estava vivo. Todos nós esperávamos vê-lo de novo, embora não tivéssemos recebido notícias dele por mais de um mês. Semanas após o sequestro do meu irmão, sabemos que ele tinha sido morto. Agora sabemos onde ele está enterrado, mas não podemos visitar o seu túmulo. Tudo o que queremos é ir lá e fazer as nossas últimas preces, dizer adeus”. – Relatório Interno do CICV.

Quando o corpo não é entregue às famílias, como às vezes acontece, elas podem sentir que o seu ente querido ainda está entre os inimigos, mantido como refém. Isso pode aumentar a dificuldade de lidar com o passado e seguir em frente.

As alternativas

Na Bretanha, muito tempo atrás, quando os marinheiros não retornavam do mar, as famílias realizavam uma cerimônia, a *proella*. O corpo do marinheiro desaparecido era substituído por uma cruz feita de cera, que era colocada sobre uma toalha de mesa branca. Em seguida, a cruz era levada a uma igreja onde as cruzes *proella* ficavam dispostas em conjunto até o primeiro dia de novembro. Nesse dia, as cruzes eram levadas até o cemitério e enterradas em uma mesma vala sob o nome coletivo de *proella*. A decisão de realizar a cerimônia

era feita pela comunidade, não por famílias individuais. A finalidade da cerimônia era evitar que as famílias aguardassem sem esperança pelo retorno do parente e acelerar o processo de lidar com as consequências de perder o arrimo de família⁴.

Existem funerais emblemáticos, com objetos de um certo tipo representando os mortos. Não são uma prática comum, mas podem ser realizados e/ou oferecidos a famílias pelas suas comunidades e grupos religiosos quando a morte é confirmada. A alternativa mais comum a enterros do tipo usual é a construção de memoriais e cenotáfios (monumentos erguidos para homenagear pessoas cujos corpos estão em outro local). Há outras maneiras de fazer isso, como mostra o quadro abaixo.

EXEMPLO

No Timor, uma pedra pode ser retirada do lugar da morte (ou suposta morte) – porque objetos como esse podem ser imbuídos do espírito dos mortos – e enterrada, para permitir que o espírito da pessoa desaparecida possa descansar. Os familiares acreditam que, na ausência desse ritual (ou do enterro do corpo), eles podem se tornar vulneráveis a doenças e até mesmo à morte. Também há casos de memoriais erguidos para os Desaparecidos na ausência dos seus corpos, mas isto parece ser feito em grande parte por famílias mais ocidentalizadas e continua sendo raro. A centralidade da Igreja na vida dos timorenses também faz com que os serviços religiosos e as missas sejam importantes para prestar conforto às famílias.

Nos rituais de morte nepaleses, um boneco de palha pode assumir o lugar de um cadáver e ser queimado, mas não deve haver dúvida de que a pessoa em questão está morta. Caso contrário, o ritual não pode prosseguir.

No judaísmo, quando a morte é estabelecida mas não é possível recuperar o corpo, uma pedra com o nome da pessoa morta é colocada no cemitério. A família também coloca uma vela com o nome da pessoa desaparecida na sinagoga.

Os cristãos não realizam funerais na ausência do corpo, mas permitem orações e certos tipos de cerimônias. A Igreja Ortodoxa prevê um serviço anual (realizado no segundo sábado antes da Quaresma) para as pessoas cuja morte ocorreu fora do país e que não receberam funerais adequados.

No islamismo, os sunitas permitem “rezas para os ausentes”, mas não funerais sem corpos. No entanto, os xiitas permitem a construção de memoriais contendo os objetos pessoais dos mortos.

O hinduísmo não permite funerais, mas a família pode rezar e se purificar com banhos rituais.

No Tibete (budismo vajrayana), orações específicas são feitas – mesmo à distância – para que o corpo receba um enterro adequado.

De fontes do CICV: relatos reunidos no Timor Leste e no Nepal, e *Os Desaparecidos: O Direito de Saber*.

⁴ Adaptado de M.-F. Bacqué, 2003.

FICHA INFORMATIVA 2.1 Impactos psicológicos e psicossociais do desaparecimento

No âmbito social/comunitário

- Estigmatização
- Isolamento
- Esquiva/Distanciamento
- Status indefinido
- Ausência de rituais

No ambiente familiar

- Desentendimentos sobre a sorte da pessoa desaparecida
- Dificuldades de comunicação com o resto da família/Isolamento emocional
 - Desafios associados com mudanças de papéis
 - Ruptura na história familiar
 - Luta contra o esquecimento

No âmbito individual

- Incerteza angustiante
- Aprisionamento entre a esperança e o desespero
 - Culpa, autoacusação e raiva
 - Falta de interesse em outras áreas, sociais e emocionais

FICHA INFORMATIVA 2.2 O processo de luto

QUE FATORES INFLUENCIAM AS REAÇÕES DE UM INDIVÍDUO FRENTE À PERDA DE UM ENTE QUERIDO?

- Relação com o morto
- Idade/sexo da pessoa enlutada
- Circunstâncias da perda (se a pessoa sofreu uma morte violenta)
- Características pessoais
- Ambiente social e cultural

QUAIS SÃO AS REAÇÕES COMUNS À PERDA?

Durante esse processo, as pessoas podem estar vulneráveis e sentindo grande necessidade de apoio. Embora não possamos generalizar a experiência da perda, porque os indivíduos reagem de formas diferentes (ver abaixo) e com distintos níveis de intensidade, os especialistas observaram padrões comuns de reação:

Choque, negação

As reações iniciais são geralmente de negação e/ou choque diante da perda. É importante notar que essa negação fornece proteção temporária e permite que a pessoa lentamente absorva a ideia da perda. A negação pode se manifestar de diversas formas:

- “Isso não aconteceu.”
- Lacunas nas lembranças dos mortos
- Ausência de reação
- Comportamento do tipo autômato/anestesiado: agir como se nada tivesse acontecido
- Reação psicológica intensa – proteção contra o colapso total

Protesto, raiva

Após o registro do choque, a pessoa percebe, gradualmente, que a perda é real e não pode ser negada por muito tempo. Para deixar a sua dor mais suportável, algumas pessoas podem manifestar raiva: elas encontram pessoas para culpar pelas suas perdas, incluindo elas mesmas. A sua perda induz a sentimentos de impotência e de culpa por não terem sido capazes de preveni-la. Podem também voltar a sua raiva contra o morto, porque as abandonou, por assim dizer.

Desespero, depressão

Essa etapa é caracterizada pela consciência de que a perda é permanente e que nada trará de volta a pessoa morta.

Nesse estágio, quando a pessoa está plenamente consciente do vazio na sua vida, sentimentos como desespero podem vir à tona, gerando a necessidade de vários ajustes psicológicos. É importante manter a pessoa sob estreita vigilância durante essa fase devido à possibilidade de que se torne autodestrutiva – por exemplo, beber em excesso, “dramatizar”, etc. A ausência de apoio é outro perigo: isola a pessoa ainda mais.

Aceitação

Essa última etapa é alcançada quando os pensamentos sobre o morto causam menos dor e a pessoa começa a ter interesse em certos temas e faz planos para o futuro.

O OBJETIVO DO PROCESSO DE LUTO NÃO É ESQUECER O MORTO, MAS RECORDÁ-LO DE UMA FORMA QUE CAUSE MENOS DOR

- Os estágios não estão claramente definidos: as pessoas transitam entre eles.
- Novas pesquisas indicam que a tristeza decorrente da perda, além das suas manifestações físicas e psicológicas, também tem dimensões sociais e espirituais. A duração do período de luto varia conforme a cultura; obviamente, também depende da natureza da perda.
- Às vezes – durante datas comemorativas, por exemplo –, sintomas de um estágio anterior podem ressurgir.

FICHA INFORMATIVA 2.3 A importância dos rituais para as famílias dos Desaparecidos

Rituais para lidar com a incerteza são importantes pelos seguintes motivos.

Rituais comunitários permitem que as famílias deem significado às suas experiências. Graças a eles, as famílias podem reafirmar a existência dos seus parentes desaparecidos e restaurar o lugar deles na comunidade. Ao homenageá-los em rituais, a comunidade reafirma a sua identidade social (filho, filha ou pai de uma pessoa, etc.). Com os rituais, as famílias também se tranquilizam ao saber que o que aconteceu com elas faz parte da experiência humana, e que situações como a sua têm sido previstas.

Rituais podem diminuir a intensidade do sofrimento das famílias porque oferecem a tranquilidade de que, apesar da sua busca infrutífera, as famílias não abandonaram o seu ente querido. Isto pode reduzir os seus sentimentos de culpa e talvez libertá-las da obrigação de declarar morta a pessoa desaparecida a fim de poder realizar uma cerimônia na sua homenagem.

Rituais tornam possível prestar homenagem à memória da pessoa desaparecida.

Rituais proporcionam a oportunidade de receber apoio e dividir o sofrimento que pode passar despercebido, pois as famílias nem sempre têm oportunidades de expressá-lo.

Ao trabalhar com as famílias, certos rituais de pequena escala chamaram a nossa atenção. Alguns se baseiam no uso, pelos sacerdotes, de métodos mágicos/espirituais; outros consistem em organizar eventos regulares ou fazer oferendas aos deuses para garantir a proteção de seus entes queridos.

Exemplo

A crença religiosa ocupa um importante lugar na vida de muçulmanos do Cáucaso do Norte. Eles acreditam em predestinação e na aceitação paciente a vontade de Deus. Aqueles que vivem períodos de dificuldade deveriam, dizem eles, reconhecê-los como sinais de Deus – e partes da jornada ao Paraíso.

Rezas e rituais religiosos têm um papel importante para o alívio do sofrimento. Se um dos parentes desapareceu, membros da família rezam a Deus para que cuide dele. Isto pode consolar as famílias por certo tempo. Elas podem também realizar rituais religiosos: um ou mais líderes religiosos se reúnem em círculo para rezar de uma maneira especial e ler o Corão em voz alta. Além disso, toda quinta-feira as famílias organizam uma ceia (*Sakh*), durante a qual amigos e vizinhos são convidados a recordar a pessoa desaparecida e a rezar pela sua proteção.

Relatórios internos do CICV, norte do Cáucaso, 2008.

Na Guatemala, reserva-se comida para a pessoa desaparecida em datas especiais, na esperança de que o seu espírito venha para consumi-la durante a noite. Caso a comida continue intocada, na manhã seguinte o membro mais velho da família deve comê-la.

Outros rituais da Guatemala incluem acender velas e convidar o espírito da pessoa desaparecida para que determine o seu paradeiro e/ou sorte.

Entrevistas do CICV na Guatemala, 2008.

FICHA INFORMATIVA 2.4* Por que os funerais são importantes?

As religiões diferem nas suas explicações sobre a morte, mas nenhuma a considera um fim em si mesmo; a morte é um mero estágio antes da vida posterior, do renascimento ou da reencarnação.

Na maioria das religiões, a sorte de uma pessoa após a morte depende em grande parte da vida que levou, do modo em que morreu e, não menos importante, dos rituais, cerimônias e rezas realizados pela sua família. Garantir a paz de espírito e a saúde dos que estão vivos é uma importante razão para realizar serviços fúnebres adequadamente.

Embora a natureza dos funerais possa variar segundo a cultura, o significado primordial e o conforto que eles trazem às famílias podem ser considerados universais. Ritos funerários têm muitos significados. Eles existem não apenas para dar aos mortos um tratamento final digno, mas também para prestar assistência aos sobreviventes e inclusive consolidar fronteiras sociais:

Para os mortos: Muitas religiões e culturas acreditam que os funerais devem ser realizados para facilitar a passagem dos mortos de um mundo para outro, garantir a reencarnação e assegurar que a alma dos mortos não retorne para assombrar os vivos.

Para a pessoa (parente mais próximo): Para a pessoa, um funeral significa uma separação decisiva em relação aos mortos, um passo essencial sem o qual o processo de luto não pode começar**. Sem um funeral, as pessoas podem ter dificuldade de admitir a sua perda.

Para as famílias: Funerais e cerimônias oferecem uma forma de reconhecimento público de que elas estão de luto e de que a sua dor é compartilhada por parentes próximos e pela comunidade. A presença de outras pessoas denota o respeito pelo morto, cuja vida é portanto reconhecida e a sua memória, preservada.

Durante o funeral, os familiares são autorizados a expressar emoção abertamente. Em algumas partes da África, por exemplo, o luto da família é acompanhado por dança e canto. Em outros lugares, as pessoas ainda buscam a ajuda de carpeideiras. Apesar da sua aparente teatralidade, essas expressões ritualizadas de sofrimentos pessoais continuam socialmente aceitas, desde que se limitem ao período de luto.

Após o funeral, as famílias passam por um período de luto cuja duração varia de três dias a um ano. Em muitas partes do mundo, esse período é regido por regras específicas que orientam as atitudes e o comportamento dos familiares (de acordo com a idade, o sexo e a relação com o morto). Na Índia, por exemplo, os homens não têm permissão para fazer a barba ou usar determinadas roupas; eles também devem recitar algumas orações e realizar certos rituais religiosos para não desonrar os mortos e, portanto, evitar ser punido por eles.

Socialmente: Funerais também podem ser importantes para criar unidade social. Ao prestar as suas condolências à família enlutada, os membros da comunidade expressam solidariedade e ajudam a restabelecer o equilíbrio entre os dois mundos (o dos vivos e o dos mortos). Quando alguém é morto no transcurso de um conflito ou uma guerra, o funeral dessa pessoa pode ser uma ocasião para a retrospectiva ou para manifestar solidariedade para com ela e a sua família.

* Ver também Marie-Frédérique Bacqué, *Apprivoiser la Mort* (Odile Jacob, 2003), *The Missing and their Families: Action to Resolve the Problem of People Unaccounted for as a Result of Armed Conflict or Internal Violence and to Assist their Families* (CICV, Genebra, 2003) e *The Missing: Mourning Process and Commemoration* (CICV, Genebra, 2002).

** Em algumas culturas, quando a morte ocorre, o caixão é deixado aberto durante dias para ajudar as famílias a entender que o seu ente querido não está mais entre os vivos. Em outras, acredita-se que, quando uma pessoa não é honrada através de um enterro digno, o seu espírito começa a vagar e assombra os vivos por um longo tempo.

FICHA INFORMATIVA 2.5 Estrutura psicológica – Perda ambígua (Boss, 2006)

O QUE PODE AJUDAR OS FAMILIARES A VIVEREM COM UMA PERDA AMBÍGUA?

Encontrar um sentido

- Por meio de crenças culturais (destino/sorte)
- Por meio da aceitação espiritual da natureza e do ciclo da vida
- Por meio da espiritualidade religiosa
- Por meio da compreensão e/ou mudanças de percepção

O que ajuda?

- Mencionar o problema
- Compreender
- Normalizar emoções
- Compartilhar percepções, pontos de vista e ideias com outros
- Religião e espiritualidade
- Rituais
- Perceber o sofrimento como inevitável

Normalizar a ambivalência

- Reconhecendo a existência de sentimentos, emoções e percepções ambivalentes
- Aceitando que essa ambivalência é normal e pode ser administrada
- Aprendendo como lidar com ela e adaptando-se a situações de ambiguidade

O que ajuda?

- Normalizar a culpa e os sentimentos negativos
- Recuperar a iniciativa pessoal
- Expressar os sentimentos ambivalentes de forma aberta
- Ver o conflito como positivo
- Desenvolver tolerância à tensão
- Recuperar sentimentos de autocontrole e autoestima
- Reinvestir energia física e emocional em outras pessoas e atividades

ALGUNS MÉTODOS TERAPÊUTICOS

Narrativo (ouvir e contar)

- Compartilhamento individual, familiar ou comunitário de narrativas (p.ex., histórias) sobre a pessoa desaparecida, o que:
 - contribui para o processo de dar um sentido;
 - ajuda a equilibrar ideias em conflito;
 - apoia o processo de cura.

Sistêmico (compartilhar significados)

- A terapia deve incluir casais, famílias e a comunidade, o que:
 - facilita o compartilhamento de sentidos;
 - quebra o silêncio na família;
 - cria conexões por meio de experiências compartilhadas;
 - estimula redes de apoio familiares e sociais.

Dialético (aprender a viver com ideias em conflito)

- A terapia deve incluir a abordagem “ambos/e” (que se foi e não se foi/aqui e não aqui), porque ela:
 - contribui para achar um sentido;
 - é necessária para trabalhar com a “incerteza”;
 - ajuda a normalizar a ambivalência;
 - reduz a ansiedade causada pela ambiguidade.

3. ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS

Acompanhamento

INFORMAÇÕES

Nesse contexto, “acompanhamento” significa “caminhar ao lado de alguém” e ser o elo entre as famílias e as várias pessoas e organizações que prestam o apoio necessário dentro da comunidade.

- O acompanhamento deve ser sempre adaptado às necessidades das famílias de pessoas desaparecidas porque:
 - envolve dar apoio de longo prazo, assim como apoio durante momentos específicos, como a entrevista *ante mortem*, a coleta de amostras de sangue, a recuperação e a inspeção dos restos mortais e/ou de objetos pessoais, a notificação da morte e a entrega do corpo (ver Seção 4, p. 29).
 - é uma forma de construir relações baseadas na confiança e de criar um ambiente de apoio que possa atender às várias necessidades das famílias.
- O acompanhamento pode ser realizado por pessoas que estão motivadas ou dispostas a ajudar e que entendem a situação que as famílias enfrentam.
- Os acompanhantes podem ser:
 - pessoas que estão ou já estiveram na mesma situação
 - membros de ONGs ativas
 - voluntários de Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho
 - figuras importantes da comunidade

1. O que é o acompanhamento?

O acompanhamento pode ser considerado um aspecto do apoio prestado pela comunidade. Opera a partir da premissa de que as famílias podem ser ajudadas por meio de relações de compaixão e apoio mútuo. Acompanhar significa **caminhar ao lado de alguém e dar apoio sempre que for necessário**.

O principal objetivo do acompanhamento é fortalecer as capacidades dos indivíduos e das suas famílias de lidar com dificuldades relacionadas ao desaparecimento dos seus parentes (ver Seção 2, p. 29), para finalmente poder retomar as suas vidas sociais. Eles podem fazer isso **lançando mão dos seus próprios recursos e aqueles disponíveis** na comunidade – local e nacional – e **criando uma rede de apoio**.

Essa forma de apoio difere daquela prestada por especialistas que se concentram em problemas específicos (médicos, jurídicos, etc.). Busca abordar cada aspecto das dificuldades que as famílias enfrentam, envolvendo tanto profissionais de várias áreas (forense, direito, saúde, assistência social) como pessoas comuns da comunidade.

Acompanhar famílias não requer um conjunto específico de habilidades altamente desenvolvidas. Mas exige um grande entendimento sobre a situação das famílias e uma aptidão para escutar e prestar apoio adequado quando for necessário.

Além disso, o acompanhamento também pode ser útil para especialistas na abordagem das famílias – em particular, especialistas em saúde mental, já que as famílias são menos propensas a procurar esse tipo de ajuda.

[Ver Seção 3, Ficha Informativa 3.7: Aumentar a capacidade das famílias de lidar com a situação, p. 97.](#)

2. Por que o acompanhamento é adequado às necessidades das famílias?

Há várias razões pelas quais o acompanhamento é adequado para atender às necessidades das famílias:

- as famílias normalmente precisam de **apoio de longo prazo**, pois obter informações sobre a sorte dos seus parentes desaparecidos é muitas vezes um processo longo e difícil.
- a experiência mostra que elas tendem a procurar **apoio entre as pessoas com as quais se sentem emocionalmente seguras** e das quais se sentem próximas, mais do que entre especialistas em saúde mental.
- a efetividade do acompanhamento é mais evidente durante **momentos específicos** – por exemplo, em exumações ou durante a identificação de restos mortais.

 [Ver Seção 4, Ficha Indicativa 402: Acompanhamento das famílias – do início ao fim, p. 150.](#)

- o acompanhamento é necessário quando os familiares, aprisionados no processo de busca do seu parente e consumidos pelas preocupações, param de prestar atenção às suas próprias necessidades e/ou necessidade dos seus entes queridos mais próximos. Em tais circunstâncias, o apoio constante e crescente pode ajudar a aliviar a sua angústia e a incentivá-los a cuidar de si próprios e da família.
- além disso, devido às relações que formam com as famílias, os acompanhantes estão numa posição ideal para incentivar os familiares que enfrentam dificuldades específicas a buscar apoio apropriado.

3. Quem pode acompanhar as famílias de pessoas desaparecidas?

- Pessoas que estão ou já estiveram na mesma situação (por exemplo, membros de associações de familiares);
- Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho;
- Oficiais de terreno e/ou delegados do CICV;
- Vários recursos comunitários, como líderes religiosos, trabalhadores sociais e da saúde, ONGs/ associações (por exemplo, as que lidam com jovens, mulheres e direitos humanos), serviços públicos;
- Profissionais dispostos a adaptar serviços especializados de modo a estar em melhor posição para lidar com as famílias.

 [Ver Seção 3, Ficha Informativa 3.1: O papel do acompanhante, p. 91;](#)
e [Ficha Informativa 3.2: O acompanhante: qualificações mínimas, p. 92.](#)

3.1 Associações de familiares e pessoas que estão ou já estiveram na mesma situação

Familiares que tiveram, ou ainda têm, de lidar com o desaparecimento de um ou vários parentes próximos geralmente formam associações de familiares. Dividir experiências aproxima as pessoas entre si. Isto pode melhorar o impacto do acompanhamento pelas razões citadas abaixo:

- **Entender o sofrimento.** Pessoas que passaram por provações terríveis têm a inabalável convicção de que somente alguém que viveu a mesma experiência pode entendê-las realmente. Saber que a dimensão do seu sofrimento foi totalmente compreendida permite que o compartilhem sem inibições. Isto também ajuda as pessoas a formar laços de solidariedade que, por sua vez, podem aliviar o seu sofrimento e ajudá-las a restabelecer laços sociais.
- **Terminar com o isolamento psicológico.** Quando compartilham experiências com outros, os familiares percebem que não são os únicos que carregam tanto peso. Podem falar livremente sobre experiências pessoais e, mais importante, mencionar o seu parente desaparecido sem medo de ser um fardo para os demais. Ser capaz de expressar a angústia pela ausência do seu parente pode ter um impacto significativo na sua capacidade de lidar com a situação.
“Realmente gosto de conversar com outras mulheres. Parece que criamos uma família só por termos os mesmos problemas. Digo coisas aqui para elas que nunca dividiria com nenhuma outra pessoa porque ninguém entende o que sinto, nem gostaria de entender”, diz M., cujo marido está desaparecido.
- **Inserir as experiências numa perspectiva mais ampla.** Ao discutir as suas experiências com outros, as famílias podem situá-las numa perspectiva mais ampla, que as ajuda a entender o que lhes aconteceu.
- **Reciprocidade⁵ e ajuda mútua,** o que significa reconhecer a capacidade de resistência de cada um, aprendendo com as experiências do outro e oferecendo conselho ou apoio.
- **Esforço de cooperação.** Formar associações de familiares é uma maneira que as famílias têm de trabalhar em conjunto para obter respostas das autoridades e/ou conseguir o apoio da sociedade civil e das instituições públicas. Participar do trabalho das associações também pode ajudá-las a sair da passividade de vítimas e se tornar mais proativas em esforços conjuntos para trazer à tona o tema das pessoas desaparecidas.
- **Atividades recreativas.** Ao se reunir, as famílias dão a si mesmas a oportunidade de participar de atividades recreativas, o que em outras situações não aconteceria por vários motivos: o medo, por exemplo, de que outros considerassem o seu comportamento como um sinal de desprezo ou indiferença pela sorte dos parentes desaparecidos. As atividades recreativas podem ser uma distração útil, proporcionando às famílias um respiro frente à ansiedade pelo parente desaparecido.

⁵ Ver também Guay, J., *Thérapie Brève et intervention du réseau, une approche intégrée*, École de Psychologie, Université Laval, Les presses de l'Université de Montréal, 1992.

3.2 Restrições associadas ao apoio prestado por pessoas na mesma situação que aquelas às quais devem ajudar

Compartilhar experiências emocionais semelhantes pode às vezes dar às pessoas uma falsa sensação de confiança. Pode levá-las a se esquecer de levar em consideração o caráter único de cada experiência e a acreditar que sabem exatamente o que as outras famílias sentem e pensam.

Além disso, os acompanhantes de muitas associações de familiares estão sujeitos a negligenciar a sua própria necessidade de apoio e a se dedicar inteiramente a ajudar os demais. Embora isto possa ajudá-los a lidar com a injustiça da sua própria situação, também pode levar a um envolvimento excessivo, e talvez insalubre, com os outros e à exaustão emocional.

Existe ainda a possibilidade de que os familiares se tornem inteiramente preocupados com seus os parentes desaparecidos e com a sua angústia pelo desaparecimento. Esse é um perigo para se levar em conta: pode isolá-los e impedir que sigam em frente.

EXEMPLO

Nos Bálcãs, muitas famílias de pessoas desaparecidas se organizaram em associações. Embora o compromisso e o ativismo desses grupos tenham ajudado muitas famílias, as entrevistas e oficinas realizadas posteriormente revelaram os seguintes problemas:

- Como não tinham consciência das suas próprias necessidades e das suas preocupações e emoções estremecidas, membros de associações de familiares não incentivavam os recém-chegados a atender às suas próprias necessidades e tentar recuperar determinada normalidade.
- Muitas associações, convencidas de que ninguém mais se importava com as famílias e mesmo cientes da sua própria capacidade limitada de ajudar, tiveram dificuldade de se libertar de algumas das responsabilidades que haviam proposto. Sobrecarregadas e exaustas, chegaram ao fim sem encontrar qualquer outro recurso para ajudar as famílias.
- Algumas dessas associações - senão a maioria - muitas vezes se viram empurradas em direções opostas: sentindo-se indispensáveis e desejando livrar-se de responsabilidades que se tornaram um peso. Esta última foi uma tarefa especialmente difícil: muitas associações escolheram esse curso de ação para poder lidar com a sua própria perda e tristeza.
- Às vezes, elas sentiram que as questões alheias à sua vontade – dificuldades na implementação de leis relacionadas a pessoas desaparecidas ou a completa ausência de tais leis, o número de processos pendentes, e assim por diante – prejudicaram o impacto das suas pequenas, mas importantes contribuições.

Esses perigos podem ser evitados, e os seus efeitos mitigados, desde que as pessoas tenham consciência deles. Em geral, o apoio prestado pelas famílias de pessoas desaparecidas – através de associações de familiares ou outros meios – é essencial e deveria ser reforçado pelo envolvimento de outros atores da comunidade.

3.3 Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

O Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho tem longa experiência e conhecimento no restabelecimento de laços familiares quando pessoas são separadas entre si durante conflitos armados ou desastres naturais. A Rede de Laços Familiares do Movimento é formada por serviços de busca das Sociedades Nacionais, agências de busca das delegações do CICV e a Agência Central de Busca do CICV em Genebra, que, em conjunto, atendem às necessidades das pessoas que estão sem notícias dos parentes.

[🔗 Ver Seção 3, Ficha Informativa 3.4: Restabelecimento de Laços Familiares e o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, p. 94.](#)

O Movimento presta apoio na forma de uma ampla gama de serviços destinados a aliviar o sofrimento de pessoas separadas dos seus entes queridos, incluindo a organização da troca de notícias familiares e a busca de indivíduos, assim como a coleta, a gestão e o encaminhamento de informações sobre as pessoas mortas.

Além de ajudar a restabelecer laços familiares, o apoio do Movimento também pode assumir as seguintes formas:

- proporcionar **escuta solidária** a famílias durante visitas domiciliares ou outras atividades comunitárias. A escuta solidária pode ser definida como “uma forma equilibrada de escuta atenta, calma, conectada e não diretiva”.
- **dar informações** às famílias sobre procedimentos relacionados com a busca do seu parente desaparecido e sobre outros serviços disponíveis na comunidade.
- **propor um amplo leque de atividades** destinadas a terminar com o isolamento das famílias e a incentivá-las a se reintegrar à vida social. Isto pode ser feito por meio de várias atividades psicossociais: acampamentos de verão, salas de jogos para as crianças, capacitação profissional básica, sessões educativas, etc.
- **trabalhar em rede**, o que implica informar as famílias sobre os serviços disponíveis e adaptá-los para que possam atender às suas necessidades.
- **fornecer ajuda material**, seja com a distribuição de gêneros alimentícios ou não alimentícios ou com a assistência direta para o desenvolvimento de iniciativas microeconômicas.
- **prestar assistência em momentos específicos**, como eventos públicos e a identificação de restos mortais. Embora as famílias possam encontrar consolo ao estar rodeadas por outras que tiveram experiências similares, também podem ser muito confortadas pela presença de pessoas que atendem às suas necessidades imediatas.

3.4 Outros recursos comunitários

Pode-se ampliar a ajuda prestada às famílias levando-se em consideração o grande escopo das suas necessidades e os tipos de ação que necessitam, o envolvimento de outros recursos/atores – líderes religiosos, trabalhadores sociais e da saúde, ONGs (para jovens, para mulheres e para a defesa dos direitos humanos) – e, obviamente, a participação das autoridades. O envolvimento de outros atores é também uma forma de ampliar o círculo restrito – de famílias de pessoas desaparecidas – a toda a comunidade.

[!\[\]\(b03306aca77660a7ef414edcffa48099_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 319: Mobilização de uma rede de apoio, p. 125.](#)

Elaboração de um projeto de acompanhamento

Esta parte do manual busca dar orientação àqueles (associações de familiares, Sociedades Nacionais, ONGs e outros) que querem desenvolver um conjunto de atividades que atendam às necessidades das famílias de pessoas desaparecidas.

Antes de começar, os atores locais interessados devem ser sensibilizados por alguém com experiência na questão das pessoas desaparecidas, que também deveria ajudá-los a definir a sua área de interesse e as suas motivações, levando em consideração os seus recursos humanos e materiais (assim como a disponibilidade de outros recursos na comunidade).

As associações de familiares e outras organizações devem ser muito claras quanto às suas capacidades e limitações, e abster-se de compromissos que não possam cumprir. Ao enfrentar dificuldades, deveriam informar as outras organizações envolvidas e se esforçar para garantir que a sua função seja assumida por outra pessoa.

[!\[\]\(4a304f0321c7c217c4934cff23fb37f4_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Informativa 3.5: Elaboração de um projeto, p. 95.](#)

1. Avalie a situação da família

A função de uma avaliação é obter um entendimento sobre uma situação a fim de identificar os problemas e as suas fontes e consequências. A função não é determinar se determinada atividade é possível e, sim, o que é necessário.

A necessidade mais óbvia das famílias de pessoas desaparecidas é **saber a sorte e o paradeiro** dos seus parentes. No entanto, essas famílias podem também enfrentar diversas outras dificuldades e problemas; e estes, às vezes, podem passar despercebidos.

Cada situação é diferente de outra e determinada por fatores como o contexto político, a situação socioeconômica e cultural, a presença e os tipos de mecanismos externos de apoio e assim por diante. Embora haja determinadas semelhanças, a situação de cada família é única e deve-se esperar que certos problemas e modos de lidar com o desaparecimento sejam diferentes. Além disso, a natureza das dificuldades das famílias pode mudar com o tempo: novos problemas podem aparecer e velhos problemas podem diminuir ou aumentar de intensidade.

Um claro entendimento sobre a situação das famílias, com base nas suas necessidades atuais e não em ideias preconcebidas, é necessário para a prestação de uma assistência relevante, apropriada e efetiva.

● PREPARE A AVALIAÇÃO

Deve-se planejar uma avaliação adequadamente: os seus motivos e o seu foco, assim como os métodos que serão usados, dada a natureza específica do contexto (incluindo fatores culturais), devem ser definidos desde o início. É importante decidir que tipo de informação será reunida, de que maneira, os métodos de análise e quem realizará essas tarefas.

[!\[\]\(a282a674e7588c8b9a0290c8b253a834_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 301: Preparar a avaliação de necessidades, p. 98.](#)

[!\[\]\(96b0cc73a70d00b3f5610b1cd91761ed_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Informativa 3.6: Regras básicas de gestão de informações, p. 96.](#)

● O QUE AVALIAR?

Será necessário avaliar o contexto global e obter um entendimento geral sobre o problema das pessoas desaparecidas. Deve-se realizar uma avaliação das famílias para determinar o que elas sabem e qual foi o seu envolvimento, ou talvez qual continua sendo o seu envolvimento, no processo de busca. Também é necessário entender os efeitos do(s) desaparecimento(s) sobre as famílias e as comunidades e conhecer quais são os seus mecanismos para lidar com a situação. Vários fatores relacionados com as atitudes socioculturais e com o ambiente político em que um desaparecimento ocorreu influenciarão o modo como as famílias lidam com o fato. Devem-se considerar esses fatores quando se avaliam as necessidades das famílias. Finalmente, deve ser feita uma análise das partes interessadas, assim como uma avaliação dos serviços para ajudar as famílias dos Desaparecidos.

[!\[\]\(82d3508d73c88c0a423a0f270a4a381f_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 302: Avaliar a situação da família, p. 99.](#)

● QUANDO?

Como as necessidades das famílias não são sempre as mesmas e podem mudar com o tempo, não há um período ideal para realizar uma avaliação. Ela pode ser feita logo após o desaparecimento ou anos depois.

1.1 Colete os dados/informações

Há diversos métodos de coleta de informações. Alguns são quantitativos, outros qualitativos. Essa distinção é às vezes expressa como “dados tangíveis (*hard data*)” e “dados intangíveis” (*soft data*). No entanto, a questão não é “tangíveis” versus “intangíveis”, mas sim “relevante e apropriado” versus “irrelevante e inapropriado”. Esses métodos são complementares e geralmente deveriam ser usados em combinação.

As informações quantitativas dão respostas a questões como: quantos, com que frequência, a que distância, qual a altura, qual a idade? Já as informações qualitativas abrangem pontos como: como, quando, quem, onde, que, qual?

Para realizar uma avaliação, o primeiro passo é saber que informações já estão disponíveis de outras fontes (por exemplo, relatórios escritos) e, em seguida, ver que informações adicionais precisam ser coletadas e como isso pode ser feito. Estudar uma questão restrita ou um problema muito específico em grande profundidade pode produzir resultados claros, mas pode deixar outros problemas e assuntos importantes sem serem examinados. Por outro lado, reunir informações sobre um grande número de questões e problemas pode resultar em uma avaliação sem foco; aqueles que realizam a avaliação podem se ver dispostos de uma ampla gama de informações, mas toda ela superficial.

Na decisão sobre o método a adotar, devem-se estabelecer alguns limites sobre a coleta de informações. Todas as famílias de Desaparecidos devem ser avaliadas ou apenas uma? Quem mais deve ser contatado? Todos os problemas devem ser avaliados em detalhe ou apenas os que tiverem prioridade? O foco deve

ser obter os melhores dados possíveis, em virtude dos recursos e do tempo disponíveis, por meio de um processo aberto e imparcial.

Além de considerar que tipo de informação será reunida, é necessário decidir como ela será coletada e documentada. Isso significa decidir quais métodos serão usados (p.ex., pesquisas, entrevistas, discussões de grupos focais, observação) e quem será incluído na avaliação.

Há várias formas de selecionar as pessoas sobre as quais as informações serão obtidas, mas duas são particularmente importantes: amostragem aleatória e amostragem intencional⁶. A amostragem aleatória geralmente depende de grandes amostras; a sua vantagem é que os resultados provavelmente serão representativos de todas as famílias em questão.

A lógica e o poder da amostragem intencional decorrem da sua ênfase na compreensão em profundidade: somente casos ricos em informações são selecionados. A abordagem intencional concentra-se em um número relativamente pequeno de pessoas entre as famílias dos Desaparecidos e/ou outros informantes essenciais que tenham sido identificados como “ricos em informações”. Informantes essenciais são pessoas que têm informações específicas sobre certos aspectos da população afetada (p.ex., profissionais de saúde, funcionários de governos locais e nacionais, membros de grupos de mulheres, líderes comunitários, líderes religiosos, ONGs, equipe institucional, trabalhadores sociais). Se você estiver ciente dos pontos de vista de atores essenciais da comunidade, conhecerá as suas posições em relação aos problemas que as famílias enfrentam.

● GRUPOS FOCAIS⁷

Grupos focais são, acima de tudo, **discussões em grupo** que reúnem pessoas com antecedentes semelhantes (membros de famílias de zonas remotas do país, esposas de pessoas desaparecidas, enfermeiras, mães de crianças com menos de cinco anos, etc.) ou que passaram por experiências similares, a fim de discutir temas específicos. Os grupos podem ser usados para várias finalidades:

- reunir informações/opiniões/crenças/hábitos/atitudes/práticas/necessidades/ em relação a um assunto em particular;
- promover troca de opiniões e discussão entre os participantes;
- reunir informações suficientes sobre as quais basear um projeto ou para avaliar os resultados.

As informações reunidas por meio de grupos focais podem ajudar a orientar e aumentar a relevância e a eficácia dos projetos, especialmente quando os participantes são informantes essenciais e/ou as próprias famílias de pessoas desaparecidas.

Esse método tem diversas vantagens porque permite que as pessoas afetadas – nesse caso, as famílias de pessoas desaparecidas – assumam um papel ativo nos esforços para ajudá-las e sintam que os seus pontos de vista, sobre assuntos que lhes preocupam profundamente, importam.

Contudo, também há limitações: os resultados de um grupo focal não devem ser extrapolados. Além disso, nem sempre é possível, para os participantes de um grupo focal, descrever experiências pessoais.

[!\[\]\(4db374e8c911bea46aed2855c8e949e5_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 303: Organize uma sessão de grupo focal, p. 101.](#)

● ENTREVISTAS

As entrevistas são uma parte essencial de qualquer avaliação. Elas demandam certas decisões: se um ou vários membros da família serão entrevistados, que perguntas fazer, e onde e como realizá-las.

Ao contrário dos grupos focais, as entrevistas permitem prestar mais atenção direta às experiências individuais, além de definir e quantificar, mais precisamente, problemas e necessidades específicos. Também dão aos entrevistados a oportunidade de se expressar mais livremente, sem serem pressionados pelas percepções dos outros.

⁶ Na amostragem aleatória, cada elemento possível da população (povoados, indivíduos ou famílias) deve ter a mesma chance de ser selecionado; isto pode exigir esforços para anular preconceitos que distorcem o resultado (acesso, sexo, etc.) usando, por exemplo, amostragem estratificada. A amostragem intencional, nesse caso, significa decidir entrevistar tanto os grupos essenciais como, o que é importante, grupos ou indivíduos vulneráveis a fim de se obter informações específicas.

⁷ Ver também Jong, K. Focus Group Discussion Guidelines, MSF Holland (documento interno), 2001 e Dawson, S., Manderson, L. Le manuel des groupes focaux, International Nutrition Foundation for Developing Countries (INFDC), Boston, 1993.

Entrevistas individuais são recomendadas quando questões sensíveis precisam ser colocadas: por exemplo, numa situação familiar complexa ou numa situação na qual as necessidades estão associadas com temas de segurança/proteção. Entrevistas individuais podem ser necessárias para identificar diferenças dentro do círculo familiar na maneira de lidar com o desaparecimento; entrevistar todos os membros da família juntos pode não permitir que os indivíduos expressem as suas dificuldades pessoais em lidar com o assunto.

Em seguida, apresentamos dois métodos para realizar entrevistas:

- **Não estruturado.** Uma entrevista não estruturada permite que o entrevistador desenvolva uma compreensão em profundidade sobre as necessidades da família durante uma conversa. Um acompanhante que realiza uma entrevista não estruturada pode vir a entender as necessidades dos familiares sem utilizar um questionário padronizado. Escutar as suas histórias durante visitas domiciliares ou outros encontros e deixá-los expressar as suas dificuldades são uma maneira boa para entender o que eles estão vivendo e útil para decidir a forma de aliviar o seu sofrimento. Mesmo assim, é sempre útil tomar notas durante a entrevista e preparar de antemão uma lista simples para registrar as informações essenciais (circunstâncias do desaparecimento, estado emocional, situação da família, renda, etc.)
- **Diretivo e semiestruturado (usando questionários).** Em entrevistas diretivas e semiestruturadas, pergunta-se aos entrevistados um conjunto de questões pré-determinadas de forma sistemática. Essas questões podem ter final aberto – “**Como você acha que os outros percebem a sua situação?**” – ou final fechado – “**Acha que os outros entendem você?**” Perguntas de final aberto são usadas, sobretudo, durante entrevistas semiestruturadas de modo a deixar que os entrevistados expressem as suas preocupações pessoais ou pontos de vista sobre vários temas.

EXEMPLO

Um grupo formado por trabalhadores sociais, psicólogos e membros de associações de familiares pode ser convidado a responder às seguintes perguntas:

- O que faz as famílias relutarem em buscar apoio – dentro ou fora do círculo íntimo?
- O que pode ser feito para incentivá-las a participar de uma discussão com outras famílias?
- O que pode ser feito para apoiar os homens dentro da família?

Em discussões desse tipo, deve-se incentivar a abertura a novas ideias e desalentar os julgamentos morais.

Respostas aos dois tipos de pergunta são/devem ser reunidas e documentadas de forma precisa; e as conclusões obtidas a partir delas, submetidas a uma análise adicional.

As perguntas são formuladas de acordo com as necessidades a serem avaliadas. Por exemplo, para obter maior compreensão sobre o impacto do desaparecimento na vida social das famílias, é importante fazer perguntas que explorem a natureza da sua atual relação com o meio social, se as coisas mudaram após o desaparecimento e as razões fundamentais dessas mudanças.

Para aumentar a credibilidade e a relevância dos questionários, eles devem levar em consideração várias categorias de pessoas na população-alvo (mães e irmãos de pessoas desaparecidas, familiares de soldados desaparecidos ou de civis desaparecidos, famílias que vivem em zonas urbanas ou rurais, e assim por diante). As respostas variarão dependendo da experiência. Pode ser um exercício interessante comparar percepções, atitudes e experiências pessoais ao longo das categorias.

● BRAINSTORMING

Essa é uma técnica em que um grupo de pessoas realiza uma conversa aberta sobre um tema específico. A finalidade de uma sessão de *brainstorming* é gerar análise (retrospectiva ou prospectiva) e ideias ou soluções.

Uma sessão que se concentra em assuntos relacionados com a situação das famílias ou com os desaparecimentos deveria incluir pessoas familiarizadas com os temas. Familiares de pessoas desaparecidas podem participar das discussões.

2. Analise as informações e identifique as prioridades

Após a coleta de todas as informações de diferentes fontes, é hora de processar os dados, dividir as respostas em categorias e encontrar padrões nas respostas. Isso lhe permitirá identificar os principais problemas enfrentados pelas famílias dos Desaparecidos, os recursos disponíveis para ajudá-las e as brechas entre as necessidades e os recursos. Os resultados da avaliação são essenciais: sem eles, as decisões não podem ser tomadas.

Primeiro, deve-se determinar se há necessidade de ação. Se houver, as informações à sua disposição permitirão decidir que problemas priorizar no seu projeto de acompanhamento, levando em consideração a importância desses problemas, as suas capacidades, os recursos existentes e as potenciais limitações.

3. Elabore o projeto de acompanhamento

Nessa etapa, devem-se determinar as melhores formas de atender às necessidades das famílias de acordo com as prioridades estabelecidas.

3.1 Determine objetivo(s)

Um objetivo descreve o resultado que se pretende obter através do projeto, isto é, as melhoras na situação das famílias dos Desaparecidos.

Os objetivos são geralmente de dois tipos: gerais e específicos.

Um **objetivo geral** refere-se ao projeto inteiro e descreve o resultado pretendido no médio prazo: por exemplo, **melhorar o bem-estar psicológico das famílias**. O projeto de acompanhamento pode resolver o problema ou contribuir para resolvê-lo.

Um **objetivo específico** é uma meta de curto prazo que pode ser alcançada mais rapidamente: por exemplo, **as famílias dos Desaparecidos na área X saberão sobre o processo de busca dentro de um determinado período pré-determinado de tempo após o desaparecimento**. Em geral, os projetos têm mais de um objetivo específico, que são ligados ao objetivo geral. Cada objetivo específico pode ter a sua estratégia e as suas atividades associadas.

Os objetivos devem ser S.M.A.R.T, uma sigla em inglês para Específicos, Mensuráveis, Alcançáveis, Relevantes e com Tempo determinado.

3.2 Desenvolva uma estratégia e um plano de ação

Uma vez estabelecidos os objetivos, deve-se agora identificar como eles serão alcançados concretamente, definindo cada passo do projeto. Detalhes com respeito a cada elemento do programa devem ser sintetizados em um plano de ação, que precisa incluir os seguintes pontos:

- **O objetivo geral e o(s) objetivo(s) específico(s)**. Que mudanças queremos produzir na vida das famílias dos Desaparecidos? (*ver Seção 3.1*)
- **A estratégia**. Quais as maneiras mais efetivas de alcançar os objetivos? Como poderíamos superar as limitações e aproveitar as oportunidades?
- **As atividades**. Uma vez esclarecidos os objetivos e as estratégias, pode-se definir e listar as atividades que devem ser realizadas. Além do que será feito, é necessário considerar as seguintes questões: Como as atividades serão estabelecidas? Quem fará o quê? Qual a sequência das atividades? Até que ponto elas serão ligadas entre si? Qual é o cronograma para começar e concluir as atividades?
- **Indicadores essenciais para monitorar atividades e resultados**
A estrutura de monitoramento. Será preciso também decidir como monitorar o projeto e preparar um plano de ação antes que o projeto esteja em curso: O que será monitorado? Com qual frequência? Quem será responsável por qual tarefa? Que indicadores serão usados? Quais serão os métodos de coleta e análise de dados? Como os dados serão usados? Para mais informações, ver Seção 4.
- **Os recursos necessários**. Do que precisamos para realizar as atividades (recursos humanos e financeiros, atores externos, etc.)? Qual é o cronograma?
- É preciso definir os recursos necessários para realizar cada atividade: de que recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros, e de qual meio logístico precisamos para implementar e monitorar o projeto? Qual é o prazo para cada um deles? As respostas a essas questões podem fazer com que as atividades sejam alteradas conforme a disponibilidade de recursos.

- Caso o financiamento esteja sendo buscado ou os fundos já disponíveis estejam sendo usados, é importante elaborar um orçamento para o projeto. Um orçamento é necessário para uma gestão financeira transparente.

[!\[\]\(de48d977976ad6b241d565976bd43247_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 304: Prepare um plano de ação, p. 103.](#)

3.3 Escrever uma proposta de projeto

Uma proposta clara de projeto poderia ajudar o acompanhante quando ele for apresentar a justificativa, a finalidade e os resultados esperados dessa proposta. Também ajudaria a tornar outros atores conscientes do impacto do desaparecimento de pessoas e a incentivá-los a participar da implementação das atividades; pode ainda ajudar a arrecadar fundos.

[!\[\]\(6673b0429649b004a52c6e5dea09bfbb_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 305: Escreva uma proposta de projeto, p. 105.](#)

4. Monitore as atividades e avalie a sua eficácia

4.1 Monitore e avalie

O **monitoramento** é um processo contínuo e sistemático que deveria ser realizado ao longo da implementação do projeto. Há vários tipos de monitoramento: por exemplo, monitoramento de atividade, monitoramento de resultados, monitoramento de situação e monitoramento financeiro. Monitorar inclui coletar, registrar, analisar e comunicar as informações, e isto é feito por aqueles que gerenciam/implementam o projeto.

O **monitoramento de atividade** implica verificar os efeitos e os resultados dessas atividades diariamente. Também envolve verificar se as famílias dos Desaparecidos receberam os produtos e/ou serviços pelos quais lhes foi dito que esperem (em termos de quantidade e qualidade). O **monitoramento de resultados** verifica os avanços na realização dos objetivos planejados do projeto, buscando fornecer indicadores precoces. É feito, sobretudo, no âmbito dos objetivos específicos e resultados de pequeno prazo. O **monitoramento de situação** envolve o acompanhamento das mudanças no contexto que podem afetar o projeto (a sua relevância, a sua implementação, os seus resultados) e dos efeitos do projeto nesse contexto.

Uma **avaliação** é um exame independente, objetivo e sistemático do desenho, da implementação e dos resultados do projeto. Ao contrário do monitoramento, as avaliações ocorrem apenas em pontos específicos durante a implementação ou no final do projeto. O seu escopo é mais amplo que o do monitoramento. As avaliações possibilitam encontrar respostas a perguntas que não foram examinadas e/ou que requerem coleta e análise de dados mais complexos. Demandam uma preparação cuidadosa e são conduzidas por pessoas que não se envolveram no desenho e na implementação do projeto.

O monitoramento e a avaliação permitem identificar e examinar potenciais problemas e êxitos. Também possibilitam descobrir tendências, oferecendo assim uma base de ação corretiva para melhorar o desenho do projeto, a forma com que é implementado e, portanto, os resultados para as famílias dos Desaparecidos.

O monitoramento e a avaliação podem servir para **três finalidades principais**:

- Apoiar a tomada de decisão operacional, oferecendo informações para aqueles que gerenciam e implementam o projeto (p.ex., para a realização de ajustes necessários).
- Aprender e se beneficiar do que foi aprendido, tanto dentro do projeto como além dele.
- Prestar assistência à comunicação interna e externa (para a equipe e a administração da sua organização, para as famílias dos Desaparecidos, as autoridades, outras organizações e doadores).

A fim de evitar reunir muitas informações que não sejam úteis nem utilizáveis, é importante considerar, enquanto se elabora um plano de monitoramento (ou os termos de referência para uma avaliação): 1) para quais coisas você pode e vai encontrar respostas; e 2) para que serão utilizadas as informações que você pretende reunir.

4.2 Realize um monitoramento e conduza uma avaliação

Para os efeitos de avaliar as atividades, deve-se responder a certas questões: o que (implementação de atividades, efeitos imediatos e de longo prazo), como (indicadores e ferramentas), para quem (fontes de informação) e quando (prazo).

[!\[\]\(ebaa22ba8e545c2bcaf0205fa433617f_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 304: Prepare um plano de ação – Exemplo 2, p. 105.](#)

4.3 Analise as informações

→ **Todas as atividades foram realizadas conforme o previsto?**

P.ex., o número de sessões informativas organizadas comparado com o que foi planejado.

→ **Foi atingida a quantidade de pessoas esperada?**

P.ex., a taxa de comparecimento durante uma discussão de grupo ou número de pessoas que receberam folhetos.

→ **Os meios/recursos usados foram adequados?**

P.ex., os recursos logísticos suficientes ou o número suficiente de instrutores durante sessões de treinamento.

→ **As atividades contribuíram para alcançar o objetivo estabelecido?**

P.ex., as famílias fizeram uso de serviços sobre os quais aprenderam durante as sessões informativas e puderam resolver alguns dos seus problemas; as famílias mantiveram contato entre si.

P.ex., as famílias que compareceram às sessões informativas foram bem informadas sobre os serviços disponíveis.

→ **Houve resultados não esperados?**

P.ex., o desequilíbrio entre o número de famílias que precisam de sessões informativas e o número das que compareceram sugere um baixo índice de participação; os vários fatores que contribuem para esse resultado foram identificados.

→ **As atividades e/ou o modo em que foram realizadas atenderam às expectativas dos beneficiários? Em outras palavras, qual foi o nível de satisfação?**

4.4 Informe os resultados

Ao final de uma avaliação, podem-se resumir os seguintes pontos em um documento que pode ser usado internamente ou enviado a doadores ou outras partes interessadas:

- Necessidades/problemas identificados durante a avaliação
- Maneiras escolhidas para abordá-los
- Tipos de atividades implementadas
- A eficácia e potenciais efeitos sobre a situação das famílias
- Os pontos mais importantes
- Mudanças necessárias para melhorar a efetividade do projeto/atividades
- Dificuldades encontradas durante a implementação das atividades

Principais atividades

Toda resposta cujo objetivo é apoiar os familiares de pessoas desaparecidas deve levar em consideração a dimensão das suas necessidades, assim como a variedade de recursos necessários para atendê-las.

A próxima seção destaca as principais atividades que devem ser realizadas a fim de prestar acompanhamento às famílias enquanto elas enfrentam a sua situação dolorosa.

Essas atividades buscam lançar mão de recursos individuais e comunitários e restabelecer laços sociais essenciais.

[!\[\]\(eb728db33f4e80106787d4bb35f8fb57_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Informativa 3.7: Aumentar a capacidade das famílias de lidar com a situação, p. 97.](#)

Acompanhamento implica

1. Proporcionar escuta solidária.
2. Prestar informações às famílias.
3. Ajudar as famílias no processo de busca.
4. Ajudar as famílias a lidarem com questões jurídicas e administrativas.
5. Organizar grupos de apoio para incentivar as famílias a compartilharem experiências e apoio entre si.
6. Ajudar os familiares a reinvestirem em outras áreas (sociais e emocionais).
7. Promover a comunicação dentro da família.
8. Mobilizar a comunidade e as pessoas essenciais dentro dela (mediar entre as famílias e os serviços disponíveis).
9. Conscientizar e promover o reconhecimento público sobre a questão dos Desaparecidos.
10. Encaminhar aos serviços existentes e/ou especialistas.

1. Proporcionar escuta solidária

O que a escuta solidária envolve?

A escuta solidária é crucial para estabelecer relações de confiança com as famílias, independentemente de que ocorra no âmbito de um projeto. Ela implica:

- **ter uma atitude de não julgamento e mostrar respeito e tolerância** pelo modo como as famílias escolhem lidar com a sua situação. Um ouvinte ou acompanhante não deve aconselhar os familiares a “esquecer” ou “seguir adiante”. O acompanhante deve respeitar as suas crenças sobre a sorte do seu ente querido e escutar respeitosamente quando eles se expressam sobre o assunto. Escutar as famílias não significa que você deva ter as mesmas convicções. Prestar-lhes apoio não significa endossar a sua crença de que o parente desaparecido ainda está vivo ou incentivá-los a pensar assim;
- **permitir que os familiares expressem as suas emoções** e não menosprezê-las;
- **ter uma atitude de empatia**, o que ajuda o ouvinte a participar, imaginativamente, dos sentimentos de quem fala⁸;
- **mostrar interesse e preocupação pelo que as pessoas estão dizendo**: elas devem poder acreditar no compromisso da pessoa que oferece ajuda;
- **tranquilizá-los de que as suas reações são normais**, inclusive a necessidade de seguir adiante;
- **encontrar conjuntamente soluções que possam ajudá-los a se sentir melhor**;
- **oferecer-lhes informações adequadas e orientação** sobre problemas particulares;
- **respeitar a confidencialidade** das informações que proporcionam: ter tato e ser discreto.

A **linguagem não verbal** pode dar informações sobre o estado emocional do entrevistado, assim como sobre sua relação com o entrevistador. Muitas mensagens importantes são transmitidas por meio de expressões faciais, postura (o modo como a pessoa está sentada, por exemplo), proximidade física entre o entrevistador e a pessoa que está sendo entrevistada, aparência ou atitude (a formalidade excessiva é propensa a criar uma distância que pode ser inútil) e tom de voz.

[!\[\]\(464c8d8c37c93af1341f4240133feebe_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 306: A conversa com os familiares, p. 106.](#)

[!\[\]\(4b791d9b3e5ebbbcc59ef270913dac3a_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Informativa 3.3: Habilidades básicas de comunicação, p. 93.](#)

⁸ Ter empatia implica ter suficiente distância emocional em relação ao sofrimento da família para compreender a situação sem se sobrecarregar. Isso exige que o ouvinte concentre a sua atenção no modo como os familiares expressam o que está acontecendo com eles e como estão tentando lidar com isto; também exige que o ouvinte os ajude a desenvolver um melhor entendimento acerca de sua situação sem lhes dizer o que sentir ou pensar.



Departamento de Quiché, na Guatemala. As famílias se preparam para enterrar novamente – com dignidade e de acordo com o costume – parentes cujos corpos foram recentemente identificados.

INFORMAÇÕES

Esse tipo de discussão/entrevista não é um interrogatório. Em situações assim, o acompanhante deveria escutar e não tentar preencher silêncios com falas.

O primeiro encontro com a família é um momento extremamente significativo e pode influenciar a natureza dos encontros futuros.

O objetivo da escuta solidária não é necessariamente liberar emoções.

Não é o objetivo da escuta fazer alguém aceitar a morte de um parente e, sim, ajudar as famílias a lidar com a sua ausência, retornando à vida social e familiar.

Escuta solidária não significa ter todas as respostas às dificuldades que as famílias possam expressar. A condição desesperada de uma família não deveria levar ao desânimo ou ao envolvimento excessivo.

É importante finalizar o primeiro encontro indicando a sua disponibilidade para encontros semelhantes no futuro; também é importante não concluir a conversa com uma observação negativa.

Onde um encontro desse tipo deveria ser realizado?

Como as oportunidades de ter conversas de apoio aos familiares podem ocorrer de diversas formas, a escolha do lugar de encontro não é limitada a um local em particular.

No entanto, para maximizar a efetividade do encontro:

- o local deve ser confortável e seguro o suficiente para estimular as pessoas a se expressar livremente; tanto quem escuta como o(s) familiar(es) devem se sentir cómodos, sem serem distraídos por interrupções ou pela presença de intrusos;
- incentive o diálogo, colocando-se no mesmo nível da(s) pessoa(s) com as quais você conversa. Não estabeleça obstáculos demais entre vocês (como uma mesa). Em outras palavras, o lugar deve ser tranquilizador, não excessivamente formal e, se possível, familiar.

2. Prestar informações às famílias

As informações sobre vários temas (ver abaixo) podem ser oferecidas durante as conversas ou em sessões formais de informação.

[Ver Seção 3, Ficha Indicativa 307: Organização de sessões informativas, p. 108.](#)

Temas gerais e jurídicos

- Os direitos da pessoa desaparecida e das famílias das pessoas desaparecidas
- As obrigações das autoridades
- Procedimentos existentes para buscar as pessoas desaparecidas (por exemplo, registro, busca, exumação e identificação)
- A existência de mecanismos para esclarecer a sorte de pessoas desaparecidas e prestar apoio às famílias: como esses mecanismos funcionam e o que as famílias podem esperar deles
- A necessidade de registrar a pessoa desaparecida e os procedimentos a seguir
- Benefícios e assistência social existentes (p.ex., pensões ou outros benefícios) aos quais as famílias têm direito
- Questões específicas relacionadas com o processo de identificação (exumações, DNA, coleta da informações *ante mortem*, etc.): como o processo funciona

[Ver Seção 4: Acompanhamento das famílias durante a recuperação e a identificação dos restos mortais, p. 129.](#)

Medidas práticas

- Onde registrar um parente desaparecido
- Onde receber informações sobre o processo de busca
- Como solicitar ou receber uma declaração de ausência ou documento similar
- Como pedir assistência e benefícios sociais
- Como obter os documentos legais e administrativos necessários
- Como obter assistência jurídica

Outros recursos disponíveis

- Onde e quando obter assistência de saúde e/ou apoio especializado (p.ex., psicológico)
- Serviços e apoio disponíveis dentro da comunidade (apoio de associações de familiares, serviços prestados por ONGs, etc.)

[Ver Seção 3: Mobilizar a comunidade, p. 86.](#)

Conselhos práticos

- Estratégias que podem ajudar as famílias a lidar com a sua atual situação (tomar medidas para diminuir o seu isolamento, para que retornem aos círculos sociais familiares, etc.)
- Informações úteis sobre como os familiares podem dividir as suas preocupações com parentes (p.ex., como contar aos filhos sobre o seu pai desaparecido)

A perspectiva religiosa

- Conduta apropriada, conforme estipulado pela religião no que diz respeito à declaração de morte, por exemplo
- Rituais relacionados com os Desaparecidos

3. Ajudar as famílias no processo de busca

As famílias dos Desaparecidos começam a buscar o seu ente querido tão logo percebem o seu desaparecimento e continuam até receber informações sobre a sua sorte e paradeiro. Durante esse processo, elas muitas vezes precisam de ajuda e orientação. Há várias atividades que podem ser realizadas no seu apoio. Delegações do CICV e os serviços de busca das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho têm mandato especial nesse sentido, além de capacitação especial.

[Ver Seção 3, Ficha Indicativa 308: Ajuda no processo de busca, p. 109.](#)

[Ver Seção 3, Ficha Informativa 3.4: Restabelecimento de Laços Familiares e o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, p. 94.](#)

4. Ajudar as famílias a lidarem com questões jurídicas e administrativas

Procedimentos jurídicos e administrativos relacionados com o desaparecimento de uma pessoa são muitas vezes difíceis de realizar, especialmente em situações onde o âmbito jurídico interno é inexistente ou incompleto (*ver Seção 2, p. XX*). Além disso, as famílias com frequência não têm consciência dos seus direitos e dos procedimentos, e as autoridades às vezes não são conscientes das dificuldades que as famílias enfrentam. Ao tentar transitar entre os regulamentos e os procedimentos, para ter acesso a benefícios específicos (quando disponíveis), a maioria das famílias precisará de ajuda. Dependendo da situação, esse apoio pode ser comparativamente simples (explicação e acompanhamento) ou mais complexo, demandando a ajuda de um assessor jurídico.

Associações de familiares e grupos similares podem se organizar para pressionar pelos direitos das famílias de pessoas desaparecidas. ONGs regionais ou internacionais, como o Comitê Humanista de Direitos Humanos da Holanda (HOM), a Federação Latino-Americana de Associações Familiares de Detidos - Desaparecidos (FEDEFAM) e a Federação Asiática contra Desaparecimentos Involuntários (AFAD), podem ajudá-las a fortalecer a sua capacidade e ampliar a sua rede para que sejam mais efetivas.

[!\[\]\(ae78f18e7eb6d33546c5e65c50d30449_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 309: Ajude as famílias a lidarem com questões jurídicas/administrativas, p. 110.](#)

EXEMPLO: Argentina e as Mães da Praça de Maio

As Mães da Praça de Maio são uma organização única de mulheres argentinas que se tornaram ativistas de direitos humanos para alcançar um objetivo comum. O grupo foi formado por mulheres que se conheceram enquanto tentavam encontrar os seus filhos e filhas desaparecidos, sequestrados por agentes do governo argentino durante a Guerra Suja (1976-1983), muitos dos quais foram torturados e assassinados.

Por mais de três décadas, as Mães têm lutado pelo direito de saber a sorte e o paradeiro dos seus filhos. Procuram manter vivos a memória e o espírito dos seus filhos desaparecidos. O nome da organização alude à Praça de Maio, situada no centro de Buenos Aires, onde as mães e avós enlutadas se reuniram pela primeira vez. Elas criaram uma nova forma de protesto ou resistência. A natureza pública e colaborativa do seu ativismo marcou um forte contraste em relação à opressão e ao silêncio do governo. Muitas vítimas da Guerra Suja lidaram com o estresse retraindo-se. E esse isolamento de umas em relação às outras ajudou o governo a manter o domínio sobre os seus cidadãos aterrorizados. Quando as Mães começaram a falar entre si e a contar as suas histórias, romperam com o hábito de isolamento e silêncio que havia sido construído. A sua recusa em se calar fez mais do que combater a aterradora reticência do governo: as suas histórias inspiraram outras mulheres a começar a buscar os seus filhos desaparecidos e ajudaram o movimento a crescer.

5. Organizar grupos de apoio

Os grupos de apoio se distinguem dos grupos focais e das sessões informativas em grupo. São criados principalmente para dar às famílias a oportunidade e um ambiente favorável para que possam se reunir e discutir as suas dificuldades. Grupos de apoio podem permitir que as famílias:

→ **coloquem um fim ao seu isolamento emocional:**

- compartilhando experiências sem medo de ser julgadas;
- restabelecendo o seu sentimento de pertencimento a um grupo ao conversar com outros que tiveram experiências similares (algumas pessoas perceberão que não estão sozinhas, que a sua situação não é singular).

→ **incentivem a ajuda mútua:**

- compartilhando informações de valor prático;
- trocando ideias e conselhos sobre como lidar com a sua situação (p.ex., uma mãe pode sugerir à outra que converse com os seus filhos sobre o seu pai desaparecido). Geralmente, os conselhos de pessoas que estão ou estiveram na mesma situação são tomados mais facilmente;
- inspirando umas às outras: por exemplo, algumas pessoas podem se tornar esperançosas quando veem outras lidando bem com a sua situação.

→ **fortaleçam a resiliência pessoal e as capacidades de enfrentar:**

- ajudando outras famílias, com os participantes sendo tanto ajudantes como beneficiários. Isto pode permitir que eles deixem de lado os seus sentimentos de desamparo e inutilidade. Sabe-se que ser capaz de ajudar os outros é uma boa maneira de restaurar a própria autoestima;
- identificando as suas próprias necessidades e encontrando formas de atendê-las;
- assumindo o controle da situação ao ter um melhor entendimento sobre ela e ao buscar formas de lidar com ela;
- reconstruindo memórias (p.ex., recordando com carinho a pessoa desaparecida).

→ **desenvolvam estratégias comuns:**

- ao se verem diante de um problema em particular, membros do grupo podem convergir as suas ideias para encontrar respostas adequadas. Também podem desenvolver ideias para recordar os seus entes queridos.

[!\[\]\(8892ec72c0bc57672fb7190d39b54289_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 310: Organização de grupos de apoio, p. 111.](#)

[!\[\]\(f405b1e8bd04ee8aed9e864a3e5b89df_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 311: Temas para discussões em grupo, p. 115.](#)

[!\[\]\(33c5e8f77ad61fd0229cf3e5e67db293_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 312: Exercícios de aquecimento, p. 116.](#)

[!\[\]\(362b6859dcea6bef1a36248ca0769c48_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 313: Atividades para grupos de apoio, p. 116.](#)

CASO

“Li no jornal que havia outras pessoas como eu. Tentei entrar em contato com algumas delas, para dividir experiências e garantir que eu não estava me esquecendo de fazer algo que pudesse para descobrir o que aconteceu com o meu marido. Soube que o CICV estava organizando um encontro das famílias de pessoas desaparecidas. Fui lá, fiquei num canto e as minhas lágrimas caíam atrás dos óculos escuros. Havia muitas pessoas como eu, todas igualmente perturbadas, infelizes e desamparadas, mas pelo menos alguém estava nos escutando. Sugeriram que uníssemos forças e formássemos uma associação para exercer um impacto, e abraçamos essa ideia imediatamente.

Percebi que podíamos fazer avanços apenas de maneira organizada – através de contatos e elaborando propostas – e que não havia nada que eu pudesse fazer sozinha (...) Fui a primeira a começar a trabalhar. Dediquei todo o meu tempo e esforço à associação, desempenhando-me como secretária-geral por três anos. Isto foi terapêutico e significou muito para mim. Eu teria ficado louca se não ficasse ocupada. Além disso, graças ao meu trabalho, pude ficar ciente das coisas, o que me ajudou a adotar uma abordagem construtiva que beneficiou a mim e aos demais.”

Em: A história de Olja (website do CICV).

INFORMAÇÕES

Os grupos de apoio podem ter efeitos adversos quando se tornam lugares de confronto ou quando o compartilhamento de ideias dá lugar a comparações competitivas de experiência.

Algumas pessoas podem se tornar ligadas demais ao grupo ou muito dependentes dele. Podem usar as outras pessoas do grupo como muletas em vez de apoios que lhes permitam seguir em frente com as suas vidas; e podem se sentir apreensivas sobre como investir as suas energias em outras esferas sociais. A separação do grupo pode ser muito angustiante para aqueles que se tornam muito dependentes dele.

Os grupos não podem substituir o apoio prestado por profissionais e não são igualmente úteis para todos.

6. Ajudar os familiares a reinvestirem em outras áreas (sociais e emocionais)

Interessar-se por atividades prazerosas pode ser difícil para muitas famílias, porque elas não se permitirão seguir adiante com as suas vidas até que a sorte dos seus parentes desaparecidos seja esclarecida. Para algumas, este pode ser um modo de demonstrar a sua proximidade com o parente desaparecido.

Incentivar as famílias a saírem desse isolamento emocional pode ter resultados positivos, reduzindo o risco de que sofram uma crise emocional quando o seu caso estiver resolvido.

As famílias podem investir em outras áreas da vida social através de atividades de formação profissional, recreativas e/ou artísticas. Participar de tais atividades pode ajudar alguns indivíduos a compartilhar os seus problemas e forjar laços com os outros; pode também ajudá-los a fortalecer a sua autoestima.

Atividades profissionalizantes

As atividades profissionalizantes, como cursos educativos e atividades de geração de renda, ajudam as pessoas a adquirir novas habilidades e meios para assumir novos papéis e responsabilidades.

Não é necessário, durante essas atividades, agrupar famílias com problemas similares. De fato, as atividades profissionalizantes podem oferecer às famílias oportunidades importantes de encontrar pessoas cujas experiências são diferentes das suas.

Podem também permitir que as famílias cheguem até outros atores da comunidade e os conscientizem sobre a questão das pessoas desaparecidas.

● CURSOS EDUCATIVOS E PROFISSIONALIZANTES

Aprender coisas novas ajuda as pessoas a desenvolver novos interesses e recursos necessários para lidar com os desafios diários.

Uma ampla gama de atividades pode ser útil nesse sentido:

- Cursos de alfabetização
- Aprender um novo idioma ou computação
- Aprender ofício de cabeleireiro, costureiro, etc.
- Aulas de culinária
- Educação psicológica – aprender mais sobre desenvolvimento infantil, estresse, etc.

● ATIVIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA

Essas atividades ajudam a reduzir significativamente a vulnerabilidade das famílias, assim como a impotência sentida por muitas delas. Como tais atividades oferecem a oportunidade de gerar renda de alguma forma, ajudam as famílias a manter a sua autossuficiência econômica.

EXEMPLO

Após o conflito (...), muitas mulheres ficaram viúvas ou sem informações sobre os seus maridos desaparecidos. A guerra provocou um alto desemprego, que afetou todas as famílias, o que por sua vez debilitou o tradicional apoio dado pelas comunidades às viúvas (...).

Uma organização humanitária local iniciou “projetos de trabalho em casa” para essas mulheres, que incluíam a produção de sacolas, cobertores e coletes usando tricô, crochê, costura e tecelagem. As mulheres recebiam farinha de trigo como forma de pagamento. As sacolas de juta produzidas foram usadas pela organização para a distribuição de comida e as colchas e roupas foram usadas para as distribuições no inverno.

O projeto mostrou-se sustentável e bem-sucedido por três motivos principais. Primeiro, a abordagem do “trabalho em casa” era uma forma culturalmente aceita de permitir que as mulheres gerassem renda enquanto cuidavam das crianças e realizavam outras tarefas domésticas. Isto permitiu uma participação plena e consistente das mulheres. Segundo, o treinamento de habilidades foi incorporado ao projeto, permitindo que as mulheres continuassem com a sua produção sem depender de apoio externo. Terceiro, um “mercado cativo” estava disponível, já que as organizações humanitárias precisavam desses itens. Assim, as mulheres não tiveram dificuldades para vender a sua produção. Isto demonstra que, onde não existe um mercado assim, um importante elemento dos projetos de geração de renda deve ser a garantia de que haja suficiente demanda local para a produção, que as mulheres tenham acesso aos mercados e que possuam as habilidades para participar do comércio.

De *Addressing the Needs of Women Affected by Armed Conflict: An ICRC Guidance Document*, CICV, março de 2004.

Atividades recreativas

As atividades recreativas proporcionam diversão e refrescam o corpo e a mente. Ajudam a aliviar o peso causado pelo estado de constante estresse e a restaurar uma sensação de normalidade à vida das pessoas. Essas atividades também incentivam as pessoas a expressar sentimentos que podem ser compartilhados com os demais em um ambiente favorável.

→ **Exemplos:** Reuniões regulares (p.ex., para festejar aniversários), excursões, esportes e atividades de lazer.

Atividades criativas

“Em um ambiente de apoio, a resolução através da expressão e da contenção na arte libera a energia criativa necessária para lidar com a vida diária...”⁹

Atividades criativas utilizam várias maneiras artísticas para **expressar experiências pessoais e comunicar sentimentos**. Transformar os sentimentos e emoções em uma história, um desenho ou uma pintura é uma forma de restaurar a autoconfiança e o autocontrole:

“Usar a arte significa penetrar nas dimensões mais íntimas para descobrir sentimentos e expressá-los através de arte visual, movimento, som, escrita ou teatro. Falar sobre os nossos sentimentos é também uma importante maneira de nos expressarmos e nos descobrirmos de forma significativa”¹⁰.

Quando essas atividades são realizadas em grupos, podem proporcionar diversão e incentivar os participantes a dividir os seus sentimentos e experiências entre si.

→ **Exemplos:** Desenhar e escrever

Fazer esculturas

Criar colagens (p.ex. de fotos cortadas de revistas)

Fotografia, música, canto, teatro, dança, etc.

[!\[\]\(a490a86f7cc3392ddc0ef34c5030efc5_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 315: Organização de atividades criativas, p. 119.](#)

[!\[\]\(95919fa1fa4bca9aef0c60043dd8501e_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 316: Atividades criativas: Desenho; e Ficha Indicativa 317: Atividades criativas: Redação/Narração, pp. 120-122.](#)

⁹ Hill, M.A. Healing Grief through Art: Art Therapy Bereavement Group Workshops – <http://www.drawntogether.com>.

¹⁰ Rogers, N. The Path to Wholeness: Person-Centred Expressive Arts Therapy – <http://www.psychotherapy.net>.

CASO

Mudei muito após todos esses anos de busca. Antes eu era calma, quase não falava e sempre me escondia atrás de outros. Agora falo diretamente o que penso e sinto. Muitas vezes participo de marchas com outras mulheres que têm passado pela mesma experiência amarga de ter algum desaparecido na família. Com elas, descobri que não era a única pessoa a sofrer e, sim, que muitas de nós carregam esse tremendo sofrimento nos nossos corações.

Graças a elas, contudo, aprendi novas habilidades para sustentar a minha família. No início, fazíamos desenhos das coisas pelas quais tínhamos passado: o horror da violência, a dor sentida nos nossos vilarejos, os funerais e alguns dos costumes de nossos antepassados relacionados à morte. Com o tempo, nos nossos temas se tornaram mais alegres. Agora pintamos paisagens do interior, nas quais alguns dos principais temas são a natureza, animais, trabalho, agricultura e cenas pastoris.

Em: Website do CICV (Peru)

7. Promover a comunicação dentro família

- **Incentivar discussões abertas dentro das famílias sobre parentes desaparecidos e sobre experiências individuais a fim de desenvolver a capacidade das pessoas de lidar com a situação e promover o entendimento e o auxílio mútuos.**
- **Ajudar a estabelecer rituais ou cerimônias em homenagem à memória do(s) parente(s) desaparecido(s).**

Em geral, um indivíduo pode esperar receber apoio dentro da sua família. Mas isso nem sempre é possível: dependendo da natureza de algumas famílias, os seus membros podem ter dificuldade de expressar entre si as suas preocupações e os seus sentimentos mais profundos.

Partilhar responsabilidades (p.ex., tarefas domésticas), experiências emocionais e, acima de tudo, **comunicação aberta entre os membros da família** (na medida permitida pela prática sociocultural) provavelmente **reforçará o papel protetor da família** e fortalecerá os laços entre os seus membros. Isto pode ter um impacto importante sobre a capacidade dos membros da família de desenvolver compreensão e ajuda mútuas, assim como sobre a sua capacidade de enfrentar situações desafiadoras.

A comunicação aberta dentro da família pode também levar ao desenvolvimento de **práticas em homenagem à memória da pessoa desaparecida**. Por exemplo, celebrar o aniversário da pessoa desaparecida pode **criar oportunidades para que os familiares conversem entre si** abertamente, **reviver boas lembranças compartilhadas** do seu parente¹¹ e recuperar o lugar dessa pessoa na família.

Isto pode também ter consequências significativas para jovens e crianças: pode fazer com que eles sintam um grande sentimento de inclusão dentro das suas famílias e cheguem a entender um pouco mais sobre o que está acontecendo em torno deles.

Famílias que aceitaram a morte do seu ente querido podem optar por marcar o aniversário da data de morte presumida/verdadeira organizando uma cerimônia religiosa ou um encontro familiar em honra ao morto. Também podem dedicar um lugar especial da casa ao ente querido (contendo fotos, objetos pessoais, etc.).

Um acompanhante pode facilitar a comunicação dentro da família mediante:

- o incentivo de um ou vários familiares a frequentar grupos de discussão ou sessões informativas;
- a realização de visitas à casa da família e conversando com vários familiares;
- o incentivo aos familiares a compartilhar informações e discutir temas sensíveis (por exemplo, organizando cerimônias em memória ao parente desaparecido);
- a organização de oficinas para mães e filhos;
- a preparação de ocasiões especiais/celebrações tradicionais dentro da família.

¹¹ Reviver lembranças compartilhadas não significa aumentar as esperanças sobre o retorno da pessoa desaparecida. Implica, sobretudo, a troca de histórias ou memórias ligadas à pessoa desaparecida.

[!\[\]\(e4c4cd482ba19efd6ff9d7711c1e1a8a_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 306: A conversa com os familiares, p. 106.](#)

[!\[\]\(937557b8b80d5a066c7527e237833a95_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 307: Organização de sessões informativas, p. 108.](#)

[!\[\]\(27ee74aed9c624e0a58978ac7c1e6560_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 318: Ajudar as famílias a organizarem celebrações ou rituais simbólicos/tradicionais/religiosos, p. 124.](#)

8. Mobilizar a comunidade

Mobilizar as pessoas do entorno imediato

As famílias de pessoas desaparecidas precisam de outras formas de apoio além do oferecido por associações de familiares, ONGs, grupos comunitários, autoridades ou organismos públicos: elas precisam do apoio de pessoas no seu ambiente social imediato, além de compaixão e compreensão acerca da sua situação. No entanto, familiares, amigos, vizinhos e outros membros da sua comunidade podem achar isso difícil de fazer porque as suas experiências são muito diferentes. Podem não saber como confortar as pessoas que lidam com o desaparecimento de um ente querido. Para alguns, pode ser mais fácil dizer às famílias dos Desaparecidos que o seu parente ainda está vivo a fim de alimentar as suas esperanças e – em algumas culturas – contribuir para a “boa sorte” da pessoa desaparecida; outros podem ficar divididos entre dar esperança às famílias ou convencê-las a seguir adiante e deixar o passado para trás. Como resultado, as famílias podem se distanciar do seu ambiente social imediato, já que ele não traz nem consolo nem compreensão.

[!\[\]\(d0dd62620446511fd8d8f5d227a7a162_img.jpg\) Ver Seção 3, Ficha Indicativa 319: Mobilização de uma rede de apoio, p. 125.](#)

De fato, não há respostas certas ou erradas aos dilemas enfrentados pelas pessoas nos meios sociais das famílias. A experiência mostra que, em geral, o que as famílias querem escutar dos demais é que eles **respeitem e compreendam o modo pelo qual elas escolheram lidar com a sua tristeza**. Portanto, as pessoas do seu meio social imediato devem prestar atenção à singularidade da sua experiência; não devem nem exortar as famílias a esquecer, nem aconselhá-las a aceitar passivamente a sua sorte. Respeitar a escolha da família não significa dar a elas falsas esperanças.

As famílias podem ser muito ajudadas por pessoas que possam escutar as suas histórias, que não evitem falar da sua situação e que não julguem nem inquiram demais.

Nesse sentido, os acompanhantes podem ajudar a:

- promover o entendimento na comunidade, organizando atividades de conscientização em pequena escala (bairros, povoados, etc.), como:
 - sessões informativas sobre as dificuldades específicas enfrentadas pelas famílias;
 - organizar visitas de porta em porta (com ou sem um membro da família);
 - realizar oficinas envolvendo famílias de pessoas desaparecidas e membros da comunidade;
- incentivar a realização de atividades/eventos envolvendo uma ampla variedade de membros da comunidade, de modo a fortalecer os laços sociais e evitar que as famílias se isolem.

Mobilizar recursos essenciais dentro da comunidade

A mobilização de pessoas e recursos essenciais (líderes tradicionais e/ou curandeiros, líderes religiosos e/ou políticos, trabalhadores sociais, associações locais, etc.) na comunidade inclui o estabelecimento de uma rede abrangente à qual as famílias podem expor as suas dificuldades. Os acompanhantes devem, portanto, conseguir que essas pessoas se tornem conscientes dos problemas enfrentados pelos familiares, para desse modo convencê-las a estar disponíveis. Além disso, as famílias devem ser incentivadas a buscar ajuda da comunidade. O papel de um acompanhante é ser **um mediador entre as famílias e os serviços disponíveis na comunidade**.

Quais serviços podem ser abordados por um acompanhante e por quê?

Serviços	Finalidade
A comunidade religiosa (líderes religiosos, grupos de oração, etc.) Líderes tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> • Informar as famílias sobre o ponto de vista da religião ou das crenças tradicionais a respeito da questão das pessoas desaparecidas. • Inspirar e guiar as famílias para que lidem com a sua situação de acordo com os seus valores tradicionais e/ou religiosos. • Encontrar um lugar para os Desaparecidos na prática religiosa. • Encontrar uma maneira pela qual as famílias honrem os seus entes queridos (p.ex., funerais não tradicionais). • Introduzir ou restabelecer práticas; por exemplo, incorporar uma reza para pessoas desaparecidas durante missas ou outros rituais a fim de ajudar as famílias a sentir que a sua experiência é reconhecida pela comunidade.
Serviços sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Ajudar as famílias a lidar com os problemas do seu status. • Facilitar o acesso das famílias à ajuda econômica. • Encontrar maneiras de integrar as famílias a um novo ambiente social (p. ex., alojamento para refugiados).
Serviços de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar assistência à saúde adequada que leve em consideração o modo pelo qual a saúde dos familiares é afetada pelo estresse incessante.
Serviços jurídicos (p.ex., assessores jurídicos, organizações de direitos humanos)	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar as famílias sobre os seus direitos e ajudá-las a obter benefícios • Ajudar em processos judiciais e procedimentos legais.
Serviços de busca (serviços públicos, ONGs internacionais, Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho)	<ul style="list-style-type: none"> • Informar as famílias sobre os mecanismos existentes de busca de pessoas desaparecidas. • Ajudá-las na sua busca.
Profissionais de saúde mental	<ul style="list-style-type: none"> • Informar as famílias (p.ex., durante sessões informativas) sobre os efeitos do estresse incessante e sobre as maneiras de enfrentar a situação. • Prestar apoio psicológico ou outros tipos de atendimento de saúde mental.
Centros sociais/educativos, associações locais	<ul style="list-style-type: none"> • Envolver os familiares em várias atividades. • Oferecer um ambiente de apoio e de incentivo que tirará as famílias do seu isolamento. • Ajudar as famílias de Desaparecidos a investir em outras áreas da vida social e emocional. • Criar oportunidades para aprender novas habilidades ou para incentivar atividades de geração de renda.

As famílias algumas vezes têm dificuldade de fazer uso dos serviços que lhes são disponíveis. Pode haver várias razões para isto:

- Elas são novas nesse meio e não estão cientes dos serviços oferecidos.
- Não estão acostumadas às buscas ou a usar esse tipo de serviço.
- Estão com medo ou relutantes em procurar apoio de serviços específicos (p.ex., serviços públicos ou institutos de saúde mental) e não acreditam na utilidade desses serviços.
- Não se permitem sentir melhor.

9. Conscientizar e promover o reconhecimento público

- Nesse contexto, conscientizar significa captar a atenção da população em geral para a questão das pessoas desaparecidas e para a difícil situação dos seus familiares, a fim de:
 - garantir que as famílias sejam mais bem entendidas e apoiadas;
 - evitar que as pessoas desaparecidas caiam no esquecimento.
- Isto pode ser feito mediante eventos públicos e cerimônias e/ou através dos meios de comunicação.

Como já foi mencionado, a ausência de reconhecimento público – de que o seu parente está desaparecido, ou inclusive de que ele existiu – agrava o sofrimento dos familiares.

“A coisa mais difícil de superar é a falta de respeito: ninguém se lembra do meu filho; é como se ele nunca tivesse existido.” – Pai de um soldado desaparecido.

[🔗 Ver Seção 3, Ficha Indicativa 320: Aumentar a conscientização, p. 126.](#)

O que significa conscientizar?

Conscientizar significa captar a atenção da população em geral para uma questão específica, de um modo que se ajuste aos desejos das pessoas envolvidas. Nesse contexto, significa falar em nome das famílias, sobre o problema que enfrentam, a fim de suscitar compreensão e apoio.

Como pode ser feita a conscientização?

Os vários problemas enfrentados pelas famílias de pessoas desaparecidas podem ser apresentados ao público em geral em ocasiões importantes (por exemplo, no Dia Internacional dos Desaparecidos) e em cerimônias públicas de recordação ou através da mídia (TV, rádio, jornais), cartazes, exposições de arte, etc. O foco deve ser nos fatores que tornam a situação das famílias particularmente difícil.

Através de **cerimônias e eventos públicos**, a comunidade pode assegurar aos familiares de que os seus parentes desaparecidos não foram esquecidos, que eles ainda fazem parte da sociedade e têm um lugar na sua memória coletiva. *“Fiquei realmente surpreso ao ver quantas pessoas se importaram conosco estando presentes à cerimônia pública sem ter uma pessoa desaparecida na família. Com a presença delas, pude entender a história da guerra – e através disso entender o que pode ter acontecido com o meu pai”*, diz S., de 18 anos.

Essas ocasiões podem inclusive ser uma fonte de orgulho. *“O coração está repleto de orgulho quando o meu filho é lembrado pelas autoridades”*, diz o pai de um soldado desaparecido.

Além disso, o reconhecimento público pode aliviar a culpa das famílias sobre a sorte do seu ente querido; também pode diminuir o peso de sentir que somente elas se lembram da pessoa desaparecida.

A conscientização da população pode ser uma fonte de apoio: as famílias podem se consolar com o fato de que a sua situação e o seu sofrimento são amplamente reconhecidos.

INFORMAÇÕES

- Deve-se incentivar a participação ativa das famílias na escolha de mensagens e na organização de eventos.
- Os eventos não precisam ser organizados em grande escala. Ocasões especiais podem ser organizadas em pequenas comunidades e os meios de comunicação, alertados sobre o fato.
- Qualquer contato com os meios de comunicação deve ser feito com esse pensamento em mente: eles oferecem a oportunidade de trazer à tona questões essenciais.
- É importante assegurar que as famílias entendam as possíveis consequências da exposição à opinião pública. Entrevistas à imprensa e exposições devem ser realizadas apenas com o consentimento das famílias.

10. Encaminhar aos serviços existentes e/ou especialistas

- Profissionais de saúde
- Especialistas em saúde mental
- Assessores jurídicos
- Assistentes sociais
- Associações de familiares
- ONGs (de mulheres, direitos humanos, etc.)
- Estruturas de apoio às crianças
- Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, CICV

Objetivos

Oferecer encaminhamento – ajudando famílias e indivíduos a buscar formas adequadas de apoio – é um dos aspectos mais importantes do acompanhamento. Dada a pressão social ou comunitária e a grande variedade de problemas que enfrentam, as famílias podem necessitar de muitos tipos de ajuda externa. Pode-se ter que tomar medidas para oferecer encaminhamento quando a pessoa em questão não está ciente da disponibilidade do apoio, quando ela está relutante em buscar certos serviços ou quando tem dificuldade de obter acesso a eles. O tipo de apoio necessário varia para cada indivíduo. Alguns podem precisar da ajuda de um especialista (profissionais de saúde mental, advogados, etc.); já para outros, pode ser suficiente o apoio disponível no seu entorno imediato ou a sua própria força e resiliência.

Dois exemplos:

● SERVIÇOS DE UM ADVOGADO

Dependendo dos problemas jurídicos que possam surgir e das qualificações dos acompanhantes, algumas famílias podem precisar de uma orientação jurídica profissional.



Nicósia, Chipre, escritório da Agência Central de Busca do CICV. Senhora busca notícias dos seus irmãos, desaparecidos desde o início das hostilidades.

Um advogado é indispensável para defender os interesses das famílias quando um **procedimento judicial** está em curso. Pode ser muito útil para realizar o árduo trabalho legal necessário, expressar adequadamente as demandas da família, encontrar soluções aos seus problemas legais e elaborar os documentos exigidos pelo procedimento.

No entanto, o advogado pode não ter todas as respostas; às vezes, apenas complicará mais o procedimento judicial em questão. Advogados geralmente cobram pelos seus serviços, mas há ONGs de direitos humanos que oferecem assistência jurídica gratuita. Essas ONGs também podem ajudar as famílias a escolher um advogado que atenda às suas necessidades; para o acompanhante, pode ser útil manter contato regular com essas organizações.

- ESPECIALISTAS EM SAÚDE MENTAL

[*Ver Seção 3, Ficha Indicativa 321: Encaminhamento a um especialista em saúde mental, p. 127.*](#)

Quando notamos que o sofrimento mental está alterando significativamente a vida diária de uma pessoa, ou colocando em risco a vida dela ou de outras, pode ser necessário o encaminhamento a um especialista em saúde mental (um consultor profissional, um psicólogo clínico ou um psiquiatra).

Embora os sinais de sofrimento possam ser evidentes em muitas pessoas, esses encaminhamentos serão necessários somente para uma pequena porcentagem.

Encaminhamentos para especialistas em saúde mental não buscam incentivar quem sofre a esquecer ou a aceitar passivamente a situação; o seu objetivo é aumentar a capacidade da pessoa de entender melhor e lidar com os sentimentos pessoais (tristeza; raiva, ansiedade, culpa, etc.), desenvolvendo gradualmente estratégias construtivas para conviver com a ausência do ente querido. Além disso, na maioria dos casos (exceto em emergências), a decisão de procurar um especialista em saúde mental deve vir da pessoa em questão.

No entanto, diversos obstáculos impedem que as pessoas entrem em contato com especialistas em saúde mental:

- **Barreiras socioculturais** com respeito ao sofrimento psicológico ou a doenças psiquiátricas: sugerir ajudas desse tipo pode ser mal interpretado e sumariamente rejeitado por alguns beneficiários, em virtude da sua crença de que precisar de uma ajuda assim só pode significar que estão loucos¹².
- Em muitas regiões, pode não haver profissionais disponíveis, ou eles podem não ser capacitados e/ou experientes o suficiente para lidar com esses problemas.
- Participar de sessões de apoio psicológico – individuais ou em grupo – demanda energia e tempo que muitas pessoas podem não ter enquanto lidam com uma variedade de problemas (desemprego, deslocamento, falta de recursos, problemas de transporte, etc.).

O que o acompanhante pode fazer?

Encaminhar não implica responsabilidade em garantir acesso aos benefícios: significa garantir que serão tomadas todas as medidas adequadas para possibilitar o uso dos recursos ou serviços existentes. Se for possível, o acompanhante deve ativar uma rede de serviços de apoio e fazer encaminhamentos regularmente.

Pode-se tomar uma série de medidas nesse sentido, como:

- identificar recursos e entrar em contato com o serviço adequado, transmitindo-lhe as necessidades das famílias, pois podem não ser conhecidas;
- oferecer às famílias informações sobre serviços disponíveis através, por exemplo, de uma lista de contato de pessoas;
- assegurar que as famílias em questão são fisicamente capazes de chegar até os serviços e tirar proveito deles: isto pode incluir levá-las e buscá-las, proporcionar-lhes os fundos necessários, acompanhá-las quando tiverem que apresentar um pedido ou visitar um especialista em saúde mental, etc.

¹² Em alguns lugares, algumas famílias se recusam a ser encaminhadas a um especialista em saúde mental porque sentem que essas sessões são um truque com o objetivo de convencê-las a admitir a morte de seu parente, o que não estão preparadas para fazer.

FICHA INFORMATIVA 3.1 O papel do acompanhante

Não se exige nenhuma qualificação acadêmica em particular para um acompanhante: o que é necessário é estar **motivado, mostrar compreensão e estar disposto a ajudar as famílias dos Desaparecidos**.

O papel das pessoas envolvidas no acompanhamento das famílias de pessoas desaparecidas é:

- escutá-las quando contam as suas histórias ou quando falam dos seus medos e dificuldades;
- entender as suas necessidades, o modo como lidam com a situação, o que fizeram e têm feito, o que sabem;
- informá-las sobre as questões legais e administrativas relacionadas à sua situação específica;
- orientá-las ou encaminhá-las aos serviços disponíveis, quando for necessário;
- ajudá-las a restaurar uma sensação de normalidade, a reinvestir no seu ambiente social e a recuperar certos hábitos diários (por exemplo, comparecer ou participar de cerimônias de casamento ou outros eventos sociais especiais);
- incentivar a autossuficiência e a ajuda mútua, pedindo gentilmente que as famílias se encontrem e se beneficiem mutuamente das suas experiências.

Antes de trabalhar com as famílias, o acompanhante deve prestar atenção a certas considerações:

Não é prudente ter expectativas pouco realistas: por exemplo, é improvável que as famílias virarão a página facilmente, por assim dizer, e seguirão em frente. Não há como terminar totalmente de aceitar perdas ambíguas em relação a uma pessoa desaparecida.

Pode-se melhorar a situação psicológica das famílias se elas ainda não tiveram esclarecimentos quanto à sorte dos seus parentes.

As famílias deveriam participar do planejamento e da organização de todas as atividades criadas no seu benefício.

FICHA INFORMATIVA 3.2 O acompanhante: qualificações mínimas

O acompanhante deve ser alguém que:

ATITUDE

- Seja discreto e capaz de respeitar, quando for necessário, a confidencialidade das informações recebidas.
- Seja calmo e tranquilizador, especialmente enquanto acompanha familiares durante momentos específicos.
- Seja capaz de ter empatia para com as famílias.

HABILIDADES

- Tenha paciência suficiente e uma aptidão para escutar as famílias.
- Seja capaz de estabelecer relações de confiança e uma comunicação aberta com as famílias (ver página seguinte, *Ficha Informativa 3.3 Habilidades de comunicação básicas*).
- Possa entender as necessidades específicas dos familiares e prestar apoio adequado, usando os recursos/serviços existentes.
- Seja capaz de estabelecer vínculos com os atores essenciais da comunidade e sensibilizá-los quanto à situação das famílias.
- Possa lidar com as reações das famílias sem ficar sobrecarregado com elas.

CONHECIMENTO

- Conheça as suas próprias capacidades e limitações.
- Seja suficientemente bem informado quanto às questões culturais e religiosas.
- Entenda as complicações decorrentes das ambiguidades da situação.
- Tenha um conhecimento básico sobre as questões jurídicas e sociais relacionadas com os Desaparecidos e as suas famílias.

FICHA INFORMATIVA 3.3 Habilidades básicas de comunicação*

COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL

- Olhe para quem está falando.
- Mostre-se aberto; lembre-se, especialmente, de não cruzar os braços.
- Mantenha uma distância adequada, como é exigido pelas normas socioculturais predominantes: proximidade reflete interesse, mas também pode transmitir intimidade, informalidade ou insistência.
- Faça contato visual frequente e suave, mas esteja particularmente ciente da prática cultural a esse respeito.
- Mostre-se calmo e relaxado.

OUVIR E FAZER PERGUNTAS

- Procure primeiro entender, depois ser entendido.
- Concentre-se no que está sendo dito.
- Mostre interesse respondendo não verbalmente (p.ex., assentindo com a cabeça).
- Esteja atento aos sentimentos e pensamentos implícitos nas palavras que está ouvindo.
- Seja consciente dos seus próprios preconceitos ou valores; eles podem distorcer o que você escuta.
- Não ensaie as suas respostas enquanto a outra pessoa está falando.
- Não interrompa, especialmente para corrigir erros ou fazer comentários.
- Não dirija a conversa excessivamente e/ou contradiga desnecessariamente quem fala.
- Faça uma pausa para pensar antes de responder.
- Use perguntas ou afirmações de esclarecimento para verificar as suas impressões.
- Evite expressões de aprovação ou desaprovação, mas indique que você entende o que está sendo dito.
- Não insista em ter a última palavra.
- Use perguntas abertas para permitir que as pessoas se expressem do seu próprio jeito.
- Peça detalhes adicionais, exemplos e impressões, quando necessário.

RETORNO

- Certifique-se de que a pessoa está pronta para receber um retorno.
- Fale em tom ameno, não com voz muito alta.
- Descreva em vez de interpretar.
- Faça um elogio sincero sempre que possível, para apoiar uma forma de lidar construtiva. Tente fazer afirmações como: “É muito útil saber disso” ou “Eu gostaria de saber mais sobre isso.”

* Baseado em *Community-based Psychological Support: A Training Manual*, Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (1a ed., 2003).

FICHA INFORMATIVA 3.4 Restabelecimento de Laços Familiares e o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

RESTABELECIMENTO DE LAÇOS FAMILIARES (RLF)

Todo ano, centenas de milhares de pessoas são separadas dos seus entes queridos como resultado de guerras ou desastres naturais. Nessas situações, famílias são destroçadas, populações inteiras são deslocadas ou obrigadas a se exilar, os mais velhos são deixados para trás, crianças são perdidas no meio do caos, muitas pessoas desaparecem e os mortos podem ficar sem identificação. De todo o sofrimento causado por guerras ou desastres naturais, talvez a maior angústia esteja em não saber o que aconteceu com um ente querido. Deve-se fazer todo o possível para determinar o paradeiro das pessoas, restabelecer o contato entre elas e os seus familiares e, se for necessário, reuni-las.

Restabelecer laços familiares significa realizar uma gama de atividades que buscam evitar a separação e o desaparecimento, restaurar e manter o contato entre parentes e esclarecer a sorte das pessoas tidas como desaparecidas.

Isto envolve:

- Coletar informações sobre pessoas desaparecidas, pessoas que morreram, pessoas vulneráveis – entre elas, crianças separadas das suas famílias – e pessoas privadas de liberdade.
- Buscar pessoas que estão desaparecidas.
- Organizar reunificações familiares e repatriações.
- Emitir documentos de viagens e atestados.

O MOVIMENTO DA CRUZ VERMELHA E DO CRESCENTE VERMELHO: A REDE DE LAÇOS FAMILIARES

Essas atividades são realizadas mundialmente pela **Rede de Laços Familiares**, formada pelos serviços de busca das Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, as agências de busca das delegações do CICV e a Agência Central de Busca do CICV.

O Movimento tem longa experiência e conhecimento nessa área, estando bem posicionado para atender às necessidades das pessoas que não têm notícias dos seus familiares. Todo ano, o CICV e as Sociedades Nacionais ajudam centenas de milhares de pessoas (deslocadas, refugiadas, detidas e desaparecidas) a restabelecer laços familiares e esclarecer a sorte dos seus parentes desaparecidos.

O CICV E OS DESAPARECIDOS

Na maioria das situações de conflito armado ou violência interna, o CICV ajuda os membros de famílias separadas a se comunicar, usando mensagens da Cruz Vermelha, telefones satelitais e celulares, internet e outros meios disponíveis. A organização também coleta informações sobre as pessoas desaparecidas e as circunstâncias sob as quais desapareceram, a fim de tentar localizá-las em todos os lugares possíveis – prisões, hospitais, acampamentos, etc. – ou entrar diretamente em contato com as autoridades. O CICV visita centros de detenção e registra as identidades dos detidos. Isto pode ser importante para evitar desaparecimentos. Através dos seus programas de assistência, o CICV também tenta ajudar famílias de pessoas desaparecidas que se encontram em situação precária. Nos últimos anos, o CICV aprimorou o seu conhecimento em ciência forense. Oferece recomendações e apoio a autoridades no tratamento dispensado aos mortos e àqueles que se esforçam para recuperar e identificar restos mortais.

Se você está procurando um parente e precisa de ajuda, pode entrar em contato:

- com a delegação do CICV no país onde você está

ou

- com o serviço de busca da Sociedade Nacional no seu país.

Website do CICV: <http://www.familylinks.icrc.org>.

FICHA INFORMATIVA 3.5 Elaboração de um projeto

Passo 1

AVALIAÇÃO INICIAL

Quais são os problemas e as necessidades?

Entenda a situação das famílias de pessoas desaparecidas, identifique os seus problemas e necessidades, mapeie e avalie os recursos disponíveis para responder a essas necessidades. É importante levar em consideração vários níveis de necessidade: o indivíduo, a família, um grupo de famílias.

🔗 *Ver Seção 3, Ficha Indicativa 301: Preparar a avaliação de necessidades, p. 98.*

Passo 2

PRIORIDADES

O que precisa ser feito?

De posse das informações coletadas, identifique as principais necessidades (prevalência, intensidade) e defina as prioridades para a sua resposta de acordo com as suas capacidades, os recursos existentes e as potenciais restrições.

Passo 3

PROGRAMAÇÃO

Como isso será feito?

Quais são as melhores maneiras de atender às necessidades?

Estabeleça **objetivos** que possam ser alcançados por meio de atividades apropriadas implementadas de acordo com uma **estratégia** definida.

Identifique os recursos necessários (humanos, financeiros, materiais e logísticos).

Defina meios de monitorar as suas atividades.

Passo 4

IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES

Monitore a implementação das atividades.

Supervisione a equipe envolvida.

Passo 5

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Como as atividades foram realizadas?

Quais os resultados?

Analise a implementação de atividades e avalie os efeitos do projeto sobre os problemas/necessidades das famílias. Identifique as mudanças necessárias para melhorar as atividades ou os futuros projetos.

FICHA INFORMATIVA 3.6 Regras básicas de gestão de informações

POR QUE COLETAR INFORMAÇÕES?

Coletar e analisar informações são passos essenciais para o desenvolvimento de atividades que beneficiem pessoas desaparecidas e as suas famílias, já que ajudam:

- a entender e analisar problemas;
- a estabelecer prioridades, definir objetivos e desenvolver planos de ação;
- na implementação: apoiar diretamente e prestar serviços às vítimas, buscar pessoas desaparecidas, informar as famílias e manter contato direto com elas, contribuir para estabelecer a verdade, exercer pressão da opinião pública em casos individuais ou em conexão com um padrão de abuso, etc.
- no monitoramento e na avaliação, assim como na manutenção de arquivos para estabelecer responsabilidade histórica.

O QUE É GESTÃO DE INFORMAÇÃO?

Gestão de informação é o termo genérico para coleta, processamento, análise e armazenamento de dados.

- Tenha em mente que muitas vezes os dados coletados são pessoais, e às vezes são também muito sensíveis (arquivos médicos, origem étnica, opiniões políticas, crenças religiosas, orientação sexual, processamentos penais e condenações, perfis de DNA, etc.); em alguns contextos, eles podem fornecer a base para uma discriminação ilegal ou arbitrária.

QUAIS SÃO AS REGRAS A SEGUIR?

1. Proteja os dados e os seus donos

A primeira regra é que ninguém, em nenhuma circunstância, deve ser prejudicado ou exposto a riscos: isto significa que os riscos associados à gestão da informação e à proteção de informações delicadas e dados pessoais, devem ser avaliados.

Os procedimentos abaixo devem ser seguidos, já que muito provavelmente oferecem proteção adequada a beneficiários/vítimas, entrevistadores, fontes de informação e as suas famílias:

- defina o que pode ser considerado informações delicadas e elabore procedimentos específicos para gerenciá-la;
- defina claramente quem pode ter acesso aos dados coletados – empregados, beneficiários e terceiros (familiares, entrevistadores privados, autoridades) – e em que medida;
- as pessoas que coletam e gerenciam as informações devem ser treinadas. Organizações podem buscar orientação do CICV;
- descubra uma maneira segura de coletar, processar, transmitir e armazenar as informações e dados sensíveis;
- adote regras para a publicação de dados, e também para o modo como os dados podem ser transmitidos a terceiros ou compartilhados com eles.

Não se deve publicar ou transmitir nenhum dado pessoal sem o consentimento das pessoas envolvidas ou quando isto possa prejudicar os seus interesses ou os das suas famílias. O consentimento das pessoas envolvidas pode-se considerar como dado, particularmente quando o indivíduo a quem se referem os dados não pode ser encontrado e o conjunto de dados claramente o beneficia. A pessoa ou organização que recebe os dados deve garantir que eles sejam processados de acordo com as regras de proteção de dados. Deve-se levar em conta a legislação nacional aplicável que regula a transferência ou a publicação de dados.

As informações coletadas devem ser precisas e adequadas em quantidade, mas não excessivas em relação à finalidade para a qual serão processadas.

2. Defina exatamente o que precisa ser coletado e como

- O tipo de informação a ser coletada sobre as necessidades das famílias de pessoas desaparecidas e das comunidades afetadas (*ver Fichas Indicativas 301 e 302*).
- Informações relevantes e informantes essenciais, assim como organizações ou instituições que podem ajudar.
- Métodos e maneiras de coletar informações: como (p.ex., encontros bilaterais ou coletivos com as pessoas envolvidas, durante atividades médicas), onde (p.ex., casas particulares, escritórios, hospitais, serviços administrativos), quem (p.ex., voluntários, acompanhantes).
- Documente qualquer medida tomada e o respectivo acompanhamento: por exemplo, cópias de declarações por escrito, lembretes, atas de reuniões, respostas das autoridades, relatórios sobre a prestação de serviços e acompanhamento individual.

3. Estabeleça regras para a gestão de dados

Estabeleça regras sobre o processamento de dados

- Cruzamento de dados e avaliação da sua qualidade: as informações precisam ter credibilidade, ser coerentes, objetivas, atualizadas, suficientemente detalhadas e, se for possível, corroboradas.
- Canais de comunicação.
- Centralização das informações e processamento das informações, incluindo o uso de arquivos em papel e eletrônicos.
- Registro/gravação de dados e classificação em relação aos objetivos estabelecidos e de acordo com ferramentas de análise pré-definidas; produção de estatísticas e arquivamento.

FICHA INFORMATIVA 3.7 Aumentar a capacidade das famílias de lidar com a situação



Maior capacidade de lidar com a situação

FICHA INDICATIVA 301 Preparar a avaliação de necessidades

REÚNA INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- Origens e escopo do problema
- Organização social e características culturais das pessoas ou comunidades em questão (p.ex., religião, sistema de crenças, costumes, percepções culturais sobre a morte/morte não natural/desaparecimento)
- Entendimento geral sobre as circunstâncias em torno dos desaparecimentos
- Posição das autoridades, marco legal existente
- Recursos locais de prestação de apoio às famílias (serviços públicos (jurídicos, sociais, médicos), associações, organismos religiosos, escritório da Cruz Vermelha, etc.)

DEFINA O SEU PAPEL – IDENTIFIQUE AS SUAS CAPACIDADES

- Qual é a sua finalidade e onde residem os seus interesses?
- Identifique com muita precisão as áreas em que você pode ter que desenvolver capacidades (profissionais adequadamente capacitados, disponibilidade e/ou motivação da equipe, recursos materiais, financiamento, etc.).

SELECIONE AS ÁREAS A SEREM AVALIADAS

- Decida quais aspectos da situação das famílias você quer avaliar: como as famílias estão lidando com assuntos jurídicos, a sua situação psicossocial, o problema do isolamento, etc.
- Precisamente, o que você sabe? De que tipo de informação você necessita?

IDENTIFIQUE AS FONTES DE INFORMAÇÃO

- Determine fontes essenciais: organizações, pessoas importantes da comunidade, a comunidade em geral, indivíduos (adultos, crianças, mulheres, homens), etc.

ESCOLHA UMA ABORDAGEM E MÉTODOS PARA COLETAR INFORMAÇÕES

- Determine quais métodos você usará (grupos focais, entrevistas, brainstorming, etc.).
- Decida como você entrará em contato com as famílias ou pessoas que participam da avaliação e como explicará os seus objetivos a elas.
- Decida quando e onde a avaliação será realizada e quanto tempo durará.
- Decida se você precisa de parceiros para conduzir a avaliação.

DEFINA A AMOSTRA

- Selecione com cuidado as pessoas que você deseja incluir nos grupos focais ou que quer entrevistar. Certifique-se de que pertençam às categorias que você quer avaliar (p.ex., mães, irmãos, viúvas) ou que possam fornecer a informações de que você necessita (assistentes sociais, representantes de ONGs, etc.).
- Quando entrar em contato com as pessoas para a avaliação, explique os objetivos. Elas devem ser livres para concordar ou recusar em participar. Nunca as obrigue.

LISTA DE TEMAS – AJUSTE AS SUAS PERGUNTAS

- Quais são os assuntos que você quer discutir (especialmente em grupos focais)?
- Que perguntas são provavelmente úteis para identificar e/ou compreender determinada questão?
 - Perguntas fechadas permitirão que você realize uma análise quantitativa posterior.
 - Perguntas abertas são úteis para análises qualitativas.
 - Consulte um ou dois informantes essenciais ao elaborar as perguntas – e/ou para um pré-teste – a fim de checar a utilidade delas e descobrir a melhor forma de formulá-las.

FICHA INDICATIVA 302 Avaliar a situação da família

ENTENDIMENTO GERAL SOBRE O TEMA DOS DESAPARECIDOS EM UM DADO CONTEXTO

Devem-se analisar as seguintes questões:

- a natureza do conflito, os eventos que podem ter levado a desaparecimentos, violações da lei, os dados disponíveis sobre pessoas desaparecidas (de várias fontes);
- o marco legal existente, em particular a existência de:
 - (1) um status jurídico específico conferido pelo direito interno a pessoas desaparecidas e benefícios relacionados para as famílias;
 - (2) estruturas/mecanismos específicos para esclarecer a sorte das pessoas desaparecidas e prestar apoio às suas famílias;
- a posição das autoridades com respeito à busca de pessoas desaparecidas e à prestação de apoio às famílias;
- práticas e atitudes locais em relação aos desaparecimentos, atitudes em relação à morte, rituais, a situação da mulher, etc.;
- os recursos institucionais e comunitários (tradicionais e de outros tipos) disponíveis.

🔗 *Ver Seção 3, Ficha Indicativa 301: Preparar a avaliação de necessidades, p. 98.*

O QUE AS FAMÍLIAS SABEM

- As circunstâncias do desaparecimento do parente e a sua sorte e paradeiro
- Os seus direitos: de saber a sorte do seu parente, de ter acesso às informações e aos serviços sociais, de receber os restos mortais dos seus entes queridos, etc.
- Os procedimentos a seguir
- Os mecanismos existentes para esclarecer a sorte de pessoas desaparecidas e prestar apoio às suas famílias
- Os recursos (associações de familiares, o CICV e as Sociedades Nacionais) e os serviços disponíveis

PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO PROCESSO DE BUSCA

- Elas declararam/denunciaram oficialmente o desaparecimento? Se sim, a quem? Se não, por quê?
- Preencheram um pedido de busca no CICV ou na Sociedade Nacional?
- Que outras medidas tomaram para encontrar o seu parente desaparecido?
- Buscaram informações de fontes formais e/ou informais?
- Que tipos de informação já obtiveram?
- De quem? E as suas fontes são confiáveis?

ACESSO E USO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS

- Quais as principais dificuldades encontradas pelas famílias durante o processo de busca (obstáculos administrativos, incapacidade de apresentar documentos, medo, ameaças, etc.)?
- As famílias estão em contato com uma associação ou organismo similar, ou com um serviço público?
- Se sim, qual (quais) e que tipo de apoio elas pediram e receberam?
- Se não, por quê? Foi por causa da falta de informação ou há outro motivo?
- Participam de atividades (educativas, profissionalizantes) oferecidas por outras organizações ou organismos?

SITUAÇÃO ECONÔMICA

- Que tipo de importantes dificuldades econômicas a família tem enfrentado desde o desaparecimento?
- A sua atual fonte de renda (se houver) cobre as necessidades básicas?
- A família tem direito a algum apoio social? E o obteve?
- Recebe alguma outra forma de ajuda?
- Tem ideia de como melhorar a sua situação (por exemplo, aprendendo novas habilidades)?

FICHA INDICATIVA 302 Avaliar a situação da família (cont.)

DIFICULDADES PSICOSSOCIAIS

- **Estado psicológico pessoal***
 - O quê, de acordo com a pessoa entrevistada, aconteceu com o seu parente desaparecido?
 - Quais os efeitos do desaparecimento e da ausência do ente querido sobre os familiares?
 - A pessoa entrevistada se preocupa constantemente com o parente desaparecido?
 - Sente-se consumida por tristeza, desamparo, desespero e fadiga?
 - Tem sentimentos de culpa e raiva? Expressa esses sentimentos?
 - Esses pensamentos, preocupações e sentimentos impedem que durma normalmente, se concentre e faça o que costuma fazer diariamente (trabalhar, cuidar de outros familiares, cuidar da casa, encontrar-se com amigos, participar de eventos sociais ou religiosos, etc.)?
 - Desenvolveu alguma doença física desde o desaparecimento?
 - Consultou ou tem consultado algum profissional de saúde ou de saúde mental?
 - Que tipo de apoio a ajudaria a se sentir melhor?
- **Comunicação e compartilhamento com o círculo familiar**
 - Quem está seguindo o caso do parente desaparecido? Os familiares dividem as responsabilidades e as informações que obtêm?
 - Os familiares conversam entre si sobre as suas experiências ou dificuldades?
 - Compartilham as suas lembranças da pessoa desaparecida, ou histórias sobre ela? Ou evitam esse tema?
 - As crianças/adolescentes da família estão cientes da situação? O que lhes foi dito e como?
 - Há práticas especiais dentro da família cuja finalidade expressa é recordar a pessoa desaparecida?
 - As crianças/adolescentes participam delas?
 - O quê, no seu ponto de vista, ajuda ou pode ajudá-los a se comunicar melhor entre si?
- **Relações com o ambiente social**
 - Que importantes desafios ocorreram na vida social dos familiares? Ainda estão em contato com o círculo social anterior ou esses vínculos foram cortados?
 - Há pessoas com as quais os familiares podem compartilhar os seus problemas? Ou se sentem distantes da comunidade?
 - Sentem alguma pressão de outros para seguir adiante? Ou sentem que os outros entendem a sua dor?
 - Conhecem outras famílias? Encontram-se com elas? Com que frequência? O que discutem?
 - Se não, estão interessados em se encontrar com outras famílias? Por quê?
 - Participam de eventos relacionados com a questão das pessoas desaparecidas (manifestações, celebrações ou outros encontros sociais)? Fizeram parte de algum evento do gênero? Se não, por que não? Consideram que esses eventos são úteis?

PREPARAÇÃO PARA RECUPERAR E IDENTIFICAR RESTOS MORTAIS (SE ISSO FOR RELEVANTE PARA O CONTEXTO)

- Os familiares precisam estar em contato com outras famílias para entender melhor como isso é feito?
- Precisam de explicações de profissionais (especialistas forenses, patologistas, especialistas em saúde mental, assessores jurídicos) sobre os seus direitos ou sobre outras questões em conexão com a entrega dos restos do seu ente querido?

* Perguntas sobre a condição psicológica de um indivíduo devem ser feitas com cuidado quando o entrevistador não for um profissional de saúde mental. A finalidade dessas perguntas não é o diagnóstico; é formar alguma ideia sobre a extensão da angústia da pessoa, para, por exemplo, encaminhá-la a um especialista se for necessário.

FICHA INDICATIVA 303 Organize uma sessão de grupo focal

PREPARAÇÃO DA SESSÃO

- **Escolha o tema**
- **Escolha o grupo**
 - Idade e formação educacional são importantes. Em alguns casos, é preferível um grupo homogêneo. Assegure-se de não escolher pessoas que não estejam dispostas a falar na presença de outras (por exemplo, esposas ou sogras de pessoas desaparecidas).
 - Recomendamos organizar pequenos grupos (não mais de dez participantes): isto permitirá intercâmbios mais livres, em que todos possam expressar o seu ponto de vista.
- **Ajuste as suas perguntas**
- **Escolha um facilitador**
 - O facilitador deve ser alguém que possa ganhar o respeito do grupo.
 - É prudente que essa pessoa seja ajudada por alguém que possa tomar notas durante a sessão.

CONDUÇÃO DO GRUPO FOCAL

- **Receba os participantes**
- **Explique**
 - O seu papel
 - Porque esses participantes em particular foram escolhidos
 - Porque estão ali
 - Porque as opiniões deles são importantes
- **Introduza o(s) tópico(s) de discussão**
 - Não há restrições sobre o que pode ser discutido em sessões de grupos focais.
 - Exemplos:
 - Tema 1:** O modo como pessoas desaparecidas deveriam ser lembradas, o que pode originar um projeto para organização de eventos de recordação, por exemplo
 - Tema 2:** Os efeitos das atitudes sociais sobre a vida diária das famílias
- **Estabeleça confiança entre os participantes**
 - Apresente uns aos outros.
- **Estimule a discussão**
 - Faça perguntas, reformule ideias, peça opiniões.
- **Inclua a todos na discussão**
 - Não deixe que uma pessoa domine o debate.
- **Mantenha o foco das discussões**
 - Não saia do assunto.

NO FINAL DA DISCUSSÃO

- Conclua o encontro reiterando as principais ideias ou questões.
- Agradeça aos participantes pelas suas valiosas contribuições.
- Lembre-os de como as informações coletadas podem ser usadas.

FICHA INDICATIVA 303 Organize uma sessão de grupo focal (cont.)

FORMATO DO RELATÓRIO

Data _____

Local _____

Nome do facilitador _____

Informações sobre os participantes _____

Quem participou _____

Famílias ou membros essenciais da comunidade _____

Idade do grupo (se for relevante) _____

Relação com as pessoas desaparecidas (mães, cônjuges, etc.) _____

Número de participantes _____

RESULTADOS DA DISCUSSÃO DO GRUPO FOCAL: UM EXEMPLO

	Tópicos discutidos	Quais são os problemas?	Quais foram as explicações dos participantes para esses problemas?	Que soluções os participantes sugeriram?
Exemplo	Acesso das famílias aos serviços existentes	As famílias não estão informadas do serviço. Mesmo quando são informadas, relutam em usá-lo.	Elas estão em um ambiente desconhecido. Relutam em usar os serviços porque temem que as pessoas não entendam as suas preocupações.	Fazer circular as informações. Reunir-se com pessoas capacitadas e conscientizá-las dos problemas que as famílias enfrentam.
Exemplo	Ausência de diálogo dentro da família sobre a pessoa desaparecida	Familiares não compartilham as suas responsabilidades e dificuldades emocionais, o que pode levar a conflitos e mal-entendidos.	Medo de se ferirem uns aos outros. Crianças não são consideradas maduras o suficiente. Dificuldades de falar sobre as suas emoções.	Tornar as famílias cientes dos efeitos positivos de compartilhar questões emocionais e de outra natureza entre si. Organizar atividades recreativas para toda a família, incluindo os homens. Organizar discussões de grupo com outras famílias que lidam com situações similares. Organizar oficinas para ajudar as mães a falar com os seus filhos sobre o seu parente desaparecido.

FICHA INDICATIVA 304 Prepare um plano de ação (cont.) – Exemplo 1

Problema/necessidade identificado	Cem famílias dos distritos A, B e C não estão suficientemente informadas da existência de serviços de apoio ou relutam em pedir apoio.				
Objetivo específico	Assegurar que as famílias saibam dos recursos (sociais, médicos, legais) disponíveis em cada distrito, saibam que serviços são prestados e os utilizem quando for necessário.				
Estratégia	Sessões informativas e folhetos				
Atividades	Local	Duração	Recursos materiais necessários	Recursos humanos necessários	Orçamento
Preparar e implementar sessões informativas para informantes essenciais / abordar serviços (serviços de saúde e sociais, assessores jurídicos, etc.).	Centros de saúde nos distritos A, B e C Centros de serviços comunitários nos mesmos distritos	Fevereiro (3 sessões de 1 dia; 10 pessoas em cada sessão)	Sala de reuniões (capacidade mínima para 15 pessoas) Almoço e lanche Cavalete para anotações Itens de papelaria	Acompanhantes Facilitador Voluntários Tradutor (se necessário)	Custos de transporte Aluguel da sala Comida, bebidas
Produzir um panfleto com informações pertinentes e detalhes de contatos.	N/D	Final de fevereiro 150 panfletos	Papel, impressora	Tradutor (se necessário)	Custo do papel, tinta da impressora, etc.
Preparar e implementar sessões informativas para as famílias de pessoas desaparecidas.	Centros de serviços comunitários nos distritos A, B e C	Março-abril (10 sessões de 1 dia; 10 pessoas por sessão)	Sala de reuniões (capacidade mínima para 15 pessoas) Almoço e lanche Cavalete para anotações Itens de papelaria	Acompanhantes Facilitador Voluntários Tradutor (se necessário)	Custos de transporte Aluguel da sala Comida, bebidas
Possibilitar visitas a centros de apoio, quando necessário.		A ser determinada			Custos de transporte e serviço
Indicadores de monitoramento (qualitativos e quantitativos)					
Número de famílias que compareceram às sessões informativas					
Número de famílias que entraram em contato com serviços de transporte após as sessões					

FICHA INDICATIVA 304 Prepare um plano de ação (cont.) – Exemplo 2

Problema/necessidade identificado	Famíliares se preocupam incessantemente com os seus parentes e se isolam da comunidade.				
Objetivo específico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Colocar essas famílias em contato com outras que têm tido experiências similares, para que possam compartilhar os seus problemas e dificuldades. 2. Garantir que essas famílias possam reinvestir em outras áreas da vida social. 				
Estratégia	Discussões em grupo e atividades ao ar livre				
Atividades	Local	Duração	Recursos materiais necessários	Recursos humanos necessários	Orçamento
Reunir informações sobre atividades existentes ou eventos comunitários (religiosos, tradicionais, etc.).	Escritório da Sociedade Nacional da Cruz Vermelha Centro Comunitário	Setembro-novembro	Sala (capacidade para 10 pessoas) Lanche	Acompanhante Organizador da atividade	Custos com a equipe (Serviços de transporte, etc.)
Organizar seis grupos de discussão com foco em várias questões comuns enfrentadas pelos familiares. Informações acerca de atividades existentes/eventos comunitários também serão compartilhadas com grupos ao final das sessões. A seleção e a preparação de três atividades ao ar livre devem ser discutidas nos grupos.	Escritório da Sociedade Nacional da Cruz Vermelha Centro Comunitário	Janeiro-março	Sala (capacidade para 10 pessoas) Lanche	Acompanhante Informantes essenciais (se forem necessários)	Aluguel de seis salas Transporte Comida
Organizar três atividades ao ar livre para três grupos com 15 pessoas cada.	A ser determinado	Janeiro-março	Dependerão das atividades	Acompanhante	Transporte Almoço e outros custos
Indicadores de monitoramento (qualitativos e quantitativos)					
Número de participantes (quantitativo)					
Nível de satisfação					
Taxa de frequência /nível de participação (qualitativo: use escalas)					

FICHA INDICATIVA 305 Escreva uma proposta de projeto

1. Título do projeto
2. Quantas pessoas se beneficiarão do projeto e quem serão elas?
3. Quais são os problemas que esse grupo em particular enfrenta e como eles podem ser listados por prioridade? (Explique o motivo.)
4. Como esses problemas foram identificados? (Grupo focal, observação, etc.)
5. O que você espera alcançar? (Objetivos)
6. Como você os alcançará? (Estratégia)
7. Que tipos de atividades ajudarão você a alcançar os objetivos? (Vinculadas à estratégia)
8. Quais são os recursos (internos e externos) necessários para desenvolver essas atividades?
9. Quais são os custos envolvidos? (Forneça informações detalhadas para cada atividade)
10. Como você saberá que alcançou os seus objetivos?
11. Quais são os papéis e as responsabilidades de todos os envolvidos no projeto, incluindo parceiros?
12. Prazos

FICHA INDICATIVA 306 A conversa com os familiares

COMEÇANDO

A sua tarefa como acompanhante é deixar a pessoa à vontade

- **Apresente-se, apresente a sua organização e explique o seu papel.**
O acompanhante deve explicar, de maneira muito clara, a finalidade de qualquer discussão ou entrevista que deseja realizar. Definir o seu papel logo no início lhe permitirá estabelecer a sua confiabilidade no presente e em ocasiões futuras.
- **Separe um tempo para conversas informais.**
Falar sobre coisas do cotidiano pode ser uma forma de estabelecer uma relação de confiança e de mostrar às pessoas com as quais você conversa que o seu interesse nelas não é meramente profissional, que você entende que ser o familiar de uma pessoa desaparecida é apenas um aspecto das suas vidas.
- **Pergunte à pessoa se este é um bom momento para conversar.**
- **Peça privacidade quando for necessário e apropriado.**
Os familiares (especialmente homens) podem ter dificuldade em discutir questões pessoais diante de outros ou questões relacionadas à família se os seus parentes não estão presentes (especialmente esposas que podem necessitar da presença de familiares do marido). Algumas vezes, contudo, conversas cara a cara podem ser necessárias para permitir que a pessoa fale mais livremente sobre assuntos e sobre si mesma. Certifique-se de que crianças não estejam presentes se você planeja discutir assuntos delicados ou sensíveis.

ENTREVISTA CARA A CARA OU DISCUSSÃO COM A FAMÍLIA

Dependendo da sua finalidade, tenha sempre em mente as seguintes regras:

Seja...

- **Seja aberto e disposto a escutar**, e evite mostrar sinais de desconforto ou de querer mudar de assunto. Tentativas óbvias de mudar de assunto podem levar a pessoa que está falando, ou o entrevistado, a pensar que está se tornando uma carga e uma imposição.
- **Nunca demonstre falta de interesse na história de alguém** porque ela soa repetida para você.
- **Seja honesto** nas suas respostas.
- **Seja consciente da sua linguagem corporal.**
- **Seja calmo e tranquilizador do início ao fim.**

- **Demonstre a sua capacidade de apoio:**
 - incentivando o familiar a expressar a suas necessidades mesmo que você não puder atender a todas elas; sinais de capacidade de resposta – frases como “Eu entendo”, “Eu compreendo” e “Isso é interessante” – podem deixar o entrevistado mais seguro de que você o está ouvindo com atenção;
 - dando um retorno positivo sobre o que a pessoa já fez através de afirmações como “Você parece já ter feito muito”.
- **Mostre que você está genuinamente interessado**, reformulando o que a pessoa disse, a fim de verificar se você a entendeu corretamente: use frases como “Se entendi bem, o que você está dizendo é ...”

Evite...

- **Tentar convertê-los ao seu modo de pensar:** não diga coisas como “Você tem de aceitar a realidade”. Em vez disso, tente saber mais sobre o que pensam e como eles dão sentido às suas experiências. Mostrar compreensão, em vez de aprovação ou desaprovação, provavelmente será mais útil.
- **Antecipar o que a pessoa está a ponto de dizer:** interpor-se com declarações do tipo “Eu sei o que você dirá” ou completar os seus pensamentos ou frases. Em vez disso, dê a quem fala a liberdade de expressar os seus pensamentos e sentimentos sem interrupção.
- **Estar na defensiva:** um ouvinte ou acompanhante deve ser capaz de lidar com reações emocionais, como a raiva, sem tomá-las de forma pessoal. Pode ser que esta seja a primeira oportunidade que a pessoa tem de manifestar os seus sentimentos, após longos anos de espera. Não é nada incomum que alguém descarregue a sua raiva na primeira pessoa que mostre algum interesse. Nesses casos, estar na defensiva – “estou apenas tentando fazer o meu trabalho” – não ajudaria; é mais sensato mostrar compreensão: “Depois do que passou, você tem todo o direito de estar com raiva”.

Identifique...

- **As necessidades imediatas** escutando atentamente.
- **Os potenciais recursos** no ambiente social imediato, recursos disponíveis dentro da unidade familiar e os recursos pessoais de indivíduos.
- **As possibilidades de mudança ou melhora:**
 - todo mundo é dotado dos recursos necessários para se ajudar;
 - perguntas como “Há coisas que você poderia fazer para se sentir melhor?” podem ajudar a pessoa a identificar os recursos disponíveis para si e capacitá-la a agir de forma decisiva.

Informe...

Durante os encontros com as famílias, é útil dedicar um tempo a explicar os procedimentos jurídicos envolvidos e outras questões práticas. Pode ser útil preparar um panfleto para essa finalidade. Enquanto presta informações, um acompanhante não deve esquecer de reiterar constantemente que as famílias não precisam ter pressa para tomar nenhuma decisão ou medida dolorosa, mesmo que sejam necessárias.

Aconselhe...

- **Os familiares devem ser instados a buscar apoio** dos serviços existentes (sociais, públicos, de associações, etc.) quando for apropriado. É de vital importância que o acompanhante esteja ciente dos serviços disponíveis na região.
- **Eles devem ser incentivados a se comunicar com outros familiares** sobre o seu parente desaparecido, assim como sobre os efeitos do desaparecimento sobre eles.
- **Deve-se sugerir a eles que a dinâmica familiar mude em reconhecimento à ausência do parente desaparecido**, através da redistribuição de responsabilidades e tarefas dentro do círculo familiar.
- **Recomende que eles retomem a sua participação em cerimônias religiosas ou em importantes eventos familiares e ocasiões sociais**, a fim de que se mantenham perto da sua comunidade e recuperem a sensação de normalidade para as suas vidas.
- Para muitos familiares, pode ser importante escutar de alguém de fora que é aceitável e normal seguir adiante. Isto pode diminuir a culpa que alguns deles possam sentir – por trair o parente desaparecido – se realmente decidirem seguir em frente.

FICHA INDICATIVA 307 Organização de sessões informativas

QUAL É A IMPORTÂNCIA DE LEVAR INFORMAÇÕES ÀS FAMÍLIAS?

- **Acrescentar ao que eles sabem, ou torná-los conscientes**, sobre os vários procedimentos e sobre os seus direitos.
- **Incentivá-los a ser mais ativos** e aproveitar a ajuda ou o apoio disponível.
- **Reduzir o estresse** provocado pelas suas dificuldades (materiais, emocionais, etc.).
- **Incentivá-las a pensar sobre as suas próprias necessidades**.

QUEM PODE PRESTAR INFORMAÇÕES

- **Um acompanhante** pode transmitir aquilo que sabe, além de identificar áreas onde faltem informações ou aqueles para quem elas estão disponíveis.
- **Especialistas**: por exemplo, um advogado pode ser convidado para jogar luz sobre aspectos legais da situação de uma família.
- **Líderes religiosos essenciais** dentro da comunidade: isto também daria aos familiares a oportunidade de estabelecer uma conexão com importantes membros da comunidade.
- **ONGs nacionais** (incluindo associações de familiares e a Sociedade Nacional); **organizações internacionais ou representantes de autoridades** locais podem informar as famílias acerca dos seus direitos e explicar medidas de execução para elas.
- **Outros familiares** que estejam dispostos a compartilhar o que sabem.

PREPARAÇÃO PARA A SESSÃO

- Identifique as principais áreas em que as famílias que você conheceu carecem de informações.
- Decida quem é mais qualificado para prestar informações.
- Faça uma lista das coisas que você espera alcançar.
- Analise potenciais lugares de encontro (onde as famílias provavelmente se sentirão confortáveis, como chegarão até lá, etc.).
- Caso você convide alguém mais para conversar com as famílias (um advogado, um líder religioso, etc.), encontre-se com essa pessoa de antemão e explique os objetivos da sessão que você está organizando.
- Procure se certificar de que nada na sessão irá contradizer significativamente o que você disse antes.
- Se for possível, prepare de antemão papéis informativos (p.ex., folhetos, listas de contatos, etc.).

INÍCIO DA SESSÃO

- Apresente-se, explique o seu papel e descreva os objetivos da sessão.
 - Apresente convidados externos, se houver, e o papel deles.
 - Se for um grupo pequeno, peça a todos os integrantes que se apresentem brevemente.
 - Introduza o tópico e explique porque foi escolhido.
 - **Durante as sessões, certifique-se de que:**
 - tudo seja explicado claramente numa linguagem que todos possam entender;
 - haja tempo para perguntas;
 - os participantes possam fazer contribuições a partir das suas próprias experiências, atendo-se ao assunto da sessão, e que possam expressar os seus pontos de vista tanto quanto for possível.
-  *Ver Seção 3, Ficha Indicativa 303: Organize uma sessão de grupo focal, p. 101.*

NO FINAL DA SESSÃO

- Certifique-se de que os participantes entenderam tudo o que foi dito; você pode querer pedir a cada um deles que formule uma frase dizendo o que aprenderam ou resumindo as principais mensagens do encontro.
- Reúna sugestões para futuras sessões.
- Distribua os folhetos e as listas de contatos.
- Deixe claro que você estará disponível para responder a qualquer pergunta que eles tenham no futuro, e/ou para participar das atividades.

FICHA INDICATIVA 308 Ajuda no processo de busca

COLETE INFORMAÇÕES

Colete informações:

- Sobre a pessoa desaparecida, e participe da coleta de dados *ante mortem* (☹ ver Seção 3, Ficha Informativa 3.6: Regras básicas de gestão de informação, p. 96);
- Sobre o papel e as atividades do CICV e da Rede de Laços Familiares do Movimento;
- Sobre mecanismos existentes de busca de pessoas desaparecidas;
- Sobre os processos de exumação e identificação.

PRESTE INFORMAÇÕES E APOIO

Informe as famílias sobre:

- Os mecanismos disponíveis de busca de pessoas desaparecidas;
- Os processos de exumação e identificação (ver Seção 4, p. 130).

Seja realista: alerte as famílias sobre a possibilidade de terem que pagar propinas, a prevalência dos rumores e sobre o que podem razoavelmente esperar; estabelecer medidas adequadas para esclarecer a sorte de pessoas desaparecidas pode levar muito tempo – anos, às vezes décadas.

CONVENÇA AS AUTORIDADES

Incentive as autoridades e as partes interessadas a assumir uma posição sobre a questão das pessoas desaparecidas, a assumir o compromisso de lidar com o tema (incluindo estabelecer a sorte e o paradeiro das pessoas desaparecidas) e prestar apoio às famílias. Em particular, exorte-as a:

- Proporcionar informações transparentes, honestas, completas, confiáveis, claras e oportunas sobre a sorte das pessoas desaparecidas.
- Permitir que as famílias tenham acesso às evidências existentes (fotografias, registros, documentos, etc.).
- Recuperar, identificar e devolver os restos mortais às famílias.
- Devolver qualquer objeto pessoal que ainda possa estar na sua posse.
- Promover a participação das famílias no processo de recuperação e no compartilhamento de informações com elas.

MANTENHA CONTATO COM AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESCLARECER A SORTE DOS DESAPARECIDOS

Esteja em constante comunicação com as pessoas formalmente responsáveis pelo processo de esclarecimento da sorte dos Desaparecidos, e continue falando com elas em nome das famílias. Essas pessoas – de fato, o processo em si – deveria envolver as famílias dos Desaparecidos e mantê-las informadas:

- Sobre o seu trabalho, as suas dificuldades e os seus resultados;
- Sobre a probabilidade de encontrar as pessoas desaparecidas vivas, ou de encontrar e identificar os seus restos mortais;
- Sobre a duração do processo;
- Sobre a possibilidade de obter reparações e de fazer com que os responsáveis respondam pelos seus atos.

FICHA INDICATIVA 309 Ajude as famílias a lidarem com questões jurídicas/ administrativas

COLETE INFORMAÇÕES

- Colete informações e se familiarize com a legislação nacional, os regulamentos e os procedimentos relativos às pessoas desaparecidas e as suas famílias. Você pode fazer isso:
 - buscando assistência de um profissional do direito ou uma ONG;
 - identificando todas as ONGs que prestam assistência jurídica.
- Entenda as necessidades das famílias quanto aos temas jurídicos e administrativos (*ver Seção 2, p. 31*)
- Identifique e registre as famílias que possam precisar de apoio jurídico e/ou econômico.
- Identifique todos os recursos e benefícios sociais disponíveis.

INCENTIVE AS FAMÍLIAS A REGISTRAR OS SEUS PARENTES DESAPARECIDOS

- Se as pessoas desaparecidas têm um status jurídico formal, incentive as famílias a registrar o desaparecimento dos seus parentes e solicitar os benefícios sociais disponíveis.
- Explique o objetivo e os procedimentos.
 - Porque isto é importante
 - Onde e como informar o desaparecimento
 - Que informações são necessárias, o que é uma declaração de ausência
- Descubra se as famílias estão apreensivas com a possibilidade de serem maltratadas ou recebidas com hostilidade e por quê.
- Se for necessário, acompanhe o(s) familiar(es) da pessoa desaparecida durante o processo de registro.

FORNEÇA INFORMAÇÕES

- Dê informações sobre os benefícios de registrar as pessoas desaparecidas e sobre os procedimentos.
- Elabore um folheto que informe as famílias dos Desaparecidos sobre os seus direitos, os procedimentos a seguir e os recursos disponíveis; o objetivo é informá-las sobre os benefícios disponíveis e facilitar o seu acesso a esses serviços.
 - Certifique-se de que as informações que você presta sejam atualizadas.
 - Os dados de contato devem incluir números de telefone e/ou endereços dos prestadores de serviços competentes.

FAÇA ENCAMINHAMENTOS

- Faça encaminhamentos e monitore o processo (que pode envolver obstáculos administrativos, práticos ou políticos, assim como outros tipos de dificuldades).
- Fazer um encaminhamento garante que serão seguidos todos os passos necessários para solicitar assistência e benefícios sociais.
- Estabeleça uma rede operacional de referências. Onde existem prestadores de serviços nacionais de qualidade, eles devem ter preferência sobre prestadores de serviço internacionais. Nesse sentido, o mínimo que pode ser feito é fornecer os dados de contato dos serviços disponíveis.
- Fazer encaminhamentos envolve garantir que as pessoas em questão sejam fisicamente aptas para chegar aos serviços necessários e tirar proveito deles. Se elas não tiverem acesso a esses serviços, pode ser preciso tomar uma atitude, por exemplo:
 - ligar para o serviço e explicar a situação;
 - transportar as pessoas até lá e trazê-las de volta;
 - dar a elas o dinheiro necessário para pagar pelo serviço;
 - acompanhá-las quando tiverem que submeter um pedido.

INFORME E CONVENÇA AS AUTORIDADES

- Informe as autoridades sobre as necessidades das famílias e as incentive a prestar a assistência necessária.
 - Defenda a causa das famílias para garantir que o seu direito de saber seja respeitado e que tenham acesso ao apoio de que necessitam.
 - Incentive as autoridades a assegurar que as leis existentes sejam seguidas.
 - Incentive as autoridades a prestar apoio às famílias de acordo com as suas necessidades.
 - Incentive as autoridades a promover tratamento igualitário na distribuição de benefícios às famílias (incluindo civis).
- Entre em contato com organizações que estejam trabalhando com projetos tangíveis para ajudar as famílias.
- Organize e facilite os encontros, conscientize e discuta essas questões de modo a estimular mais ação.

FICHA INDICATIVA 310 Organização de grupos de apoio

Finalidade

- Fazer as famílias entenderem que não estão sozinhas.
- Fortalecer os seus mecanismos de superação compartilhando atividades e estimulando a ajuda mútua e a livre troca de pontos de vista e experiências.

Os facilitadores

Dependendo dos objetivos, quaisquer dos seguintes podem ser facilitadores (um ou dois podem ser usados).

- **Os acompanhantes**
- **Atores externos essenciais**, dependendo do assunto a ser discutido (por exemplo, profissionais de saúde mental caso o objetivo seja terapêutico)
- **Familiares** dispostos a trocar as suas experiências e a ajudar os demais, e que estejam cientes da situação de outras famílias

Como proceder?

(Para mais detalhes, ver, nesta seção: “Elaboração de um projeto de acompanhamento”, p. 71)

1. PREPARE A SESSÃO/AS SESSÕES

Defina os objetivos

- Que assuntos podem ser necessários ou úteis para discutir?
- É sempre melhor facilitar a discussão escolhendo temas nos quais as famílias tenham interesse (ver Seção 3, Ficha Indicativa 311: Temas para discussões em grupo, p. 115).
- O que você espera alcançar?
- Pode ser útil levar folhetos consigo (contendo informações sobre serviços, etc.)

Decida como atingir o(s) objetivo(s)

- Configurar as sessões:*
Que tipos de grupos você quer organizar (p.ex., sempre abertos a participantes?).
Quantas sessões seriam necessárias?
- Você precisa de apoio de um especialista ou de outro ator externo?
- O que se espera deles?
- Como você avaliará a eficácia das sessões?
- Prepare (se for necessário) formulários de avaliação para cada sessão

Escolha o local e determine o tempo de duração

- Se for possível, encontre um lugar de encontro próximo, onde os participantes se sentirão à vontade.
- Assegure-se de que os participantes não sejam incomodados durante as sessões.
- Considere a acessibilidade do local de encontro para as famílias.
- Tente visitar o local que escolheu para garantir que ele atende a esses requisitos.

* Alguns grupos podem se encontrar regularmente durante um longo período, enquanto outros podem ter um conjunto de tópicos limitado a um certo número de sessões. É importante decidir que tipo de grupo você quer organizar, mas você também deve ser flexível em relação às necessidades dos participantes.

FICHA INDICATIVA 310 Organização de grupos de apoio (cont.)

2. SELECIONE OS PARTICIPANTES E O(S) FACILITADOR(ES)

Número de participantes

- Cada grupo deve ser formado por 12-15 pessoas.

Perfil dos participantes

- Pessoas que:
 - entendam e concordem com os objetivos da sessão de grupo;
 - sejam altamente motivadas;
 - estejam convencidas de que participar de grupos assim pode ajudar;
 - estejam prontas para ouvir as histórias dos demais e contar as suas próprias.
- Um membro do grupo que tenha a confiança dos outros participantes pode ser convidado a ajudar o acompanhante, para facilitar ou organizar as sessões seguintes.

Tipos de grupo

- É preferível ter grupos que sejam homogêneos (p.ex., um em que os participantes tenham a mesma preocupação), a fim de estimular a livre expressão e a troca de experiências e opiniões comuns.
- É possível ter grupos formados por pessoas com diferentes expectativas e pontos de vista, mas o facilitador deve sempre ter em conta essas diferenças durante a discussão.
- Alguns exemplos de grupos heterogêneos:
 - uma mistura de familiares (por exemplo, irmãos e mães de pessoas desaparecidas);
 - um grupo misto formado por pessoas que sofrem como resultado do desaparecimento dos seus parentes e por aquelas que enfrentam outros problemas relacionados à guerra.

Perfil do facilitador

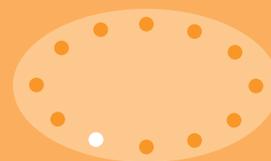
- **O facilitador deveria ser alguém quem:**
 - possa ganhar e reter o respeito e a confiança do grupo;
 - saiba como manter o foco das discussões;
 - seja capaz de manter sob controle as emoções dos participantes, que podem ser muito fortes.
- **Para os palestrantes convidados (p.ex., profissionais ou membros essenciais da comunidade):**
 - as famílias devem concordar com a sua participação;
 - os motivos para convidar um palestrante devem ser explicados às famílias e ao palestrante;
 - de preferência, o palestrante deve ter um conhecimento prévio sobre a situação das famílias.

3. CONDUZA AS SESSÕES

Organização do espaço

A maneira como o espaço é organizado é importante. A experiência mostra que obstáculos demais entre os participantes (mesas, outros participantes, etc.) pode prejudicar o fluxo da discussão. É preferível que os membros do grupo estejam sentados em círculo ou semicírculo; assim eles terão mais facilidade de se ver e interagir.

O facilitador pode estar diante do grupo inteiro ou, se quiser, sentar-se entre eles (como mostra a figura à direita).



Desenvolvimento da discussão

- **Apresente**
 - a si próprio(a) e o seu papel;
 - o(s) objetivo(s) da discussão (e por que esses objetivos foram escolhidos);
 - o que se espera dos participantes;
 - os participantes entre si;
 - as regras: respeito mútuo, confidencialidade e igualdade;
 - como você procederá; a duração estimada da sessão.

- **Explique e pergunte sobre**
 - os tópicos a serem discutidos;
 - 🔗 *Ver Seção 3, Ficha Indicativa 311: Temas para discussões em grupo, p. 115.*
 - a configuração: duração e frequência das sessões;
 - as expectativas do grupo;
 - a participação dos convidados.
- **Assegure-se de que**
 - as expectativas dos participantes correspondam às suas;
 - as regras sejam respeitadas;
 - a atmosfera seja amigável e confiável: não excessivamente formal;
 - a discussão não se torne amarga;
 - a discussão não seja interrompida por manifestações excessivas de emoção;
 - a discussão não seja dominada por uma ou duas pessoas, que todos os participantes possam se expressar;
 - se for necessário, os participantes tenham tempo de relaxar durante a sessão.
- **Intervenha**
 - somente para esclarecer pontos; do contrário, deixe que os outros falem;
 - para manter a discussão centrada no tópico (e para evitar que ela se transforme em uma conversa entre duas pessoas ou efusão de emoções);
 - para fazer a conversa circular quando há o risco de uma ou duas pessoas monopolizarem a discussão;
 - para esclarecer ou resumir ideias e/ou mensagens essenciais;
 - para direcionar a discussão para uma conclusão e, se for necessário, para a declaração de compromisso.
- **Conclua**
 - recordando o grupo acerca das conclusões mais importantes a que chegaram (peça aos participantes que as resumam);
 - agradecendo aos participantes;
 - perguntando a eles do que gostaram e do que não gostaram na sessão;
 - distribuindo formulários de avaliação (se houver);
 - preparando a próxima sessão (escolha do tema, quem comparecerá, etc.).

4. SESSÕES SEGUINTE

Todos os pontos mencionados acima se aplicam às sessões seguintes. Além deles, será necessário:

- Apresentar os recém-chegados (se isso estiver planejado);
- Começar recapitulando como foi a sessão anterior. Peça aos participantes que deem as suas impressões sobre a sessão anterior;
- Pergunte se estão cómodos – no grupo e nesse local – e se gostariam de sugerir pontos a melhorar. Você pode usar as informações nos formulários de avaliação da sessão anterior para iniciar a discussão.
- Dirija-se a cada participante pedindo que eles digam o que mudou ou não mudou desde a sessão anterior. Você também pode transformar isso em um exercício, pedindo que comecem as suas respostas com frases como:
 - “Desde o último encontro, sinto...”
 - “Acho que este grupo pode me dar...”
 - “Quando conheci os demais, aprendi...”
- Separe um tempo para que as pessoas contem um pouco sobre si mesmas; elas talvez se sintam mais à vontade na segunda sessão do que na primeira.
- Introduza o tópico a ser discutido caso ele tenha sido decidido previamente; do contrário, pergunte aos participantes se eles gostariam de discutir algo em particular. Com respeito à escolha dos temas para discussão, grupos de apoio não são como grupos focais: em um grupo de apoio, mesmo que um tópico tenha sido escolhido de antemão, é importante permitir que os participantes sugiram tópicos que os interessem. Obviamente, é necessário que todos os membros do grupo concordem com a escolha do assunto.

FICHA INDICATIVA 310 Organização de grupos de apoio (cont.)

- Tal como no final da primeira sessão, é importante que os participantes sintetizem o que aprenderam, seja sobre os outros ou sobre si mesmos.
- Pense em perguntar aos participantes se a reunião foi útil.
- Revise a configuração das reuniões e os objetivos após alguns encontros para saber se você está no caminho certo. Analise os problemas com as famílias.

INFORMAÇÕES

- Grupos de discussão podem ser usados de forma alternada com outras atividades (por exemplo, atividades criativas).
- Os participantes devem ter em mente que esses grupos, inclusive os que se reúnem uma vez por semana, vão se separar um dia. Planeje conduzir uma revisão após um ou dois meses para ver se é útil continuar e, se for, por quanto tempo.
- O facilitador não deve esperar que as famílias falem livremente, e de imediato, sobre temas difíceis. Portanto, é importante ajudar os mais introvertidos a se sentirem suficientemente à vontade para que possam gradualmente começar a falar sobre si mesmos (e não apenas sobre a pessoa desaparecida).
- Quando os facilitadores não são profissionais de saúde mental, é importante considerar algum tipo de supervisão para eles. Pode ser útil que os facilitadores recebam assistência regular de profissionais de saúde mental; isto lhes dará mais segurança sobre o seu manejo do grupo e os ajudará a entender os efeitos das sessões sobre eles; também os ajudará a lidar com qualquer complicação que possa surgir durante as sessões. Pode ainda ser útil organizar reuniões com outros facilitadores de sessões de grupo, para discutir os seus relatórios.

O que fazer quando:

- **Alguém não falou nada**
 - Aborde a pessoa (sem obrigá-la a falar).
 - “Nem todos do grupo puderam nos dar os seus pontos de vista. Alguém gostaria de dizer algo?”
 - Você gostaria de nos contar um pouco mais sobre você ou sobre questões que chamaram a sua atenção durante a nossa discussão?
- **As discussões perdem o foco**
 - “Podemos tentar nos concentrar naquilo que decidimos conversar?”
 - “Vamos tentar finalizar o que começamos e falar sobre...”
 - Reafirmar o que foi dito sobre o assunto principal.
- **Alguém não está deixando que os outros falem**
 - Agradeça a pessoa pela sua contribuição e peça, educadamente, que deixe os outros expressarem os seus pontos de vista.
 - Lembre a pessoa de que, como o objetivo do grupo é compartilhar, é necessário ter a opinião de todos.
- **Alguém se torna emotivo demais**
 - Tente propor uma pausa de cinco ou dez minutos.
 - Reinicie a sessão perguntando como os outros se sentiram sobre isso.
 - Após a sessão, tente conversar com a pessoa que se sentia emocionalmente sobrecarregada e sugira um encaminhamento se for necessário.

(Ver Seção 3, Ficha Indicativa 321: Encaminhamento a um especialista em saúde mental, p. 127)
- **A discussão se torna amarga**
 - Lembre o grupo de que a situação é igualmente difícil para todo mundo e que eles estão aqui para ajudar uns aos outros.
 - Proponha uma pausa, se for necessário.

FICHA INDICATIVA 311 Temas para discussões em grupo*

PONTOS DE VISTA DE PESSOAS EXTERNAS SOBRE PESSOAS DESAPARECIDAS/AS DIFICULDADES DAS FAMÍLIAS – DICAS

Pergunte aos participantes:

- Como eles sentem que a sua situação é considerada na sua comunidade.
- Se eles conversam sobre as pessoas desaparecidas e de que forma.
- Caso não falem sobre as pessoas desaparecidas, se eles sentem que deveriam.
- O que pode ser feito para ajudá-los nesse sentido; o que seria benéfico para eles.
- Que tipo de apoio eles esperam dos demais (autoridades, comunidade, vizinhos, amigos, etc.).
- O que pode ser feito para que as outras pessoas se tornem mais sensíveis à questão das pessoas desaparecidas.

Esse tema pode ser discutido através de um exercício (*ver Seção 3, Ficha Indicativa 306: A conversa com os familiares, p. 106*).

PARTICIPAR EM ATIVIDADES DE RECORDAÇÃO – DICAS

- Como os participantes se sentem a respeito das atividades de recordação organizadas pela comunidade ou por autoridades?
- Acham que são benéficas? De que maneira?
- Como eles incentivariam outras famílias a participarem de tais eventos ou a homenagear a memória dos seus parentes desaparecidos?
- Que atividades ou cerimônias gostariam de realizar para honrar os seus parentes desaparecidos?

O QUE PODEMOS FAZER PARA AJUDAR UNS AOS OUTROS? – DICAS

- Ajude os participantes a analisar e expor as suas necessidades pessoais (além dos problemas relacionados com o desaparecimento).
- Ajude-os a focar no que podem fazer por si mesmos sem depender de fatores externos.
- Tente enfatizar o valor da interação com outras famílias e a utilidade de falar com outras pessoas na mesma situação.
- Que apoio concreto eles podem dar uns aos outros?

FALAR COM OS FILHOS SOBRE OS DESAPARECIDOS – DICAS

- O que eles acham que os seus filhos deveriam saber sobre os parentes desaparecidos?
- Eles se sentem capazes de falar com os seus filhos? O que gostariam de dizer a eles?
- Alguém discutiu esse assunto com os filhos? Qual foi o resultado? O que aconselharia os outros a fazer?

* Esses temas são exemplos; também podem ser usados em grupos focais.

FICHA INDICATIVA 312 Exercícios de aquecimento

É preferível iniciar todas as atividades de grupo com exercícios cuja finalidade seja criar uma atmosfera amigável.

Exemplos:

1. O facilitador pede que os participantes se dividam em pares e que os membros de cada par se apresentem um ao outro. Em seguida, o facilitador sai da sala por cinco minutos. Ao voltar, pede que os membros de cada par se apresentem ao grupo (um membro do par apresenta o outro), até que cada um conheça quem é o outro.
2. O facilitador repassa os nomes rapidamente e dá aos participantes dez minutos para se apresentem uns aos outros. Em seguida, o facilitador faz uma série de perguntas divertidas, tais como:
 - Quem tem os maiores pés do grupo?
 - Quem não gosta de peixe?
 - Quem era bom em matemática (ou outra matéria) na escola?Os participantes então tentam adivinhar as respostas corretas a essas perguntas.
3. Cada participante recebe um pedaço de papel para escrever o seu nome e três adjetivos que o descrevem: por exemplo, “Martin – curioso, impaciente e engraçado”. Então os participantes se apresentam ao grupo, um de cada vez, dando breves explicações para as suas escolhas.
4. Coloque alguns objetos sobre a mesa (uma caneta, a foto de um animal, etc.). Então peça aos participantes que escolham, um depois do outro, o objeto que melhor os representam e que se dirijam ao grupo explicando as suas escolhas.

FICHA INDICATIVA 313 Atividades para grupos de apoio

LIDAR COM O QUE OS OUTROS DIZEM

Com frequência, as pessoas do entorno imediato das famílias têm dificuldade em lidar com essas famílias, que também estão sujeitas a muitos lugares-comuns (por exemplo, que deveriam aceitar a “realidade”).

Finalidade

- Ver como as famílias lidam com o que os outros lhes dizem.
- Que as famílias troquem as suas experiências nesse sentido.
- Ajudar as famílias a melhorarem a sua interação com as pessoas do seu entorno imediato.

Materiais necessários

- Pequenos cartões coloridos
- Quadro branco
- Fita adesiva para afixar os cartões no quadro
- Pequenos pontos coloridos (vermelhos e verdes)

Como proceder

Discussão em grupo

1. As famílias são divididas em dois grupos e cada grupo deve fazer uma lista de palavras e clichês, positivos ou negativos, que eles escutaram sobre a sua situação.
2. Essas palavras são escritas nos cartões e depois coladas no quadro.
3. Todos os participantes comentam sobre cada palavra ou frase, dizendo se são úteis ou não (marque as expressões inúteis com os pontos vermelhos e as úteis com os verdes).
4. Para as palavras e frases marcadas com pontos vermelhos, cada grupo tem que oferecer alternativas que possam ser mais úteis.

FICHA INDICATIVA 313 Atividades para grupos de apoio (cont.)

Interpretação de papéis

1. Encene uma interação ou uma situação que você quer discutir.
2. Peça que eles escolham o cenário e os jogadores, e depois que atuem.
3. Discuta como se sentiram as pessoas que participaram do exercício de interpretação de papéis, e o que foi útil e o que não foi no encontro simulado por elas.
4. Discuta as impressões do grupo sobre o exercício e tente definir mensagens essenciais.

O mesmo tipo de exercício pode ser também adaptado para outros temas: por exemplo, um exercício de encenação sobre contar para os filhos acerca do seu parente desaparecido.

INCENTIVO MÚTUO A FAZER COISAS QUE DÃO PRAZER

As famílias em grupos de apoio podem incentivar umas às outras a reservar um tempo para si próprias e dar uma trégua às suas preocupações sem se sentirem culpadas.

Finalidade

- Aumentar as habilidades para lidar com a situação incentivando as pessoas a dedicar um tempo a si mesmas e prestar atenção às suas próprias necessidades.
- Desenvolver uma dinâmica de grupo.
- Incentivar a autoexpressão e a ajuda mútua.

Materiais necessários

- Pequenos pedaços de papel, canetas
- Tigela
- Quadro branco (para a variação)

Como proceder

1. Dê um pedaço de papel a cada participante, onde eles escreverão o que mais gostam de fazer.
2. Coloque os pedaços de papel em uma tigela.
3. Cada participante terá que pegar um pedaço de papel da tigela.
4. Os participantes se revezarão para representar, através de mímica, as atividades listadas nos papéis. Os outros tentam adivinhar de qual atividade se trata.
5. Antes de pegar o seu pedaço de papel, a pessoa cuja atividade favorita foi representada tem de se identificar.
6. Os outros então incentivam e, se for necessário, se oferecem a ajudar essa pessoa a fazer essa atividade em particular, tanto quanto possível, até o próximo encontro. Quem pegou o pedaço de papel da tigela tem a tarefa de perguntar, no próximo encontro, se a pessoa pôde fazer o que mais gosta.

Varição: Lidar com o estresse

1. Os participantes escrevem uma ou duas sugestões para lidar com o estresse ou outra situação difícil.
2. O facilitador lê as sugestões em voz alta e as expõe no quadro branco.
3. O grupo discute as várias sugestões e decide qual é a mais original ou a mais útil.
4. Cada membro do grupo escolhe um método sugerido por outra pessoa e promete tentá-lo até o próximo encontro.

MURO DE GRAFITE

“Cole uma grande folha de papel em um muro e deixe um conjunto de canetas hidrocor (amarradas com um barbante). Todos podem escrever ou desenhar qualquer coisa quando quiserem. Bom para desabafar e expressar ideias de forma anônima.” (Liebmann, 2004).

A folha de papel pode permanecer no muro enquanto o grupo existir. De vez em quando, facilitadores e participantes podem discutir o que está escrito ou desenhado na parede.

FICHA INDICATIVA 314 Atividades recreativas

ATIVIDADES AO AR LIVRE*

Finalidade

As atividades ao ar livre podem dar aos familiares a oportunidade de deixar as dificuldades diárias para trás, por um tempo, e desfrutar de si mesmas. Mas é importante que essas atividades façam ainda mais. Também devem permitir que as famílias compartilhem informações com outras na mesma situação e estabeleçam laços com elas. Encontrar outras famílias durante essas atividades pode contribuir à ajuda mútua porque os familiares conhecerão uns aos outros e trocarão experiências e informações em um ambiente livre de estresse.

Dicas para a organização

- As atividades podem ser organizadas por uma comissão formada por familiares, garantindo assim o seu pleno envolvimento no processo.
- De preferência, todos os participantes devem concordar sobre aonde ir e o que fazer.
- Pode-se organizar posteriormente uma discussão em grupo sobre os resultados positivos da atividade.
- Atividades criativas também podem ser introduzidas nessas ocasiões; os materiais ou equipamentos necessários devem ser obtidos de antemão.

Não é absolutamente necessário que as famílias falem sobre os seus parentes desaparecidos; mas esse tema não deve ser evitado de forma deliberada. A natureza informal e casual do encontro talvez incentive as pessoas a conversar sobre os parentes desaparecidos, e isto não deve ser desalentado.

* Qualquer atividade recreativa realizada ao ar livre.

FICHA INDICATIVA 315 Organização de atividades criativas

FINALIDADE

- Envolver os indivíduos em atividades que sejam agradáveis e que possam ajudá-los a desenvolver novos interesses.
- Incentivar os familiares a:*

 - explorar modos não verbais de expressar ideias e sentimentos; isto é particularmente útil para aqueles que têm dificuldade de se comunicar verbalmente;
 - expressar emoções dolorosas livremente e à sua maneira, o que pode lhes dar algum alívio;
 - explorar um lado até então negligenciado das suas personalidades, talvez, e liberar as suas energias criativas; se participam dessas atividades regularmente, eles podem ser capazes de lidar com as suas dificuldades diárias de forma mais eficaz; o prazer que sentem durante essas atividades pode se difundir para os outros âmbitos das suas vidas;
 - comunicar-se e expressar-se em um grupo;
 - abrir-se uns aos outros e fortalecer os seus sentimentos de solidariedade (especialmente através de atividades compartilhadas, como os jogos de encenação).

- Desenvolver a autoestima ao fazer alguma coisa.
- Conscientizar a população (se a atividade envolver a realização de uma apresentação pública de algum tipo: exposição, peça de teatro, etc.).

QUEM DEVERIA ORGANIZAR OU DIRIGIR ESSAS ATIVIDADES

Artistas podem ajudar os participantes a usar uma maneira artística – desenho, pintura, escrita, teatro, etc. – para expressar os seus pensamentos e sentimentos.

Acompanhantes podem oferecer o cenário (espaço e materiais) para tais atividades; também podem incentivar as pessoas a participar delas, já que alguns adultos podem achá-las infantis e inadequadas.

Profissionais de saúde mental que lidam com pessoas enlutadas também usam a arte para finalidades terapêuticas.

DICAS

- As pessoas não devem ser obrigadas a encenar ou expressar os seus sentimentos através da arte a menos que estejam prontas.
- Atividades do gênero podem resultar em uma explosão de emoções. Um acompanhante não treinado não deve se aventurar nessa área.
- **Número de participantes por sessão de grupo: 5-10**

* Para mais informações, ver Hill, M.A. Healing Grief through Art: Art Therapy Bereavement Group Workshops – <http://www.drawntogether.com>

FICHA INDICATIVA 316 Atividades criativas: Desenho

Descrição

- LIVRE: Os participantes podem desenhar o que quiserem
- COLETIVA: Todo o grupo faz um desenho
- TEMÁTICA: O grupo ou o facilitador escolhe o assunto

DESENHOS LIVRES E TEMÁTICOS

Material necessário

- Papel, materiais coloridos (aquarelas, lápis de cor, lápis de cera, etc.)
- Esponjas

Como proceder

INÍCIO

- O facilitador se apresenta e explica a finalidade da atividade. Ao introduzir o tópico, diz algo como: “Hoje tentaremos fazer algo diferente. Alguns de vocês acharão estranho ou infantil pintar um desenho, mas, uma vez que estiverem absorvidos por isso, descobrirão como pode ser relaxante e tranquilizador. Pintar ajuda que nos expressemos de uma forma que as palavras não fazem. Às vezes, leva-nos a comunicar importantes mensagens sobre nós mesmos aos demais. O ponto é não fazer uma obra de arte, mas pintar ou desenhar algo que genuinamente expressa o que você quer. Posso pedir que cada um de vocês faça o esforço e que também não julgue o que os outros fazem?”

A ATIVIDADE

- Pede-se que cada participante faça um desenho da sua escolha ou de algo relacionado com o assunto escolhido. Desenhos temáticos podem incluir uma grande variedade de temas. Desenhos que são estreitamente relacionados com a situação dos participantes devem ser tratados com grande cuidado.
- Um acompanhante não deve tentar interpretar os desenhos.
- No final, se os participantes estiverem dispostos, podem dar um título ao seu desenho e explicar aos demais o que eles tentaram expressar.
- Os participantes são incentivados a dizer o que pensam dos desenhos dos demais. No entanto, devem ser lembrados de que os pontos de vista de cada pessoa foram formados pelas suas próprias experiências e que a opinião de uma pessoa nem sempre corresponde ao significado pretendido por outra.

CONCLUSÃO

- Pede-se aos participantes que deem as suas impressões: O exercício foi diferente do que esperavam? Foi útil? De que maneira?
- A abordagem descrita acima pode ser aplicada a um exercício envolvendo colagem. Em vez de usar materiais coloridos, os participantes podem cortar fotos de jornais e revistas e juntá-los em um pedaço de papel.
- **Pode ser útil reservar um tempo para conversar, individualmente, com participantes que tiveram problema com o exercício.**

VARIAÇÃO 1: PINTANDO AO SOM DE MÚSICA

Descrição

- Pintar enquanto escutam música. Esse é um exercício muito relaxante e tranquilizador.

Materiais necessários

- Papel, materiais coloridos (aquarelas, lápis de cor, lápis de cera, etc.)
- Esponjas
- Mesas e cadeiras
- Música

Como proceder

1. Dedique um momento para escutar a música.
2. Em seguida, toque a música de novo e peça ao grupo que desenhe o que quer que a música os inspire (p.ex., pinturas abstratas representando o ritmo da música).
3. No final, discuta o que sentiram durante o exercício.

VARIAÇÃO 2: AUTORRETRATOS DIVERTIDOS

Os participantes fazem desenhos ou pinturas bem-humorados de si mesmos e dão títulos aos trabalhos. Os desenhos e pinturas são então pendurados na parede. Esse é um bom exercício para deixar as pessoas à vontade e deixa o clima mais leve. Também pode ser usado como exercício de aquecimento.

VARIAÇÃO 3: PAISAGENS

Os participantes desenharam ou pintam paisagens (uma ilha, uma praia, etc.) que simbolize algo importante para eles. Depois, cada participante explica a sua escolha ao grupo. Essa é uma boa maneira de fazer as pessoas dizerem mais sobre si mesmas.

DESENHOS COLETIVOS**Descrição**

- Cada participante recebe uma parte ao fazer o desenho:
 - Eles podem escolher uma pequena porção da folha de papel ou um espaço na parede para si próprios.
 - Podem completar um desenho feito por outros participantes.
 - Cada etapa do processo pode ser dividida entre os membros do grupo (desenhar, colorir, representar um evento ou tema específico, etc.)

Materiais necessários

- Uma folha de papel ou um muro, dependendo do desenho
- Tintas, pincéis
- Esponjas
- Lápis, etc.

Como proceder**INÍCIO**

- Pergunte ao grupo sobre:
 - O tema que escolheram e a execução do desenho
 - Se há determinadas mensagens e/ou sentimentos que queiram expressar
 - A localização do desenho ou da pintura concluída e para quem deveriam ser mostrados
 - O efeito que esperam que tenha

A ATIVIDADE

- Dê ao grupo uma grande folha de papel ou escolha o lugar para o mural (um espaço em um muro ou parede pode ser encontrado na comunidade e muitas pessoas podem participar escolhendo o local).
- Distribua tarefas de acordo com o processo: por exemplo, cada membro do grupo escolhe um canto para desenhar ou pintar, ou uma parte do desenho ou da pintura para trabalhar sobre ela.
- Os participantes podem trabalhar em pares.
- Observe como os membros do grupo se comunicam entre si.

CONCLUSÃO

- Pergunte aos participantes se o exercício atendeu às suas expectativas e se os seus pensamentos ou mensagens foram claramente mostrados (especialmente se o processo de desenhar ou pintar foi cumulativo).
- Quais são os seus sentimentos sobre o exercício? Ele foi útil? De que maneira?
- Quais as suas impressões sobre a dinâmica de grupo?

FICHA INDICATIVA 316 Atividades criativas: Desenho (cont.)

- O grau de cooperação dentro do grupo foi satisfatório?
- Quanto diferente é esse tipo de esforço de grupo em comparação com pintar ou desenhar por si mesmo?
- Planeje os próximos passos, se houver (particularmente, se o trabalho concluído é para ser exibido).

DICAS

- O mural (ou a pintura) pode ser apresentado ou exibido em uma ocasião especial (p.ex., no Dia Internacional dos Desaparecidos).
- Essa atividade pode ser particularmente interessante para adolescentes: pode ser uma forma para que compreendam eventos no passado. Por exemplo, a realização de um mural exigiria que fizessem perguntas e pesquisassem.

VARIAÇÃO 1. PINTURA PROGRESSIVA

Os participantes se revezam, cada um acrescentando a sua parte à pintura: por exemplo, um membro do grupo desenha algumas formas na folha de papel e passa para a pessoa à sua esquerda ou direita, que fará o mesmo, e assim por diante até que o trabalho seja concluído.

Pode-se realizar uma discussão, no final do exercício, para falar sobre coisas como: o que a primeira pessoa tinha em mente; como o trabalho foi se desenvolvendo; e o produto terminado.

VARIAÇÃO 2. RETALHOS

A folha de papel é dividida em quadrados, e cada participante desenha algo que o simbolize em um quadrado. Em seguida, o grupo discute os resultados.

VARIAÇÃO 3. RABISCAR, RASGAR E RECONSTRUIR (LIEBMANN, 2004)

Os participantes rabiscam em uma grande folha de papel, que eles cortam em pedaços. Cada participante então pega alguns pedaços e tenta fazer um uso criativo deles.

VARIAÇÃO 4. SOLUÇÃO DE PROBLEMAS EM GRUPO (LIEBMANN, 2004)

Um participante faz um desenho de uma situação difícil, que ele depois descreve. Outros membros do grupo fazem melhorias no desenho e as discutem, até que a melhor representação possível seja alcançada.

É um bom exercício para enfatizar a interação, a cooperação e a ajuda mútua.

FICHA INDICATIVA 317 Atividades criativas: Redação/Narração

Atividades de narrativa/escrita

1. Ler e discutir histórias em grupo.
2. Escrever experiências pessoais como histórias (ou poemas).
3. Escrever uma história em conjunto, como um grupo.

Finalidade

- Dar aos participantes a oportunidade de contar as suas próprias histórias, dividi-las com os outros e/ou expressar as suas preocupações e sentimentos.
- Estimular a discussão entre os participantes e compartilhar experiências emocionais.
- Proporcionar a oportunidade de homenagear a memória dos Desaparecidos e recuperar o lugar que ocupavam na história das suas famílias ou comunidades.
- Conscientizar sobre a questão das pessoas desaparecidas e sobre o impacto do desaparecimento nas suas famílias (o que somente será possível se as histórias ou poemas forem publicados).

Recursos

- Fontes literárias para histórias que possam estimular uma discussão.
- A experiência pessoal dos participantes.
- Um bom narrador (uma pessoa mais velha, um contador de histórias profissional, etc.) ou um escritor que pode auxiliar o facilitador ajudando os participantes a se expressarem escrevendo histórias.

COMO PROCEDER

Ler histórias

- Uma pessoa do grupo, o facilitador ou um convidado lê uma história, que os participantes então discutem.
 - A história deveria ter algo em comum com a situação dos participantes e/ou conter ideias pertinentes que possam ser discutidas: histórias de resiliência humana, por exemplo, podem ser muito úteis.
 - Também podem-se usar artigos pertinentes sobre eventos em outros países.
- A discussão pode se desenvolver ao longo dessas linhas:
 - O que eles acharam dos personagens;
 - O que acharam particularmente inspirador;
 - Que elementos da história coincidem com as suas próprias experiências;
 - O que eles teriam feito se tivessem sido confrontados com a situação em que os personagens se encontram;
 - As lições a serem aprendidas com a história (tente ressaltar as ideias mais importantes).

Compor uma história

- Os integrantes do grupo escreverão uma história juntos: alguém propõe o início e os demais se revezam para complementá-lo.
- A composição coletiva de uma narrativa, oral ou escrita, pode dar às famílias a oportunidade de focar nas suas experiências compartilhadas; poderia ajudá-las a se sentir parte de um grupo e a ver que a sua história também é parte da história da comunidade.
- **Varição 1: Pintar a história:** a mesma história também pode ser representada em uma pintura de grupo (*Ver seção 3, Ficha Indicativa 316: Atividades criativas: Desenho, p. 120*).
- **Varição 2: Dramatizar a história:** com (ou sem) a ajuda de um dramaturgo, a história pode ser apresentada ao público como uma peça de teatro, talvez em ocasiões especiais.
- A peça não tem que ser sobre a pessoa desaparecida.

Poemas e histórias

Os poemas ou histórias escritos por indivíduos podem ser lidos ao grupo, discutidos por participantes e, posteriormente, inclusive publicados em um boletim, jornal local, etc.

Histórias sobre a pessoa desaparecida

Biografias curtas da pessoa desaparecida e histórias sobre ela podem enfatizar a pessoa e não o seu desaparecimento. Podem ser publicadas como um folheto ou em um jornal, ou distribuídas em ocasiões especiais e cerimônias importantes.

FICHA INDICATIVA 318 Ajudar as famílias a organizarem celebrações ou rituais simbólicos/tradicionais/religiosos

DESCRIÇÃO

Celebrações e rituais são ações que têm sido codificadas por crenças culturais e atitudes sociais. A sua finalidade é dar significado a uma situação ou evento.

Da perspectiva das famílias, celebrações e rituais podem servir a certos propósitos definidos no que diz respeito:

- à pessoa desaparecida: ao honrar ou celebrar a sua memória, apaziguar a sua alma, marcar a sua partida ou ausência, expressar pesar ou dor, restaurar o seu lugar na unidade familiar, etc.
- à comunidade: ao expressar publicamente tristeza, mostrar o valor dispensado à pessoa desaparecida e reafirmar o seu lugar na comunidade, mostrar respeito quanto aos valores e crenças coletivos, incentivar empatia e entendimento, etc.

As famílias também podem criar pequenos rituais por si mesmas ou usar os existentes desde que as ajudem a lidar com a sua dor. Conforme as tradições e os preceitos religiosos, essas cerimônias podem ser íntimas ou contar com líderes religiosos ou outras figuras importantes da comunidade.

Podem-se organizar celebrações ou rituais dentro de uma única família; não precisam incluir outras famílias na mesma situação.

FINALIDADE

- Dar às famílias a oportunidade de cumprir uma das obrigações descritas acima (p.ex., homenagear e/ou recordar os seus parentes desaparecidos).
- Promover a interação entre os familiares (p.ex., dividindo as suas lembranças da pessoa desaparecida).
- Incentivá-las a retomar a sua vida social.
- Permitir que recuperem uma sensação de normalidade, sem sentir culpa por querer viver como outros membros da sua comunidade.
- Fortalecer o sentimento de pertencimento a um grupo.

DICAS

Para uma celebração organizada conjuntamente com outras famílias:

- é importante explicar os objetivos dessa celebração conjunta às famílias;
- uma celebração conjunta teria maior valor se as famílias a organizassem por si mesmas;
- não é necessário que os acompanhantes organizem as celebrações religiosas. De fato, quando são organizadas por pessoas da comunidade que são de fora do círculo de ajudantes, as famílias podem tomar isso como um incentivo para se aproximar da sua própria comunidade.

FICHA INDICATIVA 319 Mobilização de uma rede de apoio

FINALIDADE

- Aumentar ou facilitar o acesso aos serviços disponíveis.
- Ajudar as famílias a lidar com os problemas diários (médicos, sociais, legais, etc.).
- Aumentar o entendimento da comunidade sobre os problemas enfrentados pelas famílias, e portanto criar um ambiente de apoio.

COMO PROCEDER

Entre em contato com prestadores de serviço e estabeleça uma rede

- Identifique prestadores de serviço do setor público, associações, etc.
- Identifique as pessoas essenciais em cada prestador de serviço e estabeleça contato com elas.
- Fortaleça o conhecimento e o entendimento entre esses prestadores de serviço, explicando as questões relacionadas com as famílias, e junto com eles encontre maneiras de permitir que as famílias se beneficiem dos serviços.
- Prepare folhas de contato (ver abaixo) e disponibilize as informações para as famílias e os parceiros.
- Envolve as pessoas essenciais das prestadoras de serviço em sessões informativas, para estabelecer um vínculo entre elas e as famílias.

Entre em contato com as famílias

Atividades sugeridas para promover o uso dos serviços

- Sessões informativas regulares sobre vários serviços
- Visitas domiciliares
- Distribuição de boletins ou folhas de contatos contendo informações
- Distribuição de folhetos descrevendo os serviços existentes
- Acompanhamento (se necessário) das famílias aos lugares onde os serviços são prestados
- Dar seguimento em caso de problemas

MODELO DE FOLHA DE CONTATO (PARA O ACOMPANHANTE)

Nome da associação/serviço público/ONG

Pessoa(s) de contato

Tipos de serviços prestados

Recursos humanos disponíveis (Tipos de especialistas/profissionais psicossociais/outros) e contatos diretos

Procedimentos de trabalho (Cobrança por serviços, horas de trabalho, etc.)

Experiência prévia com as famílias de pessoas desaparecidas

Atitudes dos beneficiários para esse tipo de serviço

Ação necessária para fortalecer:

- o seu entendimento sobre a situação das famílias;
- o acesso e o uso que as famílias fazem do(s) serviço(s).

FICHA INDICATIVA 320 Aumentar a conscientização

FINALIDADE

- Chamar a atenção para o problema e ampliar o espectro de assistência.
- Promover a compreensão e o reconhecimento das dificuldades das famílias a fim de conseguir apoio do seu entorno imediato.
- Mobilizar as autoridades locais e a comunidade internacional para enfrentar o problema das pessoas desaparecidas.
- Incentivar ativamente o estabelecimento de mecanismos nacionais para lidar com a questão.
- Reduzir a carga das famílias (recordando a pessoa desaparecida e honrando a sua memória).

ATIVIDADES

- Exposições/publicações (histórias, poemas, fotografias)
- Programas de debate (TV, rádio), entrevistas
- Cartazes, folhetos informativos
- Artigos de jornal
- Documentários

Exposições/publicações

Podem-se organizar **exposições de arte produzida pelas famílias** (p.ex., durante oficinas criativas). Podem-se publicar, distribuir e inclusive vender coleções de poemas e trabalhos artísticos produzidos pelas famílias. Famílias que comparecem à exposição podem estar dispostas a contar as suas histórias através dos meios de comunicação.

Programas de debate

TV e rádio: Podem-se convidar especialistas (p.ex., psicólogos, advogados, pessoas que ajudam as famílias, etc.) e familiares de pessoas desaparecidas para discutir a questão do desaparecimento e as suas consequências. Isto poderia dar aos telespectadores e ouvintes (incluindo outros cujos parentes estão desaparecidos) a chance de se comunicar com o programa e falar diretamente com os convidados.

Documentários

Podem-se exibir **documentários** sobre pessoas desaparecidas (disponíveis no CICV*) ao público. Se as famílias comparecerem a esses eventos, terão a oportunidade de expressar os seus pontos de vista e descrever as suas experiências. A cobertura da mídia pode aumentar o impacto do evento.

Artigos de jornal

Artigos sobre as vidas das pessoas desaparecidas podem ajudar a sensibilizar os leitores. Esses artigos também podem chamar atenção para a situação das famílias desde o desaparecimento dos seus parentes.

Cartazes, folhetos

- **Podem-se usar cartazes com mensagens** essenciais ou nomes e fotos de pessoas desaparecidas para comunicar dados vitais.
- Embora os eventos de conscientização possam ser agendados para qualquer dia escolhido pelos organizadores, certas ocasiões têm vantagens óbvias:
 - Dia Internacional dos Desaparecidos (30 de agosto)
 - Datas nacionais importantes (Dia da Memória, Dia do Armistício, etc., ou os seus equivalentes)

Como proceder

- **Organize uma comissão** em que as famílias sejam incluídas. A participação delas é vital, já que são o coração do projeto.

- **Pergunte às famílias** (não apenas àquelas da comissão):
 - como as pessoas desaparecidas deveriam ser lembradas ou mencionadas. Certifique-se de que haja respeito pela confidencialidade/anonimato, caso seja pedido.
 - que mensagens elas gostariam de trazer à tona.

Se for possível, reúna sugestões durante as visitas domiciliares ou quando você se encontrar com as famílias.

- **Certifique-se de que as atividades sejam culturalmente adequadas** e atendam às verdadeiras necessidades das famílias.
- **Envolva (se for possível ou útil) as autoridades locais** e os membros essenciais da comunidade na organização do evento ou atividade.

Lembre-se de que as histórias das famílias podem ser usadas para fins políticos.

* Visite o website do CICV para obter mais informações: www.icrc.org.

FICHA INDICATIVA 321 Encaminhamento a um especialista em saúde mental

ESTABELEÇA CONTATO

- Antes de fazer o encaminhamento, é importante entrar em contato com o especialista e explicar o seu papel e as situações que você observou. Lembre-se: nem todos os profissionais são conscientes dos problemas enfrentados por esse grupo em particular.
- Entenda como essa pessoa pode ser útil.
- A pessoa que faz o encaminhamento deve acreditar que o especialista pode ajudar as famílias de pessoas desaparecidas.

AVALIE SE O LOCAL É ADEQUADO

- Certifique-se de que o local de trabalho do especialista não acabe distraindo ou indispondo os familiares. Por exemplo, estabelecimentos psiquiátricos podem não ser os locais mais adequados para se reunir com as famílias.

TENHA TATO

- Aborde o tema com a maior delicadeza possível. Você pode dizer algo assim às famílias: **“Às vezes, é difícil para as pessoas contarem aos demais o que estão passando. Isto acontece com todos nós e às vezes é bom que alguém de fora nos escute, escute os nossos problemas, para ver as coisas de um jeito diferente: pessoas experientes que sabem como lidar com esse tipo de sofrimento. Isso não significa que você está louco.”***
- Um acompanhante deve estar preparado para fortes reações, especialmente a rejeição.
- Ele deve:
 - fazer um encaminhamento somente após estabelecer um determinado nível de confiança com o familiar e apenas se estiver convencido de que os serviços do especialista são pertinentes às dificuldades do familiar e que poderiam ser úteis;
 - explicar claramente como o profissional de saúde mental pode ser útil;
 - não fazer promessas precipitadas ao familiar (por exemplo, “Isso resolverá todos os seus problemas!”).

Se os familiares se recusarem a consultar um especialista, mostre que você está disponível para discutir o assunto depois, quando quiserem. Você também pode propor outras soluções, como consultar um clínico geral.

* De um documento interno do CICV: Photo-book: Psychosocial aspects, abril de 2001.

4. ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS DURANTE A RECUPERAÇÃO E A IDENTIFICAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS

Introdução

Para as famílias daqueles que desapareceram, a incerteza sobre se o ente querido está morto ou vivo é angustiante. A recuperação e a identificação dos restos mortais são essenciais para responder a essa questão. Quando um desaparecimento resulta de um conflito armado ou violência política, esse processo também serve como uma resposta aos desejos das vítimas de estabelecer responsabilidade pelo crime e ver a justiça, no seu sentido mais amplo, sendo feita.

Os familiares são muitas vezes a força mais veemente na busca do esclarecimento da sorte das pessoas desaparecidas. Na maioria dos casos, eles são novos nisso: não sabem nada sobre os aspectos técnicos e procedimentais do processo. No entanto, as suas contribuições e o seu envolvimento no processo de recuperação e identificação são importantes e devem ser promovidos.

As autoridades têm a responsabilidade primária pelo tratamento, a exumação e a identificação dos restos. Normalmente, a identificação dos restos é uma parte integral da investigação criminal e caminha lado a lado com a determinação da causa da morte. Em um contexto de conflito armado e violência política, em particular quando a investigação envolve a exumação de valas comuns (e quando a causa da morte possa já ser conhecida), a identificação torna-se uma tarefa muito mais difícil e de alto consumo de recursos. Em tais casos, outras agências podem ter que assumir esse papel e levar peritos forenses para o local. “Ciência forense” é um termo coletivo para um grupo de disciplinas que inclui patologia forense, arqueologia forense, antropologia forense, radiologia forense e assim por diante.

Os restos mortais podem ser identificados de três maneiras:

- I. **Visual** ou normal ou habitual (familiares ou conhecidos examinam os restos, objetos, documentos de identidade ou marcas).
- II. **Evidência circunstancial** (mediante comparação de dados *ante mortem* com informações reunidas durante o exame dos restos).
- III. **Científica/objetiva** (através do uso de registros dentários, impressões digitais ou DNA).

Esses três métodos não necessariamente seguem essa sequência, mas a prática comum é que, à medida que a identificação visual se torna mais difícil, a ênfase passe do “I” para o “II” e para o “III”. Sempre que possível, deve-se complementar a identificação visual com a identificação de um dos outros dois métodos¹³.

Nesta seção, nos concentraremos particularmente nos últimos dois métodos de investigação.

Principais etapas do processo de recuperação e identificação dos restos mortais

Quando se acredita que uma pessoa desaparecida esteja morta, resolver o caso normalmente envolve trabalhar com duas linhas de investigação:

- Tornar oficialmente conhecido o fato de que uma pessoa está desaparecida, conforme relatado pela sua família, o que começa com o preenchimento de um pedido de busca.
- Identificação forense dos restos mortais.

Essencialmente, trata-se de correlacionar as pessoas que estão desaparecidas com os restos que foram encontrados.

A identificação forense dos restos humanos envolve três etapas principais de investigação:

¹³ *The Missing: Action to Resolve the Problem of People Unaccounted For as a Result of Armed Conflict or Internal Violence and to Assist their Families*, CICV, outubro de 2002.

INFORMAÇÕES

PESQUISA PRÉVIA

É necessária uma investigação preliminar para localizar, avaliar, reunir e organizar todas as informações disponíveis sobre as pessoas desaparecidas. Esses dados podem melhorar o processo de identificação de várias formas: na corroboração de depoimentos de testemunhas sobre o lugar e a época em que uma pessoa desaparecida foi vista pela última vez, no fornecimento de detalhes específicos para comparação com características observadas em restos recuperados, na colaboração com os investigadores para localizar onde a pessoa desaparecida possivelmente foi sepultada, e assim por diante. A pesquisa prévia pode reunir informações em forma oral e documental, de fontes como testemunhas, familiares, autoridades e perpetradores; também pode implicar a coleta e a análise de documentos relacionados com os acontecimentos.

É importante coletar informações sobre a pessoa antes do seu desaparecimento. Os chamados dados *ante mortem* podem ser obtidos com familiares e, algumas vezes, com amigos e colegas.

RECUPERAÇÃO DE RESTOS MORTAIS

A recuperação e a gestão adequadas dos restos e das provas associadas (p.ex., roupas e objetos de uso pessoal) têm importância crucial na identificação forense, auxiliando no esclarecimento da sorte da pessoa em questão.

ANÁLISE LABORATORIAL E RECONCILIAÇÃO

A análise laboratorial e a reconciliação consistem em responder a cinco perguntas principais:

- Esses restos são humanos ou não?
- Estão relacionados com o conflito/desastre em questão?
- A quantos indivíduos correspondem?
- Quem são? Quais são as suas IDENTIDADES?
- Qual foi a causa da morte?

Na prática, essas etapas nem sempre ocorrem em ordem cronológica e às vezes se sobrepõem. Por exemplo, a pesquisa prévia pode começar a qualquer momento (mas quanto antes a investigação preliminar começar, melhor) e deveria continuar até que a pessoa seja encontrada ou até que os seus restos sejam identificados e devolvidos à família.

É errado pensar na recuperação como a fase mais crucial e como algo que precisa ser feito o mais breve possível. De fato, não é nem o início nem o fim da investigação. Se os outros métodos investigativos tampouco forem empregados, muitos conjuntos de restos permanecerão não identificados após a recuperação, já que não se saberá o suficiente sobre os antecedentes do lugar ou das vítimas.

A identificação genuína geralmente ocorre durante análises em laboratório, quando as informações obtidas dos restos mortais são comparadas com as fornecidas pelas famílias das pessoas desaparecidas.

Ajudar as famílias – do início ao fim

As famílias sem dúvida enfrentam momentos difíceis durante o processo de recuperação e identificação, pois serão obrigadas a encarar a possibilidade de que o seu ente querido esteja morto. O processo pode reviver memórias dolorosas e causar intenso sofrimento emocional, para o qual elas podem não estar preparadas.

Isto é particularmente suscetível de acontecer quando as famílias:

- são solicitadas a fornecer informações (físicas) sobre o seu parente (coleta de informações *ante mortem* ou entrevista *ante mortem*);
- fornecem uma amostra de sangue ou saliva para exames de DNA;
- estão presentes na recuperação dos restos e/ou são solicitadas a olhar para os restos e pertences pessoais;
- recebem o anúncio da morte do seu ente querido;
- recebem os restos do seu ente querido.

Nem todos os indivíduos, e particularmente nem todos os familiares, serão igualmente afetados por esses eventos. Algumas pessoas têm os recursos (famílias ou amigos que prestam apoio) para suportar essas ocasiões difíceis ou prepararam-se para enfrentar o fato da morte do seu parente; outras precisarão ser acompanhadas mais de perto. A prática mostra que em situações assim o apoio comunitário é essencial, assim como a presença de pessoas que as famílias conhecem e nas quais confiam. Especialistas em saúde mental podem ser necessários para ajudar aqueles que têm especial dificuldade em lidar com a situação.

 [Ver Seção 4, Ficha Indicativa 401: O papel do acompanhante, p. 148.](#)

Acompanhar as famílias nesses casos significará garantir que:

- estejam preparadas para cada passo do processo em que participam (uma entrevista *ante mortem*, a verdadeira recuperação, a identificação e/ou a entrega dos restos, etc.);
- recebam informações adequadas e assistência, se estiverem disponíveis;
- não deixem a cena de uma experiência difícil sozinhas e que sejam capazes de compartilhar a sua experiência com uma rede social de apoio (outras famílias de pessoas desaparecidas, outros familiares, amigos, vizinhos, membros da sua comunidade, etc.).

Os acompanhantes devem também determinar qual o seu papel no processo de recuperação e identificação, assim como as suas limitações. Isto pode significar refletir sobre se têm a capacidade de lidar com esses momentos difíceis, que podem fazê-los recordar as suas próprias experiências dolorosas (se, por exemplo, eles também tiverem parentes que estão desaparecidos).

1. Pesquisa prévia

Embora geralmente considerada como o primeiro passo de uma investigação forense, a pesquisa prévia pode começar a qualquer momento (mas quanto antes a investigação preliminar começar, melhor) e deveria continuar até que a pessoa seja encontrada ou até que os seus restos sejam identificados e devolvidos à família¹⁴.

1.1. Investigações preliminares

É necessária uma investigação preliminar para localizar, avaliar, reunir e organizar todas as informações disponíveis sobre pessoas desaparecidas. Essas informações podem ajudar no processo de identificação de várias maneiras como, por exemplo:

- Na corroboração dos depoimentos de testemunhas sobre o lugar e a época em que a pessoa desaparecida foi vista pela última vez;
- No fornecimento de dados específicos para comparação com as características observadas em restos mortais recuperados;
- Na colaboração com os investigadores para localizar onde a pessoa desaparecida possivelmente foi sepultada.

A pesquisa prévia pode ser feita a partir de várias fontes, como entrevistas ou registros escritos.

● FONTES ORAIS (ENTREVISTAS):

- Familiares
- Testemunhas
- Amigos
- Ativistas
- Dentistas
- Médicos
- Outros

● REGISTROS ESCRITOS:

- Relatórios jurídicos
- Boletins e arquivos policiais e militares
- Laudos de autópsia
- Impressões digitais

¹⁴ Consultar a Divisão de Assistência do CICV para mais orientação na realização de pesquisa prévia sobre pessoas desaparecidas ou de restos não identificados.

- Fotografias
- Atestados de óbito
- Registros do cemitério
- Fotografias por satélite
- Artigos da imprensa
- Relatórios de ONGs
- Outras fontes

1.2 Dados ante mortem e amostras biológicas

É importante coletar as informações sobre a pessoa antes do seu desaparecimento. Os chamados dados *ante mortem* (AM)¹⁵ podem ser obtidos com familiares e, algumas vezes, com amigos íntimos e colegas. Os dados AM sobre uma pessoa desaparecida geralmente incluem as seguintes informações:

- Informações gerais de cunho pessoal e social (nome, idade, endereço, local de trabalho, estado civil, etc.)
- Aparência física (altura, peso, cor dos olhos, cor do cabelo, etc.)
- Históricos médico e dental (fraturas, doenças, dentes faltantes, coroas dentárias, obturações, etc.)
- Características distintivas (hábitos [p.ex., fumante de cachimbo], cicatrizes, marcas de nascença ou tatuagens, etc.)
- As roupas e outros itens pessoais que a pessoa desaparecida vestia ou portava quando foi vista pela última vez
- Quaisquer circunstâncias relacionadas com o desaparecimento

A “entrevista *ante mortem*” é um dos primeiros entre os momentos difíceis que têm de ser suportados por famílias que são convidadas a fornecer informações sobre as características físicas de um parente desaparecido; essas famílias também serão convidadas a informar sobre as circunstâncias do desaparecimento. Essas informações serão comparadas com as coletadas durante o exame *post mortem* dos restos. A entrevista *ante mortem* é importante não apenas por causa dos dados coletados – que podem ser cruciais para o processo de identificação – mas também porque dá às famílias a chance de contar a sua história.

Além dos dados AM, amostras biológicas (DNA) dos familiares de uma pessoa desaparecida (e/ou amostras da pessoa desaparecida adquiridas antes do seu desaparecimento) podem ser coletadas para o processo de identificação. A análise de DNA deve ser empregada quando outras técnicas se mostrarem inadequadas.

As pessoas herdam o seu DNA diretamente dos pais. Nenhuma pessoa possui um DNA exatamente igual ao de outra (exceto os gêmeos monozigóticos ou idênticos).¹⁶ A singularidade do DNA de cada pessoa faz com que a sua análise seja uma ferramenta poderosa para identificar restos mortais.

[!\[\]\(932003918901e734166466f5fbaccbba_img.jpg\) Ver Seção 4, Ficha Informativa 4.1: DNA, p. 142.](#)

[!\[\]\(2ea9c979bff66863481b8c0c959cd69d_img.jpg\) Ver Seção 4, Ficha Indicativa 402: Acompanhamento das famílias – do início ao fim, p. 150.](#)

[!\[\]\(d1b750849daa00525e478d135ad6e16c_img.jpg\) Ver Seção 4, Ficha Indicativa 403: Respostas adequadas a reações emocionais, p. 154.](#)

¹⁵ Em consonância com o Programa de Ação Humanitária adotado na 28ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, a Divisão de Assistência do CICV formulou um Modelo de Notificação Padrão (SRF) para a coleta de dados *ante mortem*, e uma base de dados *ante mortem/post mortem* (Base de Dados AM/PM) para o tratamento adequado dos dados sobre pessoas desaparecidas.

¹⁶ Refere-se apenas ao DNA nuclear. O DNA mitocondrial (mtDNA) é herdado somente da mãe e geralmente é idêntico entre todos os parentes maternos.

CASO

Por 12 longos anos, Dzidza viveu na esperança de encontrar os dois filhos e o marido vivos depois que eles desapareceram em Srebrenica, em 1995. Quando o DNA se tornou um método para comparar uma amostra de sangue de um parente vivo com uma obtida de um osso recuperado, alguns, como Dzidza, continuaram céticos ou se recusaram a enfrentar a possibilidade de que os seus entes queridos não estivessem vivos. Em 2005, ela finalmente concordou em coletar uma amostra de sangue depois de conversar com um vizinho sobre isso. Dois anos depois, Dzidza recebeu a notícia de que um dos seus filhos havia sido identificado, mas não puderam lhe dizer qual porque os filhos tinham idades muito próximas (Almir nasceu em 1977 e Azmir, em 1974). O seu marido, Abdullah, também foi identificado através de um osso – o único osso dele que foi recuperado da vala comum. Naquele momento, tudo se tingiu de preto ao redor dela, já que os seus medos mais obscuros haviam sido confirmados.

Do website do CICV, abril de 2008.

Ao entrevistar familiares acerca de informações sobre os seus entes queridos, é importante lembrar que essa pode ser uma experiência muito traumática para eles. As pessoas que coletam informações das famílias devem se mostrar atenciosas e dar claras explicações sobre o modo com que os dados AM e o DNA serão usados na identificação forense.

Antes de entrar em contato com as famílias, a pessoa que coleta os dados e o acompanhante devem se familiarizar com o procedimento de coleta de dados AM e DNA a fim de poderem responder às dúvidas das famílias. Também devem se certificar de que as famílias recebam todas as informações necessárias para dar o seu consentimento sobre a participação no processo.

INFORMAÇÕES

As pessoas que não sejam peritos forenses podem coletar dados AM e DNA, mas devem ser capacitadas previamente para assegurar que:

- os dados sejam de alta qualidade e confiáveis (erros na coleta de dados podem gerar problemas no processo de identificação);
- as famílias entendam o processo e recebam assistência emocional durante a coleta;
- elas não fiquem “esgotadas” durante o processo.

1.3 Outras fontes de informação

As famílias e os amigos de pessoas desaparecidas são, com frequência, as fontes mais valiosas de informações prévias ao desaparecimento. Normalmente, os familiares realizam um grande trabalho de investigação por conta própria para descobrir o máximo possível de dados sobre a pessoa, em particular se muitos anos se passaram desde o desaparecimento.

Testemunhas também podem ser uma fonte vital de informação sobre pessoas desaparecidas, fornecendo dados como:

- circunstâncias do desaparecimento;
- informações sobre o sepultamento de restos mortais não identificados;
- dados relativos ao descobrimento de restos mortais não identificados:
 - por atividades de desminagem;
 - construção ou agricultura;
 - outras descobertas por acidente;
- terceiros/boatos sobre túmulos.

2. A recuperação dos restos mortais

De um modo geral, a recuperação de restos mortais compreende três fases:

- Localizar os restos;
- Mapear os restos e todo o local e documentar todas as informações relevantes;

→ Recuperar os restos adequadamente, protegendo-os para o traslado, o que pode ser particularmente difícil se os restos forem provenientes de muitos indivíduos.

Os restos mortais podem ser encontrados em qualquer lugar, tanto em lugares fechados (p.ex., em prédios ou entre os escombros de estruturas colapsadas), como abertos (p.ex., túmulos, no solo, em áreas inundadas, poços ou cavernas). Existem vários métodos e ferramentas para encontrá-los. Contudo, ainda não existe um detector de ossos. Normalmente, as melhores informações sobre a localização dos restos provêm de depoimentos de testemunhas.

O mapeamento e a documentação adequados possibilitam recriar o local de sepultamento caso seja necessário retornar por qualquer motivo e elaborar um mapa no papel (e/ou eletrônico) para fins de coleta de provas, arquivamento e análise. O mapeamento e a documentação de dados, assim como a garantia de gestão e tratamento corretos, são essenciais no processo de recuperação, devendo ser executados por indivíduos capacitados.

A recuperação e a gestão adequadas dos restos e das provas associadas (p.ex., roupas e objetos de uso pessoal) têm importância crucial na identificação forense, auxiliando no esclarecimento da sorte da pessoa em questão.

De modo ideal, os arqueólogos forenses devem ser membros ativos da equipe, em particular quando as circunstâncias de recuperação são complexas (valas comuns, restos espalhados em áreas extensas como quando há acidentes aéreos, etc.). A capacidade e o conhecimento desses especialistas ajudam a garantir uma recuperação adequada dos restos e a coleta do máximo possível de informações para a identificação e outras atividades relacionadas. A recuperação incorreta e a gestão desrespeitosa podem provocar a perda de dados importantes e podem ser extremamente traumáticas para as famílias.

A recuperação adequada possibilita, entre outras coisas:

- A recuperação de todas as provas biológicas e físicas associadas
 - Para ajudar na identificação;
 - Porque esses são os restos dos entes queridos.
- Menos chances de misturar os restos mortais de vários indivíduos encontrados juntos, no mesmo túmulo (“entremescla”).
- A identificação de túmulos profanados e a diferenciação entre túmulos primários e secundários¹⁷.
- Menos danos *post mortem* aos restos mortais.
- Documentação adequada das descobertas.

A recuperação dos restos é importante para as famílias e as comunidades.

[!\[\]\(34a0f644a9833849e47215c8c189f26e_img.jpg\) Ver Ficha Indicativa 402: Acompanhamento das famílias – do início ao fim, p. 150.](#)

[!\[\]\(d758b1e0b977ba61b7d68491db69946a_img.jpg\) Ver Ficha Indicativa 403: Respostas adequadas a reações emocionais, p. 154.](#)

[!\[\]\(dcacdc604dd28ba5c08e932007b53a4d_img.jpg\) Ver Ficha Indicativa 405: Prestação de assistência a um indivíduo em choque emocional, p. 155.](#)

Para as comunidades

A recuperação pode exercer um papel curativo fundamental para comunidades que desejam lidar com o seu passado a fim de poder se reconstruir e se recuperar dos devastadores impactos da guerra. Como resultado da recuperação, as comunidades algumas vezes são capazes de reconstruir fatos que haviam sido escondidos delas por um longo tempo, o que revela a injustiça que tinham sofrido.

¹⁷ Um túmulo primário é o primeiro lugar onde os restos mortais foram enterrados. Um túmulo secundário indica que os restos foram exumados de pelo menos um túmulo anterior.

EXEMPLO

“A assistência no âmbito individual pode ser inútil se a pessoa retorna a uma comunidade que está em estado de luto coletivo. No Zimbábue, por exemplo, a família de uma vítima exumada expressou fortemente a opinião de que o assassinato do seu parente não ofendeu apenas a família em si, mas toda a comunidade. E que, portanto, a comunidade também precisava ser incluída no processo e ser curada”. – M. Blaauw, V. Lähteenmäki, “‘Denial and silence’ or ‘acknowledgement and disclosure’”, *International Review of the Red Cross*, nº. 848, dezembro de 2002.

Para as famílias

- A recuperação pode ajudar a reconstruir as circunstâncias da morte da pessoa desaparecida.
- Dá a elas a sensação de estarem envolvidas no processo e mais próximas dos seus parentes desaparecidos.
- Pode ser – em igual medida – dolorosa e saudável, um estágio necessário na descoberta da verdade.

Com algumas exceções, estar presente quando os restos são recuperados é importante para as famílias. Podem ver com os próprios olhos o que temeram e negaram durante tantos anos. Essa pode ser uma maneira de começar a tomar uma atitude sobre o que têm passado. Quando a recuperação é feita de forma profissional, as famílias veem o cuidado com que os restos são tratados e as habilidades técnicas envolvidas. Isso pode facilitar a sua reconciliação com a situação e com os resultados do processo.

EXEMPLO

Durante oficinas na Guatemala, os acompanhantes às vezes convidam pessoas que passaram por um processo de exumação de um parente – e que são de outras comunidades – para irem e dividirem as suas experiências com as famílias que ainda passarão por isso. Compartilhar e trocar experiências são maneiras de aumentar a confiança das famílias nesses procedimentos.

Enquanto as exumações eram realizadas em povoados, sessões informativas sobre o processo aconteciam em escolas e outros locais para os moradores. Segundo os acompanhantes, essas sessões ajudaram a aumentar a compreensão da comunidade sobre a importância das exumações e o apoio dado às famílias.

Relatório interno do CICV, 2007.

Decidir se um familiar deve observar ou inclusive participar da recuperação de restos pode criar um dilema para as pessoas que acompanham as famílias. Algumas pessoas podem argumentar que as famílias estão em melhor posição para saber com o que podem lidar. Já outras dizem que isso será traumatizante para os familiares, mesmo que tenham sido plenamente informados sobre o que estão a ponto de ver. No final, a decisão cabe às famílias. Tudo o que um acompanhante pode fazer é assegurar que as famílias sejam suficientemente informadas e preparadas.

CASO

À medida que os primeiros ossos começam a aparecer, a dor retorna. Rostos tristes, lágrimas e sofrimento são visíveis. Boris Ayala Pallqui é talvez quem descreve mais vividamente os sentimentos dos familiares. “Durante 25 anos, tive a grande dor de não saber o que aconteceu com o meu pai. Sinto dor e frustração reprimida em virtude de anos de incerteza. Isso é bastante traumatizante. E há muitos jovens aqui na mesma situação. Mas, ao mesmo tempo, também temos a esperança de encontrar os restos dos nossos entes queridos para que finalmente possamos enterrá-los e colocar flores nos seus túmulos”, diz Boris, tão triste que tem uma crise de choro.

Do website do CICV, Peru, 2009.

É importante observar que, por diversas razões, a presença das famílias pode nem sempre ser bem-vinda nos lugares de recuperação.¹⁸ Em muitos contextos, as famílias têm a possibilidade de ver os restos dos seus entes queridos somente após o processo de identificação (ver o texto *“Vendo os restos mortais”*, p. 139). Se for decidido, em determinadas áreas, que a participação das famílias não é possível, ou não é desejável, o melhor é ser franco sobre isso e explicar a decisão a elas.

As famílias têm o direito de ser plenamente informadas sobre as investigações, diretamente ou por meio de representantes legais.

3. A identificação dos corpos/restos mortais

Após a recuperação dos restos, eles devem ser enviados para a análise laboratorial e reconciliação, a fim de que sejam examinados e identificados por especialistas. Informações sobre características físicas e objetos de uso pessoal da pessoa desaparecida, assim como sobre as circunstâncias da sua morte (AM) serão comparadas com as informações correspondentes dos restos (dados *post mortem* ou PM).

Nos casos em que a morte tenha sido bastante recente, as famílias podem ter a possibilidade de reconhecer o seu parente imediatamente, vendo o corpo em si ou fotografias dele. Mas o reconhecimento visual dos restos muitas vezes não é possível e, em muitas circunstâncias, é propenso ao erro.

Conseqüentemente, é necessário usar meios científicos de identificação, que também são aspectos da coleta de dados AM e PM; eles são conclusivos ao ponto de serem considerados indubitáveis na maioria dos contextos jurídicos.

Esses meios incluem:¹⁹

- Comparação dos dados dentários *ante mortem* e *post mortem*;
- Comparação da impressão digital *ante mortem* e *post mortem*;
- Comparação de outros identificadores, como características físicas e médicas únicas, incluindo radiografias ósseas e implantes cirúrgicos ou próteses numeradas;
- Comparação de amostras de DNA dos restos mortais com amostras de referência.

O último passo da etapa de análise laboratorial e reconciliação da identificação forense envolve a consolidação de todos os dados disponíveis (dados do terreno, dados de comparação de dados AM-PM, etc.) para conseguir uma identificação positiva pela qual os restos mortais coincidam conclusivamente com uma pessoa desaparecida.²⁰ Quaisquer informações que possam ajudar a identificar um corpo ou um conjunto de restos mortais podem ser consideradas pelos investigadores, mas, como regra geral, quanto mais confiáveis (ou seja, corretos), completos, detalhados e específicos forem os dados, maiores serão as chances de se identificarem corretamente os restos.

Depois que os especialistas forenses identificam os restos, um patologista (ou outra autoridade do ramo) assina o atestado de óbito. Para as famílias, a identificação dos restos é a prova que elas estão esperando. Como já foi mencionado, sem a confirmação da morte e sem os restos para enterrar, o processo de luto não pode começar.

Após a identificação forense

1. A notificação da morte

Depois que a identidade de uma pessoa desaparecida é determinada, a sua família deve ser informada do fato. A notificação oficial da morte confirmará que o seu parente foi encontrado.

¹⁸ Razões para excluir famílias do processo de recuperação incluem a possibilidade de: 1) comprometer a investigação ao influenciar os investigadores; 2) aumentar os riscos de segurança para as famílias e os investigadores; 3) traumatizar ainda mais as famílias; 4) reacender as hostilidades. E outro motivo, que muitas vezes ocorre, é a resistência das autoridades e dos pesquisadores em proceder de uma forma totalmente transparente. Se for decidido, em determinadas áreas, que o envolvimento das famílias não é possível ou não é conveniente (por exemplo, por segurança), isto deve ser claramente explicado às famílias.

¹⁹ Para mais informações sobre sistemas de classificação usados na identificação humana forense, ver INTERPOL: Disaster Victim Identification Guide, <http://www.interpol.int/public/DisasterVictim/default.asp>.

²⁰ Em algumas situações, a reconciliação (consolidação de dados e identificação final) é uma etapa separada da investigação, conduzida por um painel externo autorizado, chamado, às vezes, de “Comissão de Identificação”.

INFORMAÇÕES*

As autoridades que emitem certidões de óbito têm a responsabilidade de garantir a autenticidade da informação nelas contida; as certidões devem fornecer informações sobre a causa da morte e a disponibilidade dos restos mortais.

As autoridades e organizações que entregam as certidões de óbito deveriam também obter informações sobre o significado da certidão na cultura local. Para ser digna de confiança, a certidão de óbito deve ser: a. acompanhada por evidência; b. baseada em informações confiáveis; c. emitida individualmente; d. prontamente emitida e entregue.

* CICV, Operational Best Practices Regarding the Management of Human Remains and Information on the Dead by Non-Specialists, CICV, Genebra.

De modo ideal, a comunicação de uma informação confiável sobre a morte de um parente deve ser de responsabilidade das autoridades civis ou, para os desaparecidos em ação, das autoridades militares. Em muitas circunstâncias, outros atores essenciais (isto é, Cruz Vermelha/Crescente Vermelho, membros de associações de familiares) assumem essa tarefa.

O anúncio da morte é uma questão delicada que deve ser tratada com grande sensibilidade. É fundamental ser transparente e honesto. As pessoas encarregadas de dar a notícia devem levar em conta a capacidade das famílias – e a sua própria capacidade – de lidar com a situação. Nem sempre é possível prever o que as famílias precisam ouvir ou o quanto elas podem ser capazes de suportar. Por exemplo, para membros de associações de familiares que assumem a tarefa de dar a notícia da morte de uma pessoa desaparecida aos seus familiares, isso é muito doloroso, pois os obriga enfrentar a sua própria perda.

“Cada vez que tenho de anunciar que encontraram alguém, reajo como se tivessem encontrado o meu próprio irmão”, diz um membro de uma associação de familiares dos Bálcãs.

A pessoa que anuncia a morte também deve ficar atenta à presença de crianças, que podem não estar cientes do desaparecimento do seu parente – e que podem ter escutado que ele voltará. Portanto, é importante falar primeiro com os pais e incentivá-los ou ajudá-los a contar a verdade aos seus filhos mais tarde.

CASO

“O meu marido foi sequestrado em 2006. Ele foi abastecer o carro e me ligou da fila, dizendo que voltaria logo. Mas nunca voltou. Tentamos de tudo para obter informações, telefonando para todos que conhecemos. Fomos ao Instituto Médico Legal e levamos uma foto. Uma vez nos chamaram para identificar um corpo, mas não era ele. Um advogado nos disse que ele havia sido detido em algum lugar. O advogado cobrou US\$ 5.000 e nunca mais ouvimos falar dele. Não pude responder às perguntas da minha filha sobre o seu pai, então menti. Disse que ele havia deixado o país. Ela se sentiu muito mal. Isto aconteceu nove meses antes de eu tomar coragem para dizer a ela que o pai havia desaparecido e que eu não sabia onde ele estava”.

Fatma, 29 anos, Bagdá.
Do website do CICV, Boletim, março de 2009.

Recusa em aceitar a notificação de morte

Vários motivos podem impedir que as famílias aceitem a notificação de morte:

- A verdade tão esperada pode ser aterrorizante por causa da natureza da morte do parente desaparecido ou porque a ideia em si não pode ser concebida.
- A família tem dúvidas quanto à fonte ou à natureza das informações e pode não estar satisfeita com a ausência de detalhes acerca de circunstância da morte.
- As famílias podem desconfiar do processo de identificação, seja porque foi realizado por autoridades/especialistas dos quais desconfiam ou por causa da falta de transparência do processo.
- Algumas famílias que desejam fortemente o reconhecimento do seu ente querido podem não aceitar a notificação a menos que venha acompanhada de algum reconhecimento do seu status (herói, mártir, vítima inocente, etc.).

→ Algumas famílias podem sentir também que a aceitação significa que a justiça não será feita. Uma família que recebe uma notificação de morte, mas não os restos, pode ter dificuldade em aceitar o fato da morte, particularmente quando circulam rumores sobre o contrário. Os familiares podem sentir que aceitar o fato da morte é consentir, contra os seus desejos, em encerrar o caso. Como resultado, eles rejeitarão a notificação oficial a fim de obter uma prova mais tangível da morte do seu ente querido, buscar justiça e receber os seus restos.

“Fico incomodada quando as pessoas oferecem as suas condolências pelo meu marido; digo a elas ‘Que prova vocês têm?’” – Esposa de um homem desaparecido, Armênia

Quando os familiares não aceitam a notícia, seria útil:

- Explicar o processo de identificação (se as informações estiverem disponíveis).
- Mostrar compreensão pela sua reação: *“Entendo que é difícil para você contar apenas com essas informações”, “Você pode, sem pressa, tirar a sua própria conclusão sobre o que acabo de lhe dizer.”*
- Oferecer colocá-las em contato com outras famílias: em muitos casos de recusa, as famílias mudaram de opinião após se encontrarem com outras.
- Reafirmar a sua disponibilidade caso precisem discutir mais o assunto.

2. Vendo os restos mortais

Antes de serem entregues, os restos mortais e/ou objetos de uso pessoal que foram identificados podem ser mostrados às famílias para uma confirmação final.

Ver os restos de um ente querido pode ser uma experiência extremamente difícil: o que as famílias verão pode ser muito diferente da imagem que levam na mente. Os restos podem estar incompletos, parcial ou totalmente queimados e/ou mostrar sinais de mutilação ou lesão.

Enfrentar a morte de um parente, e as circunstâncias da sua morte, pode ser desafiador. Contudo, muitas famílias sentem a necessidade de passar por essa provação, não somente pela prova que ela proporciona, mas também para poderem ver o seu ente querido de novo e se sentirem próximas dele.

Os familiares devem ser cuidadosamente preparados antes de ver os restos ou os objetos pessoais dos seus entes queridos.

[↻ Ver Seção 4, Ficha Indicativa 402: Acompanhamento das famílias – do início ao fim, p. 150.](#)

[↻ Ver Seção 4, Ficha Indicativa 403: Respostas adequadas a reações emocionais, p. 154.](#)

[↻ Ver Seção 4, Ficha Indicativa 405: Prestação de assistência a um indivíduo em choque emocional, p. 155.](#)

EXEMPLO

Nos Bálcãs, durante a entrega do corpo de uma pessoa desaparecida, algumas pessoas que haviam sido levadas ao local da identificação não sabiam o que procurar; outras pensaram que veriam apenas os pertences das pessoas desaparecidas.

Relatório interno do CICV, Bálcãs, 2007.

Preparar as famílias de antemão não garante que elas não se sentirão sufocadas pelas suas emoções.

Pessoas em vários contextos expressaram os seguintes sentimentos antes de ver os restos dos seus parentes:

INFORMAÇÕES

ESPERANÇAS AMBÍGUAS

Ter esperança de que um erro foi cometido e que a pessoa ainda possa estar viva; e, ao mesmo tempo, ter esperança de que ver os restos colocará um fim à incerteza angustiante.

CULPA

Culpa por querer dar um fim à incerteza e por sentir-se de alguma maneira aliviado.

MEDO DAS SUAS PRÓPRIAS REAÇÕES

Medo do que estão prestes a ver e medo das suas próprias reações, especialmente de perder o autocontrole: “Espero não envergonhar o meu pai por perder o autocontrole diante do corpo” – Uma mulher de 23 anos que deseja ver os restos do seu pai.

CASO

A mulher se inclina para frente e abaixa o tom de voz ao se dirigir ao marido, que não vê por mais de 30 anos: “Você voltou para nós. Estávamos esperando por você.” Não há resposta e tampouco se espera que haja. A mulher está falando com os ossos de alguém que foi morto em 1974 durante um dos surtos de violência que assolaram o Chipre. Ela se inclina para frente, beija o crânio e chama os seus três filhos, todos na faixa dos 40 anos, para que se reúnam em volta. Os homens, normalmente estoicos, estão chorando copiosamente. Esse encontro emotivo aconteceu em julho de 2007 em um laboratório de Nicósia, na zona neutra controlada pelas Nações Unidas ao longo da linha verde que divide a ilha.

CICV, entrevista interna, 2008.

Depois dessa experiência, as famílias podem precisar de um tempo para assimilar o que aconteceu e deveriam ter a chance de expressar as suas emoções. Deve-se incentivá-las a não ficarem sozinhas e a compartilharem, na medida do possível, essa experiência difícil, mas crucial, com outros familiares ou amigos.

3. A entrega

A entrega dos restos mortais às famílias pode ocorrer de várias formas, como:

- **um encontro familiar privado**, onde a família recebe os restos individualmente identificados do seu ente querido.
- **uma reunião de grupo**, onde as famílias recebem os restos individualmente identificados dos seus entes queridos.
- **uma reunião de grupo**, onde a comunidade recebe os restos que não foram individualmente identificados, mas que são oriundos da comunidade.

Uma entrega coletiva pode ser a ocasião para discursos oficiais e/ou cerimônias públicas. Tais eventos de recordação podem ter um impacto positivo sobre as famílias e as suas comunidades. São um modo de promover o reconhecimento geral de fatos que podem ter sido negados ou falseados no passado e de restaurar a honra daqueles que foram injustiçados.²¹

Quando a entrega dos restos é realizada em algum tipo de ocasião formal, o acompanhante deve orientar as famílias ao longo do processo e se certificar de que elas se sintam confortáveis tanto quanto for possível. A presença de amigos íntimos ou outros familiares também pode ser uma fonte de apoio.

Dependendo das circunstâncias, as famílias podem ter tido, ou não, a chance de ver os restos antes de recebê-los. Em alguns casos, os restos foram entregues às famílias sem terem sido submetidos a qualquer identificação científica.

²¹ Fonte: ICRC Report: *The Missing and their Families. Summary of the Conclusions arising from Events held prior to the International Conference of Governmental and Non-Governmental Experts* (19-21 de fevereiro de 2003), Seção 8.

CASO

Nina Kortiasvili viu o filho pela última vez no dia em que ele partiu para o campo de batalha. Ela recorda que homens mais tarde foram à sua casa carregando um caixão que, diziam, continha os restos mortais do filho. Eles pediram dinheiro e disseram a Nina que não abrisse o caixão, já que o rosto do garoto estava desfigurado. Ela abriu – e estava vazio. “Ainda acredito que ele esteja vivo”, diz. “Toda vez que escuto o portão da frente, tenho certeza de que é ele.”

CICV, Missing Persons: A Hidden Tragedy.

Uma das principais tarefas do acompanhante é procurar saber sobre as informações que as famílias receberam acerca do processo de identificação.

Os acompanhantes também devem se certificar de que as famílias tenham informações suficientes sobre os procedimentos e os aspectos legais da entrega dos restos mortais. Elas podem ser solicitadas a assinar documentos ou a receber uma certidão de óbito e devem estar preparadas para essas eventualidades: serem capazes, por exemplo, de consultar outros que já passaram por esse processo.

Aceitar a morte e ter de voltar a uma vida ‘normal’ significa uma enorme mudança na vida dos familiares. Isto será especialmente difícil para as pessoas cuja busca pelo seu ente querido deu significado às suas vidas e para quem “ser mãe de uma pessoa desaparecida” tornou-se uma espécie de identidade. A entrega dos restos mortais pode marcar o início da etapa depressiva do processo de luto. Esse momento é especialmente doloroso, como é o caso de qualquer processo de separação emocional. Devem-se prestar atenção e apoio específicos aos familiares nessa fase.

CASO

“Depois que Rade foi achado, eu me senti ainda mais sozinha e carente de apoio. Enquanto o buscava, eu ainda era a sua esposa. Quando isso mudou, já não havia onde encontrar apoio e o peso era imenso. E eu tinha de seguir adiante”. – Esposa de um homem desaparecido, Balcãs.

Após receber os restos mortais dos seus entes queridos, as famílias podem ser capazes de iniciar o luto. Talvez tenham previsto esse momento muito antes; ainda assim, podem levar algum tempo até se acostumarem com a nova situação. A sua maneira de lidar com o fim da esperança pode ser influenciada pelo modo como lidaram com a incerteza no passado. Em algumas pessoas, o retorno dos restos dos seus entes queridos pode precipitar um estado de depressão.

FICHA INFORMATIVA 4.1 DNA

As pessoas herdam o seu DNA diretamente dos pais. Nenhuma pessoa possui um DNA exatamente igual à outra (exceto os gêmeos monozigóticos ou idênticos)*. A singularidade do DNA de cada pessoa faz com que a sua análise seja uma ferramenta poderosa para identificar os restos mortais.

Na identificação forense, os dados de DNA podem ser utilizados para:

- Fornecer prova científica para confirmar uma comparação coincidente de dados AM-PM;

ou

- Propiciar identificação científica, em programas com base em DNA, que por sua vez é confirmada com a comparação de dados AM-PM (quando uma grande quantidade de pessoas está desaparecida, é crucial confirmar uma equivalência de DNA com a garantia de que os dados AM e PM também coincidam, não se baseando apenas nos perfis de DNA devido à possibilidade de coincidência na comparação de DNA ou erro humano).

A análise de DNA de referência direta envolve a comparação das informações relativas ao DNA dos restos de uma pessoa desaparecida com as amostras deixadas pela pessoa antes de morrer, como cabelo (p.ex., de um pente ou escova), fluidos corporais (p.ex., os guardados por um médico), dentes (p.ex. dentes de leite), etc.

A análise de DNA de referência por parentesco – o tipo mais comum, em especial quando as pessoas desapareceram como consequência de conflitos armados ou outras situações de violência, ou durante um desastre natural – envolve a comparação das informações relativas ao DNA dos restos de uma pessoa desaparecida com as amostras (p.ex., sangue, saliva) fornecidas pelos parentes biológicos da pessoa desaparecida. O DNA nuclear somente poderá ser utilizado para a comparação com os parentes próximos da vítima. De modo ideal, seriam usados pais e filhos para a comparação. As amostras de referência de parentes não sanguíneos não servem para fornecer informações sobre a identidade genética da pessoa desaparecida.

As amostras de DNA de referência podem ser coletadas de familiares ao mesmo tempo em que outros dados AM.

Depois que o DNA dos restos mortais da pessoa desaparecida e as amostras de referência forem processados, os peritos em DNA podem comparar e avaliar a relevância da coincidência entre o DNA e a(s) amostra(s)**

Pode ser útil preparar, conjuntamente com os especialistas a cargo da análise de DNA, um documento que explique em termos leigos o que é DNA, como será usado, de quem são as amostras necessárias e quantas são.

* Refere-se apenas ao DNA nuclear. O DNA mitocondrial (mtDNA) é herdado somente da mãe e geralmente é idêntico entre todos os familiares maternos.

** Para mais informações sobre o uso de DNA na identificação dos restos mortais de pessoas desaparecidas, ver *Pessoas Desaparecidas, Análise de DNA e Identificação de Restos Mortais: um guia para as melhores práticas em conflitos armados e outras situações de violência*. 2ª ed., 2009. CICV, <https://www.icrc.org/por/resources/documents/publication/p4010.htm>.

FICHA INFORMATIVA 4.2 O Livro dos Pertences

O “Livro dos Pertences”, usado nos Bálcãs, é um álbum contendo fotografias de roupas e outros objetos de uso pessoal que foram recuperados com os restos mortais. Deve-se salientar que o reconhecimento de roupas e de outros itens pessoais não pode ser considerado um método de identificação, já que as roupas e os objetos pessoais podem ter mudado de mãos durante um conflito ou outra situação de violência. Entretanto, o reconhecimento de itens no álbum de fotografias pode ser de importante ajuda no processo formal de identificação.

Ao ver as fotos da camisa, da cueca e da calça jeans amarrotada do seu marido em um Livro dos Pertences do CICV, ela finalmente teve a certeza de que ele nunca retornaria (...) Agora, apesar da tristeza, essa mulher encontrou uma sorte de trégua ao saber enfim a sorte do seu marido. Ela já pode começar a reconstruir a sua identidade de acordo com essa nova realidade.
Em *Addressing the Needs of Women Affected by Armed Conflict: An ICRC Guidance Document*

Na ex-Iugoslávia, equipes móveis, cada uma formada por voluntários da Cruz Vermelha local e um membro de uma associação de familiares, prestam assistência aos familiares enquanto eles folheiam o livro. Os membros das equipes móveis foram especialmente capacitados para propiciar apoio e orientação, já que para as famílias pode ser muito angustiante olhar as fotos procurando pistas sobre a sorte dos seus entes queridos.

Enquanto folheiam o livro, as famílias podem expressar os mesmos sentimentos que os manifestados durante a entrevista *ante mortem* e a coleta de amostras. O papel do acompanhante será o mesmo em todas essas etapas, mas com uma diferença: enquanto folheiam o livro, as famílias podem reconhecer algo que pertenceu a um ente querido. Podem reagir como o fariam diante de uma notificação de morte.

FICHA INFORMATIVA 4.3 Comparação *ante mortem* e *post mortem*

Após a recuperação adequada dos restos, eles devem ser enviados para a análise laboratorial e reconciliação. O primeiro passo para a análise em laboratório é o exame dos restos. Isto deve ser feito por peritos especificamente capacitados (patologistas, antropólogos, odontólogos, etc.), que reúnem informações – dados *post mortem* (PM) – sobre os próprios restos e todas as provas circunstanciais.

Os dados PM podem incluir as seguintes informações:

- Informações gerais sobre os restos (faixa etária, gênero, altura, etc.);
- Fatos médicos e dentários incluindo as características singulares dos restos (sinais de fraturas antigas ou marcas de cirurgia, condições dos dentes e presença de tratamento dentário como obturações, etc.);
- Impressões digitais;
- Roupas e objetos pessoais encontrados com os restos;
- Informações circunstanciais sobre os restos (onde foram encontrados e como foram parar nesse lugar, incluindo depoimentos de testemunhas, etc.).

Os dados PM devem ser então comparados com os dados AM de uma pessoa desaparecida (comparação AM-PM), o que deve também ser efetuado por peritos qualificados. Por exemplo:

Os familiares de um homem desaparecido informam que ele:

- Tinha 21 anos quando desapareceu, media 1,75 cm, possuía uma coroa de ouro no dente médio superior, quebrou o braço esquerdo quando tinha 12 anos;
- Vestia uma camisa listrada azul e branca, calça preta com botões dourados e um relógio de ouro quando desapareceu.
- Foi visto pela última vez em dezembro de 1992.

Os peritos e investigadores forenses sabem que:

- Os restos pertencem a um homem com idade entre 18-25 anos e altura entre 1,72 e 1,78 cm quando morreu, tinha uma coroa de ouro no dente incisivo esquerdo central superior e que há marcas de que tenha quebrado o úmero esquerdo (osso da parte superior do braço) vários anos antes de ter morrido.
- Uma testemunha relata que viu o corpo do desaparecido enterrado no povoado XX em fevereiro de 1993.
- Os restos foram achados com uma camisa listrada azul e branca, uma calça negra com botões dourados e um relógio de metal amarelo, em um túmulo no povoado XX que os moradores dizem que foi cavado em fevereiro de 1993.

Dados AM	Dados PM
Masculino	Masculino
21 anos	18-25 anos
175 cm	172-178 cm
Coroa de ouro no dente superior central	Coroa de ouro no incisivo esquerdo central superior
Quebrou o braço esquerdo aos 12 anos	Fratura antiga, calcificada no úmero esquerdo
Vestia uma camisa listrada azul e branca, uma calça preta com botões dourados e um relógio de ouro quando desapareceu	Encontrado com uma camisa listrada azul e branca, uma calça negra com botões dourados e um relógio de metal amarelo
Visto pela última vez em dezembro de 1992	Uma testemunha relata que viu o corpo do desaparecido enterrado no povoado XX em fevereiro de 1993/ restos encontrados em um túmulo no povoado XX que, segundo os moradores, foi cavado em fevereiro de 1993.
Comparação de dados AM-PM	

Quanto maior o número de características coincidentes entre os dados AM e PM, maior a possibilidade de que os restos pertençam a quem se supõe. Por exemplo, se a única característica que é coincidente entre os dados AM com os dados PM diz respeito às informações gerais, como as que estão listadas acima em preto, então é muito provável que muitas pessoas desaparecidas se encaixarão no perfil dos restos mortais não identificados. Obviamente, porém, somente uma das comparações será a correta. As comparações coincidentes podem ser muito comuns e problemáticas se muitos dos Desaparecidos forem soldados desaparecidos em ação. No entanto, se houver características de comparação adicionais, como as listadas acima em azul, então a probabilidade de que uma equivalência AM-PM seja correta aumenta muito*. Pode-se complementar a comparação AM-PM de várias formas, como a reconstrução facial e a comparação de fotografias com os restos mortais.

* Bases de dados de pessoas desaparecidas, como a Base de Dados *Ante Mortem/Post Mortem* (AMPM) do CICV, podem auxiliar na comparação automática preliminar, especialmente se houver grande número de pessoas desaparecidas.

FICHA INFORMATIVA 4.4 Sentimentos e reações vinculadas à entrevista e à coleta de amostras

A entrevista *ante mortem* e a coleta de amostras podem ser uma experiência terrível para os familiares, pois eles são obrigados a enfrentar a possibilidade de que a pessoa buscada já não esteja viva.

O momento de enfrentar essa situação pode disparar as seguintes respostas:

Aspectos críticos

- Recusa em participar
- Incapacidade de recordar detalhes
- Reações emocionais e físicas
- Raiva
- Altas expectativas
- Medo de cometer um erro
- Vergonha

Resultados positivos

- Sentir-se reconhecido
- Encontrar coragem para encarar o passado
- Estar preparado
- Ser capaz de contribuir (na busca dos seus entes queridos)

ASPECTOS CRÍTICOS

A recusa pode decorrer de diversos aspectos:

- As famílias não estão prontas para confrontar a sua perda – e nesse caso não devem ser obrigadas a se submeter ao processo – ou não acreditam que o processo dará resultado.
- Desconfiança em relação a essas técnicas, que pode estar vinculada à falta de informação ou a um medo profundo de ser confrontado com a verdade que essas técnicas talvez revelem.
- As famílias também podem sentir que esses procedimentos proporcionam um meio pelo qual as autoridades podem impor uma aceitação silenciosa dos eventos passados, negando-lhes assim a oportunidade de expressar as suas reações e pedir justiça. A recusa, portanto, pode também ser uma maneira que as pessoas têm de protestar ou manifestar a sua raiva. É importante observar que a raiva e o protesto são reações normais diante da perda.
- As famílias podem também se recusar a participar porque há um desacordo dentro da família sobre se devem ou não cooperar.
- Medo de que, ao participar, colocarão a pessoa desaparecida ou outros parentes em risco.

A incapacidade de recordar detalhes pode ser uma consequência da ansiedade deflagrada por memórias dolorosas. Pode também ser fruto do longo tempo transcorrido desde o desaparecimento ou relacionar-se com questões específicas que nunca mereceram a atenção dos familiares (como marcas de roupas ou se o dente siso nasceu ou não).

Lembrar-se de uma pessoa desaparecida pode reviver um estado de sofrimento psicológico ligado a experiências pessoais (p.ex., um acontecimento específico durante a guerra, o próprio desaparecimento, etc.). Isto pode desencadear reações emocionais (p.ex., choro) e físicas (p.ex., tremores).

Raiva: Quando as famílias expressam raiva, pode ser simplesmente porque ainda não tiveram a oportunidade de fazê-lo. Isto muitas vezes tem relação com a falta de apoio e reconhecimento e com a frustração criada pela falta de respostas. Poderia se dizer que, de certo modo, a pessoa que coleta os dados *ante mortem* dá as famílias o espaço e a oportunidade para que expressem a sua raiva e a sua frustração.

Altas expectativas são causadas pelo fato de que alguém está finalmente tentando tomar uma ação concreta: isto pode dar à família um alívio repentino. Podem ver nisso a possibilidade de acabar com o seu longo período de incerteza. É fundamental ser transparente e realista quanto a possíveis resultados do processo de identificação, sem criar expectativas falsas ou não realizáveis.

Medo de cometer um erro: As pessoas podem ter medo de dar a resposta errada, pensando que isto poderia levar a uma identificação equivocada ou indicar um conhecimento insuficiente sobre o ente querido. As famílias também se sentem culpadas por não saberem as respostas a certas perguntas. Supõem que outros sabem as respostas porque, caso contrário, a pergunta não seria feita. Se esse for o caso, tranquilize a família, dizendo que é normal não se lembrar dos detalhes e tente obter as informações de outra forma.

Vergonha: Determinadas perguntas que devem ser formuladas durante a entrevista *ante mortem* são bastante íntimas e podem deixar tanto o coletor como a família em situação incômoda: por exemplo, perguntar aos pais se a sua jovem filha estava grávida ou questões sobre peças de roupa íntima ou certas doenças que são consideradas tabus.

RESULTADOS POSITIVOS

Sentir-se reconhecido: a maioria das famílias sente-se confortada quando alguém reconhece o seu sofrimento e está pronto para lhes dar atenção ou propiciar respostas.

Prestar informações sobre o seu parente desaparecido também pode dar às famílias a oportunidade de expressar pensamentos e emoções pessoais, o que talvez ainda não tenham feito. Ao contar a sua história pessoal e fornecer uma amostra, os familiares também sentem que estão contribuindo para a identificação dos seus entes queridos de uma forma muito concreta.

Encontrar coragem para encarar o passado: Se a condução desses procedimentos for suficientemente delicada, pode dar aos familiares a coragem de encarar o passado, assim como encarar um ao outro.

“Eu não sabia o que tinha acontecido com o meu pai (...). Quando eles vieram coletar sangue, a minha mãe finalmente nos contou a história do seu desaparecimento.” - Jovem mulher, 24 anos.

Estar preparado: Algumas pessoas podem ter dificuldade em aventar a possibilidade de que o seu ente querido já não esteja vivo. Mas é importante ter em mente que os procedimentos, quando realizados com compreensão e compaixão, também podem ajudar as famílias a se preparar gradualmente para notícias dolorosas sobre a sorte do seu parente desaparecido.

FICHA INDICATIVA 401 O papel do acompanhante

OBTENHA E TRANSMITA INFORMAÇÕES

Um acompanhante deve se familiarizar com o seguinte:

1. O contexto sociocultural em que ocorrem a recuperação e a identificação dos restos mortais, de modo a promover o respeito pelas crenças das famílias.
2. A situação das famílias. Conhecendo as suas dificuldades e necessidades, mas também as suas fortalezas, ajudará a lhes proporcionar a resposta mais adequada (ver também Seção 3).
3. A forma como os restos mortais serão recuperados e identificados (fases e procedimentos), os serviços disponíveis e os especialistas encarregados, a fim de:
 - informar as famílias sobre cada passo do processo;
 - sensibilizar os atores locais e os especialistas encarregados quanto à situação das famílias.

Essas informações podem não ser acessíveis a um não especialista. O acompanhante deve fornecer as informações a que ele ou ela tem acesso e pedir apoio de outros especialistas ou atores (por exemplo, representantes das autoridades, líderes comunitários, ONGs jurídicas, ONGs internacionais).

ALERTE

- É importante que as famílias e as comunidades saibam que a recuperação e a identificação podem não corresponder às suas esperanças e expectativas.
- Elas devem ser informadas sobre os papéis e as limitações daqueles que estão envolvidos no processo (coletores, peritos forenses, etc.).
- Familiares e testemunhas devem estar cientes dos riscos jurídicos ou de segurança de prestar informações sobre os locais da recuperação e estar presentes na recuperação.

PREPARE

As famílias podem ter tanto desejo de ver o seu ente querido novamente ou de ter uma prova física da sua morte que, algumas vezes, não consideram a capacidade que têm de lidar com a situação. Embora caiba aos familiares decidir se estarão presentes nessas ocasiões, é importante assegurar que estejam preparados para o que estão a ponto de ver (isto pode ser feito, por exemplo, através de sessões informativas envolvendo famílias que já passaram por situações semelhantes e/ou peritos forenses).

ORIENTE

As famílias podem sentir certa confusão ao ter de lidar com uma situação tão desconhecida e dolorosa. Os acompanhantes podem lhes oferecer conselhos práticos e informações que as ajudarão a suportar isso sem sentirem desorientados.

OFEREÇA APOIO EMOCIONAL

- Deixe as famílias saberem que você estará disponível em todo o processo.
- Mostre compreensão sobre o que elas estão passando. Ofereça conforto imediato quando for necessário (algo para beber, uma cadeira, etc.). Ouça a história delas; discuta com tempo sobre a pessoa desaparecida. Esclareça que as suas reações e sentimentos são normais, de nenhuma maneira incomuns.
- Dê a devida atenção ao modo como elas lidam com a situação – para que você possa sugerir uma pausa quando houver necessidade.
- Dê a elas um retorno positivo – quando for relevante – sobre o que fizeram e o que querem fazer (incluindo atividades não relacionadas com o desaparecimento do seu ente querido).
- Quando for necessário, ofereça ajuda imediata a pessoas em choque (tente tranquilizá-las, encaminhe a um especialista em saúde, etc.) (*ver Ficha Indicativa 405: Prestação de assistência a um indivíduo em choque emocional, p. 155*).
- Sessões de grupo envolvendo várias famílias lhes propiciarão o tempo e o lugar para discutir os seus sentimentos e compartilhar informações. Isto pode gerar uma dinâmica de apoio mútuo.
- Antes ou depois de um evento difícil, podem-se utilizar atividades de grupo ou sessões informativas como um meio de apresentar as famílias entre si e fortalecer os laços entre elas.

INCENTIVE O APOIO MÚTUO E A CRIAÇÃO DE UMA REDE DE APOIO

- Pessoas no ambiente social imediato das famílias podem ser informadas a respeito do processo de recuperação e identificação dos restos mortais. Isto pode promover entendimento e apoio mútuos, assim como evitar que se espalhem falsos rumores ou expectativas. Além disso, os resultados do processo podem servir não apenas para o bem-estar das famílias, mas também para iluminar algum aspecto da história da comunidade.
- A presença de outros familiares e/ou amigos pode ser de grande ajuda ou uma fonte de apoio durante momentos difíceis, já que pode fortalecer os familiares e lhes dar coragem para atravessar o processo.
- A participação de atores externos (especialistas em saúde mental, representantes da comunidade, líderes religiosos, membros e voluntários da Sociedade Nacional, etc.) ao longo do processo pode contribuir para o acompanhamento das famílias: eles podem prestar apoio adicional quando for necessário.

FICHA INDICATIVA 402 Acompanhamento das famílias – do início ao fim

	Dados AM e coleta de amostras	Recuperação dos restos mortais
<p>Assegure-se de que</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As famílias entendam a finalidade da coleta e do processo do qual ela faz parte, e que o seu consentimento tenha sido dado com isso em mente. • Se respeitem os costumes sociais e as crenças religiosas. • As pessoas encarregadas da coleta estejam informadas sobre a situação das famílias. 	<ul style="list-style-type: none"> • Se respeitem os costumes sociais e as crenças religiosas. <p><i>Em muitos casos, as famílias não estão presentes à exumação dos restos mortais.</i></p>
<p>Prepare-se para a entrevista e outras ocasiões informando as famílias sobre:</p> <p><i>As informações podem ser transmitidas a um grupo ou individualmente. Sessões de grupo são recomendadas, já que fortalecem os laços sociais e promovem o apoio mútuo.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • A finalidade da coleta → obter um consentimento informado; não criar falsas expectativas. • O tipo de informação coletada. • O documento necessário. • O modo como os dados AM e as amostras serão usados e por quem (peritos forenses, promotores, etc.). • As pessoas que terão acesso a essas informações. <p><i>Peritos forenses podem ser convidados a participar em sessões informativas quando sejam organizadas.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • O tipo de informação reunida pelos peritos forenses durante e após a exumação. • A forma como os restos serão identificados. • A duração do processo e os próximos passos. • As pessoas que terão acesso aos corpos e às informações reunidas. • O lugar onde os restos serão armazenados. • Pessoas a contatar para mais informações. <p><i>Você talvez não tenha acesso a todas as informações. Proporcione a que estiver disponível.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Se as famílias vão comparecer à exumação, deixe-as saber que: • Parte dos restos pode não ser encontrada. • A recuperação não necessariamente leva à identificação. • A aparência dos restos será muito diferente das memórias do seu parente. • O melhor é que sejam acompanhadas por alguém da sua confiança.
<p>Durante a entrevista ou durante outras ocasiões, informe às famílias que:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O questionário de dados AM é longo e as perguntas podem ser repetitivas. • Algumas das perguntas podem ser difíceis. • As famílias podem fazer uma pausa durante a entrevista sempre que desejarem. • Podem fazer perguntas se precisarem esclarecer certos pontos. • Elas podem fazer perguntas se precisarem de mais esclarecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elas podem fazer perguntas se precisarem de mais esclarecimento.

	Notificação da morte	Vendo os restos mortais	Entrega dos restos mortais
Assegure-se de que	<ul style="list-style-type: none"> • A notificação seja feita pessoalmente e em ambiente seguro. • O anúncio seja realizado com devido respeito aos costumes sociais e às práticas religiosas. • As famílias tenham recebido informações suficientes sobre a forma como os seus parentes foram identificados e sobre as circunstâncias da sua morte (levando-se em conta a vulnerabilidade emocional da pessoa que recebe a notícia). • As pessoas encarregadas de dar a notícia entendam a situação das famílias e levem em consideração a sua vulnerabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os restos sejam respeitados e recebam um tratamento final digno, de acordo com as necessidades culturais. • As famílias tenham recebido informações suficientes sobre o modo como os seus parentes foram identificados e sobre o que foi encontrado (ossos, objetos pessoais, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> • Os restos sejam respeitados e recebam um tratamento final digno, de acordo com as necessidades culturais. • As famílias tenham recebido informações suficientes sobre o que lhes será entregue (ossos, objetos pessoais, etc.). • As famílias também tenham recebido informações suficientes sobre o lugar onde os seus parentes foram encontrados, como foram identificados e as circunstâncias da sua morte (levando-se em conta a vulnerabilidade emocional dos familiares).
<p>Prepare-se para a entrevista e outras ocasiões informando as famílias sobre:</p> <p><i>As informações podem ser transmitidas a um grupo ou individualmente. Sessões de grupo são recomendadas, já que fortalecem os laços sociais e promovem o apoio mútuo.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • A utilidade de não estar sozinho. <p><i>De modo ideal, você deve identificar as pessoas que deveriam receber a notícia primeiro e, sempre que possível, você deve garantir a presença delas durante a notificação.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • O procedimento. • O estado dos restos, caso elas ainda não tenham sido informadas. • O modo como os restos mortais e/ou objetos pessoais receberão um tratamento final – As pessoas que estarão presentes. • Os documentos necessários. <p><i>No caso de uma visão coletiva, recomenda-se a realização de uma sessão informativa para todas as famílias interessadas. Pode também ser útil pedir que famílias que já passaram por isso compareçam à sessão informativa.</i></p> <p>Em algumas situações, e se for possível, você pode sugerir às famílias que primeiro vejam as fotos dos restos mortais e do lugar onde os seus entes queridos foram encontrados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O procedimento, o cenário e o lugar. As famílias podem ser solicitadas a firmar documentos e/ou a receber uma certidão de óbito. • O modo como os restos mortais e os objetos pessoais serão entregues a elas; e sobre o estado dos restos se não dispõem dessas informações. • As pessoas que estarão presentes. • Os documentos necessários (p.ex., cédula de identidade).
Durante a entrevista ou durante outras ocasiões, deixe as famílias saberem que:	<ul style="list-style-type: none"> • Elas podem fazer perguntas se precisarem de mais esclarecimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Podem usar o tempo necessário para identificar os restos mortais e/ou objetos pessoais. • Podem fazer perguntas se precisarem. 	<ul style="list-style-type: none"> • Podem fazer perguntas caso seja necessário.

FICHA INDICATIVA 402 Acompanhamento das famílias – do início ao fim (cont.)

	Dados AM e coleta de amostra	Recuperação dos restos
<p>Preste apoio direto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fale calmamente e mantenha a serenidade. • Tranquelize as famílias quando mostrarem ansiedade, nervosismo e raiva. • Dedique a elas um tempo extra (se tiverem perguntas). • Dedique a elas também um tempo para que falem sobre as suas experiências, compartilhem memórias dos seus parentes desaparecidos ou discutam as suas vidas diárias. • Dê a elas um retorno positivo. 		<ul style="list-style-type: none"> • Responda às perguntas das famílias se as informações estiverem disponíveis. • Escute as suas histórias; dedique um tempo para falar com elas sobre os seus parentes desaparecidos e para uma conversa informal. • Mantenha a calma e tranquilize as famílias quando expressarem ansiedade, nervosismo e raiva. • Dê a elas um retorno positivo. • Deixe claro que você está disponível.
<p>Depois da entrevista ou de outras ocasiões, encontre-se com as famílias para:</p> <p><i>Os encontros podem ser individuais ou em grupo. Sessões de grupo são recomendadas, já que fortalecem os laços sociais e promovem o apoio mútuo.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir os seus sentimentos e emoções; incentive-as a falar sobre isso com alguém em quem confiam. • Discutir os próximos passos. • Identificar os indivíduos que necessitam de mais informações ou assistência especializada. • Incentivar o apoio mútuo dentro da família, assim como entre todas as famílias das pessoas desaparecidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Discutir os seus sentimentos e emoções; incentive-as a falar sobre isso com alguém em quem confiam. • Explicar o que acontecerá em seguida; o período de espera pode ser muito longo e os resultados podem não corresponder às suas expectativas. • Identifique os indivíduos que necessitam de mais informações ou assistência especializada. • Incentive o apoio mútuo dentro da família, assim como entre todas as famílias das pessoas desaparecidas.

	Notificação da morte	Vendo os restos mortais	Entrega dos restos
<p>Preste apoio direto:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Responda às perguntas das famílias se as informações estiverem disponíveis. • Escute as suas histórias; dedique um tempo para falar com elas sobre os seus parentes desaparecidos e para uma conversa informal. • Mantenha a calma e tranquilize as famílias quando expressarem ansiedade, nervosismo e raiva. • Dê a elas um retorno positivo. • Deixe claro que você está disponível. <p><i>A presença de um líder religioso pode ser tranquilizadora.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Responda às perguntas se as informações estiverem disponíveis. • Escute as suas histórias; dedique um tempo para falar com elas sobre os seus parentes desaparecidos e para uma conversa informal. • Mantenha a calma e tranquilize as famílias quando expressarem ansiedade, nervosismo e raiva. • Dê a elas um retorno positivo. • Deixe claro que você está disponível. 	<ul style="list-style-type: none"> • Seja tranquilizador, mostre compaixão. • Oriente as famílias ao longo do processo. • Deixe claro que você está disponível. <p><i>A presença de amigos íntimos ou familiares pode ser uma importante fonte de apoio.</i></p>
<p>Depois da entrevista ou de outras ocasiões, encontre-se com as famílias para:</p> <p><i>Os encontros podem ser individuais ou em grupo. Sessões de grupo são recomendadas, já que fortalecem os laços sociais e promovem o apoio mútuo.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os indivíduos que necessitam de mais informações ou de assistência especial. • Informar as famílias sobre o próximo passo: ver e/ou receber os restos mortais. • Discutir os preparativos para o funeral, se for o caso. • Fornecer informações sobre questões jurídicas e administrativas. • Discutir sobre os sentimentos das famílias; compartilhe as lembranças dos seus parentes; incentive-as a retomar a vida diária. <p><i>Especialistas jurídicos e representantes da comunidade podem ser convidados a participar em sessões informativas – se forem organizadas – para responder às perguntas das famílias.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os indivíduos que necessitam de mais informações ou de assistência especializada. • Discutir os seus sentimentos e emoções; incentive-as a falar sobre isso com alguém em quem confiam. • Dar informações sobre a entrega dos restos (se estiver disponível). • Discutir os preparativos para o funeral, se for o caso. • Fornecer informações sobre questões jurídicas e administrativas. <p><i>Líderes religiosos e/ou líderes comunitários podem ser convidados a comparecer às sessões grupais.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compartilhar emoções e sentimentos. • Honrar e celebrar a memória dos parentes. • Fornecer informações sobre questões jurídicas e administrativas. • Identificar os indivíduos que necessitam de assistência especializada. Para algumas pessoas, a entrega dos restos mortais pode sinalizar o início da depressão. <p><i>Podem-se organizar celebrações coletivas envolvendo toda a comunidade para dar às famílias a oportunidade de dividir a sua dor com aqueles do seu ambiente social para homenagear publicamente os seus parentes.</i></p>

FICHA INDICATIVA 403 Respostas apropriadas a reações emocionais

Reações	O que fazer	O que não fazer
Choro ou tremor	<ul style="list-style-type: none"> • Interrompa a entrevista e deixe passar um tempo. • Pergunte se estão dispostos a continuar. • “Você não é obrigado a responder se for difícil demais para você.” • “Podemos ir com calma, não há pressa.” 	<ul style="list-style-type: none"> • Dizer: <ul style="list-style-type: none"> – “Agora você tem que parar de chorar.” – “Podemos continuar agora?” – “Seja forte.” – “O tempo ajudará você a dar a volta por cima.” – “Sei exatamente como se sente.”
Comportamento agressivo	<ul style="list-style-type: none"> • Mantenha a calma e tente explicar a finalidade do projeto, lembrando que é compreensível que se sintam assim. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tomar isso como algo pessoal. • Responder da mesma maneira: <ul style="list-style-type: none"> – “Estou apenas tentando fazer o meu trabalho.” – “Você tem que se acalmar.”
Recusa em passar pelo processo	<ul style="list-style-type: none"> • Explique que esse é um direito delas, mas que a porta está aberta se mudarem de ideia. • Explique isso de novo, e com muita paciência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Obrigá-las ou tentar fazê-las mudar de ideia: <ul style="list-style-type: none"> – “É melhor para você”, etc.
Medo ao reconhecer a foto ou enquanto retira amostra de sangue	<ul style="list-style-type: none"> • Informe as famílias sobre o que acontecerá posteriormente caso reconheçam a fotografia ou os objetos. • Certifique-se de que não estão confusas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consolá-las dizendo: <ul style="list-style-type: none"> – “Talvez não seja ele.” – “Assim você poderá enterrá-lo.”
Aliviadas por não terem reconhecido o que viram nas fotos	<ul style="list-style-type: none"> • Explique objetivamente o que isso significa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer conforto, dizendo que isso é bom para elas ou que você lamenta por elas.

FICHA INDICATIVA 404 Dar a notícia

PONTOS A CONSIDERAR PARA A PESSOA ENCARREGADA DE DAR A NOTÍCIA:

- Dê a notícia aos poucos. Comece dizendo, por exemplo, “Tenho más notícias para lhe dar.” Deixe que passem alguns instantes antes de continuar, a fim de dar à pessoa um tempo para se preparar. “O parente que você está buscando (nome e relação de parentesco) foi encontrado morto.” Pausa de novo e então: “**Sinto muito. Por favor, aceite as minhas condolências**”.
- Mencione o nome do morto conforme as normas culturais (primeiro nome, sobrenome ou ambos): pessoas enlutadas são muito sensíveis quanto ao respeito mostrado pelo seu ente querido durante esses momentos.
- Respeite os costumes locais.
- Não se esqueça de mencionar a fonte da informação.
- Permita que as famílias tenham tempo de reagir: fale calma e lentamente.
- Sugira que se sentem e tomem um copo d’água.
- Mostre calor humano e compaixão.
- Use palavras que confortem e tranquilize os familiares quando estiverem emocionalmente sobrecarregados.
- Evite metáforas ou palavras ambíguas para garantir que a família entenda que a pessoa em questão está realmente morta.
- Não tente mudar de assunto quando a pessoa estiver chorando ou quiser falar do morto.
- Reserve um tempo para responder às perguntas das famílias e discutir as suas intenções ou os seus planos imediatos.
- Certifique-se, caso a pessoa não reaja, de que ela entendeu as notícias.
- Não mostre sinais de impotência porque não há palavra mágica que possa aliviar a dor da família.

FICHA INDICATIVA 405 Prestação de assistência a um indivíduo em choque emocional

A reação psicológica imediata a um evento varia de pessoa para pessoa e depende de vários fatores, como: a natureza da situação, o nível de consciência dos indivíduos, as suas qualidades pessoais. Algumas pessoas podem ficar totalmente devastadas pela sua resposta emocional e entrar em estado de choque. Uma reação desse tipo não é patológica e não pode ser comparada a transtornos pós-traumáticos específicos que devem ser tratados por um especialista em medicina ou saúde mental.

Expressões de choque emocional também variam de pessoa para pessoa; elas nem sempre necessitam de algo mais que um apoio imediato*.

Sinais de choque emocional incluem:

- Olhar com olhos vidrados
- Indiferença a perguntas ou informações
- Desorientação
- Reações emocionais extremas (p.ex., choro incontrolável, ataque de pânico)
- Agitação ou comportamento frenético; agressividade incontrolável/ações perigosas

O acompanhante deve primeiro considerar tomar as seguintes medidas:

- Manter a calma, controlar as próprias emoções, falar suavemente, incentivar o contato visual.
- Se a pessoa em questão está acompanhada de amigos íntimos ou familiares, peça o apoio deles.
- Leve a pessoa a um canto e fale calmamente com ela; sugira a presença de um familiar ou amigo, se for necessário.
- Ofereça um copo d'água e uma cadeira.
- Ajude a pessoa a ficar calma.
- Aborde as suas preocupações imediatas (p.ex., responda às perguntas ou às preocupações) e proporcione informações concretas.
- Se a pessoa está extremamente agitada, falando rápido demais, ou parece estar perdendo contato com o seu entorno, peça-lhe que respire lenta e profundamente.
- Sugira à pessoa que se mantenha concentrada na situação imediata; faça perguntas concretas que possam ajudá-la a relaxar (por exemplo, peça uma descrição do entorno e do que ela está vendo ou escutando; tente esclarecer o que aconteceu e a ordem dos eventos); sugira ficar com ela se isso parecer necessário.

Será necessária ajuda adicional (assistência médica) se a pessoa não mostrar qualquer melhora.

* Ver também *Psychological First Aid: Field Operations Guide* (2005), National Centre for PTSD and National Child Traumatic Stress Network

5. LIDAR COM O ESTRESSE ASSOCIADO AO TRABALHO

O que é o estresse?

O estresse é uma reação normal e, na maioria do tempo, útil. Permite que as pessoas reajam e se adaptem às mudanças no seu ambiente. Em algumas situações, o estresse excessivo por um período prolongado pode levar à exaustão (esgotamento) e exercer um impacto adverso sobre o trabalho e a vida pessoal. É preciso ser capaz de reconhecer os primeiros sinais de estresse excessivo e tomar as medidas adequadas.

A natureza e a intensidade do estresse são determinadas por:

- eventos e mudanças no mundo exterior;
- percepções individuais: pessoas diferentes podem perceber o mesmo fator estressante de forma distinta. Uma situação que é intolerável ou estressante para uma pessoa pode ser estimulante para outra;
- a resposta de cada pessoa a ele.

Causas de estresse

Há muitas causas para o estresse sentido pelos acompanhantes, como:

- Escutar histórias dolorosas, especialmente quando o acompanhante teve experiências similares. O acompanhante pode se identificar excessivamente com as histórias ou as experiências de outros.
- Lidar com imagens e situações perturbadoras (o tema dos restos mortais, por exemplo).
- Frustração e sentimentos de impotência e inutilidade em virtude:
 - da alta expectativa das famílias e de ser pressionado a fazer mais do que pode;
 - das altas expectativas que os acompanhantes têm sobre si mesmos;
 - dos problemas com os mecanismos externos (ausência de leis sobre os Desaparecidos, falta de avanço nos casos) que podem prejudicar o valor de ações pequenas, mas importantes.
- Envolvimento excessivo com os problemas das famílias; não saber como manter a distância certa.
- Assumir toda a responsabilidade em ajudar as famílias.
- Relação com os colegas, falta de apoio externo.
- Problemas familiares e pessoais.

Reconhecer sinais de estresse

O estresse varia segundo a pessoa. Um mesmo evento pode ser muito estressante para uma e nada estressante para outra. Isso também é verdade para as reações ao estresse. A fim de não ficar exausto, ou “esgotar-se”, é preciso **reconhecer** sinais que indicam que o indivíduo está sob excessivo estresse, prestando especial atenção a **mudanças** que ocorrem em:

- **Emoções e sentimentos**
Começar a se sentir muito ansioso, triste, facilmente irritável e até mesmo agressivo
- **Pensamentos**
Mais preocupado do que o normal, dificuldade em se concentrar.
- **Corpo**
Dor de cabeça, cansaço, dor nas costas.
- **Comportamento**
Beber ou fumar mais do que o normal, trabalhar demais, dificuldade para dormir.

Todas essas reações são normais e deveriam diminuir lentamente com o tempo e após a tomada de medidas. Se o estresse não diminuir, pedir ajuda não é um sinal nem de fraqueza nem de incompetência.

Lidar com o estresse

Lidar com o estresse também é uma questão individual. Todo mundo tem recursos, mas as pessoas geralmente se esquecem de usá-los quando se sentem estressadas.

As seguintes medidas podem ajudar a reduzir o estresse:

- identificar as causas (situação pessoal, reações das famílias);
- manter boa saúde física e mental: isto pode ser alcançado com a dedicação de espaço e tempo a atividades recreativas, descanso suficiente e dieta saudável;
- autoexpressão (verbalmente ou através da arte, de esportes ou de outras atividades);
- planejamento e priorização;
- técnicas de relaxamento;
- pedir a ajuda aos outros (em questões pessoais e profissionais) através do apoio entre pares, de atividades em grupo ou de supervisão.

É importante reservar um tempo para pensar sobre situações estressantes, refletir sobre como reagir a elas e considerar as medidas preventivas a tomar.

[!\[\]\(9473f23f00ddf02c4335afa152364e73_img.jpg\) Ver Seção 5, Ficha Indicativa 501: Exercícios para aumentar a autoconsciência e reduzir o estresse, p. 160 e Ficha Indicativa 502: Intervisão, p.162.](#)

FICHA INDICATIVA 501 Exercícios para aumentar a autoconsciência e reduzir o estresse

EXERCÍCIO 1. CONHEÇA OS SEUS PRÓPRIOS RECURSOS

Reserve um tempo quando você estiver calmo e use a lembrança desse momento de serenidade numa ocasião futura, quando estiver perturbado, sobrecarregado ou angustiado. Escreva uma carta* para você mesmo, para que possa ser lida em um dia ruim.

1. Enumere as atividades que fazem você se sentir bem.
2. Lembre-se das suas forças.
3. Lembre-se dos seus talentos, capacidades e interesses especiais.
4. Lembre-se das suas esperanças e dos seus sonhos para o futuro.
5. Dê a si mesmo um conselho especial que seja importante para você.
6. Você também pode escrever os nomes e os números de telefone de amigos ou familiares que o apoiam.

EXERCÍCIO 2

Imagine que um bom amigo, sábio e compassivo, está com você desde que você nasceu. Esse amigo tem reconhecido e observado todos os traços positivos da sua personalidade e as suas características positivas.**

Pelos próximos quinze minutos, imagine que esse amigo está ditando uma lista dos seus atributos positivos.

- Escreva o que quer que venha à sua mente; faça uma lista do que você acha que esse amigo diria.
- Quais traços de personalidade você mais valoriza, e que gostaria que continuassem a influenciar a sua forma de encarar a vida?

EXERCÍCIO 3 RELAXAMENTO CORPORAL ***

O primeiro passo é o relaxamento sistemático do seu corpo físico, concentrando-se nos músculos. Muitas sequências diferentes são úteis. Tente as seguintes:

Adote uma posição confortável, deitado de costas ou sentado numa cadeira onde você possa se recostar com a cabeça apoiada. Descruze as pernas. Deixe os braços ao lado do corpo.

Concentre-se nas pontas dos dedos do seu pé esquerdo. Deixe uma onda de relaxamento começar ali e se mover sobre o seu pé esquerdo, o tornozelo, a perna, o joelho, a coxa e o quadril esquerdo. Relaxe todos os aspectos da sua perna, especialmente os músculos. Repita o processo, começando nas pontas dos dedos do pé direito em direção ao quadril direito. Em seguida, deixe uma onda de relaxamento começar nas pontas dos dedos da mão esquerda. Deixe que a sensação de relaxamento se mova ao longo da mão, punho, antebraço, cotovelo e braço, continuando no ombro esquerdo. Repita o processo no lado direito.

Agora, uma onda de relaxamento começa no alto da parte de trás da perna esquerda, move-se ao longo da nádega esquerda e sobe pelo lado esquerdo das costas até o ombro esquerdo. Repita o processo no lado direito. Então, uma nova onda de relaxamento começa entre as nádegas e sobe pelo meio das costas até a nuca.

Deixe uma onda de relaxamento começar na parte externa da sua perna esquerda e subir pelo lado esquerdo do seu corpo até chegar ao ombro esquerdo. Faça o mesmo no lado direito.

Agora, uma onda de relaxamento começa na parte interna e frontal da sua perna esquerda e se move ao longo do lado esquerdo da parte frontal do corpo até o ombro esquerdo. Faça o mesmo no lado direito. E então inicie uma onda de relaxamento na parte de trás da região genital e deixe-a deslocar-se pelo meio da parte frontal do corpo, o centro do abdômen e o peito até o pescoço.

Agora, a onda de relaxamento se move ao redor do pescoço para a parte esquerda inferior do ombro esquerdo e prossegue em torno da nuca. Dali, continua circulando o pescoço para o lado direito em direção à parte direita inferior do ombro direito. Finalmente, retorna à parte frontal do corpo, onde começa a se mover em direção ao rosto.

A onda de relaxamento sobe pelo queixo, lábios, nariz, olho esquerdo e olho direito, o lado esquerdo do rosto e a zona ao redor da orelha esquerda, o lado direito do rosto e a zona ao redor da orelha direita. Em seguida, sobe pela parte esquerda da testa e caminha ao longo do lado esquerdo do crânio até o lado esquerdo da parte de trás da cabeça e o lado esquerdo da nuca até o ombro esquerdo. Outra onda de relaxamento parte do lado direito da testa e move-se para cima e para baixo em direção ao ombro esquerdo. Finalmente, uma onda de relaxamento avança do centro da testa em direção até o topo da cabeça e desce pela parte de trás da cabeça até o pescoço.

Retorne a quaisquer áreas de tensão que permaneçam e relaxe-as.

Enquanto você realiza o processo de relaxamento, certos pensamentos podem vir à sua mente. Não resista a eles! Isto impediria o relaxamento. Nunca tente excluir os pensamentos; isto apenas aumenta a probabilidade de que eles surjam. Decidir “Não vou pensar sobre o trabalho” praticamente garante que você pense sobre o trabalho. É melhor aceitar o fato: “Pensamentos sobre o trabalho podem aparecer. Tudo bem.” Uma vez que você permite que o pensamento esteja ali, mesmo se não gostar dele, ele pode desaparecer. Depois de qualquer distração, simplesmente volte ao exercício de relaxamento.

* Dolan, Y. (2004), *Beyond Survival: Living Well is the Best Revenge*, BT Press.

** *Ibid.*

*** CICV, *Stress Prevention Module for Detailed Data Collection (DDC) on Missing Persons*, Documento interno, 2007.

FICHA INDICATIVA 502 **Intervisão**

Outra maneira importante de lidar com o estresse associado ao trabalho é reunir-se com seus colegas, de tempos em tempos, para discutir as dificuldades que todos vocês encontraram e buscar soluções em conjunto. Essa técnica também é conhecida como **intervisão**.

ELEMENTOS ESSENCIAIS DA INTERVISÃO*

A **intervisão** é um método de aprendizagem que permite que um grupo supervisione a si próprio, sem a ajuda de um supervisor profissional. O grupo de **intervisão** é um grupo em que as pessoas podem:

- **Trocar experiências e pensamentos** com outras pessoas que tiveram a mesma vivência (a maior parte do tempo com outros profissionais).
- **Pedir apoio relacionado ao caso**, ou a uma situação difícil, e analisá-lo com o grupo.
- **Expressar reações e emoções** relacionadas com o trabalho.
- **Expressar seu descontentamento com certos arranjos institucionais** e buscar conjuntamente soluções em um ambiente de **apoio e respeito mútuos**.

Devem-se respeitar duas regras de conduta para assegurar a confiança mútua:

- **Confidencialidade** – Tudo o que for dito no grupo permanece no grupo
- **Para evitar qualquer julgamento**, é necessário que todos os membros concordem em **falar APENAS sobre a situação ou o assunto em questão e NÃO sobre a pessoa que o traz à tona**. O objetivo é ajudar a pessoa a encontrar soluções, **NÃO** avaliar o seu trabalho.

O RESPONSÁVEL

Um membro do grupo exercerá o papel de responsável: essa pessoa se encarrega de garantir que a função funcione sem problemas. O responsável não tem poder sobre os demais, mas tem a sua confiança.

O responsável não deve dirigir a discussão. Deve:

- Evitar expressar opiniões pessoais, sugestões ou julgamentos.
- Alentar novas opiniões, porque são necessárias novas ideias para resolver os problemas levantados.
- Evitar intervir enquanto o grupo está trabalhando bem, **mas conduzir a dinâmica do grupo e impedir qualquer conflito que possa surgir**.
- Assegurar a participação igualitária de todos.
- Concentrar-se no debate se surgirem muitas digressões.
- Respeitar os horários: lembrar os membros sobre o tempo e regular a sessão nesse sentido.
- Oferecer um resumo da sessão.

De Laumont, B. Tadjet, A (2000), "L'Intervision ou la fin de la solitude du travailleur psychosocial," Bruxelas: MSF – Bélgica, Documento interno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bacqué, M-F. (2003), *Apprivoiser la Mort*, Odile Jacob.
- Bacqué, M-F. (2005), "Psychothérapie analytique des deuils post traumatiques", em *Stress et Trauma*, 5 (3), pp. 153-160
- Blaauw, M. (2002), "'Denial and Silence' or 'Acknowledgement and Disclosure'", em CICV, *The Missing: Action to Resolve the Problem of People Unaccounted For As a Result of Armed Conflict or Internal Violence and to Assist their Families*, CICV.
- Boss, P. (1999), *Ambiguous Loss: Learning to Live with Unresolved Grief*, Harvard University Press.
- Boss, P. (2006), *Loss, Trauma and Resilience: Therapeutic Work with Ambiguous Loss*, W.W. Norton.
- Brown, T., Mitchels, B., *Loss, Bereavement and Trauma Resource Pack*, Watershed Publications.
- Chauvenet, A. and Lemaire, J-M. (1996), *Clinique de la reconstruction. Une expérience avec des réfugiés en ex-Yougoslavie*, L'Harmattan.
- CICV, "Cadre de Référence sur les violences sexuelles dans les situations de conflit armé et d'autres situations de violence", Documento interno.
- CICV (2007), "Stress Prevention Module for Detailed Data Collection (DDC) on Missing Persons", Documento interno.
- CICV /de Barros-Duchêne, L, "Mental health: A concept paper", Documento interno.
- CICV (2007), *Accompanying Families of Missing Persons: A Practical Handbook*.
- CICV (2004)/Lindsey-Curtet, C., Holst- Roness, F.T., Anderson, L., *Addressing the Needs of Women Affected by Armed Conflict: An ICRC Guidance Document*, CICV.
- CICV (2002), *The Missing: Action to Resolve the Problem of People Unaccounted For As a Result of Armed Conflict or Internal Violence and to Assist their Families*, CICV. ICRC/Dr Pierre Perrin (ed.) (1996), *War and Public Health*.
- CICV (2005), *Pessoas Desaparecidas, Análise de DNA e Identificação de Restos Mortais*,
- CICV. Disponível em: <http://www.gva.icrc.priv/web/eng/siteeng0.nsf/htmlall/p0871opendocument>
- CICV/ IPU (2009), *Missing Persons: A Handbook for Parliamentarians*, CICV/IPU.
- Cohen J.A, et al. (2001), *Cognitive Behavioral Therapy for Traumatic Bereavement in Children: Treatment Manual*, Center for Traumatic Stress in Children and Adolescents, Department of Psychiatry, Allegheny General Hospital, Pittsburgh, PA.
- Dolan, Y. (2000), *Beyond Survival: Living Well is the Best Revenge*, BT Press.
- Dawson, S., Manderson, L. (1993), *Le manuel des groupes focaux*. International Nutrition Foundation for Developing Countries. Fonte: <http://www.unu.edu/Unupress/food2/UIN10F/uin10f00.htm>
- Denis B. (2000), *De la transmission orale aux défis de l'écrit. Psychosocial: planification et évaluation*, MSF Bruxelles – Documento interno.
- Enoult, A. (2003), *Deuil et lien social, le groupe d'entraide et le soutien de deuil à domicile*, Centre de ressources national François-Xavier Bagnoud. Fonte: <http://www.cdrnfxb.org/content/view/6/68/>
- Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (2003), *Community-based Psychological Support: A Training Manual, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies*. Fonte: <http://www.ifrc.org/what/health/psychology/manual.asp>
- Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (2nd ed., 2007), *Community-based Psychological Support: A Training Manual, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies*.
- Fustier, P. (2005), "Le lien d'accompagnement", Dossier pratiques d'accompagnement, Rhizome No. 20.
- Garcia Castro, A. (1996-1997), "Hors thèmes : la mémoire des survivants et la révolte des ombres: les disparus dans la société chilienne (1973-1995)", *Cultures & Conflits*, No. 24-25.
- Guay, J. (1992), *Thérapie brève et Intervention de réseau, une approche intégrée*, Presses de l'Université de Montréal.
- Hardy, P., *Deuil normal et deuil pathologique, Module 6 – Question 70, Cours de psychiatrie du CNUP*, Collège National des Universitaires en Psychiatrie. Fonte: http://www.med.univ-angers.fr/discipline/psychiatrie_adulte/cours/70-deuil.htm
- Hill, M., *Healing Grief through Art: Art Therapy Bereavement Group Workshops*. Fonte: <http://www.drawntogether.com/healing.htm>
- INTERPOL, *Disaster Victim Identification Guide*. Disponível em: www.interpol.int/Public/DisasterVictim/default.asp
- Ireland, Marie (2001), *Apprivoiser le deuil. Surmonter la mort d'un être cher*, Presses du Châtelet.
- Josse, E., et al. (2004), *Trauma: Guidelines for Psychosocial Care*, MSF Bélgica.
- De Jong, K. (2001), *Focus Group Discussion Guidelines*, MSF Holanda, Documento interno.
- Laumont, B. Tadjat, A (2000), "L'Intervision ou la fin de la solitude du travailleur psychosocial", MSF – Bélgica, Documento interno.
- Liebmann, Marian (2004), *Art Therapy for Groups: A Handbook of Themes and Exercises*, 2nd ed., Routledge.

- Leclercq, C. and Hayez, J.Y (1998), "Le deuil compliqué et pathologique chez l'enfant", Louvain Médical, 09/1998, No. 7, pp. 293-306.
- National Center for PTSD/National Child Traumatic Stress Network (2005), *Psychological First Aid: Field Operations Guide*.
- Métraux, J.-C. (1995). *Children Victims of War. Vol.1*, Radda Barnen.
- Miller, K.E. (1999), "Rethinking a familiar model: Psychotherapy and the mental health of refugees", *Journal of Contemporary Psychotherapy*, Vol. 29, No 4.
- Resource Center for Mental Health and Human Rights – Community Action Group Spain/Community Studies and Psychosocial Action Team- ECAP, Guatemala/Solomon Asch Center for the Study of Ethnopolitical Conflict, University of Pennsylvania, USA/Child Mental Health Program – PASMI, Peru, *Monitoring of the Community and Psychosocial Impact of Exhumation Process of Mass Graves in Latin America: An International Collaborative Project Based on Local NGOs [sic] Work*. Fonte: http://www.forcedmigration.org/psychosocial/papers/Exhumations_paper_no_appendices.pdf
- MSF Holanda (2005), *Psychosocial and Mental Health Interventions in Areas of Mass Violence*. Fonte: http://www.msf.org/source/mentalhealth/guidelines/MSF_mentalhealthguidelines.pdf
- Richman, Naomi (1995), *Communicating with Children, Save the Children*.
- Rogers, N. (2001), "The Path to Wholeness: Person-Centred Expressive Arts Therapy," in Rubin, J.A. (ed.), *Approaches to Art Therapy: Theory and Technique*, Brunner-Routledge, pp. 163-177. Fonte: <http://www.Psychotherapy.net>
- Sironi, F. (2007), *Psychopathologie des violences collectives*, Odile Jacob.
- Sen Dave, A., et al. (2003), *Psychosocial Care for Children Surviving the Riots*, Bangalore Books for Change.
- Subilia, Laurent, Juan-Torres, Sylvie Rombaldi (2005), "Familles de Disparus... un deuil Possible?", *Stress et Trauma*, 5 (3), pp.167-173.
- Terre des Hommes (2005), *Child Protection: Manual for Intervention in Humanitarian Crisis*. Fonte: http://www.tdh.ch/website/doc_dnld.nsf/bf25ab0f47ba5dd785256499006b15a4/aa38138679a23d33c12571760041dd5d/FILE/manuel_protection_en_2006.pdf
- Tully, S.R. (1995), "A painful purgatory: Grief and the Nicaraguan mothers of the disappeared", *Social Science and Medicine*, Vol. 40, No. 12, pp. 1597-1610.
- UNICEF/Mona Macksoud (1993), *Helping Children Cope with the Stresses of War: A Manual for Parents and Teachers*, UNICEF.
- WHO, *Working with Street Children – Module 10: Implementing a Street Children Project*, WHO. Source: http://whqlibdoc.who.int/hq/2000/WHO_MSD_MDP_00.14_Module10.pdf
- Relatórios internos do CICV**
- A.M Bachman (2001), An Evaluation of the Specific Needs of Family of Missing in Kosovo.
- Sahar Hasan-Staehlin (March 2000 to December 2001), End-of-Mission Report BiH.
- Sahar Hasan-Staehlin (2001), Report: A Training Tool for the Psychosocial Aspects Related to the Photo-Book.
- Simon Robbins (2004), East Timor Missing File: A Summary.
- Simon Robbins (2007), Office Memo: Needs of the Families of the Missing, Nepal.
- Cendrine Labaume (2008), Families of the Missing: Needs Assessment Final Report, South Caucasus.
- Virginie Mathiew (2008), Families of Missing: Needs Assessment Report, North Caucasus.
- Leituras complementares**
- Dagnini, N., Valls, P. (2004), Enfants Réfugiés du Monde, Malle de jeux internationale: restaurer l'activités ludique des enfants en situation de crise. Collection pratique, Fondation de France.
- Terre des Hommes (2006), *Laugh, Run and Move to Develop Together*.
- Terre des Hommes (2006), *Manual of 20 games*.
- Yaconelli, M., Rice, W. (2010), *Best of Play It!* Zondervan/Youth Specialties.

MISSÃO

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é uma organização imparcial, neutra e independente cuja missão exclusivamente humanitária é proteger a vida e a dignidade das vítimas dos conflitos armados e de outras situações de violência, assim como prestar-lhes assistência. O CICV também se esforça para evitar o sofrimento por meio da promoção e do fortalecimento do direito e dos princípios humanitários universais. Fundado em 1863, o CICV deu origem às Convenções de Genebra e ao Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho. A organização dirige e coordena as atividades internacionais que o Movimento conduz nos conflitos armados e em outras situações de violência.



CICV